

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

---

DEFESA NACIONAL



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

**Ficha Técnica**

Título – Relatório de Atividades 2015 da DGRDN

Data de finalização – maio 2016

Coordenação – Gabinete de Assessoria Técnica

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Av. Ilha da Madeira, 1

1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3028500

Fax: (21)3027221

E-mail: [dgrdn@defesa.pt](mailto:dgrdn@defesa.pt)

URL: <http://www.portugal.gov.pt>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

**INDICE**

Nota de Apresentação do Relatório 2015 .....	5
Visão, Missão, Valores.....	7
QUAR 2015 .....	8
Relatório de Auto-Avaliação .....	9
Glossário.....	115

**Atividades executadas por Unidade Orgânica (Resultados)**

01 Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação .....	118
02 Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar.....	128
03 Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais.....	143
04 Direção de Serviços de Armamento e Equipamento.....	150
05 Direção de Serviços de Infraestruturas e Património .....	159
06 Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente .....	170
07 Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio .....	178
08 Divisão de Análise Jurídica e Contratual .....	188
09 Gabinete de Gestão e Planeamento Estratégico .....	190
10 Gabinete de Assessoria Técnica .....	191
11 Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e Forças de Segurança) .....	193
12 Comissão de Educação Física e Desporto Militar .....	195

<b>Anexos .....</b>	<b>196</b>
---------------------	------------

Balanço Social 2015

Execução orçamental 2015



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

Avaliação dos objetivos operacionais das UO (ex-DGAIED)

Organograma



## NOTA DE APRESENTAÇÃO

Apresenta-se neste documento o Relatório de Atividades 2015 da DGRDN nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro. Pretende-se retratar o grau de realização das ações e projetos durante o ano em análise, considerando as atividades produzidas pelos dois anteriores serviços centrais do MDN, a saber a ex-Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) e a ex-Direção-Geral de Armamento, Infraestruturas e Equipamentos de Defesa (DGAIED). Daqui resultou que se dividissem as ações executadas em dois períodos distintos (janeiro a setembro e outubro a dezembro) de modo a refletir o consignado na legislação vigente, nomeadamente no Decreto Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de Julho (que estabelece a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral), na Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro (que determina a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas) e nos despachos que definem e implementam a estrutura flexível da DGRDN (criação de divisões e equipa multidisciplinar). Considera-se assim que o Relatório de Atividades 2015 é peculiar deste ponto de vista traduzindo do melhor modo possível a fusão de atividades dos anteriores serviços.

Este instrumento de gestão integra ainda a vertente de responsabilização dos serviços públicos, através da inclusão dos QUAR e do Relatório de Auto-Avaliação do serviço (de acordo com o Decreto-Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro).

Resultante das suas atribuições o conjunto das atividades desenvolvem-se fundamentalmente pelas seis áreas estratégicas da DGRDN, a saber:

- Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação;
- Profissionalização do serviço militar;
- Saúde Militar e Assuntos Sociais;
- Armamento e Equipamento;
- Infraestruturas, Património e Turismo Militar;
- Qualidade e Ambiente.

Avaliaram-se também outros serviços tais como a assessoria técnica à Direção, equipa multidisciplinar e o trabalho realizado pela Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio, que operam na área do planeamento, da modernização, gestão de meios e organização.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

Adicionalmente, foram consideradas as ações desenvolvidas no âmbito desta Direção-Geral, o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança, e a Comissão de Educação Física e Desporto Militar

O total dos encargos da DGRDN de 1 de agosto a 31 de dezembro de 2015 orçaram em 65.073.787,23 €, com uma taxa de execução de 65,83%. O orçamento referente a 2015 encontra-se detalhado em anexos específicos.

Aos dirigentes e restantes trabalhadores da Direção-Geral o meu reconhecimento e agradecimento pela participação e empenhamento para os resultados alcançados e a cooperação manifestada na elaboração deste relatório.

Lisboa, 2 de maio de 2016

**Alberto Rodrigues Coelho**  
*Diretor-Geral*

*(assinatura digitalizada)*



## **VISÃO, MISSÃO E VALORES**

### **VISÃO**

A DGRDN regula-se por um código de conduta organizacional assente em valores institucionais que têm em vista melhorar a eficiência e eficácia dos serviços prestados, ser uma estrutura profissional e atuante. Constitui-se ainda como um serviço de excelência da Administração Pública na preparação e execução da política superiormente determinada no que respeita aos recursos humanos, armamento, equipamento, património e infraestruturas da defesa

### **MISSÃO**

A DGRDN tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional

### **VALORES**

<b>Competência</b>	<b>Qualidade</b>
<b>Responsabilidade</b>	<b>Ética</b>
<b>Compromisso</b>	<b>Excelência</b>
<b>Renovação</b>	<b>Transparência</b>
<b>Isenção</b>	<b>Confiança</b>



## QUAR 2015

### Quadro de Avaliação e Responsabilização

## Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO 2015

Ministério da Defesa Nacional  
Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

**MISSÃO: A DGPRM tem por missão conceber, harmonizar e apoiar tecnicamente a definição e execução das políticas de recursos humanos necessários à defesa nacional e o apoio aos antigos combatentes.**

### Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2015	TAXA REALIZAÇÃO
OE1. Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos e contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de ensino Militar		
OE2 -Elaborar o Plano do Serviço Militar para o quinquénio 2015-2019		
OE3 - Definir a Estratégia Nacional de Reabilitação dos Deficientes Militares		

**Eficácia** **Peso** **60%**

**O1. (OE1) Contribuir para a implementação da reestruturação do ensino superior militar no âmbito da diretiva defesa 2020** **Peso:** **25%**

INDICADORES	2014(E)	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1 - Nº de relatórios da monitorização dos resultados do Modelo de Governação Comum.		3	0	4	40%	DEZ	3	100,00%	Atingiu
2 - Nº de dias para apresentação da proposta de configuração do Instituto Universitário.		270	30	180	60%	DEZ	170	127,78%	Superou

**O2 (OE3) Elaborar e apresentar documento contendo a informação crítica a considerar, tendo em vista monitorizar, em tempo real, as atividades desenvolvidas pelas várias estruturas que integram o sistema de saúde militar, de forma a recolher e tratar a informação de suporte à decisão política.** **Peso:** **25%**

INDICADORES	2014(E)	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
3 - Prazo para apresentação do documento contendo a informação crítica a considerar (em dias).		120	5	87	100%	ABR	83	128,03%	Superou

**O3 (OE3) Elaboração e apresentação da proposta de estratégia Nacional de Reabilitação dos Deficientes Militares (em dias).** **Peso:** **25%**

INDICADORES	2014(E)	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
4 - Prazo de entrega da proposta de Estratégia Nacional de Reabilitação dos Deficientes Militares (em dias).		120	5	87	100%	ABR	50	153,03%	Superou

**O4 (OE2) Rever a Lei do Serviço Militar e respetivo Regulamento.** **Peso:** **25%**

INDICADORES	2014(E)	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
5 - Data de entrega do relatório sumula dos contributos dos Ramos relativamente à área «Deveres Militares» (em dias).		335	30	252	40%	DEZ	245	127,11%	Superou
6 - Data de entrega do relatório sumula dos contributos dos Ramos relativamente à área «Reclutamento Militar» (em dias).		335	30	252	30%	DEZ	197	141,57%	Superou
7 - Data de entrega do relatório sumula dos contributos dos Ramos relativamente à área «Reinserção Profissional» (em dias).		335	30	252	30%	DEZ	230	131,63%	Superou

**Eficiência** **Peso** **20%**

**O5 (OE1) - Reforçar a monitorizar durante o ano 2015 a evolução dos efetivos militares nas diferentes situações e formas de prestação de serviço e verificar a sua conformidade com os quantitativos máximos fixados na Lei.** **Peso:** **100%**

INDICADORES	2014(E)	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
8 -Reduzir em 2 dia a elaboração do relatório do 4º trimestre 2014.	28	26	0	22	25%	JAN	30	86,67%	Não atingiu
9 - Reduzir em 2 dias a elaboração do relatório do 1º trimestre 2015.	114	112	0	108	25%	ABR	120	93,33%	Não atingiu
10 -Reduzir em 2 dias a elaboração do relatório do 2º trimestre 2015.	109	107	0	103	25%	AGO	107	100,00%	Atingiu
11 - Reduzir em 2 dias a elaboração do relatório do 3º trimestre 2015.	0	123	0	119	25%	DEZ	118	131,25%	Superou

**Qualidade** **Peso** **20%**

**O6 (OE1) Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a satisfação dos colaboradores.** **Peso:** **100%**

INDICADORES	2014(E)	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
-------------	---------	-----------	------------	---------------	------	-----	-----------	-----------------	---------------

## Quadro de Avaliação e Responsabilização

12 - Índice de satisfação dos trabalhadores. 70% 5% 87% 100% DEZ 79,50% 113,97% **Superou**

### Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção Superior	20	40	62	22
Dirigentes - Direcção intermédia e chefes de equipa	16	320	398	78
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	1404	1384	-20
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	9	9	0
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	448	471	23
Encarregado geral operacional	7	0		0
Encarregado operacional	6	0		0
Assistente operacional	5	170	193	23
<b>Total</b>		<b>2391</b>	<b>2517</b>	<b>126</b>

### Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	5.711.212	8.330.145	-2618933
Despesas c/Pessoal	4.255.258	3.983.237	272021
Aquisições de Bens e Serviços	566.071	689.183	-123112
Outras despesas correntes	16.000	748	15252
Aquisição de bens de capitakl	873.883	3.656.977	-2783094
PIDDAC	2.000.000	1.236.791	763209
Outros valores	20.226.550	6.661.551	13564999
<b>TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)</b>	<b>27.937.762</b>	<b>16.228.487</b>	<b>11709275</b>

### Indicadores \_ Fonte de Verificação

#### Fontes de Verificação

- 1 - Relatório
- 2 - Proposta
- 3 - Documento
- 4 - Proposta
- 5 - Relatório
- 6 - Relatório
- 7 - Relatório
- 8 - Relatório
- 9 - Relatório
- 10 - Relatório
- 11 - Relatório
- 12 - Relatório

#### Justificação de desvios

Recursos Humanos - O cálculo dos recursos humanos apresentado corresponde ao somatório da pontuação planeada da ex-DGPRM e ex-DGAIED. A pontuação realizada corresponde ao somatório do período de transição, de 1 de janeiro a 31 de julho, ex DGPRM mais ex-DGAIED e DGRDN, de 1 de agosto a 31 de dezembro.

Recursos Financeiros - O cálculo dos recursos financeiros apresentado corresponde ao somatório do orçamento planeado da ex-DGPRM e ex-DGAIED. Os recursos financeiros executados correspondem ao somatório do período de transição, de 1 de janeiro a 31 de julho, ex DGPRM mais ex-DGAIED e DGRDN, de 1 de agosto a 31 de dezembro.

12 - Para aferir o resultado em causa, foram tidos em conta os resultados iguais ou superiores a 4 (escala de 1 a 6) de satisfação com a organização, em que o gráfico completo pode ser encontrado no relatório de atividades de 2015 da DGRDN.

### Avaliação Final

ANO 2015

Ministério da Defesa Nacional  
Direcção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa

**MISSÃO: A Direcção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED) tem por missão conceber, propor, coordenar, executar e apoiar as atividades relativas ao armamento e equipamentos de defesa, e ao património e infraestruturas necessários ao cumprimento das missões da defesa nacional.**

### Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2015	TAXA REALIZAÇÃO
OE1 - Contribuir, na sua área de responsabilidade, para a definição de políticas no âmbito do planeamento e execução dos processos inerentes: (1) ao ciclo de vida logístico do armamento, sistemas, equipamentos de defesa e (2) à gestão das infraestruturas e património afetos à defesa.		
OE2 - Desenvolver capacidades e instrumentos de apoio à gestão dos processos e atividades nucleares da Direcção-Geral.		
OE3 - Desenvolver competências multidisciplinares que permitam à DGAIED um desempenho relevante enquanto unidade funcional da Defesa Nacional.		
OE4 - Afirmar um posicionamento dinâmico no âmbito da relação com os parceiros nacionais e internacionais, no quadro institucional e da Base Tecnológica e Industrial de Defesa.		

### Eficácia Peso: 40%

#### O1. (OE1 e OE4) Potenciar a ação externa da DGAIED . Peso: 60%

INDICADORES	2013	2014(E)	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 1. % de atividades do Plano de Ação Externa da DGAIED realizadas face ao previsto.			70%	5%	94%	100%	DEZ	67%	100,00%	Atingiu

#### O2. (OE1 e OE2) Acompanhar a participação do MDN no âmbito da elaboração dos instrumentos de gestão territorial assegurando a salvaguarda dos interesses territoriais da defesa Peso: 40%

INDICADORES	2013	2014(E)	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 2. % de pareceres emitidos face aos processos propostos.			90%	2%	100%	100%	DEZ	100%	125,00%	Superou

### Eficiência Peso: 45%

#### O3. (OE1, OE2 e OE4) Otimizar a gestão de projetos no MDN Peso: 70%

INDICADORES	2013	2014(E)	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 3. % de projetos de armamento, equipamentos, I&D e infraestruturas atualizados no MS EPM, no CIRIS e no Base GOV.		77%	80%	0	100%	50%	DEZ	63%	78,75%	Não atingiu
Ind. 4. Desvio médio da execução dos projetos de armamento, equipamentos, I&D e infraestruturas atualizados face ao planeado.			15%	5%	8%	50%	DEZ	15%	100,00%	Atingiu

#### O4. (OE2 e OE3) Melhorar a eficiência operacional da execução orçamental da DGAIED Peso: 30%

INDICADORES	2013	2014(E)	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 5. Número de medidas de redução de custos de funcionamento.			1	0	3	100%	DEZ	0	0,00%	Não atingiu

### Qualidade Peso: 15%

#### O5. (OE2 e OE3) Melhorar o nível de satisfação dos utilizadores e dos colaboradores da DGAIED Peso: 60%

INDICADORES	2013	2014(E)	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 6. Nível de satisfação dos utilizadores externos e internos da DGAIED	4,1	4,3	4,40	0,00	4,60	50%	DEZ	2,85	64,77%	Não atingiu
Ind. 7. Nível de satisfação dos dirigentes e trabalhadores da DGAIED	3,8	4	4,20	0,00	4,50	50%	DEZ	3,68	87,62%	Não atingiu

#### O6. (OE1, OE2 e OE4) Avaliar a satisfação das empresas nos processos de Certificação AQAP Peso: 40%

INDICADORES	2013	2014(E)	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 8. Nível de satisfação das empresas nos processos de Certificação AQAP			4	0	6	50%	DEZ	5	112,50%	Superou
Ind. 9. Percentagem de respostas recebidas aos inquéritos de satisfação.			60%	2%	70%	50%	DEZ	62,50%	106,25%	Superou

### Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção Superior	20	40	62	22
Dirigentes - Direcção intermédia e chefes de equipa	16	320	398	78
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	1404	1384	-20
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	9	9	0
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	448	471	23
Encarregado geral operacional	7	0	0	0
Encarregado operacional	6	0	0	0
Assistente operacional	5	170	193	23
<b>Total</b>		<b>2391</b>	<b>2517</b>	<b>126</b>

### Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	5.711.212	8.330.145	-2618933
Despesas c/Pessoal	4.255.258	3.983.237	272021
Aquisições de Bens e Serviços	566.071	689.183	-123112
Outras despesas correntes	16.000	748	15252
Aquisição de bens de capitakl	873.883	3.656.977	-2783094
PIDDAC	2.000.000	1.236.791	763209
Outros valores	20.226.550	6.661.551	13564999
<b>TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)</b>	<b>27.937.762</b>	<b>16.228.487</b>	<b>11709275</b>

### Indicadores \_ Fonte de Verificação

#### Fontes de Verificação

##### Ind 1

##### Ficheiro excel de gestão do Plano de Deslocações para 2015

Relatório PAE 2015. Ficheiro excel de gestão do Plano de Deslocações para 2015.

##### Ind 2

##### % de pareceres emitidos face aos processos propostos.

Ficheiro excel de gestão.

##### Ind 3

##### % de projetos de armamento, equipamentos, I&D e infraestruturas atualizados

Relatório de progresso, MS EPM e dossiers de projeto, I&D e logística. Ficheiro excel de controlo de execução dos projetos de infraestruturas, base gov.

##### Ind 4

##### % do desvio da execução dos projetos face ao planeado

% do desvio da execução dos projetos relativamente ao baseline. Ficheiro excel de controlo de execução dos projetos de infraestruturas.

##### Ind 5

##### Número de medidas de redução de custos de funcionamento.

Ficheiro excel de controlo de medidas de redução de custos.

##### Ind 6

##### Nível de satisfação dos utilizadores externos e internos da DGAIED

Inquéritos de satisfação. Aplicação de gestão dos questionários.

##### Ind 7

##### Nível de satisfação dos dirigentes e trabalhadores da DGAIED

Inquéritos de satisfação. Aplicação de gestão dos questionários.

##### Ind 8

##### Nível de satisfação das empresas nos processos de Certificação AQAP

Respostas aos Questionários - Percentagem de empresas com avaliação positiva

##### Ind 9

##### Percentagem de respostas recebidas aos inquéritos de satisfação

Respostas aos Questionários - Percentagem de empresas que responderam ao questionário

### Justificação de desvios

Ind. 2 - Foram emitidos 30 pareceres respeitantes a 30 processos propostos.

Ind. 3 - Armamento e Equipamento: 100% atualizados (5/5): Desmilitarização em 2015; Alienação dos 2 C-212-300 Aviocar para o Uruguai; Ajuste Direto N.º13/2014- Alienação 15 C-212-100; Aeroneo- Desmantelamento em Beja; Aeronave Transporte estratégico (KC-390 ou C-130H); 100% atualizados (4/4): NPO's (1ª série); Receção definitiva dos Submarinos; 2ª série dos NPO's e Patrulhas Stanflex 300; 100% atualizados (3/3): Alienação dos 12 F-16 à Roménia; Alienação de mais 3 (12) adicionais e ALQ-131; I&D: 15%; Infraestruturas: N.A.

Ind. 5 - Ocorrência de processo de fusão pelo que foi inexequível, a nível de estrutura/nova orgânica, implementar qualquer medida de redução de custos.

Ind. 6 - O indicador 6 não foi cumprido uma vez que, à data da realização do QUAR 2015, ainda não tinha sido apurado o resultado obtido em 2014, pelo que se fez uma estimativa de meta para 2015. Por comparação com o ano anterior, neste item, obteve-se um resultado de 3,96 tendo ocorrido um decréscimo da satisfação de 1,11 %. Este facto pode ter como influência o processo de fusão, que a DGAIED sofreu.

Ind. 7 - O indicador 7 não foi cumprido uma vez que, à data da realização do QUAR 2015, ainda não tinha sido apurado o resultado obtido em 2014, pelo que se fez uma estimativa de meta para 2015. Por comparação com o ano anterior, neste item, obteve-se um resultado de 3,88 tendo ocorrido um decréscimo da satisfação de 0,20%. Este facto pode ter como influência o processo de fusão que a DGAIED sofreu. Importa referir que o resultado obtido não é representativo do universo de trabalhadores da antiga DGAIED, uma vez que, dos 87 apenas 17 responderam ao inquérito de forma completa, pelo que a amostra não é representativa do universo DGAIED.

Recursos Humanos - O cálculo dos recursos humanos apresentado corresponde ao somatório da pontuação planeada da ex-DGPRM e ex-DGAIED. A pontuação realizada corresponde ao somatório do período de transição, de 1 de janeiro a 31 de julho, ex DGPRM mais ex-DGAIED e DGRDN, de 1 de agosto a 31 de dezembro.

Recursos Financeiros - O cálculo dos recursos financeiros apresentado corresponde ao somatório do orçamento planeado da ex-DGPRM e ex-DGAIED. Os recursos financeiros executados correspondem ao somatório do período de transição, de 1 de janeiro a 31 de julho, ex DGPRM mais ex-DGAIED e DGRDN, de 1 de agosto a 31 de dezembro.

### Avaliação Final

<b>Eficácia</b>	<b>44,00</b>
Potenciar a ação externa da DGAIED	60
Acompanhar a participação do MDN no âmbito da elaboração dos instrumentos de gestão territorial assegurando a salvaguarda dos interesses territoriais da defesa	50
<b>Eficiência</b>	<b>28,98</b>
Otimizar a gestão de projetos no MDN	64,4
Melhorar a eficiência operacional da execução orçamental da DGAIED	0
<b>Qualidade</b>	<b>13,38</b>
Melhorar o nível de satisfação dos utilizadores e dos colaboradores da DGAIED	45,6
Avaliar a satisfação das empresas nos processos de Certificação AQAP	43,6

Taxa de Realização Final	Nota Final
<b>86,36</b>	



# RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO



## Glossário

Nos termos do artigo 4.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, são consideradas as seguintes expressões:

Quadro 1 - Glossário

<b>Competências</b>	- O parâmetro de avaliação que traduz o conjunto de conhecimentos, capacidades de ação e comportamentos necessários para o desempenho eficiente e eficaz, adequado ao exercício de funções por dirigente ou trabalhador.
<b>Dirigentes máximos do serviço</b>	- Os titulares de cargos de direção superior do 1.º grau ou legalmente equiparado, outros dirigentes responsáveis pelo serviço dependente de membro do Governo ou os presidentes de órgão de direção colegial sob sua tutela ou superintendência.
<b>Dirigentes superiores</b>	- Os dirigentes máximos dos serviços, os titulares de cargo de direção superior do 2.º grau ou legalmente equiparados e os vice - presidentes ou vogais de órgão de direção colegial.
<b>Dirigentes intermédios</b>	- Os titulares de cargos de direção intermédia dos 1.º e 2.º graus ou legalmente equiparados, o pessoal integrado em carreira, enquanto se encontre em exercício de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional da carreira, os chefes de equipas multidisciplinares cujo exercício se prolongue por prazo superior a seis meses no ano em avaliação e outros cargos e chefias de unidades orgânicas.
<b>Indicadores de Desempenho</b>	- Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto.
<b>Objetivos</b>	- O parâmetro de avaliação que traduz a previsão dos resultados que se pretendem alcançar no tempo, em regra quantificáveis.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

<b>Serviço efetivo</b>	- O trabalho realmente prestado pelo trabalhador nos serviços.
<b>Serviços</b>	- Os serviços da administração direta e indireta do Estado, da administração regional autónoma e da administração autárquica, incluindo os respetivos serviços desconcentrados ou periféricos e estabelecimentos públicos, com exceção das entidades públicas empresariais.
<b>Trabalhadores</b>	- Os trabalhadores da Administração Pública que não exerçam cargos dirigentes ou equiparados, independentemente do título jurídico da relação de trabalho, desde que a respetiva vinculação seja por prazo igual ou superior a seis meses, incluindo pessoal integrado em carreira que não se encontre em serviço de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional dessa carreira.
<b>Unidades orgânicas</b>	- Os elementos estruturais da organização interna de um serviço que obedçam ao modelo e estrutura hierarquizada, matricial ou mista.
<b>Utilizadores externos</b>	- Os cidadãos, as empresas e a sociedade civil.
<b>Utilizadores internos</b>	- Os órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado e das administrações regional e autárquica, com exceção das entidades públicas empresariais.
<b>Qualidade</b>	- Conjunto de atributos e características de uma entidade ou produto que determinam a sua aptidão para satisfazer necessidades e expectativas da sociedade.
<b>Indicadores</b>	- Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto. No entanto, são acima de tudo, instrumentos de informação com vista a apoiar os gestores a comunicar, a negociar ou a decidir. Representam uma grandeza, um número, uma cifra, um cálculo (n.º, % ou taxa) que permite objetivar o acontecimento



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

	ou uma situação e interpretá-los.
<b>Eficácia</b>	- Traduzem a relação entre o planeado e o alcançado em matéria de realizações. Em regra, a eficácia é medida por unidades físicas (v.g. n.º de ocorrências) ou monetárias.
<b>Eficiência</b>	- Relação entre os bens produzidos ou os serviços prestados e os recursos utilizados.



## *Nota Introdutória*

O ano de 2015 foi marcado essencialmente pelo processo de fusão, num contexto de grandes desafios, internos e externos, que o presente relatório presta agora contas das tarefas levadas a cabo e que não teriam sido possíveis de concretizar sem o redobrado esforço de cada um e de todos os colaboradores que no dia-a-dia contribuíram para o cumprimento da nova missão e atribuições confiadas à DGRDN e que a seguir se referem. Não deixamos, no entanto, de notar as dificuldades decorrentes de um processo de fusão que obrigou a mudanças aceleradas, nova cultura organizacional.

O Relatório de Auto-Avaliação é um instrumento de gestão, que acompanha o Relatório de Atividades de 2015, de forma a dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, este documento tem como objetivo fazer a auto-avaliação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional Ex-Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, analisar o seu desempenho, tendo em consideração os resultados alcançados relativos aos objetivos operacionais estabelecidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2015.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 19 de abril, aprovou as linhas de orientação para a reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas, designada por Reforma “Defesa 2020”, apontou para o aprofundamento da reorganização dos serviços centrais, através da fusão da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e a Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, diploma que aprovou a nova estrutura orgânica do Ministério da Defesa Nacional, estabelece n.º 2 do artigo 26.º, que são extintas, sendo objeto de fusão, a Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e a Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, sendo as suas atribuições integradas na Direção-Geral de Recursos de Defesa



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

Nacional, também esta criada pelo presente diploma, no n.º 1 do artigo acima referido.

Assim, o presente relatório irá refletir o período de transição das direções gerais extintas para a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

Não obstante o referido diploma ter sido publicado em 29 de dezembro, com efeitos a 1 de janeiro, o Decreto Regulamentar nº 8/2015, só foi publicado em 31 de julho, definindo a missão e as atribuições da DGRDN, o número de unidades orgânicas fixas e o estatuto remuneratório dos chefes das equipas multidisciplinares.

Ainda, no desenvolvimento da publicação dos diplomas atrás referidos, foi publicada a Portaria nº 283/2015, de 15 de Setembro, que veio determinar a estrutura nuclear, as competências das respetivas unidades orgânicas e estabelecer o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, bem como, a dotação máxima dos chefes de equipas multidisciplinares. Para completar o processo foi publicado os Despachos em 2 de outubro de 2015, que criam as unidades orgânicas flexíveis.

Assim sendo, devido aos constrangimentos decorrentes do processo de fusão, o presente relatório, tem por base o cumprimento dos objetivos definidos nos QUARs/2015, uma vez que não houve harmonização dos Quar's das duas direções extintas, por decisão superior, bem como pelas razões acima referidas e ainda porque os objetivos estratégicos se mantiveram inalterados.

Já no que se refere à assiduidade, optamos por elaborar o mapa onde se encontra refletido o somatório dos Recursos Humanos planeados das ex-direções-gerais nos QUAR's/2015 e os executados em 31 de dezembro, para o total dos trabalhadores da DGRDN.

A metodologia utilizada para o tratamento dos dados financeiros seguiu o mesmo procedimento utilizado para os recursos humanos, ou seja, os valores planeados representam o somatório dos montantes previstos nas extintas direções-gerais (DGPRM e DGAIED), quanto aos valores executados representam os montantes executados das duas direções extintas e da DGRDN.



### *Estrutura orgânica da DGRDN*

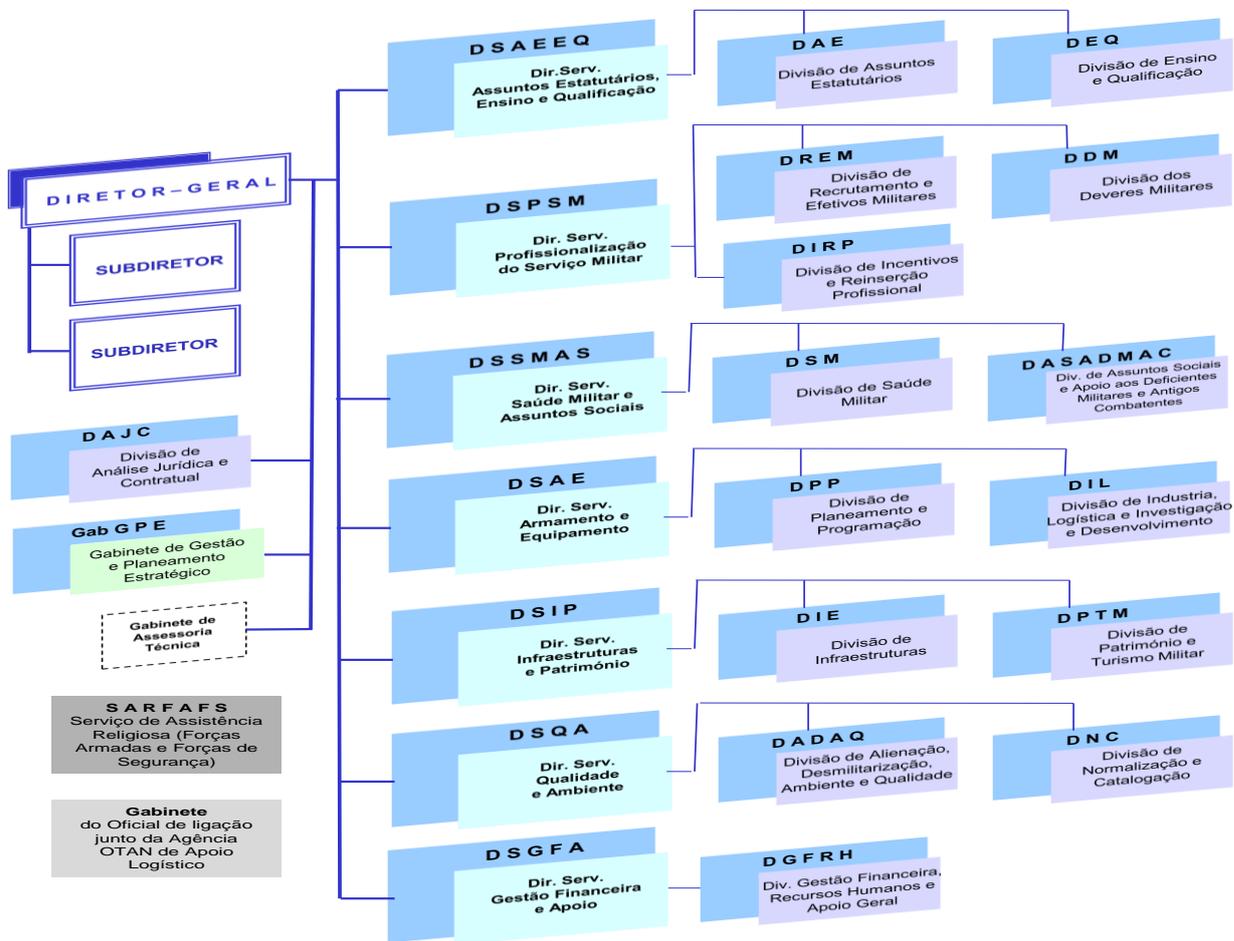
De acordo com o Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro, diploma que criou a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e ao mesmo tempo extinguiu Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e a Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, conjugado com o Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, que define a missão e atribuições, a Portaria nº 283/2015, de 15 de Setembro que cria as unidades orgânicas fixas as multidisciplinares, conjugados ainda com os Despachos que criam as unidades orgânicas flexíveis, todos publicados na 2ª série do Diário da República n.ºs 250, de 2014, 148 e 193 194 198 de 2015, respetivamente.

A DGRDN integra sete unidades orgânicas nucleares, designadas por Direções de Serviço, sendo a estrutura flexível composta por quinze Divisões e uma Equipa multidisciplinar, com as designações no seguinte organograma:



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Figura 1 - Organograma DGRDN





### ***Missão***

- **Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa Nacional**

### ***Atribuições***

- **São as previstas no nº 2 do artigo 2º do Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho**
-



## *Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM)*

### *Metodologia adotada*

A aplicação do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), com base na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, contribui para a melhoria do desempenho e qualidade dos serviços da Administração Pública, para a coerência e harmonia da acção dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências. A avaliação do desempenho, dos serviços e dos recursos humanos, integra-se no ciclo anual de gestão e assenta em parâmetros de eficácia, eficiência e qualidade.

Com a finalidade de substanciar a elaboração deste relatório foi solicitada, aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos, assim como a justificação dos desvios verificados.

No ano de 2015, tal como nos anteriores pretendeu-se dar continuidade a um conjunto de medidas relativas à otimização da gestão dos recursos disponíveis para a prestação eficaz e eficiente dos serviços e, simultaneamente promover o desenvolvimento de novos projetos que consubstanciam novas formas de relacionamento do organismo com o público-alvo.

Neste contexto e a exemplo dos anos anteriores, foi elaborado um modelo disponibilizado a todas as unidades orgânicas, no sentido de recolher contributos necessários para a elaboração do **QUAR 2015** da ex-DGPRM (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo).

A informação assim obtida foi posteriormente sistematizada e harmonizada, foi objeto de reanálise e correção pelas unidades orgânicas, sendo posteriormente elaborado o documento final.

A coordenação do processo e a elaboração do relatório foram da responsabilidade da DSGFA - Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio.

As monitorizações realizaram-se quadrimestralmente (abril, Agosto e Dezembro), procedendo-se assim ao acompanhamento do grau de execução do QUAR, nomeadamente à identificação e análise dos desvios detetados.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

O presente relatório contém a informação indicada no nº 1 do artigo 15º, bem como a informação adicional prevista no nº 2 do supra referido normativo, tendo a seguinte estrutura:

- Estrutura Orgânica;
- A autoavaliação do QUAR (Resultados alcançados e desvios verificados);
- A Avaliação do Sistema de Controlo Interno;
- Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo de desenvolvimento;
- Avaliação Final

### *Estrutura orgânica*

De acordo com a Portaria n.º 93/2012, de 03 de abril, com o Despacho n.º 7790/2012, de 06 de junho e o Despacho 12 568/2012, de 26 de setembro, publicados na 2ª série do Diário da República n.ºs 67, 110 e 187, respetivamente, integram três unidades orgânicas nucleares, designadas por Direções de Serviço, sendo a estrutura flexível composta por seis Divisões e uma Equipa multidisciplinar, com as seguintes designações:

- **A Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional (DSRHDN)**, que compreende a Divisão de Ensino, Formação e Empregabilidade (DEFE) e Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos (DCRE);
- **A Direção de Serviços de Recrutamento e Assuntos de Serviço Militar (DSRASM)**, que compreende a Divisão de Recrutamento e Deveres Militares (DRDM);
- **A Direção de Serviços de Saúde e Assuntos Sociais e Antigos Combatentes (DSSASAC)**, que compreende a Divisão de Saúde Militar (DSM) e a Divisão de Assuntos Sociais (DAS)
- **Divisão de Estudos Planeamento e Gestão de Recursos (DEPGR)**
- **Gabinete de Gestão de Projetos (GAB/GEP)**



### **Missão**

- **Conceber, harmonizar e apoiar tecnicamente a definição e execução das políticas de recursos humanos necessários à defesa nacional e o apoio aos antigos combatentes**

### **Atribuições**

- Estudar, propor e assegurar a concretização das medidas de política de recursos humanos, militares, militarizados e civis, respetivos regimes jurídicos e demais legislação aplicável, assim como propostas relativas à convocação dos recursos necessários à prossecução dos objetivos permanentes da política de defesa nacional e mobilização nos termos da Lei do Serviço Militar;
- Analisar e propor as medidas relativas aos vínculos, carreiras e remunerações do pessoal militar, militarizado e civil das Forças Armadas;
- Conceber, planear e executar o processo de recenseamento militar;
- Desenvolver, planear e coordenar a política de recrutamento militar e assegurar, em articulação com os ramos das Forças Armadas, a execução dos vários processos que lhe estão associados;
- Desenvolver, coordenar, monitorizar e implementar, em articulação com os ramos das Forças Armadas e demais entidades, a política de apoio à reinserção profissional, assim como os respetivos instrumentos de suporte;
- f) Propor, avaliar e executar a política de apoio aos antigos combatentes;
- g) Propor e avaliar a política social e de reabilitação dos deficientes das Forças Armadas e acompanhar a respetiva execução;
- h) Analisar e propor a política da defesa nacional nos domínios do ensino, formação e desenvolvimento profissional;
- i) Participar na definição da política de ensino superior militar, em articulação com o Conselho de Ensino Superior Militar;
- j) Participar na definição da política de saúde militar e apoio sanitário, em articulação com o Conselho de Saúde Militar;
- l) Planear, dirigir, executar e monitorizar com a colaboração dos ramos das Forças Armadas, as atividades relativas ao Dia da Defesa Nacional.



## *Auto-avaliação*

### *Resultados alcançados e desvios verificados*

Foram definidos 3 **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** (OE) que se encontram diretamente relacionados com as áreas de intervenção acima referidas.

#### **Objetivo estratégico 1**

- Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos e contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de ensino Militar.

#### **Objetivo estratégico 2**

- Elaborar o Plano do Serviço Militar para o quinquénio 2015-2019.

#### **Objetivo estratégico 3**

- Definir a Estratégia Nacional de Reabilitação dos Deficientes Militares.



### *Objetivos Operacionais*

Na construção do QUAR de 2015, procurou-se dar particular atenção a objetivos relacionados, com a imagem da DGPRM, traduzida na eficiência dos serviços aos cidadãos, na modernização administrativa, valorização dos recursos e redução da despesa.

Importa salientar que os resultados do QUAR que agora se apresentam, revelam não só a capacidade da DGPRM superar e cumprir os objetivos de eficácia (4), eficiência (1) e qualidade (1), que se propôs realizar em 2015, mas também a capacidade de organização que pela sua missão e competências de atribuição, vocacionada para o apoio à governação, nas respetivas áreas, bem como para a operacionalização das Forças Armadas no âmbito do Dia da Defesa nacional (DDN).



**OE1 - Reforçar a eficiência da gestão dos recursos e contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de ensino militar.**

- O1. (OE1) (Eficácia) Contribuir para a implementação da reestruturação do ensino superior militar no âmbito da diretiva defesa 2020;
- O5 (OE1) - (Eficiência) Reforçar a monitorização durante o ano 2015 a evolução dos efetivos militares nas diferentes situações e formas de prestação de serviço e verificar a sua conformidade com os quantitativos máximos fixados na Lei
- O6 (OE1) (Qualidade) Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a satisfação dos colaboradores

---

**OE2 -Elaborar o Plano do Serviço Militar para o quinquénio 2015-2019.**

- O4 (OE2) (Eficácia) Rever a Lei do Serviço Militar e respetivo Regulamento.
- de satisfação dos jovens relativamente às várias vertentes da Defesa Nacional, do papel das Forças Armadas e do Serviço Militar

---

**OE3 - Definir a Estratégia Nacional de Reabilitação dos Deficientes Militares.**

- O3 (OE3) (Eficácia) Elaboração e apresentação da proposta de estratégia Nacional de Reabilitação dos Deficientes Militares (em dias)
-

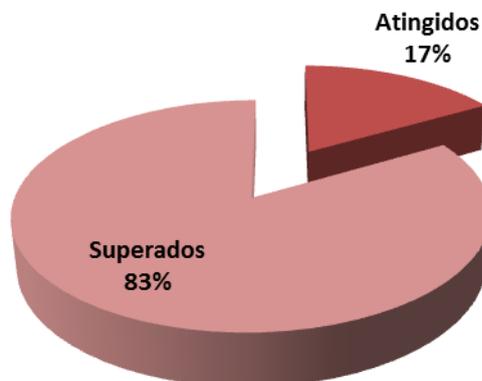


### *Cumprimento dos Objetivos Operacionais*

Importa destacar que 5 dos 6 objetivos acima referidos evidenciam desvios positivos e por isso superados.

### **Objetivos Operacionais**

Gráfico 1 – Percentagem de execução dos objetivos operacionais



---

### *Avaliação Global do Grau do Cumprimento dos Objetivos Operacionais*

No mapa seguinte, apresenta-se um resumo da avaliação global relativa a 2015, indicando a taxa de realização de cada objetivo e indicador, bem como a taxa de realização por parâmetro (Eficácia, Eficiência e Qualidade) e avaliação final, tendo em conta as respetivas ponderações.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Objetivos Estratégicos (OE)														
OE1. Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos e contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de ensino Militar														
OE2 -Elaborar o Plano do Serviço Militar para o quinquénio 2015-2019														
OE3 - Definir a Estratégia Nacional de Reabilitação dos Deficientes Militares														
Objetivos operacionais (OOP)														
	Peso dos Parâmetros	Peso dos objetivos	Peso dos indicadores META 2015	Tolerância	Valor crítico	Resultados	Taxa de realização do	Classificação	Desvio/ Indicador	Grau de realização do	Taxa de execução	Execução/ peso do	Taxa de Realização	
Eficácia	<b>O1. (OE1) Contribuir para a implementação da reestruturação do ensino superior militar no âmbito da diretiva defesa 2020</b>													
	Ind.1. Nº de relatórios da monitorização dos resultados do Modelo de Governação Comum	25%								100%				
	Ind. 2 Nº de dias para apresentação da proposta de configuração do Instituto Universitário		40%	3	0	4	3	100%	Atingiu	0%				
			60%	270	30	180	255	100%	Atingiu	0%				
	<b>O2 (OE3)Elaborar e apresentar documento contendo a informação crítica a considerar, tendo em vista monitorizar, em tempo real, as atividades desenvolvidas pelas várias estruturas que integram o sistema de saúde militar, de forma a recolher e tratar a informação de suporte à decisão política</b>													
	Ind. 3 - Prazo para apresentação do documento contendo a informação crítica a considerar (em dias)	25%									128%			
			100%	120	5	87	83	128%	Superou	28%				
	<b>O3 (OE3)Elaboração e apresentação da proposta de estratégia Nacional de Reabilitação dos Deficientes Militares (em dias)</b>													
	Ind. 4 - Prazo de entrega da proposta de Estratégia Nacional de Reabilitação dos Deficientes Militares (em dias)	25%									153%			
			100%	120	5	87	50	153%	Superou	53%				
<b>O4 (OE2) Rever a Lei do Serviço Militar e respetivo Regulamento.</b>														
Ind. 5 - Data de entrega do relatório súmula dos contributos dos Ramos relativamente à área «Deveres Militares» (em dias)	25%									133%				
		40%	335	30	252	245	127%	Superou	27%					
Ind. 6 - Data de entrega do relatório súmula dos contributos dos Ramos relativamente à área «Recrutamento Militar» (em dias)		30%	335	30	252	197	142%	Superou	42%					
Ind. 7 - Data de entrega do relatório súmula dos contributos dos Ramos relativamente à área «Reinserção Profissional» (em dias)		30%	335	30	252	230	132%	Superou	32%					
	60%									128%	77%	120%		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Eficiência	<b>O5 (OE1) - Reforçar a monitorização durante o ano 2015 a evolução dos efetivos militares nas diferentes situações e formas de prestação de serviço e verificar a sua conformidade com os quantitativos máximos fixados na Lei.</b>	100%									103%	103%	21%
	Ind.8 -Reduzir em 2 dia a elaboração do relatório do 4º trimestre 2014.	25%	26	0	22	30	87%	N/Atingiu	-13%				
	Ind. 9 - Reduzir em 2 dias a elaboração do relatório do 1º trimestre 2015	25%	112	0	108	120	93%	N/Atingiu	-7%				
	Ind. 10 -Reduzir em 2 dias a elaboração do relatório do 2º trimestre 2015	25%	107	0	103	107	100%	Atingiu	0%				
	Ind. 11 - Reduzir em 2 dias a elaboração do relatório do 3º trimestre 2015	25%	123	0	119	118	131%	Superou	31%				
Qualidade	<b>O6 (OE1)Assegurar um conjunto de politicas de gestão de pessoas, visando a satisfação dos colaboradores</b>	100%									114%	114%	23%
	Ind.12 - Índice de satisfação dos trabalhadores	100%	70%	5%	87%	79,5%	114%	Superou	14%				

Quadro 2 – Avaliação global do grau de cumprimento dos objetivos operacionais ex-DGPRM



## *Descrição da Concretização dos Objetivos Operacionais*

Relatórios de concretização relacionados com cada objetivo operacional, apresentados pelos dirigentes de cada serviço a que foram atribuídos os objetivos do QUAR 2015.

### *Objetivos Operacionais de Eficácia*

**Objetivo O1: (OE1) Contribuir para a implementação da reestruturação do ensino superior militar no âmbito da diretiva defesa 2020**

• Indicador 1 - N° de relatórios da monitorização dos resultados do Modelo de Governação Comum.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
3	0	4	3	0%	100%	Atingiu

#### **Fontes de Verificação:**

Relatórios da Comissão Coordenadora do Modelo de Governação Comum

#### **Breve Análise:**

No âmbito do modelo de cooperação reforçada entre os estabelecimentos de ensino superior público universitário militar, foram realizadas várias iniciativas de melhoramento da gestão dos recursos dos estabelecimentos, nomeadamente através da criação da Bolsa de Docentes e da harmonização de horários nas áreas das ciências de base, de modo a potenciar a eficiência na gestão dos meios.

#### **Síntese das Atividades:**

Procedeu à análise dos relatórios em referência tendo procedido a recomendações sobre as conclusões neles constantes.



**Indicador 2 - Nº de dias para apresentação da proposta de configuração do Instituto Universitário**

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
270	30	180	170	37%	137%	Superou

**Fontes de Verificação:**

Proposta de diploma.

**Breve Análise:**

No âmbito do Grupo de Trabalho dedicado a esta tarefa, a DGPRM/DEFE foi responsável pela elaboração e desenvolvimento de uma proposta de diploma de criação do Instituto Universitário Militar.

**Síntese das Atividades:**

Decorrente da Reforma 2020 e da Diretiva Ministerial para a implementação da Reforma 2020, a DGPRM ficou responsável pela elaboração de uma proposta de diploma de criação do IUM, tendo apresentado o trabalho em 170 dias.

**Justificação do Desvio:**

Atenta a sensibilidade da matéria supra identificada bem como o processo de aprovação da proposta de diploma de criação do IUM, em que obrigava que a proposta de diploma consolidada tivesse que ser presente a plenário do Conselho do Ensino Superior Militar para aprovação e posterior apresentação a parecer do Conselho de Chefes de Estado-Maior, esta Direção-Geral conclui que o prazo máximo para elaboração e apresentação da proposta de diploma teria de ser antecipada por forma a cumprir com o necessário processo de aprovação do modelo organizativo do Ensino Superior Militar, tendo definido um prazo adequado.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

**Recursos Humanos:**

1 Chefe de Divisão e 1 Técnico superior



**Objetivo O2. (OE3) Elaborar e apresentar documento contendo a informação crítica a considerar, tendo em vista monitorizar, em tempo real, as atividades desenvolvidas pelas várias estruturas que integram o sistema de saúde militar, de forma a recolher e tratar a informação de suporte à decisão política**

• **Indicador 3 - Prazo para apresentação do documento contendo a informação crítica a considerar (em dias)**

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
120	5	87	83	28%	128%	Superou

#### Fontes de Verificação:

Nota interna nº 144, de 8.5.2015, Proc.º DSSASAC/DSM/16.10 Nº 2/2015

#### Breve Análise/Síntese das Atividades:

Desde o início de 2015, a Divisão de Saúde Militar elaborou um diagrama de monitorização e desenvolveu um conjunto de matrizes para a recolha da referida informação, em matéria de recursos humanos e no domínio da atividade assistencial, tendo a tarefa em apreço ficado concluída em 24 de março de 2015.

#### Justificação do Desvio:

Efetivamente, tratou-se de um dos assuntos prioritários da Divisão, por força da importância e da urgência em dispor de matrizes para recolha da informação, as quais, uma vez validadas superiormente e após a devida articulação com as entidades fonte, permitem contribuir para o apoio à decisão política e para a conceção de políticas em Saúde Militar, desígnios desta Direção-Geral.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

**Recursos Humanos:**

1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos superiores



**Objetivo O3. (OE3) Elaboração e apresentação da proposta de estratégia Nacional de Reabilitação dos Deficientes Militares (em dias)**

•Indicador 4 - *Prazo de entrega da proposta de Estratégia Nacional de Reabilitação dos Deficientes Militares (em dias)*

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
120	5	87	50	59%	158%	Superou

**Fontes de Verificação:**

Documento final aprovado por despacho de S. Exa. a SEADN, de 18 de maio de 2015

**Breve Análise/Síntese das Atividades:**

O documento relativo a uma estratégia Nacional de Reabilitação dos Deficientes Militares foi substituído por um Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM) aprovado pela tutela por se ter considerado que o mesmo seria mais eficaz e consentâneo com a articulação no âmbito da Estratégia Nacional para a Deficiência

**Justificação do Desvio:**

Devido ao excelente ambiente de trabalho e dedicação e empenho de todos, conscientes da importância da aprovação do Plano pelas implicações na melhoria do apoio aos deficientes militares, foi possível concluir os trabalhos em prazo inferior ao previsto



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

**Recursos Humanos:**

1 Chefe de Divisão e 3 Técnicos superiores



**Objetivo O4. (OE2) Rever a Lei do Serviço Militar e respetivo Regulamento.**

•Indicador 5 - *Data de entrega do relatório súmula dos contributos dos Ramos relativamente à área «Deveres Militares» (em dias)*

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
335	30	252	245	27%	127%	Superou

**Fontes de Verificação:**

Relatório súmula dos Deveres Militares, de 30 de junho de 2015.

**Breve Análise:**

Foram elencadas as matérias que em termos de LSM e RLSM são suscetíveis de ser alteradas.

**Síntese das Atividades:**

Este assunto foi tratado em sede da Comissão para o Planeamento e Coordenação do Dia da Defesa Nacional.

**Justificação do Desvio:**

Ao nível deste indicador verificou-se, a meio do processo, a disponibilidade para os representantes dos ramos, após as reuniões preliminares, tratarem dos assuntos por correio eletrónico. Com esta opção foi possível garantir uma grande economia de tempo. Dado o aproximar do final da legislatura também foi possível imprimir alguma urgência ao processo, explicando assim a superação destes indicadores



**Indicador 6 - Data de entrega do relatório súmula dos contributos dos Ramos relativamente à área «Recrutamento Militar» (em dias)**

<u>Meta</u>	<u>Tolerância</u>	<u>Valor Crítico</u>	<u>Resultado</u>	<u>Desvio</u>	<u>Taxa de Realização</u>	<u>Classificação</u>
<u>335</u>	<u>30</u>	<u>252</u>	<u>197</u>	<u>42%</u>	<u>142%</u>	<u>Superou</u>

**Fontes de Verificação:**

Recolha dos contributos - Ofício n.º 1087 de 30JAN15 do gabinete do CEMFA; Ofício n.º 292 de 04FEV15 do gabinete do CEMA; Ofício n.º 553 de 23FEV15 do gabinete do CEMGFA (com os contributos dos Ramos).

Análise dos contributos - Ofício n.º 1504 de 16MAR15 da DGPRM enviada à tutela com a análise preliminar dos contributos dos Ramos. Ofício n.º 1677 de 19MAR15 da DGRDN a enviar a nova proposta ao gabinete de SEXAMDN.

**Breve Análise:**

A discussão efetuada centrou-se sobretudo no artigo 28.º e na possibilidade de estabelecer outras tipologias de regimes de contrato que fossem para além dos 6 anos.

**Síntese das Atividades:**

Foi efetuada uma reunião com o assessor militar da Força Aérea do Gabinete de SEXAMDN e 1 reunião informal com um elemento do Estado-Maior do Exército.



### Justificação do Desvio:

Ao nível deste indicador verificou-se, a meio do processo, a disponibilidade para os representantes dos ramos, após as reuniões preliminares, tratarem dos assuntos por correio eletrónico. Com esta opção foi possível garantir uma grande economia de tempo. Dado o aproximar do final da legislatura também foi possível imprimir alguma urgência ao processo, explicando assim a superação destes indicadores.

*Indicador 7 - Data de entrega do relatório súmula dos contributos dos Ramos relativamente à área «Reinserção Profissional» (em dias)*

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
335	30	252	230	32%	132%	Superou

### Fontes de Verificação:

Os contributos dos ramos foram enviados através dos seguintes documentos: Ofício n.º 2416 de 04MAR2015 do gabinete do CEMFA; Ofício n.º 3531 de 18MAR15 do gabinete do CEME; Ofício n.º 979 de 16ABR15 do gabinete do CEMA.

Foi convocada reunião com os representantes dos ramos através do nosso Ofício n.º 3507 de 26MAI15.

Reuniões tidas a 9 e 17 de Junho de 2015 nas instalações da DGPRM. Elaborada proposta final e enviada para os ramos por e-mail a 07JUL15. Aval dos Ramos dado por e-mail: a 9JUL15 aval do EXE; a 9JUL15 aval da FAP; a 17JUL15 aval da MAR.



**Breve Análise:**

Os contributos centraram-se na regulamentação do Capítulo V da LSM e na elaboração /atualização de uma nova proposta de Regulamento de Incentivos à Prestação do serviço Militar.

**Síntese das Atividades:**

Foram efectuadas duas reuniões com representantes dos ramos tendo em vista as discussões dos contributos enviados por ofício.

**Justificação do Desvio:**

Ao nível deste indicador verificou-se, a meio do processo, a disponibilidade para os representantes dos ramos, após as reuniões preliminares, tratarem dos assuntos por correio electrónico. Com esta opção foi possível garantir uma grande economia de tempo. Dado o aproximar do final da legislatura também foi possível imprimir alguma urgência ao processo, explicando assim a superação destes indicadores.

**Recursos Humanos:**

1 diretor de serviços 2 chefes de divisão e 1 técnico superior jurista



## *Objetivos Operacionais de Eficiência*

**Objetivo O5 (OE1) - Reforçar a monitorização durante o ano 2015 a evolução dos efetivos militares nas diferentes situações e formas de prestação de serviço e verificar a sua conformidade com os quantitativos máximos fixados na Lei.**

•Indicador 8 -Reduzir em 2 dia a elaboração do relatório do 4º trimestre 2014.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
26	0	22	30	- 4	87%	Não Atingiu

### **Fontes de Verificação:**

Marinha - email de 09jan.2015, remetido às 16h38m por sa.coutinho@marinha.pt

Exército - Ofício n.º 380, de 15jan.2015, do GABCEME

Força Aérea - email de 15jan.2015, remetido às 17h00m por pjhenriques@emfa.pt

### **Breve Análise:**

No que diz respeito ao indicador 8 “Elaboração do relatório do 4º trimestre 2014 (redução em 2 dias)”, sendo que a meta era garantir a sua elaboração em 26 dias. O objetivo não foi atingido tendo-se alcançado um resultado de produção em 30 dias, cuja superação era de 22 dias sem tolerância.

### **Síntese das Atividades:**

Os ramos das Forças Armadas disponibilizaram à DGPRM, em instrumento de recolha de informação os dados indicados no art.º 68.º da LOE 2014 até ao dia 15 do mês seguinte ao fim do 4.º trimestre de 2014. Seguidamente, após recolha desta



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

informação, a DCRE analisou estatisticamente os elementos para produção do relatório.

**Justificação do Desvio:**

Receção tardia da informação oriunda dos ramos das Forças Armadas o que originou um atraso na análise estatística por parte dos técnicos envolvidos.



**Indicador 9 - Reduzir em 2 dias a elaboração do relatório do 1º trimestre 2015**

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
112	0	108	120	- 8	93%	N/Atingiu

**Fontes de Verificação:**

Marinha - email de 13abr.2015, remetido às 16h24m por sa.coutinho@marinha.pt

Exército - Ofício n.º 4085, de 16abr.2015, do GABCEME

Força Aérea - email de 14abr.2015, remetido às 16h46m por pjhenriques@emfa.pt

**Breve Análise:**

No que diz respeito ao indicador 9 “Elaboração do relatório do 1º trimestre 2015 (em 2 dias)”, sendo que a meta era garantir a sua elaboração em 112 dias. O objetivo não foi atingido tendo-se alcançado um resultado de produção em 120 dias, cuja superação era de 108 dias sem tolerância.

**Síntese das Atividades:**

Os ramos das Forças Armadas disponibilizaram à DGPRM, em instrumento de recolha de informação os dados indicados no art.º 70.º da LOE 2015 até ao dia 15 do mês seguinte ao fim do 1.º trimestre de 2015. Seguidamente, após recolha desta informação, a DCRE analisou estatisticamente os elementos para produção do relatório.

**Justificação do Desvio:**

Receção tardia da informação oriunda dos ramos das Forças Armadas o que originou um atraso na análise estatística por parte dos técnicos envolvidos.



**Indicador 10 - Reduzir em 2 dias a elaboração do relatório do 2º trimestre 2015**

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
107	0	103	107	0	107	Atingiu

**Fontes de Verificação:**

Marinha - email de 13jul.2015, remetido às 17h37m por sa.coutinho@marinha.pt

Exército - Ofício n.º 7287, de 16jul.2015, do GABCEME

Força Aérea - email de 15jul.2015, remetido às 16h59m por pjhenriques@emfa.pt

**Breve Análise:**

No que diz respeito ao indicador 10 “Elaboração do relatório do 1º trimestre 2015 (redução em 2 dias)”, sendo que a meta era garantir a sua elaboração em 107 dias. O objetivo foi atingido tendo-se alcançado um resultado de produção em 107 dias, cuja superação era de 103 dias sem tolerância.

**Síntese das Atividades:**

Os ramos das Forças Armadas disponibilizaram à DGPRM, em instrumento de recolha de informação os dados indicados no art.º 70.º da LOE 2015 até ao dia 15 do mês seguinte ao fim do 2.º trimestre de 2015. Seguidamente, após recolha desta informação, a DCRE analisou estatisticamente os elementos para produção do relatório.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

**Indicador 11 - Reduzir em 2 dias a elaboração do relatório do 3º trimestre 2015**

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
123	0	119	118	5	131%	Superou

**Fontes de Verificação:**

Marinha - email de 14out.2015, remetido às 16h22m por sa.coutinho@marinha.pt

Exército - Ofício n.º 10037, de 15Out.2015, do GABCEME

Força Aérea - email de 16out.2015, remetido às 13h31m por pjhenriques@emfa.pt



### **Breve Análise:**

No que diz respeito ao indicador 11 “Elaboração do relatório do 3º trimestre 2015 (redução em 2 dias)”, sendo que a meta era garantir a sua elaboração em 123 dias. O objetivo foi superado tendo-se alcançado um resultado de produção em 118 dias, cuja superação era de 119 dias sem tolerância.

### **Síntese das Atividades:**

Os ramos das Forças Armadas disponibilizaram à DGPRM, em instrumento de recolha de informação os dados indicados no art.º 70.º da LOE 2015 até ao dia 15 do mês seguinte ao fim do 3.º trimestre de 2015. Seguidamente, após recolha desta informação, a DCRE analisou estatisticamente os elementos para produção do relatório.

### **Justificação do Desvio:**

Receção atempada da informação oriunda dos ramos das Forças Armadas.

### **Recursos Humanos:**

1 Chefe de Divisão (Direito)

2 Técnicos Superiores (Publicidade e Marketing+Gestão e  
Informática+Sistemas de Informação)



## *Objetivos Operacionais de Qualidade*

**Objetivo O6 (OE1) Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a satisfação dos colaboradores**

• **Indicador 12 - Índice de satisfação dos trabalhadores**

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
70%	5%	87%	79,5%	4,5%	114%	Superado

### **Fontes de Verificação:**

Inquéritos.

### **Breve Análise:**

Os questionários em causa foram realizados entre os dias 02 e 24 de fevereiro p.p. e tiveram como destinatários os 132 (96 trabalhadores e 36 divulgadores) colaboradores da ex-DGPRM.

Foram recebidos 56 questionários preenchidos, o que se cifrou numa taxa de participação de 42,42%, e num valor médio de resposta de 4,1 numa escala contínua de 1 a 6 em que os extremos representam “muito insatisfeito” e “muito satisfeito” respetivamente.

É de referir que, em termos comparativos com o ano transato, os valores percebidos pautaram-se pela regularidade, dado ter havido uma taxa de adesão de 44% neste período.



### Síntese das Atividades:

O Questionário elaborado aos trabalhadores da ex-DGPRM é, por opção, parte integrante do QUAR desta extinta Direção-geral.

Para além deste fim, o mesmo é, conforme determinado pelos artigos 14.º e 15º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro na sua redação atual, parte integrante do relatório de atividades, nomeadamente no relatório da auto avaliação do serviço no capítulo da audição externa e interna.

Foi utilizada a metodologia determinada pelos supra referidos normativos legais e empregues os recursos do Google Docs, o que permitiu uma célere e pragmática resposta aliada à economia de recursos que decorre da não utilização de meios físicos

Por uma questão de fiabilidade das respostas, dada a juventude da DGRDN, foram elaborados em separado os questionários aos colaboradores das extintas DGPRM e DGAIED.

A confidencialidade das respostas foi garantida, não sendo necessário o log-in no processo.

### Recursos Humanos:

2 Técnicos Superiores

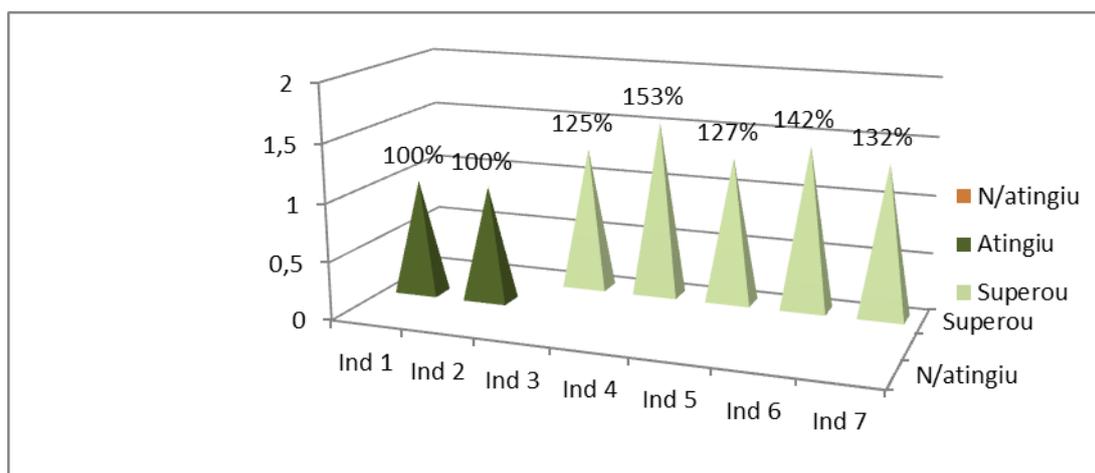
1 Assistente Técnico



## Gráficos com o grau de concretização por parâmetros

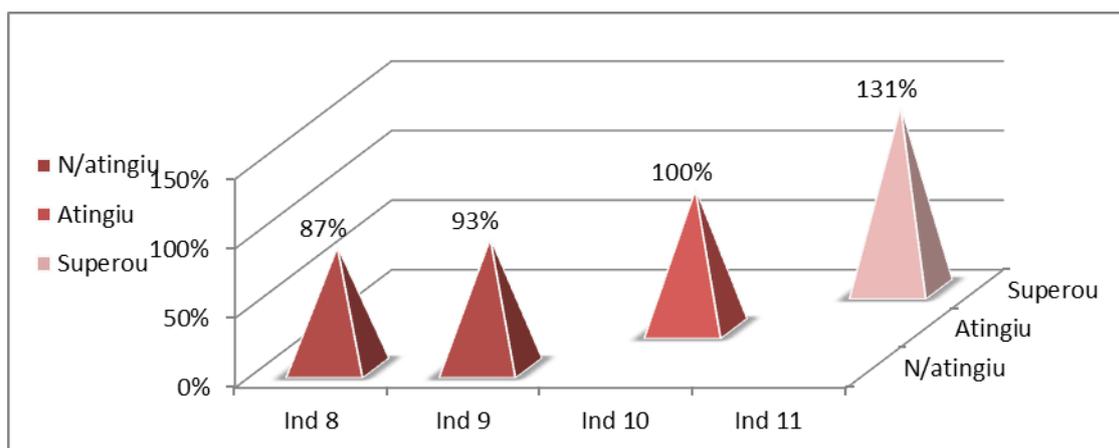
### Eficácia

Gráfico 2 – Grau de concretização dos indicadores: Eficácia DGPRM



### Eficiência

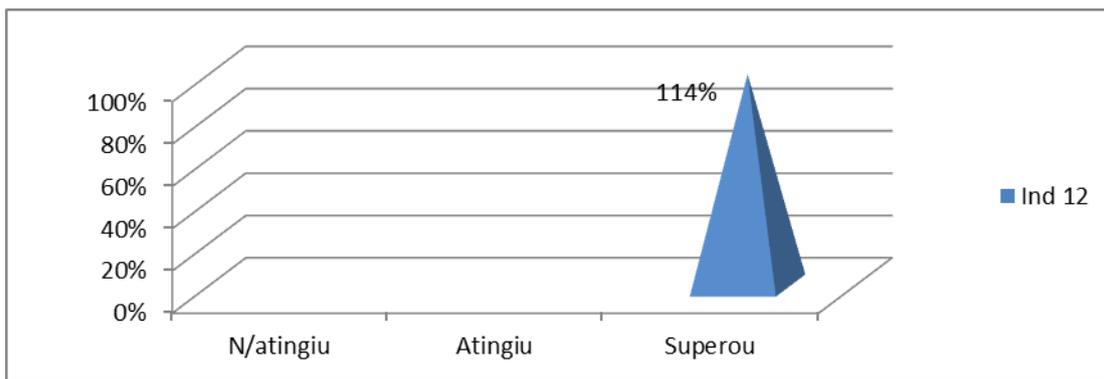
Gráfico 3 - Grau de concretização dos indicadores: Eficiência DGPRM





## Qualidade

Gráfico 4 - Grau de concretização dos indicadores: Qualidade DGPRM





## *Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED)*

### *Metodologia adotada*

A metodologia, utilizada na elaboração do presente Relatório de Autoavaliação, procura responder ao determinado nos artigos 15.º e 31.º da lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro e no Documento Técnico n.º 1/2010, de 4 de março, do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços (CCAS e na Orientação Técnica, de 12 de janeiro de 2009, do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços (CCAS), a saber:

- a) Avaliação do sistema de controlo interno;
- b) Causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes;
- c) Medidas que devem ser tomadas para um reforço positivo do seu desempenho, evidenciando as condicionantes que afetem os resultados a atingir;
- d) Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, que possam constituir padrão de comparação;

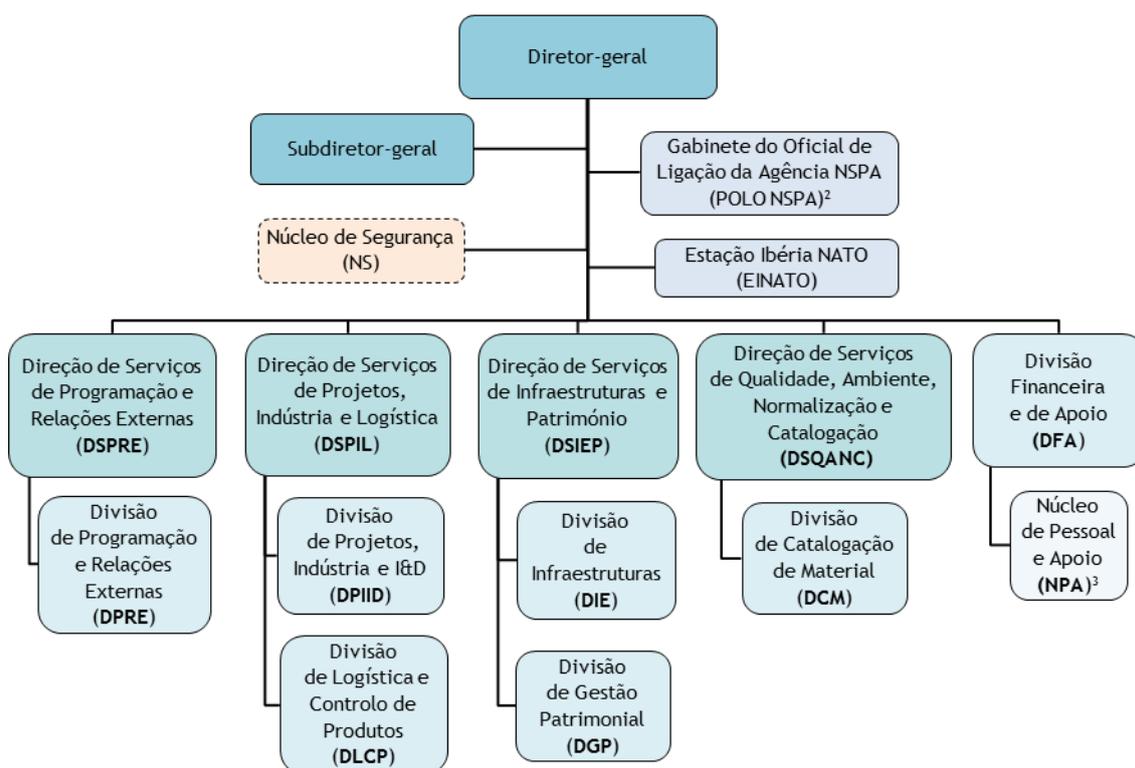
Neste processo participaram todas as Unidades Orgânicas (UO) da ex-DGAIED que disponibilizaram os dados respeitantes ao grau de execução das atividades planeadas, quer estas fossem da sua exclusiva responsabilidade, quer estas fossem partilhadas com outras UO.



## Estrutura orgânica

A Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED) é um serviço central da Administração Direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e integrado no Ministério da Defesa Nacional (MDN), cujo regime de organização e funcionamento se encontra regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 5/2012, de 18 de janeiro, Portaria n.º 92/2012 de 2 de abril, e Despacho n.º 7636/2012 do Diretor-geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, de 4 de abril de 2012, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 108, de 4 de junho de 2012.

**Figura 2 - Organograma DGAIED 2015<sup>1</sup>**



<sup>1</sup> Nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2012, de 18 de janeiro, da Portaria n.º 92/2012, de 2 de abril, do Despacho n.º 7636/2012 do Diretor-geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, de 4 de abril de 2012, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 108, de 4 de junho de 2012, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/88, de 8 setembro.

<sup>2</sup> As competências da Organização OTAN de Manutenção e Abastecimento (NAMSO) e respetiva Agência (NAMSA) foram transferidas para a “NATO Support Organization - NSPO” e respetiva Agência, a “NATO Support Agency - NSPA;

<sup>3</sup> Equivalente a secção (Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, art.21, n.º 8).



### Missão

- A DGAIED tem por missão conceber, propor, coordenar, executar e apoiar as actividades relativas ao armamento e equipamentos de defesa, e ao património e infraestruturas necessários ao cumprimento das missões da defesa nacional.



## Atribuições

- Contribuir para a definição, planeamento, coordenação e acompanhamento da execução das políticas de defesa, nos domínios do armamento e equipamento das Forças Armadas, das infra-estruturas militares e civis necessárias à defesa nacional, da investigação e desenvolvimento na área das ciências e tecnologias de defesa, da base tecnológica e industrial de defesa, do ambiente, qualidade e normalização, e dos sistemas de informação geográfica e serviços de cartografia;
- Participar no processo de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infra-estruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração de propostas de lei de programação;
- Coordenar a elaboração das propostas de Lei de Programação Militar e de Lei de Programação das Infra-Estruturas Militares, sob anteprojectos elaborados no âmbito das Forças Armadas e de acordo com as directivas ministeriais, bem como assegurar a respectiva execução e controlo;
- Promover, coordenar e executar as actividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção e alienação sob sua responsabilidade, à garantia da qualidade, catalogação e normalização de material, e à desmilitarização e alienação, em cooperação com o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), os ramos das Forças Armadas e o Ministério da Administração Interna;
- Propor a concessão de autorizações para o acesso e o exercício das actividades de indústria e ou comércio de bens e tecnologias militares, proceder à supervisão da actividade das empresas do sector da defesa e proceder ao controlo das importações e exportações de produtos relacionados com a defesa, supervisionando o cumprimento dos normativos legais;



### Atribuições (continuação)

- Contribuir para a definição e execução das políticas de ordenamento do território e urbanismo, garantindo a salvaguarda dos interesses da defesa nacional em sede de produção, alteração, revisão e execução dos instrumentos de gestão do território;
- Estudar, propor e coordenar os actos e procedimentos relativos à constituição, modificação e extinção de servidões militares e de outras restrições de utilidade pública e emitir pareceres e autorizações sobre licenciamentos, nos termos da legislação aplicável;
- Participar na preparação e execução de medidas que envolvam a requisição, aos particulares, de coisas ou serviços;
- Propor e coordenar os procedimentos e as acções relativos à aquisição, gestão, administração, disposição e rentabilização das infra-estruturas programadas e património afecto à defesa nacional;
- Propor, implementar, coordenar e dinamizar as actividades de carácter ambiental e de gestão de energia e dos recursos naturais, no âmbito da defesa nacional;
- Exercer as competências de autoridade nacional para a garantia da qualidade no âmbito da defesa nacional;
- Acompanhar e participar no planeamento de forças, designadamente no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE);
- Assegurar o cumprimento dos compromissos nacionais no âmbito da OTAN relativamente às infra-estruturas e sistemas de comando e controlo militares;
- Assegurar, no âmbito das suas atribuições, a representação em organizações e entidades nacionais e internacionais, propondo, coordenando e desenvolvendo actividades de cooperação internacional na execução das políticas de defesa no domínio do armamento e equipamentos das Forças Armadas, das infra-estruturas militares e civis necessárias à defesa nacional, da investigação e desenvolvimento na área das ciências e tecnologias de defesa, da base tecnológica e industrial de defesa, do ambiente, qualidade e normalização, e dos sistemas de informação geográfica e serviços de cartografia.



## *Autoavaliação*

### *Resultados alcançados e desvios verificados*

Foram definidos 4 **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)** que se encontram diretamente relacionados com as áreas de intervenção acima referidas.

#### **Objetivo estratégico 1**

- Contribuir, na sua área de responsabilidade, para a definição de políticas no âmbito do planeamento e execução dos processos inerentes: (1) ao ciclo de vida logístico do armamento, sistemas, equipamentos de defesa e (2) à gestão das infraestruturas e património afetos à defesa.

#### **Objetivo estratégico 2**

- Desenvolver capacidades e instrumentos de apoio à gestão dos processos e atividades nucleares da Direção-Geral.

#### **Objetivo estratégico 3**

- Desenvolver competências multidisciplinares que permitam à DGAIED um desempenho relevante enquanto unidade funcional da Defesa Nacional.

#### **Objetivo estratégico 4**

- Afirmar um posicionamento dinâmico no âmbito da relação com os parceiros nacionais e internacionais, no quadro institucional e da Base Tecnológica e Industrial de Defesa.



## *Objetivos Operacionais*

Na construção do QUAR de 2015, procurou-se dar particular atenção a objetivos relacionados, com a imagem da DGAIED, traduzida na eficiência dos serviços aos cidadãos, na modernização administrativa, valorização dos recursos e redução da despesa.

Importa salientar que os resultados do QUAR que agora se apresentam, revelam não só a capacidade da DGAIED superar e cumprir os objetivos de eficácia (2), eficiência (2) e qualidade (2), que se propôs realizar em 2015, mas também a capacidade de organização que pela sua missão e competências de atribuição, vocacionada para o apoio ao desenvolvimento de políticas no âmbito do planeamento e execução dos processos inerentes ao ciclo de vida logístico do armamento, sistemas, equipamentos de defesa, à gestão das infraestruturas e património afetos à defesa.

**OE1 - Contribuir, na sua área de responsabilidade, para a definição de políticas no âmbito do planeamento e execução dos processos inerentes: (1) ao ciclo de vida logístico do armamento, sistemas, equipamentos de defesa e (2) à gestão das infraestruturas e património afetos à defesa.**

- OOP1 - (Eficácia) Potenciar a ação externa da DGAIED;
- OOP2 - (Eficácia) Acompanhar a participação do MDN no âmbito da elaboração dos instrumentos de gestão territorial assegurando a salvaguarda dos interesses territoriais da defesa;
- OOP3 - (Eficiência) Otimizar a gestão de projetos no MDN.
- OOP6 - (Qualidade) Avaliar a satisfação das empresas nos processos de Certificação AQAP



**OE2 - Desenvolver capacidades e instrumentos de apoio à gestão dos processos e atividades nucleares da Direção-Geral.**

- OOP2 - (Eficácia) Acompanhar a participação do MDN no âmbito da elaboração dos instrumentos de gestão territorial assegurando a salvaguarda dos interesses territoriais da defesa;
- OOP3 - (Eficiência) Otimizar a gestão de projetos no MDN;
- OOP4 - (Eficiência) Melhorar a eficiência operacional da execução orçamental da DGAIED;
- OOP5 - (Qualidade) Melhorar o nível de satisfação dos utilizadores e dos colaboradores da DGAIED
- OOP6 - (Qualidade) Avaliar a satisfação das empresas nos processos de Certificação AQAP.

**OE3 - Desenvolver competências multidisciplinares que permitam à DGAIED um desempenho relevante enquanto unidade funcional da Defesa Nacional.**

- OOP4 - (Eficiência) Melhorar a eficiência operacional da execução orçamental da DGAIED;
- OOP5 - (Qualidade) Melhorar o nível de satisfação dos utilizadores e dos colaboradores da DGAIED.



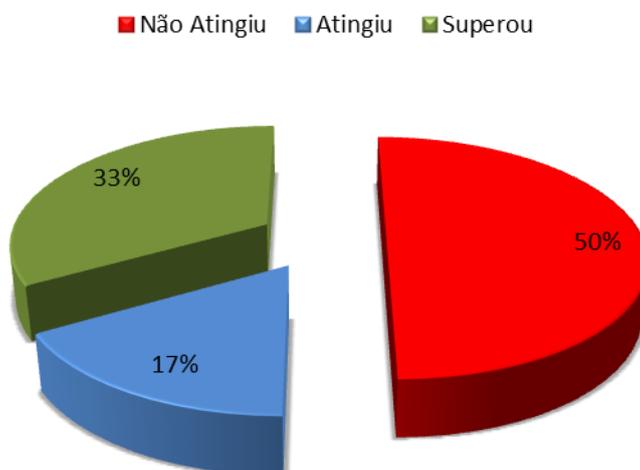
OE4 - Afirmar um posicionamento dinâmico no âmbito da relação com os parceiros nacionais e internacionais, no quadro institucional e da Base Tecnológica e Industrial de Defesa.

- OOP1 - (Eficácia) Potenciar a ação externa da DGAIED;
- OOP3 - (Eficiência) Otimizar a gestão de projetos no MDN;
- OOP6 - (Qualidade) Avaliar a satisfação das empresas nos processos de Certificação AQAP.

### *Cumprimento dos Objetivos Operacionais*

Importa destacar que 2 dos 6 objetivos acima referidos evidenciam desvios positivos e por isso superados

Gráfico 5 – Percentagem de cumprimento dos objetivos operacionais da ex-DGAIED





## *Avaliação Global do Grau do Cumprimento dos Objetivos Operacionais*

No mapa seguinte, apresenta-se um resumo da avaliação global relativa a 2015, indicando a taxa de realização de cada objetivo e indicador, bem como a taxa de realização por parâmetro (Eficácia, Eficiência e Qualidade) e avaliação final, tendo em conta as respetivas ponderações.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

**Quadro Resumo:**

Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED)														
<b>Objetivos Estratégicos (OE)</b>														
OE1 - Contribuir, na sua área de responsabilidade, para a definição de políticas no âmbito do planeamento e execução dos processos inerentes: (1) ao ciclo de vida logístico do armamento, sistemas, equipamentos de defesa e (2) à gestão das infraestruturas e património afectos à defesa. OE2 - Desenvolver capacidades e instrumentos de apoio à gestão dos processos e atividades nucleares da Direção-Geral. OE3 - Desenvolver competências multidisciplinares que permitam à DGAIED um desempenho relevante enquanto unidade funcional da Defesa Nacional. OE4 - Afirmar um posicionamento dinâmico no âmbito da relação com os parceiros nacionais e internacionais, no quadro institucional e da Base Tecnológica e Industrial de Defesa.														
<b>QUADRO RESUMO</b>														
Objetivos operacionais (OOP)	Peso dos Parâmetros	Peso dos objetivos nos parâmetros	Peso dos indicadores nos parâmetros	META 2015	Tolerância	Valor crítico	Resultados	Taxa de realização do	Classificação	Desvio/Indicador	Grau de realização do OOP	Taxa de execução dos parâmetros	Execução/peso do parâmetro	Taxa de Realização



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

<b>Eficácia</b>	OOP1 - Potenciar a ação externa da DGAIED	60%								100%	110%	44%	
	Ind.1. - % de atividades do plano de ação externa da DGAIED realizadas face ao previsto.		100%	70%	5%	94%	67%	100%	Atingiu	0%			
	OOP2 - Acompanhar a participação do MDN no âmbito da elaboração dos instrumentos de gestão territorial assegurando a salvaguarda dos interesses territoriais da defesa	40%								125%			
	Ind.2. - % de pareceres emitidos face aos processos propostos.		100%	90%	2%	100%	100%	125%	Superou	25%			
<b>Eficiência</b>	OOP3 - Otimizar a gestão de projetos no MDN	70%								92%	64%	29%	
	Ind.3. - % de projetos de armamento, equipamentos, I&D e infraestruturas atualizados no MS EPM, no CIRIS e no Base GOV.		50%	75%	0%	85%	63%	84%	Não Atingiu	-16%			
	Ind.4. -. Desvio médio da execução dos projetos de armamento, equipamentos, I&D e infraestruturas atualizados face ao planeado.	45%		50%	15%	5%	8%	15%	100%	Atingiu			0%
	OOP4 - Melhorar a eficiência operacional da execução orçamental da DGAIED	30%								0%			
	Ind.5. Número de medidas de redução de custos de funcionamento.		100%	1	0	3	0	0%	Não Atingiu	-100%			
<b>Qualidade</b>	OOP5 - Melhorar o nível de satisfação dos utilizadores e dos colaboradores da DGAIED	60%								76%	89%	13%	
	Ind.6. - Nível de satisfação dos utilizadores externos e internos da DGAIED.	15%		50%	4,40	0	4,95	2,85	65%	Não Atingiu			-35%
											<b>86%</b>		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Ind.7. - Nível de satisfação dos dirigentes e trabalhadores da DGAIED.		50%	4,20	0	4,5	3,68	88%	Não Atingiu	-12%				
	OOP6 - Avaliar a satisfação das empresas nos processos de Certificação AQAP	40%								109%			
	Ind.8. - Nível de satisfação das empresas nos processos de Certificação AQAP		50%	4,00	0	6	5	113%	Superou	13%			
	Ind.9. - Percentagem de respostas recebidas aos inquéritos de Satisfação.		50%	60%	2%	70%	63%	106%	Superou	6%			



### ***Descrição da Concretização dos Objetivos Operacionais***

A seguir apresentam-se os relatórios de concretização relacionados com cada objetivo operacional, apresentados pelos dirigentes de cada serviço a que foram atribuídos os objetivos do QUAR 2015.

### ***Objetivos Operacionais de Eficácia***

OOP 1 - Potenciar a ação externa da DGAIED.	Taxa realização= 100% ↑ Atingiu		Execução: Anual		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.1. - % de atividades do plano de ação externa da DGAIED realizadas face ao previsto.	75%	10%	100%	67%	100%

#### **Fontes de Verificação:**

- Ficheiro excel de gestão do Plano de Deslocações para 2015;
- Relatório PAE 2015. Ficheiro excel de gestão do Plano de Deslocações para 2015.

#### **Breve Análise:**

- O objetivo operacional n.º 1 foi cumprido bem como o respetivo indicador, um vez que, das 332 atividades do plano de Ação Externa planeadas, foram realizadas 222, o que perfaz, em termos percentuais, 67% de execução do plano.

#### **Síntese das Atividades:**

- Foi efetuado uma monitorização deste indicador tendo como referência a folha de registo preenchida à data de 31 de janeiro de 2015.



- Foram tidos em conta os processos elaborados pelas unidades orgânicas e registo da assiduidade dos colaboradores.

<p><b>OOP 2 - Acompanhar a participação do MDN no âmbito da elaboração dos instrumentos de gestão territorial assegurando a salvaguarda dos interesses territoriais da defesa.</b></p>	<p><b>Taxa realização =125%</b> <b>↑Superou</b></p>		<p><b>Execução: Anual</b></p>		
<p>Indicadores</p>	<p>Meta</p>	<p>Tolerância</p>	<p>Peso</p>	<p>Resultado</p>	<p>Taxa de realização</p>
<p>Ind. 2. % de pareceres emitidos face aos processos propostos</p>	<p>90%</p>	<p>2%</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>125%</p>

#### Fontes de Verificação:

- Ficheiro excel de gestão.
- Gestor documental (GESDOC).

#### Breve Análise:

- Foram emitidos 30 pareceres respeitantes a 30 processos propostos.

#### Síntese das Atividades:

- Neste âmbito foram considerados pareceres provenientes de: Entidades externas, designadamente Autarquias, Administração Central e Entidades Particulares.



### *Objetivos Operacionais de Eficiência*

OOP3 - Otimizar a gestão de projetos no MDN		Taxa realização= 92% ↓ Não Atingiu		Execução: Quadrimestral		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização	
Ind.3. - % de projetos de armamento, equipamentos, I&D e infraestruturas atualizados no MS EPM, no Ciris e no	75%	5%	50%	63%	84%	
<p><b>Armamento e Equipamento:</b> 100% atualizados (5/5): Desmilitarização em 2015; Alienação dos 2 C-212-300 Aviocar para o Uruguai; Ajuste Direto N.º13/2014- Alienação 15 C-212-100; Aeronéo-Desmantelamento em Beja; Aeronave Transporte estratégico (KC-390 ou C-130H); 100% atualizados (4/4): NPO's (1ª série); Receção definitiva dos Submarinos; 2ª série dos NPO's e Patrulhas Stanflex 300; 100% atualizados (3/3): Alienação dos 12 F-16 à Roménia; Alienação de mais 3 (12) adicionais e ALQ-131;</p> <p><b>I&amp;D:</b> 15%</p> <p><b>Infraestruturas:</b> Não apurados.</p>						
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização	
Ind.4. - Desvio médio da execução dos projetos de armamento, equipamentos, I&D atualizados face ao planeado	15%	5%	50%	15%	100%	
Nada a referir.						

#### Fontes de Verificação:

- Os projetos a considerar, neste âmbito, serão os constantes no portefólio de projetos, constantes no Plano de Atividades 2015 da DGAIED, no MS EPM (instancia DGAIED), no CIRIS (Projetos NATO em Portugal - Common-Funded Capability Packages and Projects) e no Base gov (portal dos contratos públicos online).
- Ficheiro excel de controlo de execução dos projetos de infraestruturas.



**Breve Análise:**

- O indicador de referência não foi cumprido por não terem sido rececionados os valores respeitantes à percentagem de atualização dos projetos de infraestruturas.

**Síntese das Atividades:**

- Os projetos considerados, neste âmbito, foram os constantes no portefólio de projetos, constantes no Plano de Atividades 2015 da DGAIED, no MS EPM (instancia DGAIED), no CIRIS (Projetos NATO em Portugal - common-funded Capability Packages and Projects), no Base gov (portal dos contratos públicos online) e os registados em excel e dossiers de projeto.

OOP4 - Melhorar a eficiência operacional da execução orçamental da DGAIED.	Taxa realização =0% ▼ Não Atingiu		Execução: Anual		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind 5. - Nº de medidas de redução de custos de funcionamento	1	0	100%	0	0%
Ocorrência de processo de fusão pelo que foi inexecuível a nível de estrutura/ nova orgânica implementar qualquer medida de redução de custos.					



**Fontes de Verificação:**

- Ficheiro excel de controlo de medidas de redução de custos.

**Breve Análise:**

- O indicador OOP4 não foi cumprido por inerência do processo de fusão.



### *Objetivos Operacionais de Qualidade*

<b>OOP5 - Melhorar o nível de satisfação dos utilizadores e dos colaboradores da DGAIED.</b>	<b>Taxa realização= 76%</b> <b>↓ Não Atingiu</b>		<b>Execução: Anual</b>		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.6. - Nível de satisfação dos utilizadores externos e internos da DGAIED.	4,40	0	50%	2,85	65%
O indicador 7 não foi cumprido uma vez que, à data da realização do QUAR 2015, ainda não tinha sido apurado o resultado obtido em 2014, pelo que se fez uma estimativa de meta para 2015. Por comparação com o ano anterior, neste item, obteve-se um resultado de 3,96 tendo ocorrido um decréscimo da satisfação de 1,11. Este facto pode ter como influência o processo de fusão, que a DGAIED sofreu.					
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.7. - Nível de satisfação dos dirigentes e trabalhadores da DGAIED.	4,20	0	50%	3,68	88%
O indicador 8 não foi cumprido uma vez que, à data da realização do QUAR 2015, ainda não tinha sido apurado o resultado obtido em 2014, pelo que se fez uma estimativa de meta para 2015. Por comparação com o ano anterior, neste item, obteve-se um resultado de 3,88 tendo ocorrido um decréscimo da satisfação de 0.20. Este facto pode ter como influência o processo de fusão que a DGAIED sofreu. Importa referir que o resultado obtido não é representativo do universo de trabalhadores da antiga DGAIED, uma vez que, dos 87 apenas 17 responderam ao inquérito de forma completa.					

#### Fontes de Verificação:

- Inquéritos de satisfação e aplicação de gestão dos questionários.

#### Breve Análise:



- O objetivo não foi cumprido no geral uma vez que, no caso do indicador 6, o processo de fusão é uma das potenciais causas identificadas e no caso do indicador 7 amostra não é significativa

**Síntese das Atividades:**

- Neste âmbito foi efetuada a aferição da percentagem de respostas com o objetivo de avaliar o índice de satisfação dos utilizadores externos (empresas, incluindo entidades públicas empresariais) e internos (órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado). Para tal foi utilizada uma
- ferramenta informática de apoio, o limesurvey



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

OOP6 - Avaliar a satisfação das empresas nos processos de Certificação AQAP.		Taxa realização =112,5% ↑Superou		Execução: Anual		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização	
Ind.8 - Nível de satisfação das empresas nos processos de Certificação AQAP	4	0	50%	5	125%	
Foram recebidos 5 questionários em que todos manifestaram o maior interesse em manter a Certificação AQAP. Este resultado corresponde a uma taxa de realização de 125% face à meta estabelecida.						
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização	
Ind.9 - Percentagem de respostas recebidas	60%	2%	50%	62,5%	100%	
Dos oito questionários enviados (para a totalidade das empresas com Certificação AQAP), foram recebidas 5 respostas colocando a taxa de realização ligeiramente acima, mas muito próxima dos 100%.						

**Fontes de Verificação:**

- Inquéritos de satisfação e aplicação de gestão dos questionários.

**Breve Análise:**

- De salientar que a superação do objetivo se deveu sobretudo ao manifestado interesse das empresas em manter a certificação AQAP.

**Síntese das Atividades:**

- Neste âmbito foi efetuada a aferição da percentagem de respostas cujo objetivo foi o de avaliar o índice de satisfação das empresas com o processo de Certificação ao abrigo das Normas AQAP (Allied Quality Assurance Publication) conduzido pela DGAIED.



## Gráficos com o grau de concretização por parâmetros

### Eficácia

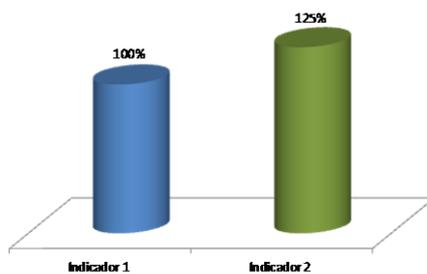
Gráfico 6 – Grau de concretização dos indicadores: Eficácia DGAIED

Legenda cores:

Não Atingiu

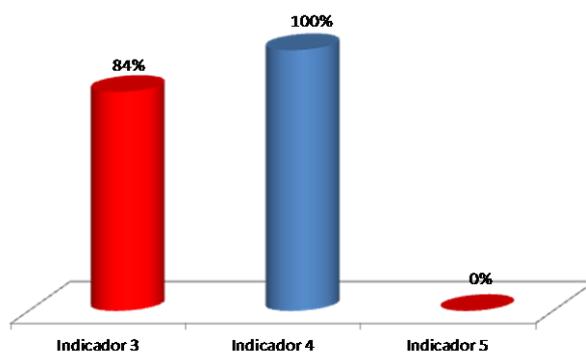
Atingiu

Superou



### Eficiência

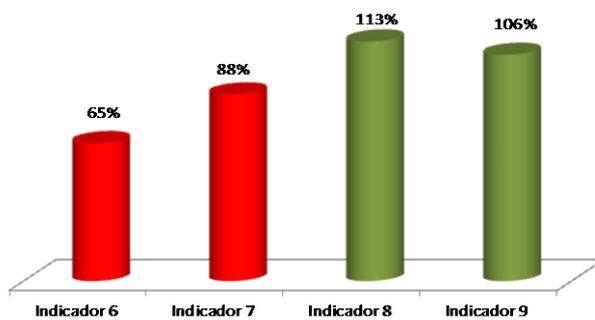
Gráfico 7 - Grau de concretização dos indicadores: Eficiência DGAIED





## Qualidade

Gráfico 8 - Grau de concretização dos indicadores: Qualidade DGAIED





### *Recursos Humanos da DGRDN*

A fusão da ex-DGPRM e da ex-DGAIED não deu origem a qualquer acréscimo de recursos humanos.

Para o apuramento da assiduidade optamos por elaborar mapa onde se encontra refletido o somatório dos Recursos Humanos planeados das ex-direcções-gerais nos QUAR's/2015 e os executados em 31 de dezembro, para o total dos trabalhadores da DGRDN.

Partindo da pontuação atribuída para cada dirigente ou carreira, foram planeados 2391 pontos de acordo com a natureza dos recursos humanos existentes nesta Direção aquando da realização do QUAR 2015, calculando os dias úteis de trabalho efetivo previsíveis (233), sem contabilização dos dias de férias, fins de semana e feriados, destes foram executados 2517 pontos, o que significa um desvio de 126.

O desvio positivo deve-se ao facto de, no ano em apreço e devido ao processo fusão, o número de cargos de dirigentes superiores e intermédios terem aumentado. Não terem sido gozadas alguns períodos de férias. Neste período também houve em determinado momento, a sobreposição de postos de trabalho, que entretanto já se encontra regularizado, nomeadamente o regresso ao Ramos de militares que prestavam serviços nas Direcções-gerais extintas.

Através da apresentação destes cálculos é possível aferir a pontuação planeada e a pontuação executada por carreiras e, conseqüentemente obter informações relativas à assiduidade dos dirigentes e trabalhadores para o cumprimento da missão, bem como identificar o nível de absentismo.

Assim, em 31 de Dezembro de 2015, a DGRDN conta com um efetivo 242 elementos, que se distribuem da seguinte forma:



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Quadro 3 – Distribuição dos trabalhadores por carreira/categoria

Carreira/Categoria	Quantidade
•Dirigentes - Direção Superior	3
•Dirigentes - Direção Intermédia	23
•Técnicos Superiores	102
•Coordenador Técnico	1
•Assistentes Técnicos	68
•Assistentes Operacionais	37
•TOTAL	234

O número global de efetivos era de 234 trabalhadores, os quais se encontravam distribuídos por dois grupos de pessoal, 120 civis e 114 militares:

- 120 Pessoal Civil = 51 %
- 114 Pessoal Militar = 49 %.

### *Afetação Real e Prevista dos Recursos Humanos DGRDN*

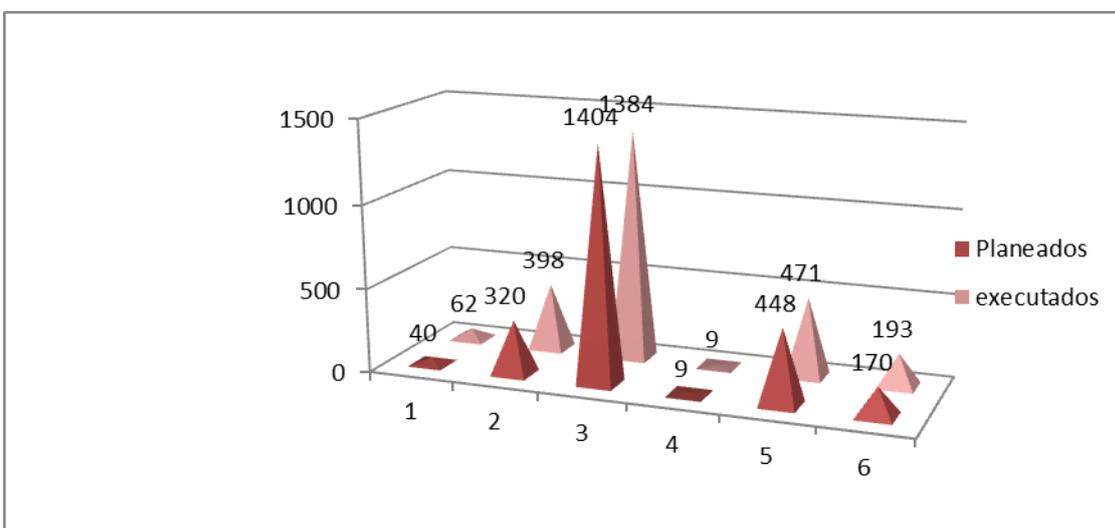
Quadro 4 – Cálculo dos pontos dos Recursos Humanos executados no ano de 2015

RH	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio	Taxa de utilização	Taxa Desvio
Dirigentes superiores	20	40	62	22	155%	55%
Dirigentes Intermédios	16	320	398	78	124%	24%
Técnicos Superiores	12	1404	1384	-20	98,5%	-1,5%
Coordenadores Técnicos	9	9	9	0	100%	0%
Assistentes Técnicos	8	448	471	23	105%	5%
Assistentes Operacionais	5	170	193	23	113,5%	13,5%
<b>Total</b>		<b>2391</b>	<b>2517</b>	<b>126</b>	<b>105%</b>	<b>5%</b>



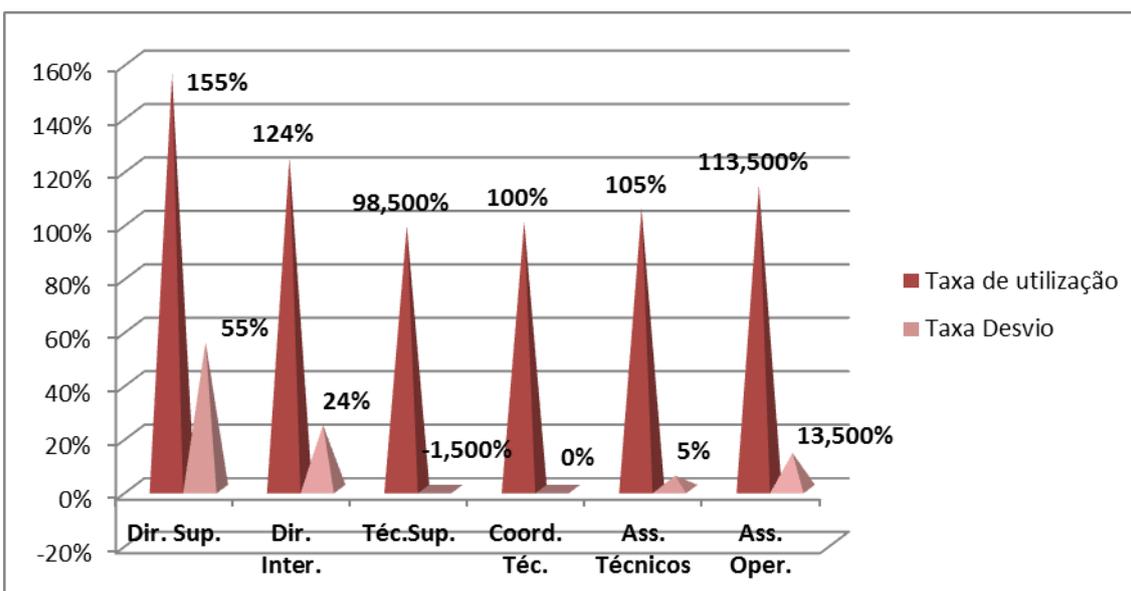
## RECURSOS HUMANOS - PLANEADOS E EXECUTADOS

Gráfico 9 – Pontuação dos Recursos Humanos planeados e executados em 2015



## RECURSOS HUMANOS - TAXA DE REALIZAÇÃO/DESVIOS

Gráfico 10 – Taxa de realização/desvios do cálculo dos Recursos Humanos





Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

Quadro 5 – Quadro resumo do cálculo da execução da pontuação dos recursos Humanos em 2015

Planeados	Executados	Taxa de Execução%	Desvio%
2391	2517	105%	5%



### *Justificação dos desvios:*

1. O desvio positivo dos dirigentes superiores, dirigentes intermédios e assistentes técnicos, deve-se ao fato de os mesmos não terem gozado as férias previstas. Estavam planeados 2 dirigentes superiores (2 diretores-Gerais das 2 Direções-Gerais extintas), com a fusão passou a existir e director geral e 2 subdiretores gerais)

**Quadro 6 – Quadro síntese do tipo de ausência ao serviço ocorridos em 2015**

Tipo de Ausência	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Casamento		0,00%	11	100,00%	11	0,70%
Parentalidade	79	10,10%	700	89,90%	779	49,30%
Falecimento de familiar	11	55,00%	9	45,00%	20	1,30%
Doença/Doença Prolongada	226	38,30%	364	61,70%	590	37,30%
Assistência a familiares	6	10,50%	51	89,50%	57	3,60%
Acidente serviço/Doença Prof.		0,00%	70	100,00%	70	4,40%
Outras	24	44,00%	30,5	56,00%	54,5	3,40%
<b>Total de dias de Faltas (DF)</b>	<b>346</b>	<b>21,90%</b>	<b>1235,5</b>	<b>78,10%</b>	<b>1582</b>	<b>100,00%</b>
<b>Nº Trabalhadores com faltas</b>	<b>25</b>	<b>41,00%</b>	<b>36</b>	<b>59,00%</b>	<b>61</b>	<b>100,00%</b>
Total de trabalhadores (NT)	145	62,00%	89	38,00%	234	100,00%
Dias de Trabalho (DT) (NT*233)	33785	62,00%	20.737	38,00%	54566	100,00%
<b>Taxa de Absentismo (DF/DT*100)</b>	<b>1,00%</b>		<b>6,00%</b>		<b>2,90%</b>	

### *Análise da produtividade*

O desempenho da DGRDN (ex-DGPRM - 118% e ex-DGAIED - 86%) foi ligeiramente superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução dos respetivos QUAR's é de 102%, para uma taxa de utilização dos recursos humanos planeados, que se situou nos 105%.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

**Quadro 7 – Análise da produtividade da DGRDN em 2015**

<b>Índice</b>	<b>Fórmula de cálculo</b>	<b>Resultado</b>
Taxa de concretização dos objetivos ex-DGPRM e Ex-DGAIED	Média Ponderada da realização dos objetivos de eficácia, eficiência e qualidade	<b>103%</b>
Taxa de realização dos Recursos Humanos	RH executados/RH planeados	<b>105%</b>
Índice de Produtividade	Taxa de concretização global dos objetivos/taxa de execução dos RH	<b>0,98</b>



## *Recursos Financeiros*

A metodologia utilizada para o tratamento dos dados financeiros seguiu o mesmo procedimento utilizado para os recursos humanos, ou seja, os valores planeados representam o somatório dos montantes previstos nas extintas direções-gerais (DGPRM e DGAIED), quanto aos valores executados representam os montantes executados das duas direções extintas e da DGRDN

A fusão das extintas Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas, concretizou-se a 1 de agosto de 2015, e consequentemente a integração dos dois orçamentos, através da transição dos saldos, dando origem ao orçamento da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN).

A DGRDN é constituída, em termos orçamentais, por uma divisão com quatro subdivisões (Atividades, LPM, LIM e Quotizações NATO). Acresce ainda uma divisão afeta ao Investimento (ex- PIDDAC, Capítulo 50).

Para efeitos de monitorização do QUAR 3º Quadrimestre, a dotação orçamental corrigida da DGRDN para o ano 2015 é aquela que se expõe no quadro abaixo, apresentando os orçamentos da DGRDN - atividades, Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes (DAAC), POLO NSPA, Estação Ibéria NATO, Turismo Militar e Receitas (atividade 236, 244 e 258), cuja dotação corrigida representa o somatório dos valores planeados das extintas Direções Gerais (DGAIED e DGPRM) e os valores executados representam o somatório dos valores executados das extintas Direções Gerais acima referidas e a DGRDN.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

**Quadro 8 – Orçamento das extintas DGAIED/DGPRM conjuntamente com o da DGRDN – 1 janeiro a 31 de dezembro de 2015**

Designação	Dotação Corrigida	Executados
<b>Orçamento de funcionamento</b>	<b>8.782.266,00 €</b>	<b>8.288.570,43 €</b>
Despesas com o Pessoal	4.228.758,00 €	3.983.236,71 €
Aquisição de bens e serviços	769.398,00 €	647.609,12 €
Outras despesas correntes	750,00€	747,61€
Aquisição de bens de capital	3.783.360,00 €	3.656.976,99 €
<b>Ex-PIDDAC</b>	<b>1.742.169,00 €</b>	<b>1.236.791,27 €</b>
<b>Outros valores</b> <sup>2</sup>	<b>20.310.307,00 €</b>	<b>6.661.551,12 €</b>
<b>Total (OF + PIDDAC + Outros)</b>	<b>30.834.742,00 €</b>	<b>16.186.912,82 €</b>

**Quadro 9 – Resumo da execução dos Recursos Financeiros da DGRDN em 2015**

Planeados	Corrigido	Executados	Taxa de execução (%)	Desvio (%)
27.937.762,00 €	30.834.742,00 €	16.186.912,82 €	52%	-48%

Os dados a seguir apresentados, reportam à data da criação da DGRDN, 1 de agosto de 2015, até ao final do ano económico, permitindo desta forma efetuar uma análise financeira mais coerente face à atual estrutura, considerando que o quadro anterior reflete um período atípico em que de janeiro até julho existiam duas entidades distintas (ex-DGAIED e ex-DGPRM).

<sup>2</sup> «Outros valores» inclui a dotação da EINATO, POLO NSPA, Turismo Militar e Receitas (atividade 236; 244 e 258), ONG e Quotas relativas à Saúde e Desporto Militar.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Assim, a dotação orçamental corrigida para as atividades da DGRDN é de 16.775.976,00 €. Este valor é obtido através do somatório dos montantes provenientes de Receitas Gerais e de receitas Próprias., que se subdividem-se nos principais agrupamentos económicos, de acordo com o quadro abaixo exposto:

**Quadro 10 - Orçamento de Funcionamento DGRDN Atividades – 1 agosto a 31 de dezembro de 2015**

<b>Agrupamento económico</b>	<b>Dotação Corrigida</b>	<b>Execução</b>	<b>Percentagem Execução</b>
<b>Despesas com o Pessoal</b>	1.804.130,00 € <sup>3</sup>	1.515.911,22 € <sup>4</sup>	84,02%
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	2.182.696,00 € <sup>5</sup>	1.735.469,25 € <sup>6</sup>	79,51%
<b>Transferências correntes</b>	12.970,00 €	12.600,00 €	79,51%
<b>Outras despesas correntes</b>	476.681,00 €	1.137,63 €	0,24%
<b>Aquisição de bens de capital</b>	12.299.499,00 € <sup>7</sup>	3.226.258,00 € <sup>8</sup>	26,23%
<b>Total de Funcionamento</b>	<b>16.775.976,00 €</b>	<b>6.491.376,10 €</b>	<b>38,69%</b>

Na DGRDN, relativamente ao ano de 2015, verificou-se uma execução total da despesa, do orçamento de funcionamento no montante de 6.491.376,10 €, dos quais, 4.323.009,70 € decorrem das Receitas Gerais e os restantes 2.168.366,40 € das Receitas Próprias. Em termos percentuais as Receitas Gerais representam 66,60 % da execução total da despesa do orçamento de funcionamento e os restantes 33,40 %

<sup>3</sup> Receitas Gerais = 1.758.101,00€ + Receitas Próprias = 46.029,00€;

<sup>4</sup> Receitas Gerais = 1.512.586,50€ + Receitas Próprias = 3.324,72€;

<sup>5</sup> Receitas Gerais = 675.988,00€ + Receitas Próprias = 1.599.457,00€;

<sup>6</sup> Receitas Gerais = 1.273.997,94€ + Receitas Próprias = 461.471,31€;

<sup>7</sup> Receitas Gerais = 2.462.070,00€ + Receitas Próprias = 9.837.429,00€;

<sup>8</sup> Receitas Gerais = 2.336.351,89€ + Receitas Próprias = 889.906,11€;



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

são relativos da execução das Receitas Próprias. Esta baixa execução ao nível das Receitas Próprias, e consequentemente uma baixa execução do orçamento de funcionamento (38,69%), justifica-se por não ter sido arrecadada a totalidade da receita orçamentada para 2015. No entanto, a receita recebida em 2015, foi executada quase na sua totalidade.

A reorganização do orçamento da DGRDN, em termos do SIGDN é constituída por uma empresa com 15 Centros Financeiros, dos quais se encontram ativos 13 Centros Financeiros, apresentados no quadro seguinte:

Quadro 11 - Orçamento da DGRDN por Centros Financeiros – 1 agosto a 31 de dezembro de 2015

Centro Financeiro	Dotação Corrigida	Execução	Execução (%)
<b>Atividades (DGRDN)</b>	16.775.976,00 €	6.491.376,10 €	<b>38,69%</b>
DAAC	314.633,00 €	262.793,76 €	<b>83,52%</b>
DDN	1.144.914,00 €	1.068.756,54 €	<b>93,35%</b>
Incentivos	180.729,00 €	179.728,12 €	<b>99,45%</b>
CIOFE	226.736,00 €	104.373,52 €	<b>46,03%</b>
PALOP's	140.423,00 €	124.605,06 €	<b>88,74%</b>
EINATO	338.958,00 €	304.908,27 €	<b>89,95%</b>
POLO NSPA	93.059,00 €	80.408,75 €	<b>86,41%</b>
Turismo Militar	200.000,00 €	200.000,00 €	<b>100,00%</b>
LPM	66.389.607,00 €	53.061.246,46 €	<b>79,92%</b>
LIM	5.444.535,00 €	163.984,31 €	<b>3,01%</b>
Receita Quotizações NATO	5.863.076,00 €	2.052.644,07 €	<b>35,01%</b>
Ex-PIDDAC	1.742.169,00 €	978.962,27 €	<b>56,19%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>98.854.815,00 €</b>	<b>65.073.787,23 €</b>	<b>65,83%</b>



A DGRDN, em 2015, como se pode constatar da análise do quadro exposto:

1. Teve uma execução orçamental total de 65,83%.
2. As atividades decorrentes da Lei do Serviço Militar tiveram uma execução de aproximadamente 90%.
3. Saliente-se ainda o facto, das despesas decorrentes das atribuições consagradas na Lei do Serviço Militar, na Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, designadamente, os encargos referentes ao Recrutamento Militar, ao CIOFE, à organização e realização do DDN, bem como as verbas a atribuir de acordo com Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, apoio prestado aos cidadãos Deficientes das Forças Armadas e dos cidadãos dos PALOP's, não se encontrarem, por decisão política, refletidas na proposta de orçamento ordinária. Todas as atividades que tem como fonte de financiamento as verbas da Lei do Serviço Militar foram realizadas.
4. A execução das atividades que decorrem do financiamento das verbas da Lei do Serviço Militar, designadamente, os encargos referentes à organização e realização do DDN totalizaram o montante de 1.068.756,54 €, o CIOFE no valor de 104.373,52 €, bem como as verbas a atribuir de acordo com o Regulamento de Incentivos à Prestação do Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado no valor de 179.728,12 €. O apoio prestado aos Cidadãos Deficientes das Forças Armadas e dos Cidadãos dos PALOP's no montante de 124.605,06 €.
5. O Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes teve uma execução total de 262.793,76 €, sendo de salientar a celebração, durante o corrente ano, de dois protocolos no âmbito do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares, nomeadamente com a Associação dos Deficientes das Forças Armadas e do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.
6. Na sequência da celebração do Protocolo entre a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e a ATMPT - Associação do Turismo Militar Português que pretende garantir a estabilidade no planeamento das atividades e ações de



- promoção do turismo militar, foi necessário dotar a referida Associação, dos meios financeiros adequados ao desenvolvimento do fim social previsto estatutariamente, no montante de 200.000 €.
7. A Lei de Programação Militar apresentou uma execução de 79,92%, esta execução diz respeito às rendas de locação do EH101, C-295 e à manutenção do contrato FISS e manutenção de motores do EH-101. Releva-se que no final do ano, foi necessário proceder-se a uma alteração orçamental, entre rúbricas sujeitas a cativação, de modo a atenuar a cativação legal existente e cujo pedido de descativação não obteve despacho favorável.
  8. A Lei Orgânica n.º6/2015 de 18 de maio, Lei de Infraestruturas Militares LIM, estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à Defesa Nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos no financiamento dos projetos nela previstos. A sua baixa execução orçamental, uma taxa de 3,01%, deveu-se ao facto de não ter sido possível proceder à aplicação do montante 13.394.700,00€ recebido no final do ano económico, novembro, respeitante à alienação dos imóveis PM200 e PM216/Lisboa, por não existir tempo útil para o lançamento de qualquer procedimento.
  9. Na Receita Quotizações NATO, foi programado um montante de 5.8M€, para fazer face às despesas inerentes aos projetos NATO em curso. A baixa percentagem de execução, na ordem dos 35%, deveu-se ao facto de ser espectável pagar à NCIA 2 prestações no montante de 3.200,00€, bem como a finalização do projeto BRASS no montante de 1.500.000,00 €. Tal não ocorreu, pois no que se refere à NCIA o projeto atrasou por motivos de testes de aceitação dos países que aderiram ao mesmo projeto e no caso do BRASS, os motivos centraram-se em atrasos de outros países aderentes a este projeto no que respeita a equipamentos e execução dos trabalhos de comunicações.



### *Análise “Custo-Eficácia”*

Uma análise do custo - eficácia pretende avaliar em que medida o custo inerente ao desempenho global foi o menor possível. O desempenho da DGRDN foi ligeiramente superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do QUAR de 103% em comparação com a taxa de utilização dos recursos financeiros (65,38%).



## *Sistema de Controlo Interno (SCI)*

A Portaria nº 93/2012, de 3 de abril, expressa de forma clara as competências de cada unidade orgânica a par do determinado na Carta de Missão, prevista no Decreto Regulamentar nº 6/2012, de 18 de Janeiro. Constituindo a base de avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI). O SCI dispõe de um conjunto de meios que permite efetuar o controlo da gestão interna do serviço particularmente pelo acompanhamento dos instrumentos de gestão (Planeamento de programas e ações através do Plano de Atividades, análise previsional de pessoal no Balanço Social, Relatório de Atividades e monitorizações do QUAR, bem como o recurso à lista de verificação disponibilizada (Quadro abaixo). Da análise da lista de verificação, constata-se que a DGRDN cumpre grande parte dos requisitos enunciados, embora, formalmente, determinados procedimentos e instrumentos ainda não estejam implementados.

A DGRDN desenvolveu e agilizou a normalização de circuitos, procedimentos e minutas relativas aos documentos de apoio, existindo uma plataforma interna de gestão documental.

As impressoras instaladas na DGRDN são comuns, pré-definidas com escala de cinza e impressão frente e verso, cujo acesso se faz através do cartão pessoal de cada trabalhador, ficando registado o número de fotocópias/trabalhador.

A Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio (DSGFA), tem a seu cargo a *gestão do economato*. Existe uma aplicação, acedida pela rede interna, em que as unidades orgânicas solicitam os materiais de aprovisionamento, através de requisição de material, sendo entregue em dia fixo preestabelecido.

*Gestão da assiduidade*, está implementado o sistema de registo de assiduidade que se faz através da passagem do cartão pessoal, que regista a hora de entrada e saída de cada trabalhador, bem como o registo diário da situação em que cada trabalhador



se encontra, no que se refere a ausências, nomeadamente, faltas e de licenças sistema SRH PLUS.

Não se encontra implementado um sistema de controlo interno no âmbito da contratação pública ou norma interna que defina responsabilidades dos respetivos intervenientes neste âmbito.

Todavia, encontram-se instituídos, ainda que a título informal, mecanismo de controlo interna que garantem uma adequada segregação de funções no que tange aos atos de autorização, aprovação, execução e controlo da despesa. Para além do facto, destacamos a intervenção da Secretaria-Geral nesta matéria, como seja, nas fases do cabimento, compromisso e processamento de pagamento.

Quanto à elaboração do Plano de Gestão de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas para a DGRDN, foi constituído um grupo de trabalho sob a orientação da Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio, estando neste momento a proceder ao levantamento e a identificação dos riscos junto de todas as direções de serviço, com o objetivo de adotar medidas de prevenção.

O planeamento das necessidades de pessoal é um aspeto que tem merecido da parte da DGRDN uma atenção especial, dadas as restrições para contratação de novos elementos, apenas foram recrutados trabalhadores através da mobilidade interna.

No entanto em dezembro de 2015 foram abertos 2 procedimentos concursais para recrutamento de 4 técnicos superiores e um assistente operacional, ambos para trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

Em 2015 a DGRDN continuou a diligenciar, no sentido de reforçar o seu sistema de controlo interno, apesar de ainda persistirem formas de controlo informais.



*Inquérito Sistema de Controlo Interno (SCI) ex-DGPRM*

**Quadro 12 – Inquérito do Sistema de Controlo Interno da ex-DGPRM**

Procedimentos	Aplicado			Observações e fontes de informação (evidências)
	S	N	NA	
<b>1 - Ambiente de controlo</b>				
1.1 A fiscalização interna do sistema de controlo interno é regida por lei?		X		
1.2 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?		X		Não existe equipa de controlo e auditoria autónoma
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, princípios de bom governo)?	X			Os valores éticos e de integridade que regem o serviços estão definidos no Estatuto Disciplinar que Exercem Funções Públicas (Lei nº 58/2008, de 9 de setembro e código de ética e conduta da DGPRM.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Realizam-se reuniões semanais de dirigentes e com despacho diário
1.7 O arquivo de documentos é organizado e permite a fácil localização?	X			Existe na DGPRM um classificador, segundo o qual toda a documentação é arquivada nos respetivos processos. Sobre o volume de documentação produzida e recebida na DG consultar anexo.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Procedimentos	Aplicado			Observações e fontes de informação (evidências)
	S	N	NA	
<b>2 - Estrutura organizacional</b>				
2.1 - Existe um organograma legal da entidade?  Corresponde ao organograma real?	X			
2.2 - Existe uma definição clara de funções e responsabilidades por unidade orgânica e por cada dirigente e trabalhador?	X			As funções de cada unidade correspondem exactamente aquelas que constam na legislação.
2.3 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Decreto Regulamentar nº 6/2012 de 18 de Janeiro, Portaria nº 93/2012, de 3 de abril e Despacho nº 7790/2012 de 6 de junho
2.4 - Os colaboradores do serviço foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			Foi feita a avaliação do biénio anterior. Foram definidos os objetivos para o biénio 2015/2016.
2.5 - Número de colaboradores do serviço que frequentam pelo menos uma ação de formação	X			Dos 147 trabalhadores 81 efetuaram pelo menos uma ação de formação.
2.6 - São elaborados Planos de Atividade?	X			São elaborados anualmente e sempre nos prazos legais estipulados para o efeito.
2.7 - São elaborados Relatórios de Atividade?	X			São elaborados anualmente com elevado grau de detalhe.
<b>3 - Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço</b>				
3.1 - Existe manual de procedimentos interno e/ou de contabilidade?	X			Existe apenas manual de procedimento da aplicação dos SIADAP



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Procedimentos	Aplicado			Observações e fontes de informação (evidências)
	S	N	NA	
3.2 - A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Direção
3.3 - A realização de despesa ocorre sempre atendendo aos limites das dotações disponíveis?	X			Orçamento da DGPRM/DGRDN
3.4 - É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É elaborado um plano anual de compras, tendo em conta as necessidades por unidade orgânica e de acordo com o orçamento da DGPRM/DGRDN
3.5 - Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			Dentro da unidade orgânica e entre unidades orgânicas
3.6 - Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Existe manual de viaturas e de fundo de maneo funcional
3.7 - Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			A informação segue um único circuito, sendo encaminhada para o respetivo serviço através de protocolo, devidamente registado
3.8 - Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Foi elaborado em 2014 o plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e publicado na página da intranet e constituído um grupo de trabalho para a elaboração do Plano da DGRDN.
3.9 - O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			O Plano é acompanhado por todos os trabalhadores.
<b>4 - Fiabilidade dos sistemas de informação</b>				



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Procedimentos	Aplicado			Observações e fontes de informação (evidências)
	S	N	NA	
4.1 - Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			No âmbito das aplicações de gestão de recursos financeiros, a DGPRM/DGRDN utiliza a plataforma disponibilizada em modo partilhado pela SG/MDN e denominada SAP.  Relativamente às restantes áreas, essas são suportadas por aplicações produzidas internamente.
4.2 - As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		X		As aplicações produzidas internamente partilham um sistema integrado de credenciação, contudo, relativamente à manipulação dos dados, esta integração não se aplica pelo facto de tratarem informação díspar.
4.3 - Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			Os mecanismos relativos à fiabilidade da informação encontram-se integrados nas aplicações sob a forma de procedimentos internos, contudo recorre-se igualmente à decomposição da informação e conferência dos dados.
4.4 - A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			Através de relatórios
4.5 - Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Os requisitos de segurança definidos internamente assentam sobre os princípios da confidencialidade, integridade, disponibilidade e controlo de acessos.  Aliada a estas premissas, existe uma cuidada política de cópias de segurança.
4.6 - A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			As aplicações encontram-se protegidas por mecanismos de autenticação, evitando desta forma o acesso por utilizadores não autorizados.
<b>5 - Pessoal</b>				



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Procedimentos	Aplicado			Observações e fontes de informação (evidências)
	S	N	NA	
5.1 - Quem tem competência para autorizar e quais as formalidades a cumprir na admissão de novos trabalhadores?	X			Quem tem competência é o Diretor-Geral e sempre através de procedimento concursal ou mobilidade interna.
5.2 - Existe para cada trabalhador um processo individual e estão atualizados?	X			Cada trabalhador e dirigente tem um processo individual, sempre atualizado, devidamente numerador e onde são arquivados todos os documentos relacionados com os mesmos, encontram-se neste momento a serem digitalizados.
5.3 - Está controlado o acesso a estes processos?	X			Os processos encontram-se em armários de arquivo sempre fechados à chave.
5.4 - Existe controlo de horários?	X			O controlo é efetuado através de cartão magnético que regista as entradas e as saídas, havendo controlo sobre as horas de presença e as horas trabalhadas SHR PLUS.
5.5 - A realização de trabalho suplementar está previamente autorizada e enquadrada legalmente?	X			Anualmente é elaborada uma informação acompanhada de despacho do Diretor-geral com a previsão eventual da necessidade de se realizar trabalho suplementar, normalmente para o motorista e secretária.
5.6 - É efetuado anualmente o Balanço Social do Serviço?	X			Anualmente Balanço Social é efetuado dentro dos prazos legais.

Legenda: S - sim; N - não; NA - Não aplicável



*Inquérito Sistema de Controlo Interno (SCI) ex-DGAIED*

**Quadro 13 - Inquérito do Sistema de Controlo Interno da ex-DGAIED**

QUESTÕES	APLICADO			FUNDAMENTAÇÃO
	S	N	NA	
<b>1 - AMBIENTE DE CONTROLO</b>				
1.1 - Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		x		
1.2 - É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	x			
1.3 - Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			x	
1.4 - Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	x			Os valores da DGAIED encontram-se inscritos no documento “Plano estratégico 2010-2015 da Direção-geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa”.
1.5 - Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	x			Plano Anual de formação mas o seu desenvolvimento não tem subjacente um efetivo diagnóstico das necessidades formativas dos colaboradores da DG.
1.6 - Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	x			Existem reuniões regulares entre a direção e os dirigentes intermédios.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

QUESTÕES	APLICADO			FUNDAMENTAÇÃO
	S	N	NA	
1.7 - O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	x			Nada a referir
<b>2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>				
2.1 - A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	x			Decreto Regulamentar n.º 5/2012, de 18 de janeiro, Portaria n.º 92/2012, de 2 de abril, e Despacho n.º 7636/2012, de 4 de abril, do Diretor-geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa.
2.2 - Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	x			100%.
2.3 - Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	x			Dos 87 trabalhadores apenas 37 efetuaram pelo menos uma ação de formação. *Não foram considerados os trabalhadores do Polo NSPA (1) e da EIN (26).
<b>3 - ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO ADMINISTRATIVO IMPLEMENTADOS NO SERVIÇO</b>				
3.1 - Existem manuais de procedimentos internos?		x		
3.2 - A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	x			Direção



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

QUESTÕES	APLICADO			FUNDAMENTAÇÃO
	S	N	NA	
3.3 - É elaborado anualmente um plano de compras?		x		
3.4 - Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		x		Não mas, sempre que considerado adequado, a mobilidade interna dentro da Direção-geral é fomentada, nos termos da Lei 35/2014 de 20 de junho.
3.5 - As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?		x		O descritivo funcional de cada posto de trabalho constante no mapa de pessoal da DGAIED responde apenas parcialmente a este desiderato de segregação de funções de forma a permitir uma efetiva responsabilização dos diferentes atores.
3.6 - Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?		x		
3.7 - Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?		x		
3.8 - Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?		x		O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas de 2011 não foi revisto e/ou atualizado em 2014.
3.9 - O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?			x	Ver resposta anterior.
<b>4 - FIABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO</b>				



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

QUESTÕES	APLICADO			FUNDAMENTAÇÃO
	S	N	NA	
4.1 - Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	x			Área de execução orçamental, gestão de tesouraria, gestão documental e controlo da assiduidade.
4.2 - As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		x		
4.3 - Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?		x		
4.4 - A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	x			Com a informação extraída são elaborados relatórios, estatísticas e indicadores de gestão.
4.5 - Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	x			Considerando a atividade desenvolvida por esta Direção-geral, encontram-se implementadas as instruções relativas aos requisitos de segurança nacional, salvaguarda e defesa das matérias classificadas. O acesso de utilizadores e de computadores a recursos de rede são efetuados através de mecanismos de autenticação e de autorização no domínio <i>defesa.pt</i> e no domínio Direção-geral, mecanismos esses, que são assegurados pela Secretaria-Geral do MDN, através do Centro de Dados de Defesa, e pela DGAIED, respetivamente.
4.6 - A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i> )?	x			Neste âmbito, releva-se que apesar de não se efetuarem <i>backups</i> aos computadores de rede, em 2013 começou-se a efetuar <i>backups</i> aos servidores existentes na Direção-geral.
4.7 - A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?	x			A administração da rede informática comum da defesa é da responsabilidade da Secretaria-Geral do MDN, através do Centro de Dados de Defesa.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

Legenda: S - sim; N - não; NA - Não aplicável



## *Desenvolvimento de medidas para o esforço positivo do desempenho*

### **Ações de melhoria**

O ano de 2015 foi marcado pela integração e otimização dos processos internos, numa lógica de orientação para a gestão por objetivos e para a melhoria contínua, através da introdução de modelos e ferramentas que potenciam a melhoria do desempenho da nova Direção-Geral, bem como pela estabilização do seu quadro de recursos humanos. A concretização do processo de fusão da DGRDN, obrigou à concentração na tomada de medidas que, de forma orientada e gradual, permitissem o alinhamento de processos, funções e pessoas, nomeadamente no seguinte:

- Definição de uma nova estratégia para a organização;
- Revisão de metodologias de trabalho e processos internos;
- Integração dos Sistemas de Informação existentes e implementação de novos processos assentes nas tecnologias de informação e comunicação;
- Racionalização dos planos de ocupação de imóveis através da agregação de serviços;
- Normalização dos processos e das atividades de gestão financeira e orçamental;
- Implementação de medidas no sentido de criar sinergias e eliminar recursos duplicados, mediante a gestão da mudança com o menor impacto possível nas pessoas.
- Investimento na motivação e qualificação dos colaboradores, nomeadamente através do desenvolvimento de um plano de formação orientado para as diversas áreas de atividade da DGRDN.
- Otimização dos recursos internos, com base em critérios de eficácia e eficiência, numa lógica de maximização de resultados e contenção de



custos na Administração Pública, em consonância com as medidas de consolidação orçamental.



*Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional que possam constituir padrão de comparação*

Na Administração Pública não existe outro organismo que prossiga os mesmos objetivos, portanto, não existem organismos homogêneos com os quais a DGRDN se possa comparar.

*Menção de proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação*

Conforme disposto no artigo 18.º, n.º 3, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, compete ao dirigente máximo do serviço propor, como resultado da autoavaliação, a menção respeitante à avaliação final do serviço.

De acordo com o exposto no presente relatório quanto à apreciação quantitativa dos resultados alcançados, a avaliação final da DGPRM no que respeita à concretização do QUAR é de 120 %. Em termos qualitativos a DGPRM, dos objetivos constantes do seu QUAR, superou 5 e atingiu 1.

Quadro 14 – Autoavaliação da DGPRM

Objetivos	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação	60%	20%	20%
Taxa de Realização	<b>128%</b>	<b>103%</b>	<b>114%</b>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Quadro 15 – Avaliação final quantitativa e qualitativa da DGPRM

Avaliação final do Serviço	Bom	Satisfatório	Insuficiente
Taxa Média de Realização			
	120%		

Relativamente à apreciação qualitativa dos resultados alcançados pela DGAIED, a avaliação final, no que respeita à concretização do QUAR, é de 86%. A DGAIED, dos objetivos constantes no seu QUAR, superou 2 e não atingiu 3.

Quadro 16 - Autoavaliação da DGAIED

Objetivos	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação	40%	45%	15%
Taxa de Realização	110%	64%	89%

Quadro 17 - Avaliação final quantitativa e qualitativa da DGAIED

Avaliação final do Serviço	Bom	Satisfatório	Insuficiente
Taxa Média de Realização			
			86%

No seguimento do exposto e por motivos de fusão das duas antigas Direções-Gerais, ter-se-á que efetuar a média aritmética dos resultados obtidos. Assim, de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 15.º do mesmo diploma legal, propõe-se a atribuição da menção de



Satisfatório para o desempenho da DGRDN, visto que superou/atingiu os objetivos mais relevantes.

Quadro 18 - Avaliação final quantitativa e qualitativa da DGRDN

Avaliação final do Serviço	Bom	Satisfatório	Insuficiente
Taxa Média de Realização			
		103%	

### *Audição Externa e Interna*

#### *Inquéritos externos (ex-DGPRM)*

Na área do **apoio aos antigos combatentes** relativamente à satisfação percebida pelos utentes do trabalho efetuado, foi realizada a consolidação da monitorização do atendimento presencial e telefónico, através da realização de inquéritos de satisfação. A qualidade do atendimento presencial e telefónico, no Balcão Único da Defesa, teve uma ligeira subida no elevado padrão de qualidade traduzido num grau de satisfação dos utentes de 99,25% (medido através da realização de 284 inquéritos).

A escala utilizada foi a seguinte: graus (Mau, insuficiente, suficiente, bom e muito bom).

Foram efetuados 1.620 atendimentos aos utentes, dos quais 284 (17,53%) presenciais e 1.336 (82,47%) telefónicos.



O tempo de espera no Balcão Único da Defesa é praticamente inexistente, o que resulta numa taxa média de 99,6% de pouco tempo de espera, confirmado pelos 284 inquéritos presenciais realizados.

O **Dia da Defesa Nacional**, tanto pelos seus objetivos como pela abrangência associada à sua implementação, constitui-se como campo fundamental para recolha de informação passível de enformar uma análise sobre a relação dos jovens com as Forças Armadas.

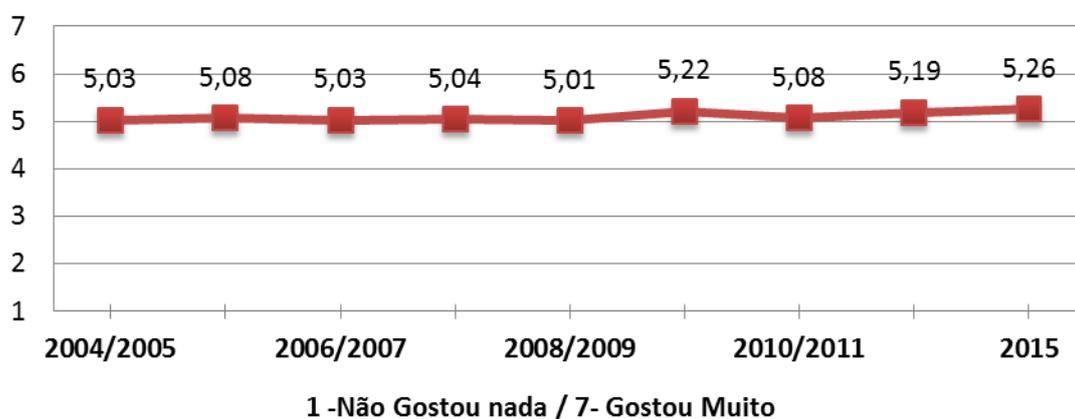
Enquanto objeto de estudo, e com intentos de avaliar a forma como é percecionado pelos jovens que nele participam, podemos dizer que em 2015 se continuou a assistir a uma estabilização da apreciação. Importa desde já referir que, em termos gerais, o Dia da Defesa Nacional foi apreciado de uma forma muito positiva pelos jovens que nele participaram, revelando ainda boa capacidade de resposta face à heterogeneidade da população participante (aplicados 89.962 questionários no ano 2015). A distribuição da população pela escala de apreciação utilizada, permite constatar que 74,1% da população masculina e 77,2% da população feminina inquirida se posiciona nas zonas mais positivas de apreciação. Esta distribuição fez com que a apreciação geral apresentasse um valor médio total de 5,26 (M= 5,20 e F= 5,32), o que, face ao número de jovens participantes é de assinalar.

Em síntese, podemos afirmar que, pese embora, o Modelo tenha sido reconfigurado os níveis de apreciação não perderam positividade, tendo até tido algum incremento, conforme podemos verificar através da análise evolutiva, constante do gráfico seguinte.



## Apreciação geral do DDN - 2005-2015

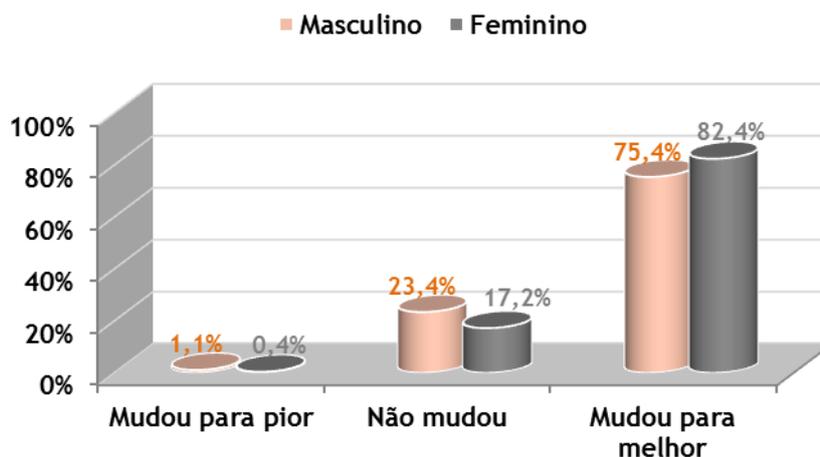
### Apreciação Geral DDN



Em termos de efeito do Dia da Defesa Nacional na formulação ou estruturação de opiniões sobre Forças Armadas, e entendendo apenas os dados como uma possibilidade de captação do prestígio atribuído ao evento e à instituição militar, podemos dizer que as mulheres tendem a considerar mais que a sua opinião sobre as Forças Armadas mudou para melhor (82.4%, quando nos homens o valor é de 75,4%), mas estamos a falar de valores muito positivos em ambos os géneros. Tal como referimos, sem ser possível ou aconselhável estabelecer nexos de causalidade entre participação no DDN e opinião sobre as Forças Armadas, é de referenciar que o efeito desta participação é estável e muito positivo.



## O Dia da Defesa Nacional e a opinião sobre as Forças Armadas



N Masculino = 41 015 - N Feminino= 39 443

## Predisposição para o ingresso nas Forças Armadas

No sentido de se perceber de forma mais concreta a predisposição dos jovens para ingressarem nas Forças Armadas optou-se por analisar os dados do ponto de vista evolutivo. Assim, constatamos que o número de possíveis interessados em ingressar nas Forças Armadas tem vindo a registar um aumento progressivo nos últimos dois ciclos em análise, podendo dizer-se que foi interrompida a trajetória descendente que se registava desde praticamente 2007. De salientar, a ausência de valores em relação ao ano de 2014, dado que, o Dia da Defesa Nacional esteve suspenso.



### Evolução da Percentagem de Interessados em ingressar

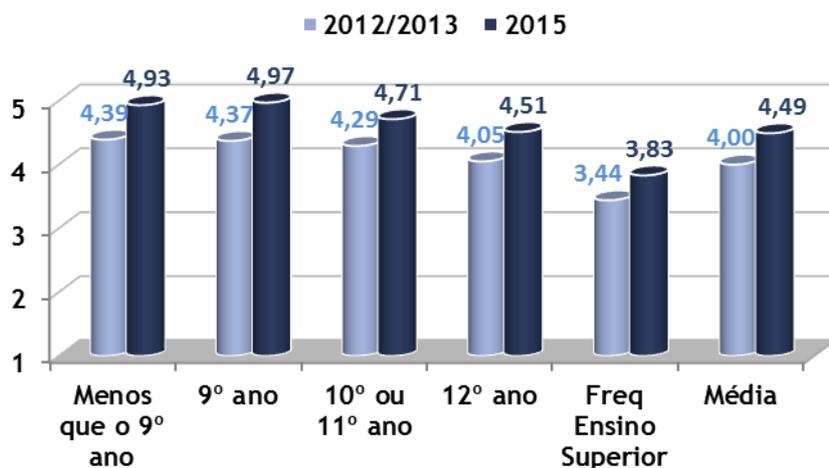


Ao analisar a variação da predisposição para ingresso nas Forças Armadas face ao nível de escolaridade dos jovens inquiridos, constatamos desde logo, que à medida que a escolaridade aumenta, a predisposição para o ingresso tende a diminuir, mas registando sempre valores positivos.

De salientar, no entanto, que numa perspetiva evolutiva o ano de 2015 regista em todos os níveis de escolaridade valores médios mais elevados que o ano de 2012/2013. Isto significa que as Forças Armadas conseguiram aumentar o seu poder de atratividade, inclusivamente junto dos jovens mais escolarizados, ou seja, junto dos jovens com o 12º ano ou frequência do ensino superior, que representam a maioria da população inquirida.



### Interesse em ingressar nas Forças Armadas em função da escolaridade



Em síntese, pode dizer-se que a apreciação do Dia da Defesa Nacional continua com valores muito positivos, o que significa que a reorganização que foi operada no modelo de implementação deste evento foi ajustada. Ao mesmo tempo, verifica-se que a predisposição dos jovens para ingressar nas Forças Armadas voltou a subir o que demonstra que a atratividade desta oferta profissional tem dimensão e margem de progressão.

### *Inquéritos internos (ex-DGPRM)*

No que respeita aos inquéritos destinados aos trabalhadores da DGPRM para avaliação do grau de satisfação no serviço, aplicou-se um questionário para todos os trabalhadores.

A escala contínua que mede o grau de satisfação é a seguinte: 1 (muito insatisfeito) a 6 (muito satisfeito).

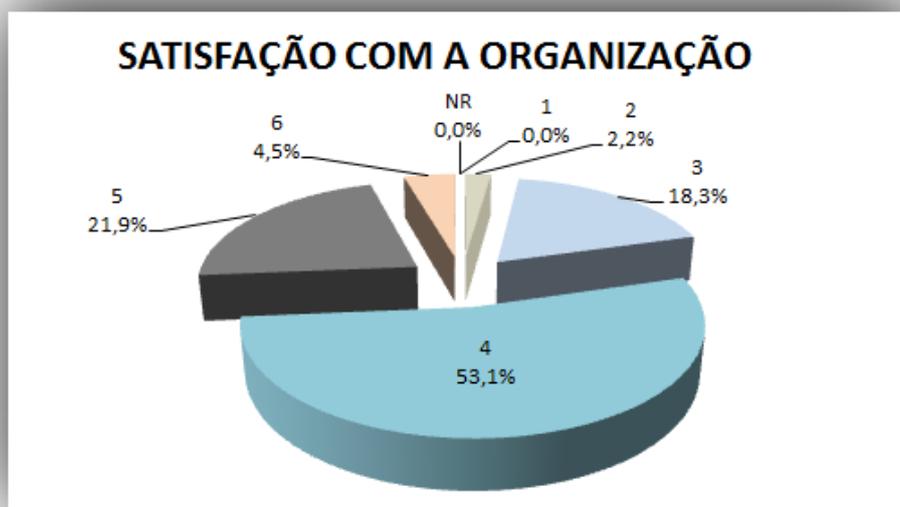


Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

O “Questionário de satisfação para trabalhadores” apresentado *on-line*, valorou os seguintes aspetos de satisfação: perceção geral dos colaboradores com a organização, gestão e sistemas de gestão, condições de trabalho, desenvolvimento da carreira, motivação, estilo de liderança, e, condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços. Foram distribuídos 138 questionários e respondidos 56 (40,5%). O quadro seguinte resume os principais resultados percentuais obtidos.

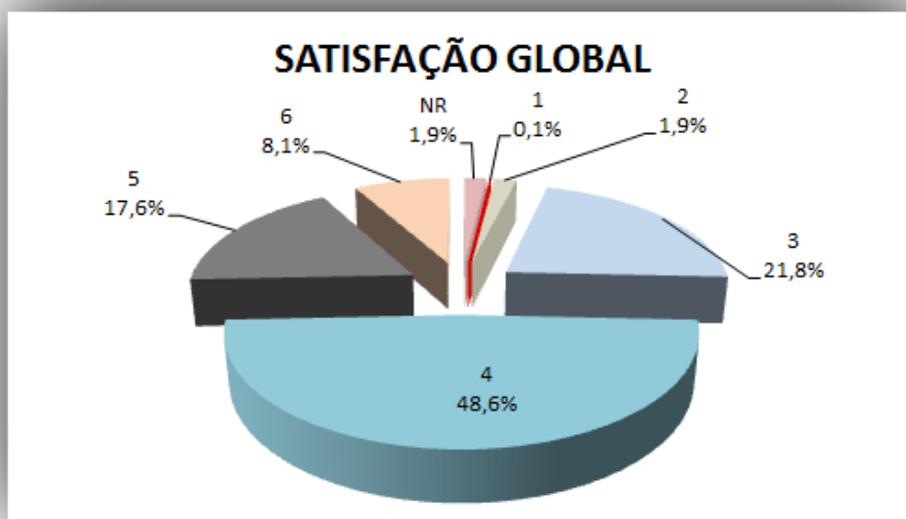
Grau de satisfação/Questões	NR	1	2	3	4	5	6	VALOR MÉDIO DA QUESTÃO
COM A ORGANIZAÇÃO	0,0%	0,0%	2,2%	18,3%	53,1%	21,9%	4,5%	<b>4,1</b>
GESTÃO E SISTEMAS DE GESTÃO	0,7%	0,0%	1,1%	17,9%	48,2%	21,4%	10,7%	<b>4,2</b>
CONDIÇÕES DE TRABALHO	0,0%	0,0%	1,8%	22,4%	45,7%	19,9%	10,2%	<b>4,1</b>
DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA	0,0%	0,0%	1,8%	27,5%	52,9%	13,2%	4,6%	<b>3,9</b>
MOTIVAÇÃO	0,0%	0,0%	2,2%	29,0%	47,8%	15,6%	5,4%	<b>3,9</b>
ESTILO DE LIDERANÇA (Dirigentes Superiores)	0,0%	0,0%	1,4%	15,0%	49,6%	19,8%	14,1%	<b>4,3</b>
ESTILO DE LIDERANÇA (Dirigentes Intermédios)	14,3%	0,2%	0,7%	19,6%	41,1%	13,0%	11,1%	<b>4,2</b>
Higiene, Segurança, equipamentos e serviços	0,0%	0,9%	4,0%	24,6%	50,4%	15,6%	4,5%	<b>3,9</b>
<b>SATISFAÇÃO GLOBAL</b>	<b>1,9%</b>	<b>0,1%</b>	<b>1,9%</b>	<b>21,8%</b>	<b>48,6%</b>	<b>17,6%</b>	<b>8,1%</b>	<b>4,1</b>

A resposta à questão “satisfação com a organização” que se apresenta no gráfico abaixo, incide em sub-questões como a imagem da organização, seu desempenho global, nível de envolvimento dos trabalhadores na organização e missão do serviço e, envolvimento dos trabalhadores em atividades de melhoria.



O resultado alcançado é bastante positivo considerando os valores dos graus 4, 5 e 6.

Considerando as respostas a todas as questões base (8), os resultados são também positivos (v. gráfico).



### *Inquéritos externos (ex-DGAIED)*

A autoavaliação é um processo de conhecimento da organização, que visa avaliar vetores fundamentais do seu desempenho. Para alcançar os objetivos da autoavaliação foi preparado, à semelhança do ano de 2014, um questionário de preenchimento on-line, através do qual a antiga DGAIED pretende aferir o grau de satisfação dos seus clientes, em relação aos serviços prestados durante o período de janeiro a agosto de 2015.

Em 2015 foi inserida uma nova questão relativa ao processo de fusão da DGAIED com a DGPRM.

Das 12 entidades contactadas apenas 9 responderam ao questionário de satisfação, correspondendo o universo de respostas a 75%.



Ao analisar os questionários de satisfação, não é só possível verificar se as entidades se encontram globalmente satisfeitas com o desempenho da DGAIED, assim como verificar o grau de envolvimento com as mesmas e a projeção da imagem desta ex-DG, de forma a obter indicadores, para uma melhoria contínua dos serviços prestados e um maior envolvimento entre ambas as partes, já enquanto DGRDN.

O inquérito foi implementado entre 18 e 19 de janeiro de 2016, tendo sido publicitado o seu preenchimento, através de ofício a algumas entidades/clientes. A aplicação utilizada para o efeito foram os questionários on-line da LimeSurvey. Os dados quantitativos foram extraídos dos questionários on-line da LimeSurvey e tratados através do Excel.

Tendo em conta os resultados do questionário, do ponto de vista quantitativo, e das questões 1 a 5, decorre que o nível médio de satisfação global é de 2,85, o que se traduz numa diminuição de 1,11 do nível de satisfação das entidades face ao ano de 2014, que se situou nos 3.96, representando um desempenho negativo da instituição junto das entidades que se relacionaram com a DGAIED. O quadro a seguir apresenta os resultados globais obtidos nas várias questões do inquérito.

#### Médias da Satisfação por questão das entidades

Médias da Satisfação por questão			
Satisfação com...	Média 2015	Média 2014	Média 2013
Satisfação com a imagem global da DGAIED	↓ 2,98	↑ 3,95	4,07
Envolvimento e participação	↓ 2,90	↑ 4,01	3,98
Acessibilidade	↓ 2,92	↑ 4,02	4,23
Serviços	↓ 2,86	↑ 3,85	4,21
Processo de fusão	2,58	N.A	N.A
<b>Total</b>	↓ <b>2,85</b>	↑ <b>3,96</b>	<b>4,12</b>



Assim, de uma forma geral as 9 entidades respondentes consideram-se insatisfeitas com o desempenho desta DG. No entanto, comparando com os resultados obtidos em 2014, ocorreu um agravamento na insatisfação das entidades em todas as questões.

A acessibilidade e a satisfação com a imagem global da DGAIED representam os aspetos mais positivos desta análise, 2,92 e 2,98, respetivamente.

Em termos gerais e contrariamente ao ano de 2014, as entidades demonstram uma maior apreciação relativamente à imagem global da DGAIED, sendo a área com o nível de satisfação mais elevado. Os valores de baixa satisfação devem-se em particular aos serviços prestados e ao processo de fusão, com 2,86 e 2,58 respetivamente.

Atendendo às conclusões obtidas resultantes da análise efetuada, a DGRDN, enquanto entidade perscrutora da DGAIED deve no próximo ano elevar o índice médio de satisfação em relação às entidades respondentes e deve igualmente estender este inquérito a um maior número de entidades, nomeadamente entidades externas que mais se correspondem com a mesma. Deve igualmente dar prioridade e atenção aos índices mais baixos adotando ações de melhoria e de correção.

### *Inquéritos internos (ex-DGAIED)*

Em 2015, para alcançar os objetivos da referida autoavaliação, procedeu-se ao envio de um e-mail com o respetivo link de acesso ao questionário de satisfação aos colaboradores internos. A importância da repetição deste tipo de questionário foi reconhecida superiormente igualmente pela sua inclusão nos objetivos organizacionais definidos no âmbito do QUAR 2015 da DGAIED.

O questionário de 2013, ao contrário das expectativas, situou-se nos 29%. Já em 2014 a percentagem de respostas situou-se nos 28%, não se constituindo assim uma



amostra significativa no universo DGAIED. Em 2015 o universo das respostas foi considerado crítico, uma vez que só se atingiu os 20% das participações.

O inquérito foi implementado entre 18 e 29 de janeiro de 2016, tendo sido publicitado o seu preenchimento, através de correio eletrónico a todos os colaboradores da antiga DGAIED. A aplicação utilizada para o efeito foram os questionários online da LimeSurvey.

Dos 87 colaboradores da antiga DGAIED, responderam, de forma completa 17, o que representa uma amostra de 20% de respostas on-line. Não foram consideradas as respostas incompletas ou questionários não submetidos.

As sugestões de melhoria (dados qualitativos) foram agrupadas por grandes categorias de resposta. Apenas dois colaboradores apresentaram sugestões de melhoria.

Num primeiro ponto é necessário realçar que dado o número de colaboradores que participaram neste inquérito (17%) não é possível concluir que estes resultados traduzam a realidade do nível de satisfação dos trabalhadores e dirigentes da antiga DGAIED. A razão para a diminuição do nível de respostas pode encontrar diversas explicações (de satisfação ou insatisfação) pelo que se abstém de levantar hipóteses.

Tendo em conta os resultados do questionário, do ponto de vista quantitativo, e das questões 1 a 8, decorre que o nível médio de satisfação é de 3,68, o que se traduz num resultado satisfatório, no entanto há que ter em nota o decréscimo do nível de satisfação de 0,20 face a 2014. De uma forma geral, uma das primeiras conclusões que é possível efetuar é a de que os respondentes se consideram bastante motivados (4,21). O quadro a seguir apresenta os resultados globais obtidos nas várias questões colocadas.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

**Médias da Satisfação por questão dos colaboradores**

Médias da Satisfação por questão			
Satisfação com...	Média 2015	Média 2014	Média 2013
Satisfação global dos colaboradores	↑ 3,66	↓ 3,55	3,53
Satisfação com a gestão e sistemas de gestão	↓ 3,48	↑ 3,50	3,37
Satisfação com as condições de trabalho na DGAIED	↓ 3,54	↑ 3,74	3,57
Satisfação com o desenvolvimento da carreira	↓ 3,49	↑ 3,60	3,52
Nível de motivação	↓ 4,21	↑ 4,35	4,24
Satisfação com o estilo de liderança dos dirigentes superiores	↓ 3,56	↑ 3,98	3,93
Satisfação com o estilo de liderança dos dirigentes intermédios	↓ 3,45	↑ 4,05	4,20
Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	↑ 4,04	↓ 4,00	3,98
<b>Total</b>	↓ <b>3,68</b>	↑ <b>3,88</b>	<b>3,83</b>

Em suma e após a análise dos dados torna-se urgente refletir os tópicos que apresentaram um decréscimo na média. Sugere-se que se efetue um levantamento de pontos a melhorar e se estabeleça um plano de ação, envolvendo todos os colaboradores na nova DGRDN.

### *Balanço Social*

O Balanço Social, é um instrumento de gestão de avaliação e planeamento na área dos recursos humanos, procurando refletir dos diversos organismos públicos, uma visão clara e inequívoca da caracterização dos trabalhadores que os integram. O Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro, determinou para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local que tenham um mínimo de 50 trabalhadores, a sua realização.

Para além do cumprimento do referido DL e respetivos elementos estatísticos formais solicitados, o documento elaborado pela Direção-Geral de Recursos da Defesa



Nacional (DGRDN) analisa, compara e informa a situação socioprofissional do serviço, na ótica de obter o aperfeiçoamento qualitativo das funções realizadas, quantitativos e obrigações concedidas.

O prosseguimento de uma política de pessoal baseada no avanço organizacional em geral e nos dirigentes e trabalhadores em particular, tem-se pautado concretamente em:

- Valorização das pessoas e o aumento da sua motivação observando sempre que possível o acesso à formação profissional;
- Beneficiação de instalações e equipamentos (condições de trabalho);
- Controlo eficiente da assiduidade;
- Gestão e racionalização dos encargos com pessoal, considerando as exatas necessidades de funcionamento.

O número de efetivos em 31 de Dezembro de 2015 era de **234 trabalhadores**.

**Caracterização do perfil profissional do pessoal da DGRDN:**

- Grupo de pessoal - civil (51%);
- Grupos profissionais (dominância) - militar (45,3%) e técnico superior (23,5%);
- Tipo de funções exercidas (dominância) - técnicas (72,7%);
- Modalidade de vinculação - contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado - (43,5%);
- Colocação dos recursos humanos pela estrutura orgânica - DSPSM (25,2%);
- Sexo - masculino (62%);
- Idade - média 45 anos  
(grupos etários dominantes: 40 a 44 anos - 17% e 50 a 54 anos - 16,6%);
- Antiguidade na AP - 21,4 anos (média);
- Habilitações - formação superior (53,4%);
- Assiduidade - 6,8 dias/faltas (média absentismo/trabalhador);
- Formação profissional - 27 h (média horas de formação/trabalhador).



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

O Balanço Social da DG constitui um documento próprio, já apresentado superiormente mas que se junta ao presente Relatório (vide anexos).



## Glossário



## GLOSSÁRIO\*

**Objetivos estratégicos** – resultados globais a atingir pela DGRDN para o desempenho da sua missão (função social). Materializam-se no QUAR e no PA através de Programas.

**Estratégia** – meios e processos considerados pelo serviço para a prossecução dos objetivos definidos (orientações de gestão, recursos, distribuição de responsabilidades...).

**Programa** – conjunto interdependente de atividades e projetos (ações) com vista a alcançar um ou vários objetivos estratégicos previamente enunciados pela Direção-Geral.

**Ação** – modo ou processo de atuação (concreto, pragmático) dos programas, através da realização de projetos ou de diversos tipos de atividades. Enunciam-se para cada uma os resultados esperados a obter.

**Atividade** – conjunto de tarefas que concorrem articuladamente para a realização de um ou mais objetivos de cada serviço, que afeta recursos e possibilita identificar resultados.

Tipificação das atividades:

- *periódicas* (ocasionais; sazonais);
- *correntes* (rotineiras, de execução permanente e indispensáveis para a produção de serviços numa área pré determinada: jurídica, pessoal, contabilidade...);
- *manutenção* (de conservação e/ou apoio a serviços, equipamentos, programas informáticos (...) concorrendo para o seu normal funcionamento).

**Projeto** – forma de ação ou processo organizativo temporário e delimitado no tempo (início/fim), que mobiliza recursos (humanos, financeiros materiais), possui um núcleo responsável criado para o efeito (gestor/equipa) e procura uma solução concreta e específica para uma necessidade (objetivos).

Os projetos distinguem-se normalmente das atividades (cf. anteriormente definidas) pela sua natureza, i. é., serem originados para um fim particular e possuírem um «ciclo de vida» (definição, concepção, planeamento, implementação, conclusão e avaliação).

A *complexidade dos projetos* é em regra “proporcional” ao grau crescente de envolvimento de diversos fatores, nomeadamente: meios (humanos, financeiros), duração prevista, organismos envolvidos, dificuldades de gestão e riscos previsíveis (bloqueios, constrangimentos, situações adversas).

**Avaliação** – apreciação (qualitativa e quantitativa) do grau de execução das ações, de acordo com os resultados esperados previamente enunciados.

**QUAR** – Quadro de Avaliação e Responsabilidade (Objetivos estratégicos e operacionais do serviço)

\* Explicitação de conceitos aplicados nos Planos e Relatórios de Atividades da DGRDN



## Atividades executadas (resultados)



### **UNIDADE ORGÂNICA**

#### **Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação**

Divisão de Assuntos Estatutários  
 Divisão de Ensino e Qualificação

Ações executadas na ex-DGPRM

Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional  
*(Principal UO relacionada)*

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro - setembro 2015)
1	<p>Elaboração/colaboração em projetos de diplomas e respetivo acompanhamento</p> <p>1.1 Projeto de Decreto-Lei que fixa o regime especial da carreira de tripulante das embarcações salva-vidas do Instituto de Socorros a Náufragos.</p> <p>1.2 Projeto de Decreto-Lei que regula a concessão da licença especial ao abrigo da Lei de Defesa Nacional, aos militares que concorram às eleições para órgãos de soberania, de governo próprio das regiões autónomas e do Poder Local ou para o Parlamento Europeu.</p> <p>1.3 Projeto de despacho do MDN que fixa os termos e montantes de indemnização ao Estado pelos militares em regime de contrato especial (Despacho SEADN n.º 6555/2015, de 29 de maio, publicado em DR, n.º 113/2015, Série II de 2015-06-12).</p> <p>1.4 Colaboração no âmbito do Projeto de Decreto-Lei que aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, publicado em DR, I Série, n.º 104, 29Mai.2015).</p> <p>1.5 Projeto de Despacho MDN que fixa os termos do processo de regulamentação do EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio - Despacho n.º 86/MDN/2015, de 18 de junho.</p> <p>1.6 Projetos de Despachos para afetação de pessoal na Autoridade Marítima Nacional e na Autoridade Aeronáutica Nacional (Despachos MDN n.º 6661/2015 e n.º 6662/2015, de 03 de junho, publicados em DR, II Série, n.º 114 de 15Jun.2015);</p> <p>1.7 Projeto de Despacho para fixação do quantitativo máximo de instruendos e de militares instruendos nos ramos das Forças Armadas para ingresso nos regimes de voluntariado e de contrato (Despacho SEADN n.º 10235/2015, de 28 de agosto, publicado em DR, II Série, n.º 180 de 15Set.2015);</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	<p>1.8 Projeto de retificação do Decreto-Lei n.º 31/2015, de 04 de março (Ofício n.º 1715, de 18Mar.2015, da DGRDN);</p> <p>1.9 Projeto de Decreto-lei que fixa os efetivos militares das Forças Armadas para 2016 (DL n.º 241/2015, de 15 de outubro, publicado em DR, I Série, n.º 202 de 15Out.2015).</p> <p>1.10 Proposta de Lei - Perdão aos Militares fuzilados do Corpo Expedicionário Português na I Grande Guerra Mundial (1914-1918).</p> <p>1.11 Resolução da Assembleia da República - adoção de medida legislativa que visa conceder perdão genérico aos Militares Portugueses Fuzilados na I Grande Guerra (1914-1918).</p> <p>1.12 Projeto de Decreto-Regulamentar que estabelece a composição e as competências da Comissão de Educação Física e Desporto Militar (CEFDM).</p> <p>1.13 Despacho n.º 8958/2015, de 6 de agosto de 2015, do MDN/MAI/SEAP. Fixação do número de lugares para o Curso de Formação de Oficiais 2015/2020, para ingresso nos quadros da Guarda Nacional Republicana (GNR).</p> <p>1.14 Despachos da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional de 21 e 28 de julho de 2015/Despacho n. 3345/2015-SEAP, de 16 de novembro. Aviso n. 14433/2015, de 23 de novembro. Pessoal Militarizado. Concurso para ingresso no curso de formação de Agentes da Polícia Marítima - Pedido de Parecer Prévio - artigo 68., alínea d) da Lei n. 82-B/2014, de 31 de dezembro.</p> <p>1.15 Projeto de Despacho para a regulamentação e desenvolvimento dos termos e montantes de indemnização ao Estado no âmbito do RCE (publicação em DRE, II Série, n.º 113 de 12Jun.2015).</p> <p>1.16 Projeto de Decreto-Lei para fixação do limite etário máximo legalmente admissível para ingresso no Regime de Contrato Especial dos capelães destinados ao Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança (Decreto-Lei n.º 147/2015, de 03 de agosto, publicado em DR, I Série, n.º 149 de 03Ago.2015).</p>
2	<p>Monitorização de Efetivos Militares, Militarizados e Civis</p> <p>2.1 Acompanhamento do processo de admissões de pessoal para os regimes de voluntariado e de contrato do Exército para o ano 2015 (Ofício n.º 531, de 26Jan.2015, n.º 2180, de 07Abr.2015, n.º 2508, de 20Abr.2015, e n.º 2919, de 06Mai.2015, da DGRDN);</p> <p>2.2 Elaboração da proposta de admissões de pessoal para o RV/RC da Marinha e da Força Aérea para o ano 2015 (Informação n.º 20/DSRHDN/DCRE/2015/01/26. Parecer prévio favorável emitido a 15Fev.2015, de S. Ex.ª a SEADND e a 23Jun.2015, de S. Ex.ª a MEF);</p> <p>2.3 Elaboração das propostas de renovação de contratos de pessoal a prestar serviço efetivo em RV/RC para o segundo semestre de 2015 (Informação n.º</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	<p>119/DSRHDN/DCRE/2015/04/13);</p> <p>2.4 Monitorização do quantitativo máximo de militares em RV/RC/RCE para o ano de 2015 nos termos do art.º 69.º da LOE 2015 bem como das promoções ao abrigo do Despacho Conjunto MDN/SEAP n.º 5505-B/2015, de 22 de maio (publicado em DR, II, Série, n.º 100/2015, 1.º suplemento, de 25Mai.2015);</p> <p>2.5 Análise do Decreto-Lei que fixa os efetivos das Forças Armadas (Informação n.º 546/DSRHDN/DCRE/2015/05/26);</p> <p>2.6 Atualização permanente do registo de efetivos do pessoal dos Serviços Centrais e das Forças Armadas nos diferentes regimes, situações e formas de prestação de serviço, e respetiva análise estatística;</p> <p>2.7 Monitorização dos efetivos autorizados no Decreto-Lei n.º 31/2015, de 04 de março, com os efetivos existentes;</p> <p>2.8 Resposta em tempo útil a solicitações da tutela;</p> <p>2.9 Análise estatística e elaboração dos relatórios trimestrais com base nos mapas de controlo trimestral nos termos do art.º 70.º da LOE 2015. Posterior envio dos mapas à DGO, SG/MDN e DGAEP bem como dos relatórios à tutela.</p>
<p>3</p>	<p>Questões de Género</p> <p>3.1 Elaboração dos relatórios setoriais das atividades executadas em 2014 no âmbito do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação e do II Plano Nacional de Ação para implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança, bem como das respetivas planificações para 2015. Posterior envio à tutela e à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género antes do prazo fixado (Ofício n.º 483, de 23Jan.2015, da DGRDN);</p> <p>3.2 Monitorização das atividades inscritas nos planos setoriais em estreita articulação com o GABMDN, o GABSEADN e os organismos que integram a Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género do MDN composta pela DGRDN, SGMDN, DGPDN, IDN, EMGFA e ramos das Forças Armadas, IESM e AMN;</p> <p>3.3 Elaboração do relatório nacional relativo a 2014 no âmbito do Comité sobre Perspetiva de Género da Organização do Tratado do Atlântico Norte (submissão a 25Mar.2015);</p> <p>3.4 Representação do MDN na reunião anual do referido Comité (01-05Jun.2015) e produção do respetivo relatório de missão (Ofícios n.º 5543/4, de 30Jul.2015, da DGRDN).</p>



4	<p>Ciclo de Planeamento de forças NATO</p> <p>4.1 Participação em reuniões de trabalho com a DGPDN com vista à coordenação dos trabalhos no âmbito do <i>NATO Defence Planning Capability Survey 2015</i>;</p> <p>4.2 Solicitação de dados aos serviços centrais do MDN e às Forças Armadas para atualização das métricas de defesa relativas a recursos humanos da Defesa Nacional e das Forças Armadas.</p>
5	<p>Elaboração de pareceres técnicos e outros documentos de análise técnica</p> <p>5.1 Projeto de Decreto-Lei que regula o regime remuneratório dos Militares das Forças Armadas - análise técnica.</p> <p>5.2 Projeto de Decreto-Lei que regula os suplementos remuneratórios na Administração Pública - análise técnica.</p> <p>5.3 Projeto de Decreto-Lei que aprova o Estatuto dos Militares da GNR - análise técnica.</p> <p>5.4 Abertura de concurso internacional para ingresso no Mapa de pessoal civil de trabalhadores pertencentes à categoria de professor catedrático e associado.</p> <p>5.5 Comissão das Remunerações dos Militares das Forças Armadas - Manual das Remunerações dos Militares das Forças Armadas.</p> <p>5.6 Autorização para cumprir estágio probatório na Autoridade Tributária e Aduaneira em comissão especial.</p> <p>5.7 Regulamentação e desenvolvimento do regime de contrato especial - solicitação de esclarecimento.</p> <p>5.8 Mapa de Pessoal para 2016 da PJM - análise.</p> <p>5.9 Mapa de pessoal da Secretaria-Geral - análise.</p> <p>5.10 Representante Nacional no M-Frigate Users Group Programme Office (RN MFG PO) - elaboração de projeto de Portaria.</p> <p>5.11 Acompanhamento da Auditoria do Tribunal de Contas às remunerações na reserva dos militares do Exército - Relatório nº 04/2014 - 2ª S do Tribunal de Contas.</p> <p>5.12 Transição para a categoria de oficiais dos sargentos RV/RC enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, farmácia e medicina veterinária e novos ingressos.</p> <p>5.13 Projeto de Decreto-Lei - Reintegração de ex-pilotos da Força Aérea.</p> <p>5.14 Projeto de alteração do Estatuto da Liga dos Combatentes - Portaria n. 119/99, de 10 de Novembro.</p> <p>5.15 Apontamento remetido ao Gab/MDN no âmbito do Direito Comparado sobre os Desertores e Fuzilados de Guerra na I Guerra Mundial. Amnistias a título póstumo.</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

- 5.16 Alteração ao Estatuto da Liga dos Combatentes - Portaria n. 119/99, de 10 de novembro. Vantagens da LC se converter numa IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social).
- 5.17 Decreto-Lei n. 11/2015, de 26 de janeiro. Constituição da Manutenção Militar (MM) - Gestão Partilhada, E.P.E. Análise do Enquadramento Jurídico dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas. Processo de extinção MM/OGME- Reorganização da Manutenção Militar e Revisão dos Estatutos, adequação ao enquadramento legislativo do sector empresarial.
- 5.18 Processo de extinção da MM. Transferência Orçamental para o INA e Ressarcimento à MM. Património Imobiliário da MM, E.P.E. Quadro de requalificação do Pessoal. Pagamento de despesas com pessoal decorrentes da extinção das OGFE (Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento).
- 5.19 Organização Internacional do Trabalho - 105. Sessão da Conferência Internacional do Trabalho 2016 - Relatório V (1) «O emprego e o trabalho digno ao serviço da paz e da resiliência». Projeto de Revisão da Recomendação (n. 71) de 1944.
- 5.20 Abonos variáveis. Abonos para falhas. Técnico de Vendas de Fardamento. Mapa do Pessoal Civil da Armada.
- 5.21 A Isenção de Emolumentos consagrada no artigo 47.º da Lei do Serviço Militar (os reconhecimentos notariais e demais atos necessários para a organização dos processos para fins militares, incluindo os serviços públicos. Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de fevereiro). Remessa pelo Gab.MDN à Sua Exa. a Ministra da Justiça.
- 5.22 Questões Remuneratórias - Escalões de Oficiais Técnicos. Sistema retributivo. Desbloqueamento de escalões. Decreto-Lei n. 57/90, de 14 de fevereiro. Decreto-Lei n. 328/99, de 18 de agosto. Decreto-Lei n. 63/2005, de 15 de março.
- 5.23 Situações Remuneratórias - Médicos do quadro de pessoal civil dos Ramos. Hospital das Forças Armadas. Descongelamento das progressões remuneratórias. Ministério da Saúde *versus* Ministério da Defesa.
- 5.24 Estudo sobre as Remunerações do pessoal militar em 2014 - Portugal *versus* França. Boletim Ecodef Francês - Ministério da Defesa Francês. Solicitação do Adido de Defesa Francês.
- 5.25 Estudo sobre a Condição Militar.
- 5.26 Estudo sobre as medidas de proteção da Parentalidade nas Forças Armadas. Pedido Adido de Defesa, junto da Embaixada da Grécia em Lisboa, residente em Paris. Lei n. 120/2015, de 1 de setembro, DL n. 91/2009, (sistema previdencial e subsistema de solidariedade) e DL n. 89/2009, de 09 de abril (regime de proteção social convergente). As remunerações dos militares para os serviços além do horário oficial. Direitos e Licenças dos pais e das mães-«*funcionário público militar*». Normas internas de proteção da parentalidade específicas dos Ramos da Forças Armadas. Dispensa das escalas serviços.
- 5.27 Estudo sobre o processo de regulamentação no âmbito da Aprovação do EMFAR -Ingresso de militares com o posto de Cabo-Mor nos respetivos quadros



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	<p>especiais. Composição, competências e funcionamento dos conselhos de classe da Marinha.</p> <p>5.28 Estudo comparativo do Decreto-Lei n. 243/2015, de 19 de outubro (Estatuto Profissional do Pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública <i>versus</i> o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) - Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio.</p> <p>5.29 Acompanhamento da posição das Associações (Praças, Sargentos, Oficiais) sobre a atualização do regime remuneratório dos militares.</p> <p>5.30 Acompanhamento dos desenvolvimentos relativos à aprovação do Mapa de Pessoal Civil do Hospital das Forças Armadas.</p> <p>5.31 Relatório Anual de Atividades da Força Aérea em 2014. Despacho n. 79/MDN/2015, de 8 de junho de 2015. Memorando n. 7/15, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, de 21 de maio de 2015.</p> <p>5.32 Plano Anual de Atividades 2015 da Força Aérea - análise de matérias com relevância para a DCRE.</p> <p>5.33 Acompanhamento da exposição recebida na Comissão de Defesa Nacional sobre o prazo de reconhecimento como deficiente das Forças Armadas dos cidadãos pertencentes à O.P.V.D.A (Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil de Angola).</p> <p>5.34 Acompanhamento Situação Reforma dos Ex-Militares Timorezes. Aplicação Lei n.º 9/2002, de 11 de fevereiro.</p> <p>5.35 Esclarecimentos sobre a situação dos documentos de matrícula de ex-militares da GNR.</p> <p>5.36 Formalidades da citação dos deficientes das Forças Armadas. Decreto-Lei n. 43/76 de 20 de janeiro.</p>
--	---

<b>6</b>	Participação nos Grupos de Trabalho e Equipas Técnicas criadas no âmbito do Conselho do Ensino Superior Militar (CESM).
<b>7</b>	Realização de um estudo de direito comparado dos modelos organizacionais das instituições de ensino superior portuguesas;
<b>8</b>	Realização de um estudo de direito comparado dos modelos de ensino universitário e politécnico;
<b>9</b>	Elaboração e cooperação no desenvolvimento de uma proposta de diploma de criação do Instituto Universitário Militar (IUM), tendo o projeto sido apresentado a 31 de março;
<b>10</b>	Cooperação no desenvolvimento do conceito de Ciências Militares;
<b>11</b>	Cooperação no desenvolvimento do projeto de ciclo de estudos de doutoramento em Ciências Militares.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

12	Análise dos relatórios da Comissão Coordenadora do Modelo de Governação Comum do Ensino Superior Militar, tendo procedido a recomendações sobre as conclusões neles constantes.
13	Recolha e análise dos principais indicadores estatísticos da oferta educativa do ensino básico e secundário nos Estabelecimentos Militares de Ensino (EMEs) e elaboração de relatórios técnicos sobre o modelo de ensino em vigor nos mesmos.
14	Elaboração de proposta para a criação de Comissões Técnicas de Acompanhamento dedicadas às dimensões patrimoniais e de ensino nos EMEs;
15	Elaboração de propostas de diplomas tendentes à consolidação jurídica dos EMEs, tendo sido apresentada proposta de diploma a 30 de maio.
16	Realização de várias reuniões com as áreas do ensino e formação dos Ramos bem como com entidades responsáveis pelo sistema de formação profissional nacional no sentido de promover e agilizar os processos de certificação da formação ministrada nas Forças Armadas, bem como de potenciar o grau de certificação da formação ministrada.
17	Elaboração de proposta de plano de atividades para implementação no âmbito do Acordo de Cooperação Interministerial nas Áreas da Educação e Formação no âmbito da Defesa Nacional.
18	Elaboração de um relatório de monitorização das atividades no âmbito do Sistema de Formação Profissional das Forças Armadas.

Ações executadas na DGRDN

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (outubro - dezembro 2015)
1	<p>Monitorização de Efetivos Militares, Militarizados e Civis</p> <p>1.1 Elaboração das propostas de renovação de contratos de pessoal a prestar serviço efetivo em RV/RC para o primeiro semestre de 2016 (Informação n.º 1162/DSAEEQ/DAE/2015/10/20);</p> <p>1.2 Monitorização do quantitativo máximo de militares em RV/RC/RCE para o ano de 2015 nos termos do art.º 69.º da LOE 2015 bem como das promoções ao abrigo do Despacho Conjunto MDN/SEAP n.º 5505-B/2015, de 22 de maio;</p> <p>1.3 Atualização permanente do registo de efetivos do pessoal dos Serviços Centrais e das Forças Armadas nos diferentes regimes, situações e formas de prestação de serviço, e respetiva análise estatística;</p> <p>1.4 Monitorização dos efetivos autorizados no DL 241/2015, de 15 de outubro, com os efetivos existentes;</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	<p>1.5 Resposta em tempo útil a solicitações da tutela;</p> <p>1.6 Análise estatística e elaboração do terceiro relatório trimestral com base nos mapas de controlo trimestral nos termos do art.º 70.º da LOE 2015. Posterior envio dos mapas à DGO, SG/MDN e DGAEP bem como do relatório à tutela.</p>
2	<p>Questões de Género</p> <p>2.1 Monitorização das atividades inscritas nos planos setoriais em estreita articulação com o GABMDN, o GABSEADN e os organismos que integram a Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género do MDN composta pela DGRDN, SGMDN, DGPDN, IDN, EMGFA e ramos das Forças Armadas, IESM e AMN;</p> <p>2.2 Elaboração dos relatórios setoriais das atividades executadas em 2015 no âmbito dos referidos Planos Nacionais.</p>
3	<p>Ciclo de Planeamento de forças NATO</p> <p>3.1 Participação em reuniões de trabalho com a DGPDN com vista à coordenação dos trabalhos no âmbito do <i>NATO Defence Planning Capability Survey 2015</i>;</p> <p>3.2 Participação na reunião bilateral com o Grupo de Trabalho NATO (24Nov.2015).</p>
4	<p>Reforma Defesa 2020</p> <p>Elaboração de um ponto de situação no âmbito do Plano de Redução de Pessoal Civil da Defesa Nacional e das Forças Armadas incluindo proposta para a produção de um relatório final (Ofício n.º 9029, de 04Dez.2015, da DGRDN).</p>
5	<p>Recursos Humanos</p> <p>Preenchimento do Mapa de Pessoal da DAE e DEQ e respetiva consolidação para apresentação do referido mapa da Direção de serviços.</p>
6	<p>EMFAR/GNR</p> <p>Análise comparativa entre a carreira de Sargentos no novo EMFAR e no Estatuto dos militares da GNR, por forma a encontrar similitudes e/ou diferenças entre ambos os regimes.</p>
7	<p>Conferência Cruz Vermelha Portuguesa</p> <p>Receção de pedido de contributos da DGPDN, no que concerne à área em termos Estatutários (Ent. 016303).</p>
8	<p>Produção normativa</p> <p>8.1 Regime Estatutário especial do pessoal militar da área da saúde - trabalhos preparatórios</p> <p>8.2 Levantamento da produção normativa relativa ao XIX Governo Constitucional, em que a DCRE/DAE tenha elaborado os diplomas ou tenha, de alguma forma,</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	<p>           dado contributos para elaboração dos mesmos.         </p>
9	<p> <b>Uniformes</b>            Receção, criação de dossiers e devido encaminhamento de pedidos de parecer sobre Uniformes, aos Ramos e respetiva resposta à entidade que o solicita.         </p>
10	<p> <b>GesDoc</b>            Coordenação da criação de dossiers virtuais no GesDoc para arquivo da documentação que chega e sai da DAE.         </p>

11	<p>           Apoio técnico à Comissão de acompanhamento da reforma dos EMEs (preparação das reuniões; análise técnica de documentos; elaboração de relatórios de atividade).         </p>
12	<p>           Desenvolvimento do diploma que aprova a configuração do ensino militar não superior, bem como dos estatutos dos EMES.         </p>
13	<p>           Avaliação do modelo de financiamento dos EMEs proposto pelo Exército.         </p>
14	<p>           Apoio técnico ao Conselho do Ensino Superior Militar.         </p>
15	<p>           Apoio ao desenvolvimento do diploma que configura o sistema de ensino superior militar e o respetivo IUM.         </p>
16	<p>           Participação no desenvolvimento dos trabalhos relacionados com a definição do conceito de “ciências militares” e da proposta de doutoramento neste domínio.         </p>
17	<p>           Desenvolvimento do processo legislativo de regulamentação das profissões associadas à Defesa Nacional (Nadador salvador e Mergulhador profissional), em articulação com as respetivas comissões técnicas.         </p>
18	<p>           Revisão do Acordo de Cooperação Interministerial nas Áreas da Educação e Formação no âmbito da Defesa Nacional, no que se refere à área da qualificação.         </p>
19	<p>           Estudo situacional da formação certificada nos ramos das Forças Armadas.         </p>
20	<p>           Participação no desenvolvimento dos projetos referentes à reorganização da estrutura da Defesa Nacional.         </p>
21	<p>           Apoio ao desenvolvimento e regulamentação do EMFAR nas matérias relacionadas com as áreas do ensino e da formação.         </p>
22	<p>           Conclusão do processo relativo ao subsídio para pagamento de propinas, relativo ao ano letivo 2015/2016.         </p>
23	<p>           Planeamento e disseminação da oferta formativa das entidades formadoras NATO (NSO e NDC) para o ano 2016.         </p>
24	<p>           Integração e participação nas diversas reuniões dos Conselhos Sectoriais para a         </p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

	Qualificação da ANQEP e análise das propostas de qualificação para a sua publicação no CNQ em estreita ligação com os Ramos das Forças Armadas;
25	Plano de Atividades da DEQ - definição do plano de atividades para a educação e formação para a próxima legislatura;



### **UNIDADE ORGÂNICA**

#### **Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar**

**Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares**  
**Divisão dos Deveres Militares**  
**Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional**

#### **Ações executadas na ex-DGPRM**

**Direção de Serviços de Recrutamento e Assuntos de Serviço Militar**  
*(Principal UO relacionada)*

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro - setembro 2015)
1	<p>Gestão Estratégica do Dia da Defesa Nacional</p> <p>Foram estabelecidos 19 protocolos de cooperação no âmbito do Dia da Defesa Nacional: 11 na área do programa e conteúdos do DDN e 8 na área do apoio em infraestruturas e transportes.</p> <p>Foram realizadas reuniões da Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN e foi organizada uma Reunião de Coordenação com os Comandantes das Unidades onde estão sedeados os Núcleos e Centro de Divulgação do DDN e com os representantes das parcerias institucionais na área dos conteúdos.</p> <p>Foi elaborado o planeamento da 11.ª edição do DDN que terá lugar em 28 localidades do país, iniciando-se a 06 de janeiro e decorrerá até 30 de novembro, envolvendo 134 mil cidadãos e 34 unidades militares dos 3 ramos das Forças Armadas.</p> <p>No âmbito da supervisão da execução do DDN foram realizadas 82 visitas aos diferentes Núcleos e Centros de Divulgação do DDN.</p>
2	<p>Gestão do Processo de Convocação</p> <p>Com base nos dados de identificação e registo civil procedeu-se ao recenseamento de 133 643 cidadãos nascidos em 1997 (109 mil residentes no continente, 7 mil nas ilhas e 18 mil no estrangeiro sendo 69 mil masculinos e 65 mil femininos) e que foram convocados para cumprir o dever militar de comparência ao Dia da Defesa Nacional na 12.ª edição.</p> <p>Para a preparação da 12.ª edição do DDN não foram impressos Editais de Convocação, tendo estes sido gerados em pdf por uma aplicação criada para o efeito que os enviou, por correio eletrónico, para cada um dos 308 municípios, salvaguardando-se assim a desmaterialização de procedimentos prevista no âmbito do Plano Funcional do OCRD.</p>



	<p>Concomitantemente, os editais foram disponibilizados online (conforme previsto), tendo sido consolidado a disponibilização dos editais online dinâmicos e interativos. No ano de 2015 relativo à 11.<sup>a</sup> edição do DDN, foram impressas e enviadas 115 790 cartas recordatórias.</p>
3	<p><b>Gestão do Sistema de Transportes</b></p> <p>No âmbito do planeamento para a 11.<sup>a</sup> edição do DDN promoveu-se uma racionalização do sistema de transportes tendo como foco uma gestão mais sustentável acomodando as diretivas do Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC), conforme determinadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de Novembro, seguindo a orientação estratégica Europeia na sequência da elaboração do Roteiro Europeu de Baixo Carbono. No mesmo sentido procurou-se promover a mobilidade sustentável, em particular através do uso do transporte público afeto às redes rodoviárias e ferroviárias locais mediante a utilização da Requisição de Transporte (introduzida na 10.<sup>a</sup> Edição). Desta forma, 23% dos 115 790 cidadãos convocados passaram a apresentar-se diretamente nos Centros de Divulgação, 38% passaram a ter direito a requisição de transporte e apenas 39% foram transportados de autocarro da sede do município para o local de convocação através de operado contratada centralmente pela DGPRM. A implementação da Requisição de Transporte tornou necessária a articulação com várias transportadoras de âmbito nacional e local, designadamente, Área Metropolitana de Lisboa, Porto e Braga, Zona do Algarve - EVA, Instituto de Mobilidade Terrestre, ANTROP e ARP.</p> <p>Dado o sucesso desta iniciativa e procurando promover a desmaterialização da Requisição de Transporte, obviando a necessidade de envio desta ao cidadão junto com a carta recordatória, numa estratégia de redução de custos, foi consolidada a aplicação <i>on line</i> capaz de, mediante a solicitação do cidadão, gerar as Requisições de Transporte em pdf e enviá-las para o endereço eletrónico do cidadão. Este sistema entrou em funcionamento na 11.<sup>a</sup> edição do DDN.</p> <p>Em termos de execução orçamental a implementação das Requisições de Transporte correspondeu a 64 110€ e o sistema de transporte baseado em autocarro 368 362,72€.</p> <p>Ao nível do planeamento do Sistema de Transporte para 2016, procurou-se melhorar o sistema implementado na 11.<sup>a</sup> edição, criando-se novos locais de convocação, na região Norte, Porto (Regimento de Transmissões) e Póvoa de Varzim (Escola dos Serviços). Assim, dos 116 676 cidadãos convocados 22% passam a apresentar-se diretamente no local de convocação, 41% recorrem a Requisição de Transporte e 37% a autocarro.</p>
4	<p><b>Administração dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação</b></p> <p>Foram realizadas as visitas e ações de supervisão aos Núcleos e Centros de Divulgação do DDN em conformidade com o planeado, bem como todas as que resultaram de situações inopinadas.</p>
5	<p><b>Gestão dos Centros e Núcleos de Divulgação</b></p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	<p>Foram realizadas as visitas e ações de supervisão aos Núcleos e Centros de Divulgação do DDN em conformidade com o planeado, bem como todas as que resultaram de situações inopinadas.</p>
6	<p>Monotorização e supervisão do Programa e Conteúdos do DDN</p> <p>Foi consolidada a aplicação que permite recolher um conjunto de indicadores relativamente ao decurso das atividades do DDN. No final do dia estes indicadores são enviados para a DGPRM, sendo depois objeto de análise para posterior envio para os ramos das FA e parceiros institucionais.</p>
7	<p>Estabelecimentos e Parcerias</p> <p>Durante o ano de 2015 foram formalizados 19 protocolos de cooperação com as seguintes entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidência do Conselho de Ministros - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;</li> <li>• Ministério da Administração Interna - Guarda Nacional Republicana e Autoridade Nacional de Proteção Civil;</li> <li>• Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral da Educação;</li> <li>• Ministério da Saúde - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências;</li> <li>• Câmaras Municipais - Portimão, Santa Cruz da Graciosa, Velas, São Roque do Pico, Horta, Lajes das Flores, Vila do Porto, Porto Santo;</li> <li>• Governo Regional dos Açores / Secretaria Regional da Saúde - Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros;</li> <li>• Governo Regional dos Açores / Secretaria Regional da Solidariedade Social - Direção Regional da Solidariedade Social;</li> <li>• Governo Regional da Madeira / Secretaria Regional dos Assuntos Sociais - Serviço Regional de Proteção Civil; Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais; Instituto de Segurança Social da Madeira;</li> <li>• Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu</li> </ul>
8	<p>Controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN</p> <p>No que respeita à taxa de cumprimento da 11.ª edição do DDN, levando em consideração que foram convocados 115 790 cidadãos residentes em Portugal e estiveram presentes 101 433 cidadãos, esta foi de 88%.</p> <p>No âmbito do controlo de presenças efetuado nos Centros de Divulgação do DDN, foram emitidas cerca de 101 433 Cédulas Militares às quais se terá de somar as 7816 emitidas a nível de BackOffice (Dispensas e 2ª Vias) o que corresponde a 109 249 Cédulas.</p>



9	<p>Gestão da situação militar dos cidadãos</p> <p>Em 2015, ao nível do BackOffice foram tratados 24788 processos relativos à 11.ª edição do DDN (mais 7516 que o ano anterior), de acordo com a seguinte distribuição:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos de Dispensa: 7654</li> <li>• Processos de Adiamentos: 7894</li> <li>• Emissão de Cédulas Militares: 7816</li> <li>• Emissão de Declarações de Situação Militar: 572</li> <li>• Processos de Isenção de Deveres Militares: 852</li> </ul> <p>Relativamente ao ano passado regista-se</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Um aumento em cerca de 6% do tratamento dos pedidos de adiamento;</li> <li>• Um aumento em cerca de 51% do tratamento dos processos de Dispensa (mais 2569 processos);</li> <li>• Foram passadas menos 65% de declarações de situação militar (devido ao facto de se ter contactado os júris de alguns concursos clarificando sobre a validade da Cédula Militar e paralelamente terem sido facultados acessos ao SIPORG para verificação da situação militar);</li> <li>• Foram emitidas mais 138% das Cédulas Militares associadas ao processo de «Dispensa» em detrimento da atualização em SIPORG da situação do cidadão através do processo «Aguarda Despacho».</li> <li>• Foram dadas respostas a 21 745 emails (<a href="mailto:ddn@defesa.pt">ddn@defesa.pt</a>).</li> </ul> <p>O Call-Center do Balcão Único da Defesa/DDN cumpriu a sua missão de atendimento telefónico e presencial com cerca de 17 410 chamadas atendidas e 1075 atendimentos presenciais, menos 4% de chamadas atendidas do que o ano anterior e menos 41% de atendimentos efetuados.</p>
10	<p>Gestão do sistema de atendimento no âmbito dos deveres militares</p> <p>Durante 2015 foi supervisionada a atividade de atendimento ao público efetuada ao nível do Balcão Único da Defesa sendo emanadas um conjunto de diretivas por e-mail com o intuito de uniformizar o atendimento.</p> <p>Foram efetuados os pedidos de permissão de acesso ao SIPORG necessários mediante requerimento da DGPRM e por necessidades de serviço interno ou por solicitação do Centro de Recrutamento da Armada, GAP do Exército, GNR (Recrutamento) e AM (Recrutamento).</p> <p>Por indefinição do SI a vigorar (SIPORG vs SIGRHV) não foi efetuada qualquer atualização às Normas Técnicas, nem qualquer divulgação das mesmas.</p>
11	<p>Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do DDN</p> <p>Ao nível do atendimento foi desmaterializado o processo de registo e arquivo de correspondência, passando esta a ser registada e tratada através da Gestão</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	<p>Documental:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Regista no NPA - 5783</li> <li>• Regista na DDM (resultante de email) - 2782</li> </ul> <p>Ao nível do atendimento foi consolidado a desmaterialização do processo de emissão das Requisições de Transporte e o processo de emissão e envio dos Editais de Convocação para os Municípios.</p>
12	<p>Cooperação no âmbito do Dia da Defesa Nacional com organizações e entidades nacionais e internacionais</p> <p>A DSRASM participou ainda em reuniões com os Adidos Militares que partiram durante este ano para diferentes países</p>
13	<p>Consultadoria dos Deveres Militares</p> <p>Neste ano foi prestada toda a colaboração, sempre que solicitado, nas áreas transversais a esta Direção-Geral.</p>
14	<p>Gestão estratégica do processo de Recrutamento Militar</p> <p>Foi elaborado o Plano Diretor para o recrutamento militar submetido superiormente através da informação n.º 356 de 28 de novembro.</p>
15	<p>Recenseamento Militar</p> <p>Com base nos dados de identificação e registo civil procedeu-se ao recenseamento de 136 116 cidadãos nascidos em 1997 e que foram convocados para cumprir o dever militar de comparência ao Dia da Defesa Nacional na 12.ª edição que irá iniciar as suas atividades em 12 de janeiro de 2016.</p> <p>Foi ainda assegurado o controlo da reserva de recrutamento, através da atualização da base de dados SIPORG, nomeadamente quanto à atualização e controlo do dever de comparência à 11.ª edição do Dia da Defesa Nacional. O controlo da reserva de disponibilidade é assegurado pelos Ramos das Forças Armadas.</p>
16	<p>Recrutamento</p> <p>Foi desenvolvido um plano funcional para a implementação do Órgão central de Recrutamento, do qual constam os eixos de intervenção estratégica para esta área de atividade (que inclui as várias dimensões do processo de recrutamento e os vários tipos de recrutamento);</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	<p>Foi desenvolvida, em articulação com os ramos das Forças Armadas, uma proposta de Regime de Contrato de Longa Duração, tendo sido submetida à tutela;</p> <p>Foram asseguradas as atividades de rotina associadas à monitorização da reserva de recrutamento e de disponibilidade.</p>
17	<p>Reserva de Disponibilidade</p> <p>Atividade permanente e em execução.</p>
18	<p>Sistema de Informação para o Serviço Militar</p> <p>Foi elaborado o cronograma das atividades a desenvolver, com especial ênfase e detalhe para a sua dimensão tecnológica, consolidada em articulação com os ramos das FA e com o CDD.</p>
19	<p>Estrutura de atendimento presencial e telefónico dos assuntos inerentes ao Serviço Militar</p> <p>O Call-Center do Balcão Único da Defesa cumpriu a sua missão de atendimento telefónico e presencial com cerca de 17 410 chamadas atendidas e 1075 atendimentos presenciais, menos 4% de chamadas atendidas do que o ano anterior e menos 41% de atendimentos efetuados.</p>
20	<p>Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do Recrutamento Militar</p> <p>Durante o ano 2015 foi promovida a desmaterialização da emissão das Requisições de Transporte, sendo estas disponibilizadas aos cidadãos através da internet em vez de serem impressas e enviados por correio com a carta recordatória.</p> <p>Noutra linha de ação, foi desmaterializado o envio dos editais para os municípios sendo que estes são transformados em ficheiros pdf e enviados por e-mail para a sede do município, cabendo a este último a sua distribuição pelas sedes das juntas de freguesia.</p>
21	<p><b>Cooperação no âmbito do Recrutamento Militar com organizações e entidades nacionais e internacionais</b></p> <p>Durante o ano a DSRASM participou em reuniões com os Adidos Militares que partiram durante este ano para diferentes países.</p>



22	<p>Consultadoria do Sistema de Recrutamento Militar</p> <p>Neste ano foi prestada toda a colaboração, sempre que solicitado, nas áreas transversais a esta Direção-Geral.</p>
23	<p>Gestão estratégica do processo de Reinserção Profissional</p> <p>A proposta de portaria foi apresentada através da informação n.º 63 de 11 de março de 2014 e o seu envio à tutela foi efetuado através do Ofício n.º 2601 de 10 de abril.</p> <p>A Portaria foi publicada a 23 de dezembro de 2014 com o n.º 272/2014.</p>
24	<p>Adequação dinâmica do sistema de incentivos à realidade conjuntural</p> <p>Durante o ano de 2015 foi finalizada uma nova proposta de Regulamento de Incentivos à Prestação do Serviço Militar com o consenso dos Ramos das Forças Armadas. Para além disso, os serviços do Centro de Informação e Orientação para a Formação e o Emprego apresentaram os seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 3236 Atendimentos Telefónicos</li> <li>• 101 405 Visualizações do site do CIOFE</li> <li>• 35 Ações de divulgação institucional (1737 militares do RC e civis)</li> <li>• 32 Workshops sobre o RIPSM para 1682 militares e ex-militares (96 horas de formação)</li> <li>• 21 Workshops sobre o Quadro Legal de Proteção no Desemprego para 558 militares e ex-militares (63 horas de formação)</li> <li>• 328 Pareceres emitidos sobre a aplicação do RIPSM</li> <li>• 11 Inscrições para processos de Orientação</li> <li>• Workshops realizados:             <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CV Europass - Vem aprender a construir o teu CV Europeu;</li> <li>▪ LinkedIn - Queres aprender a otimizar o teu perfil???</li> <li>▪ Ações de Sensibilização sobre:                 <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parâmetros Legais da Profissão de Vigilante/Segurança</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	<p>Privado (2);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mercado Internacional de Segurança (1);</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 1869 Ofertas de emprego divulgadas</li> <li>▪ 143 de natureza privada</li> <li>▪ 1726 de natureza pública</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 936 Declarações de equiparação emitidas</li> <li>▪ 549 Militares e ex-militares</li> </ul>
25	<p>Potenciação das qualidades dos militares ao longo do seu percurso profissional</p> <p>O CIOFE de forma a potenciar o aumento das qualificações dos militares e ex-militares do RC realizou as seguintes iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 22 Ações de formação modular certificada</li> <li>• 1 Curso para obtenção do Transporte Coletivo de Crianças</li> <li>• 1 Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores</li> <li>• 2057 Horas de formação</li> <li>• 536 Militares e ex-militares formados</li> <li>• 134 Novas candidaturas ao subsídio para pagamento de propinas para o ano letivo 2015/16</li> </ul>
26	<p>Implementação dos novos serviços do CIOFE decorrentes da sua promoção a Centro de Qualificação para o Ensino Profissional (CQEP)</p> <p>A passagem à disponibilidade das técnicas dedicadas à Orientação Reconhecimento e Validação de Competências obstaculizou o início da atividade do CQEP. Devido a esta falta de recursos humanos, o qual se procurou colmatar com recurso aos ramos e não se conseguiu (solicitando o reforço da equipa por ofício), também não se divulgou o CIOFE enquanto CQEP pelos Ramos das Forças Armadas.</p>



<p><b>27</b></p>	<p>Fomento do empreendedorismo junto dos militares e ex-militares</p> <p>Em 2015 foi implementada a 1.<sup>a</sup> edição do programa «Defesa empreende». Este programa, destinado a fomentar o empreendedorismo junto dos militares e ex-militares do RC, foi lançado em cerimónia pública por SEXASEADN no dia 28 de janeiro. Seguiram-se 16 ações de divulgação e a produção e envio de 200 cartazes para as diferentes U/E/O e serviços de emprego e formação do IEFP. Recolheram-se 66 candidaturas das quais foram selecionadas para irem a júri 55. Antes da avaliação das ideias foi disponibilizado aos promotores sessões de preparação. Nesse sentido, antes da apresentação diante de um júri foram efetuadas sessões de preparação em Lisboa, nas instalações da Start-up Lisboa, e no Porto, no Palácio da Juventude. Decorrente das sessões de júri foram aprovados 44 projetos com destino à fase de capacitação. Nesta fase que decorreu em instalações do Instituto de Apoio Social das Forças Armadas (IASFA) participaram 19 projetos em Lisboa (CAS Oeiras) e 13 projetos no Porto (CAS Porto). Finda a fase de capacitação decorreram novamente sessões de júri que resultaram na passagem de 13 projetos para a fase seguinte e 2 projetos para a última fase do programa.</p>
<p><b>28</b></p>	<p>Cooperação no âmbito da Reinserção Profissional com organizações e entidades nacionais e internacionais</p> <p>A DSRASM participou ainda em reuniões com os Adidos Militares que partiram durante este ano para diferentes países.</p>
<p><b>29</b></p>	<p>Consultoria da Reinserção Profissional</p> <p>Neste ano foi prestada toda a colaboração, sempre que solicitado, nas áreas transversais a esta Direção-Geral.</p>
<p><b>30</b></p>	<p>Estruturação da Comunicação Integrada para o Serviço Militar</p> <p>Durante o corrente ano foi executada, no âmbito do Plano de Comunicação Integrada para o Serviço Militar (PCISM) a reestruturação do subplano de comunicação do Dia da Defesa Nacional para 2016 implicando a criação dos programas das jornadas individualizados para os novos Centros de Divulgação da Defesa Nacional (CDDN), a saber: Regimento de Transmissões e Escola dos Serviços. Foram ainda reeditados alguns dos programas dos centros existentes com base nas experiências e alterações de vária ordem (locais de atividades, parcerias civis, etc) ocorridas durante 2015 e as previsíveis para 2016.</p> <p>Tendo, ainda, presentes os novos desenvolvimentos no seio do OCRD .... Foram</p>



	<p>elencadas as situações e matérias a serem alvo da revisão do PCISM em 2016</p>
31	<p><b>Consolidação do Repositório Estruturado de Informação no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar (CISM)</b></p> <p>Em 2014 deu-se início ao processo de instalação e estruturação, em servidor interno, de um repositório de informação, numa primeira fase tematicamente orientado para as necessidades e clientes internos da Comunicação Integrada para o Serviço Militar. Esta primeira fase permitiu apoiar alguns fluxos de informação, ainda que sob uma forma de acesso restrita e muito orientada, tendo permitido avaliar das capacidades e necessidades em termos de infraestrutura para apoio de fluxos contínuos e acessos alargados a criar.</p> <p>Durante a corrente fase que se prolongará para o próximo ano (2016), serão estudados, com apoio na observação desta configuração inicial, entretanto sujeita a melhoramentos, o comportamento dos fluxos de informação, a volumetria das bases de dados associadas, as necessidades de interfaces para sua utilização, e, sobretudo, a sua integração nas plataformas de gestão e fluxo de informação da responsabilidade da CISM.</p> <p>O repositório disponibiliza já, de forma consolidada e estruturada, a partir do final de 2014, a informação Audiovisual (nomeadamente fotográfica - de cerca de 7.079 ficheiros nos finais de 2014, para mais de 15.000 em finais de 2015) produzida e recolhida em vários canais, bem como um acervo de informação, documentação e produtos de vária natureza (gráficos, multimédia, etc), no domínio do OCRD e em particular da Comunicação Integrada para o Serviço Militar, observando-se um crescimento elevado do seu volume total de informação.</p> <p>Foi, numa extensão das suas valências e facilidades, integrado neste repositório o arquivo geral (dinâmico) de fotografia dos jovens presentes ao DDN que permitirá o envio das coleções de fotografias a todos (os jovens) que o tenham solicitado durante as jornadas (concluída a estruturação durante 2014, iniciou-se a sua implementação durante a XIª Edição-2015, e espera-se a sua consolidação e estabilidade já desde o início da XIIª Edição-2016).</p>
32	<p><b>Criação da Identidade Visual para o Serviço Militar</b></p> <p>Das necessidades para a criação e implementação da identidade visual para o Serviço Militar, foi concluído o estudo/produção do logotipo do OCRD e respetivo manual de normas.</p> <p>Foram ainda estudados e executados produtos gráficos e audiovisuais de aplicação direta do novo logotipo do OCRD (folders, animações em vídeo do logotipo), promovendo-se a sua aplicação de base nos diversos documentos atividades e suportes emanados a partir, ou a propósito, do OCRD, de acordo com o referido manual de normas.</p> <p>No final do ano de 2015 Iniciou-se o estudo de várias propostas para a alteração do logotipo do Dia da Defesa Nacional. Atendendo a que os processos criativos do novo</p>



	<p>design ainda se encontravam em desenvolvimento, fruto de algum trabalho de crítica e construção sobre o teor das propostas, prevê-se para o decurso de 2016 a sua conclusão, ou, pelo menos a obtenção de uma proposta final a submeter superiormente.</p> <p>No âmbito da continuidade da criação de uma linha de imagética renovada e concordante com a identidade visual projetada, foram produzidos (design e artes finais, produção gráfica) para utilização no Dia da Defesa Nacional novos painéis visuais temáticos (3x2m), sobre cada um dos ramos e a presença das Forças Armadas em cenários internacionais (10 modelos), tendo sido produzidos e colocados em Centros de Divulgação da Defesa Nacional cerca de 20 painéis.</p> <p>Foi ainda levado a cabo o estudo, produção e implementação gráfica de ambientes visuais identificativos comuns, introduzindo no corrente ano o “background” do espaço do “checkin” (composto por uma estrutura móvel e painel, 6x2m, impresso com o motivo da bandeira nacional), já alinhado com a remodelação dos símbolos e identificadores (logotipo, cores base, formas, etc) constituintes da IV do Dia da Defesa Nacional. No total foram produzidos 7 conjuntos móveis (5 para acompanhamento das equipas e 2 baseados em centros).</p> <p>Finalmente, foram produzidos vários conjuntos de “rollups” no objetivo de repor e disseminar na geografia dos vários CDDN, a imagem e infografias criadas para apoio às atividades durante as jornadas do Dia da Defesa Nacional.</p>
33	<p>Comunicação Externa/Interna/Institucional - Canal Web - Plataforma OCRD</p> <p>O estudo exploratório efetuado para determinação de um modelo a implementar, executado durante o presente ano, estendeu-se inicialmente à pesquisa e avaliação das várias formas já presentes no espectro global da Internet. Este momento inicial permitiu concluir pela inexistência de uma tendência comum marcadamente definida, o que deriva, a nosso ver, das diferentes realidades e necessidades no que concerne ao domínio da comunicação integrada e que se podem constatar, também, nas especificidades da Comunicação Integrada para o Serviço Militar inserida no domínio do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação.</p> <p>Assim, na sequência e no esteio do que acima fica dito, em dezembro 2015 deu-se início aos trabalhos de criação de uma plataforma de comunicação (a concluir durante o ano de 2016) que permitirá alargar o âmbito, o tipo de informação e serviços prestados, estendendo especialmente as suas valências, disponibilização de informação e utilidades ao universo dos “clientes” do Serviço Militar, numa perspetiva alargada de utilização que extravasa os stakeholders, utilizando uma ótica integrada e multidisciplinar, possibilitando uma múltipla e simultânea utilização em termos de níveis de interesse e finalidade, orientada por um acesso seletivo e configurável.</p> <p>Neste projeto está a ser avaliada a viabilidade técnica da integração do canal de TV corporativa do OCRD cujo desenho base foi concluído durante o corrente ano.</p>



34	<p>Comunicação Interna/Externa - Canais de TV Corporativa</p> <p>Durante o presente ano consolidou-se o projeto da TV Corporativa do OCRD, o qual originalmente havia sido fixado para utilização sobre canal interno, mas a que a reinterpretação presente baseada em critérios sobretudo inerentes à esfera da própria visão de Comunicação Integrada de que se pretende dotar o SM, obrigou a procurar formas de difusão compatíveis com a atual infraestrutura instalada. Neste sentido foi programada uma primeira fase de difusão (canal do Dia da Defesa Nacional), sobre a internet, cujas necessidades adicionais de infraestrutura básica foram entretanto adquiridas, e que permite a difusão de conteúdos AV de forma autónoma (costumizáveis por CDDN), tendo sido lançada para utilização nos Centros de Divulgação da Defesa Nacional durante a XIIª Edição do DDN (2016) de forma experimental e destinada à avaliação e estudo, junto da tipologia de “clientes” que serve, sobretudo no que concerne á utilização, programação e aquisição de conteúdos.</p>
35	<p>Estudo exploratório para determinação de produtos e atividades de comunicação a implementar no âmbito do Serviço Militar</p> <p>Tendo sido, em anos anteriores, constatada a necessidade de aumento do número de produtos e atividades existentes, bem como o seu enquadramento e conformidade com o quadro estratégico definido pelo plano de comunicação, reforçada pela deteção de um défice (quase inexistência) em termos de atividades em funcionamento (excetuando desta análise o DDN) e de um acervo coerente de produtos de comunicação, impôs-se como tarefa o lançamento de estudo exploratório, destinado a permitir, numa primeira fase, o conhecimento dos públicos-alvo e o estado do desenvolvimento de ações e produtos interno (OCRD). Este estudo deverá viabilizar que em 2016, com sede na revisão e ampliação do Plano de Comunicação Integrada para o Serviço Militar, se estude e elabore um conjunto de medidas de implementação das linhas de ações e produtos alinhados com esse plano e o seu referencial estratégico.</p>
36	<p>Comunicação Externa / Interna - Webletter do Serviço Militar</p> <p>Foi produzido a maquete (design e paginação) para a edição mensal da Webletter do Serviço militar. A edição deste produto está viabilizada em dois formatos: Webletter (html) distribuição eletrónica, e boletim impresso ou distribuído eletronicamente (pdf). Está previsto o lançamento dos primeiros números durante 2016.</p>
37	<p>Cooperação no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar com organizações e entidades nacionais e internacionais</p> <p>Organização e participação nos trabalhos da Reunião de lançamento da XIIª Edição do DDN-2016</p>



<b>38</b>	<p>Consultoria da Comunicação Integrada para o Serviço Militar</p> <p>Foram elaborados estudos para configuração de novos locais destinados às atividades das jornadas do DDN a abrir em 2016 (Regimento de Transmissões-Porto, Escola dos Serviços-Póvoa de Varzim, novas instalações do CDDN da BA1-Sintra, e remodelação das instalações do CDDN do Regimento de Transportes-Lisboa).</p>
-----------	--

#### Ações executadas na DGRDN

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (outubro - dezembro 2015)
1	<p>Administração dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação</p> <p>Foram realizadas as visitas e ações de supervisão aos Núcleos e Centros de Divulgação do DDN em conformidade com o planeado, bem como todas as que resultaram de situações inopinadas.</p>
2	<p>Gestão dos Centros e Núcleos de Divulgação</p> <p>Foram realizadas as visitas e ações de supervisão aos Núcleos e Centros de Divulgação do DDN em conformidade com o planeado, bem como todas as que resultaram de situações inopinadas.</p>
3	<p>Monitorização e supervisão do Programa e Conteúdos do DDN</p> <p>Foi desenvolvida uma aplicação que permite recolher um conjunto de indicadores relativamente ao decurso das atividades do DDN. No final do dia estes indicadores são enviados para a DGPRM, sendo depois objeto de análise para posterior envio para os ramos das FA e parceiros institucionais.</p>
4	<p>Gestão do sistema de atendimento no âmbito dos deveres militares</p> <p>Durante 2015 foi supervisionada a atividade de atendimento ao público efetuada ao nível do Balcão Único da Defesa sendo emanadas um conjunto de diretivas por e-mail</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	<p>com o intuito de uniformizar o atendimento. Foram efetuados os pedidos de permissão de acesso ao SIPORG necessários mediante requerimento da DGPRM e por necessidades de serviço interno ou por solicitação do Centro de Recrutamento da Armada ou dos GAP do Exército. Por falta de recursos humanos não foi efetuada qualquer atualização às Normas Técnicas, nem qualquer divulgação das mesmas.</p> <p>Ao nível do atendimento foi desmaterializado o processo de emissão das Requisições de Transporte e o processo de emissão e envio dos Editais de Convocação para os Municípios.</p>
5	<p>Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do DDN</p> <p>Ao nível do atendimento foi desmaterializado o processo de emissão das Requisições de Transporte e o processo de emissão e envio dos Editais de Convocação para os Municípios.</p>
6	<p>Cooperação no âmbito do Dia da Defesa Nacional com organizações e entidades nacionais e internacionais</p> <p>Participação em reuniões com os Adidos Militares que partiram durante este ano para diferentes países</p>
7	<p>Consultoria dos Deveres Militares</p> <p>Neste ano foi prestada toda a colaboração, sempre que solicitado, nas áreas transversais a esta Direção-Geral.</p>
8	<p>Potenciação das qualificações dos militares ao longo do seu percurso profissional</p> <p>Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2015, a partir de Setembro ainda ocorreram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 5 Ações de formação modular certificada</li> <li>• 3 Cursos de Formação Inicial de Vigilante</li> <li>• 3 Cursos para obtenção do Certificado de Aptidão Motorista</li> <li>• 2 ações de sensibilização, em Lisboa e no Porto, dedicadas ao tema:             <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Viver e Trabalhar no Reino Unido.</li> </ul> </li> </ul>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

<b>9</b>	<p>Fomento do empreendedorismo junto dos militares e ex-militares</p> <p>Dos projetos do Defesa Empreende que continuam em acompanhamento, houve 1 projeto que abriu as suas portas, 1 desistência, 11 projetos continuam a avançar para obter financiamento e 2 projetos que já sendo empresas constituídas estão a rever a sua estratégia empresarial.</p> <p>Neste âmbito, em Dezembro, foi ainda efetuada uma acção de formação «Da ideia ao Negócio» nas instalações da Startup Lisboa.</p>
<b>10</b>	Desenvolvimento do processo de monitorização dos efetivos militares e apresentação de relatório anual;
<b>11</b>	Monitorização da atratividade do Dia da Defesa Nacional: análise dos resultados recolhidos em 2015;
<b>12</b>	Desenvolvimento do programa de estudos associado ao Dia da Defesa Nacional, para a edição de 2016: desenvolvimento do inquérito; conceção do modelo de dados; apoio ao desenvolvimento da infraestrutura de recolha de dados;
<b>13</b>	Conceção do projeto de estudo de caracterização sociodemográfica e de satisfação organizacional dos militares RV/RC
<b>14</b>	Análise das propostas de admissão aos QP das Forças Armadas, para 2016
<b>15</b>	Apoio à elaboração do Orçamento de Estado de 2016 (componente das normas relacionadas com efetivos e admissões);



**UNIDADE ORGÂNICA**

**Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais**

**Divisão de Saúde Militar**

**Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes**

Ações executadas na ex-DGPRM

Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes  
(Principal UO relacionada)

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro - setembro 2015)
1	Restruturação da saúde militar  1.1 Participação no estudo e conceção de medidas de racionalização dos recursos do Sistema de Saúde Militar e acompanhamento da respetiva implementação.  1.2 Prestação de apoio ao Conselho da Saúde Militar (COSM).  1.3 Acompanhamento da aplicação do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao acesso e frequência do internato médico e desenvolvimento das atividades cometidas neste âmbito ao MDN.  1.4 Recolha de informação estatística no domínio da Saúde Militar e elaboração de grelhas para recolha de informação a constar no Anuário Estatístico.
2	Promoção de cooperação civil-militar em matéria de Saúde no âmbito da prevenção de doenças infecciosas que, pelas suas características epidemiológicas, constituem sérios riscos para o pessoal das FFAA e dos Serviços e demais estruturas do MDN.
3	Divulgação de informação no domínio da saúde militar, incluindo ações de formação promovidas por organizações internacionais.
4	Acompanhamento da doutrina OTAN no domínio da Saúde Militar e coordenação da representação portuguesa no Plenário do Committee of Medical Chiefs (COMEDS).
5	Participação no processo de ratificação e acompanhamento da implementação dos STANAG's da área da Saúde Militar.



<b>6</b>	<p>Participação em estudos com vista a regulamentar o regime dos quadros especiais das áreas da saúde.</p>
<b>7</b>	<p>Representação da Saúde Militar a nível internacional fora do âmbito da OTAN, colaborando na definição das políticas da Saúde Militar.</p> <p>7.1 Organização do II Fórum de Saúde Militar da CPLP e coordenação da atividade desenvolvida por este Fórum, que incluiu a apresentação de propostas de um Diretório, de um Observatório das Doenças da Adição, de um projeto de regimento interno e de um projeto de doc. “Estratégia da CPLP para a Saúde Militar”.</p> <p>7.2 Colaboração em ações de cooperação técnico-militar no domínio da Saúde Militar, no âmbito de relações bilaterais.</p> <p>7.3 Participação no congresso anual do Comité Internacional da Medicina Militar (CIMM) e acompanhamento da sua atividade.</p>
<b>8</b>	<p>Participação em Comissões e Grupos de Trabalho no âmbito da Saúde Militar designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa;</li> <li>- Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais;</li> <li>- Conselho Nacional do Internato Médico;</li> <li>- Conselho Nacional para a Infecção VIH/SIDA;</li> <li>- Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA</li> <li>- Comissão Técnica de Acompanhamento da Reforma da Saúde Mental.</li> </ul>
<b>9</b>	<p>Participação no estudo, conceção e propostas de medidas de política de saúde mental, designadamente de apoio aos militares e ex-militares portugueses portadores de stresse pós-traumático, e avaliação dos respetivos impactos.</p> <p>9.1 Colaboração na definição das políticas de apoio aos Antigos Combatentes portadores de stresse pós-traumático de guerra.</p> <p>9.2 Prestação de apoio à Comissão Nacional de Acompanhamento da Rede Nacional de Apoio aos cidadãos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores de stresse durante a vida militar e avaliação do grau de cumprimento dos protocolos celebrados neste âmbito com as associações de Antigos Combatentes.</p> <p>9.3 Coordenação e desenvolvimento do projeto de “Redesenho do Processo de Qualificação como Deficiente das Forças Armadas”, tendo em vista:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução das Pendências Processuais;</li> <li>- Implementação de um novo modelo de tramitação processual;</li> <li>- Atividades com vista à implementação de um Centro de Recursos de Conhecimento sobre Stress de Guerra;</li> </ul>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

<b>10</b>	<p>Coordenação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas.</p> <p>10.1 Presidência do Grupo Coordenador do Programa de Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas, incluindo a recolha de contributos e a elaboração e submissão a aprovação superior do Relatório de Atividades/2014 e do Plano de Atividades/2016 do referido Programa.</p> <p>10.2 Desenvolvimento e condução dos trabalhos de revisão do Programa de Prevenção dos Comportamento Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas e submissão a aprovação superior.</p> <p>10.3 Acompanhamento das iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso entre o MDN (DGRDN) e o Min. da Saúde (SICAD) e apresentação do respetivo ponto de situação.</p> <p>10.4 Coordenação pedagógica do Curso de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependência e formação ministrada neste curso e no Curso de Toxicologia Ocupacional, ambos na Escola de Serviço de Saúde Militar.</p>
<b>11</b>	<p>Colaboração nas atividades de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho destinadas à prevenção de riscos profissionais e à promoção da saúde dos trabalhadores da DGRDN.</p>
<b>12</b>	<p>Consultadoria técnica e jurídica no domínio do Sistema de Saúde Militar, nomeadamente através da elaboração de informações, estudos e pareceres sobre projetos de diploma e sobre outras questões que lhe foram apresentadas.</p>
<b>13</b>	<p>Apreciação do Relatório Moçambique (ADM) - Despacho n.º 130/MDN/2014, de 24 de setembro.</p> <p>Avaliação do impacto na ADM das alterações no regime da ADSE.</p> <p>Apreciação do anteprojeto de diploma relativo ao Modelo de Governação dos subsistemas de saúde públicos, decorrente da RCM n.º 5/2015, de 15 de janeiro.</p>
<b>14</b>	<p>Apreciação da proposta de revisão do EMFAR e respetivo diploma preambular, nas matérias relativas a “Complemento de pensão”, “Reforma”, “Pensão de reforma”, “Assistência à família”, “Reforma em consequência de acidente em serviço ou doença profissional”, “Transição para a categoria de oficiais” dos enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, de farmácia e de medicina veterinária, Ingresso de Médicos e de Técnicos de Saúde nos Quadros.</p> <p>Apreciação do «Plano Estratégico para o Apoio Social».</p> <p>Promoção da adoção de medidas necessárias para a melhoria do bem-estar social da</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	<p>família dos ex-militares que têm processo por acidente/doença a decorrer para a qualificação de DFA. Foram efetuados contactos com os diversos departamentos dos Ramos das FFAA e o HFAR, bem como da Caixa Geral de Aposentações e Centro Nacional de Pensões, seguindo de perto a evolução do percurso dos referidos processos.</p> <p>Durante o ano foram abertos diversos processos (cerca de uma dezena) e encerrados outros, cujos processos foram concluídos (cerca de duas dezenas).</p> <p>Durante o ano foram efetuados 690 contactos telefónicos, correspondentes ao número de chamadas atendidas e efetuadas.</p> <p>Foi diligenciada junto da SG/MDN a publicação de eventos/notícias consideradas importantes para divulgação no portal da Intranet da Defesa.</p>
15	<p>Integração da Equipa de Projeto para o estudo de um modelo de governação do IASFA, I.P.</p> <p>Apreciação do Plano de Atividades 2015 e do Relatório de Atividades 2014 do IASFA, I.P.</p>
16	<p>Elaboração de contributos no âmbito do DLEO/2015, no respeitante a Produtos de Apoio para deficientes militares</p> <p>Análise e contributos relativos à proposta de arquitetura da “Estratégia e Guidelines para a Deficiência 2015-2020”.</p> <p>Participação nos trabalhos conducentes à elaboração do PADM - Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares.</p> <p>Apreciação do «Protocolo de colaboração entre a CVP e o CRPG».</p> <p>Apreciação do «Protocolo de cooperação entre o Polo de Lisboa do HFAR, a CVP e o IASFA, I.P.» .</p> <p>Desenvolvimento de trabalhos em sede da Equipa de Projeto “A qualificação como DFA - Redesenho do Processo”.</p> <p>Elaboração e atualizações subseqüentes do «Tableau de Bord - Estratégia Reivindicativa da ADFA».</p> <p>Colaboração na preparação dos dossiers de suporte às deslocações de SEXA o MDN aos PALOP.</p> <p>Colaboração nos trabalhos de revisão do «Manual do processo de qualificação DFA».</p>
17	<p>Assegurada a representação e participação da DGPRM nas reuniões da Comissão da ENDEF II (INR);</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	<p>Assegurada a representação e participação da DGPRM nas reuniões do Conselho Consultivo do IASFA, I.P. ;</p> <p>Participação na reunião de coordenação relativa à implementação do regime de faturação a aplicar nos estabelecimentos do SSM (Despacho n.º 511/MDN/2015).</p> <p>Assegurada a representação e participação da DGPRM em reuniões do Conselho Consultivo para a Promoção do Voluntariado.</p>
18	<p>Consultadoria geral e jurídica, nomeadamente ao nível da elaboração de estudos e pareceres sobre projetos de diploma e resposta a exposições e reclamações relativas a pensões (reforma, aposentação e sobrevivência, entre outras), assistência na doença (comparticipação medicamentosa, inscrição de beneficiários, etc.), propinas, complementos de pensão e outras prestações sociais.</p> <p>Apreciação crítica da Revisão final do BBP, no âmbito do SIGDN/RHV.</p>
19	<p>A qualidade do atendimento presencial e telefónico, no Balcão Único da Defesa, teve uma ligeira subida no elevado padrão de qualidade, traduzido num grau de satisfação dos utentes de 99,25% (medido através da realização de 833 inquéritos).</p>
20	<p>Foram enviados aos regimes de segurança social cerca de 4.500 processos e aos ramos das Forças Armadas foram remetidos cerca de 2.700 processos. Foram ainda efetuados 4.990 atendimentos aos utentes, dos quais 833 (16,70%) presenciais e 4.157 (83,30%) telefónicos, bem como processadas cerca de 2.969 contagens de tempo de serviço militar.</p>
21	<p>O tempo médio de conclusão de processos teve uma taxa de realização global média de cerca de 98%, o que se traduz na conclusão de quase a totalidade dos processos que deram entrada durante o ano.</p>
22	<p>O tempo de espera no Balcão Único da Defesa é praticamente inexistente, o que resulta numa taxa média de 99,6% de pouco tempo de espera, confirmado pelos 833 inquéritos presenciais realizados.</p>

Ações executadas na DGRDN

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (outubro – dezembro 2015)
1	Acompanhamento da doutrina OTAN no domínio da Saúde Militar e coordenação da representação portuguesa no Plenário do Committee of Medical Chiefs (COMEDS).
2	Participação no processo de ratificação e acompanhamento da implementação dos



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	STANAG`s da área da Saúde Militar.
3	Participação em estudos com vista a regulamentar o regime dos quadros especiais das áreas da saúde.
4	<p>Representação da Saúde Militar a nível internacional fora do âmbito da OTAN, colaborando na definição das políticas da Saúde Militar.</p> <p>4.1 Preparação do III Fórum de Saúde Militar da CPLP.</p> <p>4.2 Colaboração em ações de cooperação técnico-militar no domínio da Saúde Militar, no âmbito de relações bilaterais.</p>
5	<p>Participação no estudo, conceção e propostas de medidas de política de saúde mental, designadamente de apoio aos militares e ex-militares portugueses portadores de stresse pós-traumático, e avaliação dos respetivos impactos.</p> <p>5.1 Colaboração na definição das políticas de apoio aos Antigos Combatentes portadores de stresse pós-traumático de guerra.</p>
	<p>5.2 Prestação de apoio à Comissão Nacional de Acompanhamento da Rede Nacional de Apoio aos cidadãos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores de stresse durante a vida militar e avaliação do grau de cumprimento dos protocolos celebrados neste âmbito com as associações de Antigos Combatentes.</p> <p>5.3 Desenvolvimento do projeto de “Redesenho do Processo de Qualificação como Deficiente das Forças Armadas”, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução das Pendências Processuais;</li> <li>- Implementação de um novo modelo de tramitação processual;</li> <li>- Atividades com vista à implementação de um Centro de Recursos de Conhecimento sobre Stress de Guerra.</li> </ul>
6	<p>Coordenação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas.</p> <p>6.1 Presidência do Grupo Coordenador do Programa de Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas, incluindo a recolha de contributos e a elaboração e submissão a aprovação superior do Relatório de Atividades/2014 e do Plano de Atividades/2016 do referido Programa.</p>
7	Consultadoria técnica e jurídica no domínio do Sistema de Saúde Militar, nomeadamente através da elaboração de informações, estudos e pareceres sobre projetos de diploma e sobre outras questões que lhe foram apresentadas.
8	Efetuada campanha de angariação de bens alimentares, em parceria com a SG/MDN, para as famílias dos ex-militares utentes do NAS e respetiva distribuição.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

9	<p>Apresentação, no âmbito da Equipa Técnica do PADM, do «Regime jurídico dos deficientes militares».</p> <p>Elaboração do Reporte MDN no âmbito da «Estratégia Nacional para a Deficiência 2015-2020».</p> <p>Criação da linha telefónica de apoio aos Deficientes Militares no âmbito do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM) e reformulação no sítio da DGRDN da informação respeitante aos antigos combatentes e aos deficientes militares.</p>
10	<p>Consultadoria geral e jurídica, nomeadamente ao nível da elaboração de estudos e pareceres sobre projetos de diploma e resposta a exposições e reclamações relativas a pensões (reforma, aposentação e sobrevivência, entre outras), assistência na doença (comparticipação medicamentosa, inscrição de beneficiários, etc.), propinas, complementos de pensão e outras prestações sociais.</p>
11	<p>A qualidade do atendimento presencial e telefónico, no Balcão Único da Defesa, teve uma ligeira subida no elevado padrão de qualidade traduzido num grau de satisfação dos utentes de 99,25% (medido através da realização de 284 inquéritos).</p>
12	<p>Foram efetuados 1.620 atendimentos aos utentes, dos quais 284 (17,53%) presenciais e 1.336 (82,47%) telefónicos.</p>
13	<p>O tempo médio de conclusão de processos teve uma taxa de realização global média de cerca de 98%, o que se traduz na conclusão de quase a totalidade dos processos que deram entrada durante o ano.</p>
14	<p>O tempo de espera no Balcão Único da Defesa é praticamente inexistente, o que resulta numa taxa média de 99,6% de pouco tempo de espera, confirmado pelos 284 inquéritos presenciais realizados.</p>



## **UNIDADE ORGÂNICA**

### **Direção de Serviços de Armamento e Equipamento**

#### **Divisão de Planeamento e Programação Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento**

#### **Ações executadas na ex-DGAIED**

#### **Direção de Serviços de Programação e Relações Externas (Principal UO relacionada)**

<b>ID</b>	<b>Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro - setembro de 2015)</b>
<b>1</b>	Participação em Seminários e Palestras relativos à Lei de Programação Militar, Lei de Infraestruturas Militares e à Agência Europeia de Defesa (EDA).
<b>2</b>	Preparação de reuniões multilaterais, ao nível de Diretores Nacionais de Armamento.
<b>3</b>	Preparação de reuniões, ao nível de PREPCOMs e Steering Boards/CAPs/NADs/MoDs da EDA.
<b>4</b>	Elaboração de análises, pareceres, pontos de situação, informações e relatórios, em apoio à participação nacional nos conselhos e comités diretores do âmbito da UE, incluindo a EDA (PREPCOMs e SBs/CAPs/NADs/MoDs).
<b>5</b>	Elaboração de Proposta de apoio à participação nacional em projeto de cooperação de âmbito internacional.
<b>6</b>	Apoio às candidaturas internacionais a cargos de Peritos Nacionais Destacados e Agentes Temporários da Agência Europeia de Defesa.
<b>7</b>	Participação e acompanhamento dos trabalhos relativos ao ciclo de planeamento de defesa, no âmbito nacional, bem como da União Europeia
<b>8</b>	Apoio às atividades no âmbito Gabinete de Apoio à Gestão de Projetos
<b>9</b>	Acompanhamento do Projeto de expansão do <i>Microsoft Enterprise Project Management</i>
<b>10</b>	Acompanhamento da execução da LPM, recolha de dados relativos à execução de projetos da LPM dos OSC, EMGFA e Ramos e elaboração dos relatórios periódicos de execução da LPM, no âmbito do Núcleo de Acompanhamento da LPM
<b>11</b>	Elaboração de análises, pareceres, pontos de situação e informações e relatórios relativos à execução de projetos da LPM



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

12	Desenvolvimento de todas as atividades como Ponto de Contacto do CODABA para a Agência Europeia de Defesa (EDA)
13	Desenvolvimento de todas as atividades como Ponto de Contacto para os IDT's da Agência Europeia de Defesa (EDA)
14	Apoio na elaboração de resposta nacional ao <i>NATO Defence Planning Capability Survey 2015</i>
15	Participação e acompanhamento dos trabalhos relativos ao ciclo de planeamento de defesa no âmbito NATO a decorrer no CNAD e RPPB
16	Participação em Seminários e Palestras relativos à Lei de Programação Militar, Lei de Infraestruturas Militares e à EDA
17	Preparação de reuniões bilaterais, ao nível de Diretores Nacionais de Armamento
18	Elaboração de análises, pareceres, pontos de situação, informações e relatórios, em apoio à participação nacional nos conselhos e comités decisórios do âmbito NATO, incluindo o Plenário do CNAD da Primavera
19	Coordenação da revisão da Lei de Programação de Infraestruturas Militares
20	Preparação da participação da Direção na reunião plenária do RPPB em junho
21	Dada continuidade ao processo de integração nos Capability Packages (CPs) de infraestruturas em território nacional (NCISS, Bases Aéreas, Bases Navais de Lisboa e Ponta Delgada)
22	Participação na elaboração, inclusão de novas necessidades e revisão dos Capability Packages (CPs), nomeadamente na definição da sua filosofia geral e na coordenação da resposta nacional relativas às Bases Aéreas de Beja, Montijo e Monte Real
23	Submissão para aprovação dos projetos individuais relativos ao Urgent Requirement de Ponta Delgada (POLNATO) e In-Port Communications de Lisboa e Ponta Delgada
24	Elaboração dos "Project Data Sheets" dos projetos nacionais a serem submetidos à aprovação das restantes Nações relativas às Bases Aéreas de Beja, Montijo e Monte Real
25	Análise e parecer sobre os projetos a serem executados nos restantes países da Aliança, financiados por fundos comuns, nomeadamente no âmbito do Readiness Action Plan
26	Acompanhamento dos estudos desenvolvidos em sede do Resource Policy and Planning Board (RPPB) da NATO referentes às políticas de infraestruturas NATO e de financiamento comum



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

27	Análise e elaboração de parecer sobre o projeto do Medium Term Resource Plan (MTRP) incluindo o “NATO Security Investment Plan” (NSIP) e o “Military Budget” (MB)
28	Análise e elaboração de parecer sobre os estudos de revisão da metodologia do sistema de partilha de custos nos orçamentos comuns da NATO (cost shares) no âmbito do NAPMO BoD
29	Acompanhamento e participação nas inspeções às infraestruturas NATO em território nacional, nomeadamente à Base Naval de Lisboa
30	Participação no Relatório de Meios Aéreos em Missões de Interesses Público (MAMIP)
31	Acompanhamento das iniciativas multinacionais relacionadas com transporte estratégico, nomeadamente no âmbito do MCCE - Movement Coordination Centre Europe e do MSSC - Multinational Sealift Steering Committee.
32	Acompanhamento da iniciativa multinacional European Air Transport Fleet.
33	Acompanhamento das atividades no âmbito da Logística NATO em particular ao nível do Comité Logístico.
34	Coordenação e acompanhamento da participação nacional no Programa NAEW&C - NATO Early Warning And Control
35	Coordenação e acompanhamento da participação nacional nos programas da égide da NSPA - NATO Support and Procurement Agency.
36	Condução de Processos de Alienação do Exército e Força Aérea
37	Envio dos instrumentos de gestão estratégica para o portal do Governo para sua divulgação.
38	Atualização, divulgação e promoção das Instruções Permanentes (IP's) e respetiva monitorização.
39	Elaboração do Relatório de Atividades, Relatório Sintético e envio para aprovação.
40	Elaboração de documentação respeitante ao fecho do Ciclo de Avaliação do SIADAP 2 para o biénio 2013 - 2014.
41	Atualização do Mapa de Pessoal da DGAIED.
42	Coordenação e gestão da implementação do Projeto BRASS, mantendo estreita ligação com a NATO
43	Coordenação e gestão do projeto GMDSS



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

44	Participação no grupo NATO MIWG, nas funções de acompanhamento do projeto e atualização do estado de execução do mesmo
45	Acompanhamento do projeto de aquisição dos rádios GRC-525
46	Acompanhamento do projeto POACCS III
47	Participação e acompanhamento dos trabalhos relativos à preparação do programa CSDP-related research, da Comissão Europeia, através da EDA
48	Participação no comité “as if” do programa CSDP-related research (Defence research), da Comissão Europeia
49	Participação no comité do programa Space Surveillance and Tracking, da Comissão Europeia
50	Acompanhamento e apoio administrativo nos processos de participação das entidades do MDN nos projetos do programa-quadro de I&D Europeu (7PQ e H2020)
51	Preparação e participação nas reuniões de R&T PoC e R&T Directors, da EDA
52	Preparação e participação nas reuniões do Project-Team SSA, da EDA
53	Acompanhamento das matérias e preparação da participação dos representantes nacionais (CNC) nas Captechs da EDA
54	Acompanhamento das iniciativas, promovidas pela EDA, de desenvolvimento dos programas dos Fundos estruturais Transnacionais Marítimos Europeus com divulgação e articulação com Ramos das Forças Armadas e SG
55	Acompanhamento das matérias e preparação da participação dos representantes nacionais (Panel Members) nos painéis científicos da NATO/STO
56	Acompanhamento e preparação das matérias do Steering Board da NATO/STO
57	Participação (por VTC), preparação e acompanhamento dos trabalhos relativos aos comités de gestão dos programas JIP-UMS, JIP-CBRN e CEDS, da EDA
58	Acompanhamento das matérias e preparação da participação dos representantes nacionais (PAMG) nas reuniões dos projetos RSEM, MIDNET, L-AMPV, da EDA
59	Divulgação das iniciativas e das oportunidades relacionadas com as atividades de I&D nacionais, da EDA, da NATO/STO e da Comissão Europeia.
60	Emitidos pareceres sobre sobrevoos de material contencioso



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

61	Acompanhamento dos projetos de reequipamento de armamento, equipamentos, sistemas e serviços de defesa; de alienação de armamento, equipamentos, sistemas em fim de vida, e da desmilitarização de armamento em fim de ciclo de vida
62	Instruídos processos de candidaturas ao exercício das atividades de indústria e comércio de bens, serviços e tecnologias de defesa
63	Analísados os pedidos de autorização para a transferência, importação, exportação, intermediação, trânsito e transbordo de bens, serviços e tecnologias de defesa
64	Verificados, processados e registar os certificados e as licenças relativas às atividades de transferência, importação, exportação, intermediação, trânsito e transbordo de bens, serviços e tecnologias de defesa
65	Emitidas licenças e certificados inerentes às atividades de transferência, importação, exportação, intermediação, trânsito e transbordo de bens, serviços e tecnologias de defesa e de outros produtos de carácter estratégico
66	Mantido atualizado o arquivo, no que se refere aos certificados e licenças emitidas
67	Redigidos e enviados ao MNE as comunicações internacionais relativas a transferências de armamentos convencionais e de agentes antimotim e questionários diversos sobre o assunto
68	Participação e acompanhamento dos desenvolvimentos sobre o controlo do comércio e das transferências de armamento convencional, armas químicas e mísseis balísticos e de cruzeiro e das tecnologias associadas, no quadro da UE, Nações Unidas e dos regimes de não proliferação em que Portugal participa
69	Elaboradas as declarações de elegibilidade relativas a empresas nacionais candidatas ao “Source file NAMSA/NSPA”

Ações executadas na DGRDN

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (outubro - dezembro de 2015)
1	Participação em Seminários e Palestras relativos à Lei de Programação Militar, Lei de Infraestruturas Militares e à Agência Europeia de Defesa (EDA).
2	Preparação de reuniões multilaterais, ao nível de Diretores Nacionais de Armamento.
3	Preparação de reuniões, ao nível de Special Prepcoms, PREPCOMs e Steering Boards/CAPs/NADs/MoDs da EDA.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

4	Elaboração de análises, pareceres, pontos de situação, informações e relatórios, em apoio à participação nacional nos conselhos e comités diretores do âmbito da UE, incluindo a EDA (PREPCOMs e SBs/CAPs/NADs/MoDs)
5	Apoio às candidaturas internacionais a cargos de Peritos Nacionais Destacados e Agentes Temporários da Agência Europeia de Defesa.
6	Participação e acompanhamento dos trabalhos relativos ao ciclo de planeamento de defesa, no âmbito nacional, bem como da União Europeia
7	Apoio às atividades no âmbito Gabinete de Apoio à Gestão de Projetos
8	Acompanhamento do Projeto de expansão do <i>Microsoft Enterprise Project Management</i>
9	Acompanhamento da execução da LPM, recolha de dados relativos à execução de projetos da LPM dos OSC, EMGFA e Ramos e elaboração dos relatórios periódicos de execução da LPM, no âmbito do Núcleo de Acompanhamento da LPM
10	Elaborar análises, pareceres, pontos de situação e informações e relatórios relativos à execução de projetos da LPM
11	Desenvolvimento de todas as atividades como Ponto de Contacto do CODABA para a Agência Europeia de Defesa (EDA)
12	Acompanhamento da execução da LPM, procedendo à recolha de dados relativos à execução de projetos da LPM dos Serviços Centrais, EMGFA e Ramos e elaboração de relatórios periódicos de execução da LPM, no âmbito do Núcleo de Acompanhamento da LPM
13	Atuação como Gabinete de Apoio à Gestão de Projetos no âmbito da LPM e EPM
14	Assessoria à Direção da DGRDN, ao EMGFA e aos Ramos nas áreas da realização da despesa pública, no âmbito dos Projetos da LPM
15	Coordenação, acompanhamento e análise dos projetos de reequipamento de armamento, equipamentos, sistemas e serviços de defesa; de alienação de armamento, equipamentos, sistemas em fim de vida, e da desmilitarização de armamento em fim de ciclo de vida
16	Coordenação da elaboração do Plano de Atividades, Plano de Deslocações e o Plano de Formação da DSAE
17	Assegurar o funcionamento do SIADAP e monitorizar a sua aplicação
18	Coordenação da elaboração do mapa de pessoal da DSAE
19	Preparação de reuniões bilaterais, ao nível de Diretores Nacionais de Armamento



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

20	Elaboração de análises, pareceres, pontos de situação, informações e relatórios, em apoio à participação nacional nos conselhos e comités decisórios do âmbito NATO, incluindo o Plenário do CNAD do Outono
21	Preparação da participação da Direção na reunião plenária do RPPB em dezembro
22	Acompanhamento das atividades no âmbito da NAPMA
23	Participação e acompanhamento dos trabalhos relativos ao ciclo de planeamento de defesa no âmbito NATO relativos ao <i>Defence Questionnaire</i> entre MDN e autoridades da Aliança
24	Acompanhamento das iniciativas multinacionais relacionadas com transporte estratégico, nomeadamente no âmbito do MCCE - Movement Coordination Centre Europe e do MSSC - Multinational Sealift Steering Committee.
25	Acompanhamento da iniciativa multinacional European Air Transport Fleet.
26	Coordenação e acompanhamento da participação nacional no Programa NAEW&C - NATO Early Warning And Control.
27	Condução de Processos de Alienação do Exército e Força Aérea.
28	Participação na elaboração do Plano de Atividades e QUAR da DGRDN para 2016.
29	Participação na elaboração do Mapa de Pessoal da DGRDN.
30	Elaboração do Plano de Deslocações da DSAE.
31	Elaboração do Plano da Representatividade.
32	Preparação e envio de contributos, relativamente às Relações Bilaterais, no âmbito do Armamento e Equipamento.
33	Coordenação e gestão da implementação do Projeto BRASS, mantendo estreita ligação com a NATO
34	Coordenação e gestão do projeto GMDSS
35	Participação no grupo NATO MIWG, nas funções de acompanhamento do projeto e atualização do estado de execução do mesmo
36	Acompanhamento do projeto de aquisição dos rádios GRC-525
37	Acompanhamento do projeto POACCS III
38	Participação e acompanhamento dos trabalhos relativos à preparação do programa



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	CSDP-related research, da Comissão Europeia, através da EDA
39	Participação no comité “as if” do programa CSDP-related research (Defence research), da Comissão Europeia
40	Participação no comité do programa Space Surveillance and Tracking, da Comissão Europeia
41	Acompanhamento e apoio administrativo nos processos de participação das entidades do MDN nos projetos do programa-quadro de I&D Europeu (7PQ e H2020)
42	Preparação e participação nas reuniões de R&T PoC e R&T Directors, da EDA
43	Preparação e participação nas reuniões do Project-Team SSA, da EDA
44	Acompanhamento das matérias e preparação da participação dos representantes nacionais (CNC) nas Captechs da EDA
45	Acompanhamento das iniciativas, promovidas pela EDA, de desenvolvimento dos programas dos Fundos estruturais Transnacionais Marítimos Europeus com divulgação e articulação com Ramos das Forças Armadas e SG
46	Acompanhamento das matérias e preparação da participação dos representantes nacionais (Panel Members) nos painéis científicos da NATO/STO
47	Acompanhamento e preparação das matérias do Steering Board da NATO/STO
48	Participação (por VTC), preparação e acompanhamento dos trabalhos relativos aos comités de gestão dos programas JIP-UMS, JIP-CBRN e CEDS, da EDA
49	Acompanhamento das matérias e preparação da participação dos representantes nacionais (PAMG) nas reuniões dos projetos RSEM, MIDNET, L-AMPV, da EDA
50	Preparação e assinatura dos protocolos nacionais decorrentes da Call de projetos de I&D 2014
51	Preparação do processo de envio dos protocolos nacionais FIREND, TROANTE, THEMIS, AUXDEFENSE, SUBECO e BMS&EMM, para o Tribunal de Contas
52	Acompanhamento e preparação do processo administrativo dos protocolos nacionais PITVANT, GAMMAex e ANDRÓMEDA
53	Divulgação das iniciativas e das oportunidades relacionadas com as atividades de I&D nacionais, da EDA, da NATO/STO e da Comissão Europeia.
54	Acompanhamento e preparação do processo administrativo do protocolo nacional FIREND



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

55	Emitidos pareceres sobre sobrevoos de material contencioso
56	Acompanhamento dos projetos de reequipamento de armamento, equipamentos, sistemas e serviços de defesa; de alienação de armamento, equipamentos, sistemas em fim de vida, e da desmilitarização de armamento em fim de ciclo de vida
57	Instruídos processos de candidaturas ao exercício das atividades de indústria e comércio de bens, serviços e tecnologias de defesa
58	Analísados os pedidos de autorização para a transferência, importação, exportação, intermediação, trânsito e transbordo de bens, serviços e tecnologias de defesa
59	Verificados, processados e registar os certificados e as licenças relativas às atividades de transferência, importação, exportação, intermediação, trânsito e transbordo de bens, serviços e tecnologias de defesa
60	Emitidas licenças e certificados inerentes às atividades de transferência, importação, exportação, intermediação, trânsito e transbordo de bens, serviços e tecnologias de defesa e de outros produtos de carácter estratégico
61	Mantido atualizado o arquivo, no que se refere aos certificados e licenças emitidas
62	Redigidos e enviados ao MNE as comunicações internacionais relativas a transferências de armamentos convencionais e de agentes antimotim e questionários diversos sobre o assunto
63	Participação e acompanhamento dos desenvolvimentos sobre o controlo do comércio e das transferências de armamento convencional, armas químicas e mísseis balísticos e de cruzeiro e das tecnologias associadas, no quadro da UE, Nações Unidas e dos regimes de não proliferação em que Portugal participa
64	Elaboradas as declarações de elegibilidade relativas a empresas nacionais candidatas ao “Source file NAMSA/NSPA”



**UNIDADE ORGÂNICA**

**Direção de Serviços de Infraestruturas e Património**

**Divisão de Infraestruturas  
Divisão de Património e Turismo Militar**

**Ações executadas na ex-DGAIED**

**Direção de Serviços de Infraestruturas e Património  
(Principal UO relacionada)**

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro - setembro 2015)
1	Preparação de cadernos de encargos, com definição de características técnicas e estimativa de preço base, para integrar diversos procedimentos pré-contratuais de empreitada e de prestação de serviço/aquisição de bens
2	Preparação de diversos procedimentos pré-contratuais para realização de empreitadas e de prestação de serviços/aquisição de bens
3	Elaboração do projeto de execução para a empreitada de Substituição do Pipeline entre a Zona II e o PIT na IENPS e lançamento do procedimento pré-contratual (concurso público)
4	Coordenação da realização de Diversos trabalhos de beneficiação e recuperação no Depósito POL NATO de Ponta Delgada, relativos a ajustes diretos (75000€ serviços/bens; 150.000€ empreitadas)
5	Coordenação da execução da Empreitada de reposição das condições na Estrada Regional de Porto Santo
6	Coordenação da execução da empreitada do Edifício do Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica no HFAR
7	Coordenação da execução da empreitada de beneficiação do Paiol A17 no DMNL



8	Coordenação da execução da empreitada de Adaptação do Edifício H04 do HFAR
9	Coordenação da execução da empreitada de Adaptação do Edifício H07 do HFAR
10	Coordenação da execução da empreitada de Adaptação do Edifício H03 do HFAR
11	Preparação do contrato de cedência à ENMC do Depósito POL NATO de Lisboa
12	Coordenação da realização de diversos trabalhos de beneficiação e recuperação nas zonas I e II da infraestrutura NATO de Porto santo
13	Coordenação do contrato de Aquisição de Câmara Hiperbárica para o centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica no HFAR
14	Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação: Coordenação da Implementação do projeto em território nacional: fase de elaboração do ante-projeto (TBCE) e submissão à NATO para aprovação
15	Lançamento do procedimento pré-contratual para a empreitada de Reparação/beneficiação da ETAL não depósito POL NATO de Ponta Delgada
16	Lançamento do procedimento pré-contratual para a elaboração do projeto para a empreitada de alteração do traçado do troço de oleodutos aéreos no Depósito POL NATO de Ponta Delgada
17	Tratamento de dados provenientes de fontes internas e externas (p. ex. elementos registrais, autos de recção/entrega, autos de demolição, despachos conjuntos, resoluções de conselhos de ministros, contratos, protocolos, avaliações, mapas de atualização de inventários dos Ramos, etc.) e carregamento no Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIIE)



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

18	Conceção e produção de mapas dos bens imóveis e elaboração de “fichas sínteses” com informação jurídico-registral e cartográfica relevante
19	Emissão de pareceres com proposta de solução para regularização registral e matricial
20	Recolha de elementos junto dos Ramos das Forças Armadas, Serviços de Finanças, Conservatórias do Registo Predial, Instituto do Cadastro, Autarquias locais e outras entidades, e seu tratamento em termos registrais
21	Elaboração de mapas e/ou quadros de composição dos imóveis (p. ex. áreas, tipologias, estado de conservação, utilização, etc.) e acompanhamento da elaboração das plantas do imóvel de suporte ao registo predial
22	Preenchimento dos modelos para apresentação a registo
23	Controlo dos pagamentos dos emolumentos registrais
24	Análise das notificações dos serviços de finanças sobre o valor patrimonial dos imóveis registados e instrução de reclamação ao valor patrimonial atribuído pelos Serviços de Finanças
25	Controlo das taxas de saneamento autárquicas e análise da imputação das mesmas aos utilizadores dos bens imóveis e envio para pagamento, após validação, dos documentos de cobrança
26	Propor e/ou intervir na elaboração de atos legislativos e regulamentares relativos à gestão do património do Estado
27	Elaboração de estudos, pareceres e/ou propostas de atuação (p. ex. Memorandos de Entendimento; Acordos de Cooperação, etc.)
28	Acompanhamento e controlo da execução das medidas de política, relativas à gestão do património disponibilizado afeto à defesa Nacional
29	Análise das necessidades de intervenção e elaboração de estudos e pareceres
30	Análise de pedidos de denúncia de contratos de arrendamento, remessa dos mesmos à Direção-geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e comunicação ao Ramo do despacho de



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	autorização
31	Instrução de processos de demolição de imóveis provenientes dos Ramos, remeter os mesmos à DGTF para autorização. Comunicação ao Ramo do despacho de autorização, posteriormente enviar à DGTF o auto de vistoria efetuado pelo Ramo.
32	Elaboração de Estudos sobre a forma de utilização de património classificado, disponibilizado pelos Ramos
33	Análise de projetos com incidência em imóveis classificados disponibilizados pelos Ramos
34	Emissão de pareceres sobre processos de classificação cultural de bens imóveis
35	Análise das propostas de arrendamento de bens imóveis apresentadas pelos Ramos e instrução do processo junto da DGTF
36	Controlo anual das rendas pagas pelos Ramos e comunicação à DGTF
37	Comunicação aos serviços e organismos tutelados pelo MDN abrangidos pelo princípio da onerosidade, dos valores a pagar pela utilização dos imóveis do Estado,
38	Análise das reclamações apresentadas por serviços e organismos tutelados pelo MDN abrangidos pelo princípio da onerosidade e submissão, em alguns casos, à DGTF
39	Análise de propostas de protocolos e/ou acordo de utilização precária de imóveis afetos à defesa Nacional
40	Participações em reuniões com os diversos candidatos à utilização de património imobiliário do Estado
41	Visitas a imóveis afetos à Defesa Nacional solicitadas pelos diversos candidatos à utilização de património imobiliário do Estado
42	Tratamento de informação gráfica sobre imóveis e sua inclusão nas propostas de protocolo e/ou acordos
43	Preparação de minutas de protocolos e/ou acordos de utilização precária para apreciação superior



---

44	Formalizar o envio de minutas de protocolos e/ou acordos de utilização precária para apreciação superior
45	Promover a assinatura de protocolos e/ou acordos autorizados
46	Acompanhamento da execução dos de protocolos e/ou acordos
47	Promover a avaliação dos imóveis afetos à Defesa Nacional disponibilizados para rentabilização
48	Envio dos relatórios de avaliação à DGTF para homologação
49	Promover a certificação energética dos imóveis afetos à Defesa Nacional disponibilizados para rentabilização
50	Remessa da certificação energética à DGTF
51	Preparação de processos de levantamento topográfico (organização de elementos cartográficos e registrais e envio ao IGEOE, IG cadastral
52	Elaboração de projetos de despacho conjunto e/ou resolução de conselho de ministro de propostas de desafetação do domínio público militar e respetivas notas justificativas
53	Elaboração de projetos de despacho conjunto dos vários modelos de rentabilização: alienação por hasta pública ou ajuste direto; cedência de utilização
54	Elaboração de plantas, em formato próprio, a serem integradas nos projetos de RCM e/ou DC para publicação em Diário da República
55	Elaboração de autos de afetação e entrega
56	Elaboração de estudos e pareceres relativos às eventuais receitas a obter pelo MDN
57	Participação nos trabalhos respeitantes à revisão da Lei de Programação de Infraestruturas Militares
58	Controlo dos pagamentos provenientes da rentabilização do património



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

59	Preparação e disponibilização de dados relativos a instalações militares e condicionantes militares, às equipas projetistas de Planos de Ordenamento do Território
60	Análise dos contributos dos Ramos relativos às várias fases de elaboração e aprovação de: Planos Sectoriais de Ordenamento do Território (PSOT); Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT); Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT); Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC); Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT); Planos Diretores Municipais (PDM), Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP)
61	Preparação das reuniões de acompanhamento dos Planos
62	Representar a Defesa Nacional nas reuniões dos Planos
63	Elaboração de proposta de parecer final do MDN, na produção, alteração e revisão de PDM e outros instrumentos de gestão territorial
64	Manter e atualizar dados relativos ao ponto de situação dos vários instrumentos de gestão do território, com intervenção do MDN
65	Análise dos documentos de suporte aos processos objeto de parecer da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional
66	Preparação das reuniões da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional (CREN)
67	Preparação e elaboração de proposta de parecer final do MDN de aprovação de projetos de diplomas de ratificação para agendamento do Governo
68	Análise de documentos necessários à organização de processos tendo em vista a constituição, modificação ou extinção dos decretos de servidão militar (radioelétricas, terrestres)
69	Preparar e realizar reuniões com os Ramos sobre servidões militares
70	Elaboração de propostas de parecer final sobre licenciamento de obras e operações urbanísticas (planos de pormenor, operações de loteamento, em áreas de servidão militar)



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

71	Análise e encaminhamento dos pedidos de cancelamento de Ónus de Demolição
72	Apreciação prévia dos pedidos de licenciamentos de projetos de urbanização e pormenor, pareceres de viabilidade de construção/edificação, loteamento, traçados de oleodutos
73	Análise dos contributos dos Ramos e do EMGFA relativos à elaboração de pareceres sobre licenciamento de obras e operações urbanísticas
74	Análise dos contributos dos Ramos e do EMGFA relativos à elaboração de pareceres sobre Estudos de Impacte Ambiental
75	Análise dos contributos dos Ramos e do EMGFA relativos à elaboração de pareceres sobre licenciamentos de combustíveis e redes de gás
76	Emissão de pareceres no âmbito do portal RJUE (Regulamento Jurídico da urbanização e Edificação)

Ações executadas na DGRDN

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (outubro - dezembro 2015)
1	Coordenação da inspeção NATO à Base Naval do Alfeite
2	Coordenação de inspeção NATO à Base Aérea de Beja
3	Submissão ao MDN e Ministério das Finanças do contrato de cedência à ENMC do Depósito POL NATO de Lisboa
4	Preparação de diversos procedimentos pré-contratuais para realização de empreitadas e de prestações de serviços/aquisição bens
5	Preparação de cadernos de encargos, com definição de características técnicas e estimativa de preço base, para integrar diversos procedimentos pré-contratuais de



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	empreitada e de prestação de serviço/aquisição de bens
6	Coordenação da realização de Diversos trabalhos de beneficiação e recuperação nas zonas I e II da Infraestrutura NATO de Porto Santo
7	Coordenação da realização de Diversos trabalhos de beneficiação e recuperação no Depósito POL NATO de Ponta Delgada
8	Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação: Coordenação da Implementação do projeto em território nacional: fase de elaboração do projeto de execução
9	Assessoria em termos de infraestruturas, e em representação da DGRDN, o processo relativo à candidatura de Portugal para receber o gabinete de Serviços Partilhados da NATO
10	Coordenação da execução da empreitada de Instalação do Hospital Polivalente de Dia no HFAR
11	Coordenação do contrato de aquisição de transferência de Câmara hiperbárica do ex-hospital da Marinha para o HFAR
12	Coordenação da execução de diversas empreitadas nas instalações do Balcão Único da Defesa e Inspeção geral da Defesa que funcionam no Palácio Bensaúde em Lisboa
13	Coordenação da execução da empreitada da Remodelação de Instalação Sanitária no Regimento de Transportes em apoio ao Dia da Defesa Nacional
14	Coordenação da execução da empreitada de Beneficiação do Corredor do 4º Piso da DGRDN
15	Coordenação da execução da empreitada de Remodelação dos Espaços de Trabalho da DGRDN
16	Coordenação da execução da empreitada de remodelação da instalação elétrica do cais do Depósito de Munições de Lisboa
17	Coordenação da execução da empreitada de Substituição do Pipeline entre a Zona II e o PIT na Infraestrutura NATO de Porto Santo
18	Preparação do procedimento pré-contratual para a empreitada de Reparação/beneficiação da ETAL não depósito POL NATO de Ponta Delgada (preço base 950.000€)
19	Coordenação da elaboração do projeto para a empreitada de alteração do traçado do troço de oleodutos aéreos no Depósito POL NATO de Ponta Delgada
20	Preparação de caderno de encargos e estimativa orçamental para abertura de procedimento contratual para análise da contaminação de solo/água junto da Infraestrutura NATO de Porto Santo



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

21	Tratamento de dados provenientes de fontes internas e externas (p. ex. elementos registrais, autos de recção/entrega, autos de demolição, despachos conjuntos, resoluções de conselhos de ministros, contratos, protocolos, avaliações, mapas de atualização de inventários dos Ramos, etc.) e carregamento no Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIE)
22	Conceção e produção de mapas dos bens imóveis e elaboração de “fichas sínteses” com informação jurídico-registral e cartográfica relevante
23	Emissão de pareceres com proposta de solução para regularização registral e matricial
24	Recolha de elementos junto dos Ramos das Forças Armadas, Serviços de Finanças, Conservatórias do Registo Predial, Instituto do Cadastro, Autarquias locais e outras entidades, e seu tratamento em termos registrais
25	Elaboração de mapas e/ou quadros de composição dos imóveis (p. ex. áreas, tipologias, estado de conservação, utilização, etc.) e acompanhamento da elaboração das plantas do imóvel de suporte ao registo predial
26	Preenchimento dos modelos para apresentação a registo
27	Controlo dos pagamentos dos emolumentos registrais
28	Análise das notificações dos serviços de finanças sobre o valor patrimonial dos imóveis registados e instrução de reclamação ao valor patrimonial atribuído pelos Serviços de Finanças
29	Controlo das taxas de saneamento autárquicas e análise da imputação das mesmas aos utilizadores dos bens imóveis e envio para pagamento, após validação, dos documentos de cobrança
30	Propor e/ou intervir na elaboração de atos legislativos e regulamentares relativos à gestão do património do Estado
31	Elaboração de estudos, pareceres e/ou propostas de atuação (p. ex. Memorandos de Entendimento; Acordos de Cooperação, etc.)
32	Acompanhamento e controlo da execução das medidas de política, relativas à gestão do património disponibilizado afeto à defesa Nacional
33	Análise das necessidades de intervenção e elaboração de estudos e pareceres
34	Comunicação aos serviços e organismos tutelados pelo MDN abrangidos pelo princípio da onerosidade, dos valores a pagar pela utilização dos imóveis do Estado,
35	Análise das reclamações apresentadas por serviços e organismos tutelados pelo MDN abrangidos pelo princípio da onerosidade e submissão, em alguns casos, à DGTF



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

36	Análise de propostas de protocolos e/ou acordo de utilização precária de imóveis afetos à defesa Nacional
37	Participações em reuniões com os diversos candidatos à utilização de património imobiliário do Estado
38	Visitas a imóveis afetos à Defesa Nacional solicitadas pelos diversos candidatos à utilização de património imobiliário do Estado
39	Tratamento de informação gráfica sobre imóveis e sua inclusão nas propostas de protocolo e/ou acordos
40	Preparação de minutas de protocolos e/ou acordos de utilização precária para apreciação superior
41	Formalizar o envio de minutas de protocolos e/ou acordos de utilização precária para apreciação superior
42	Acompanhamento da execução dos de protocolos e/ou acordos
43	Promover a avaliação dos imóveis afetos à Defesa Nacional disponibilizados para rentabilização
44	Envio dos relatórios de avaliação à DGTF para homologação
45	Promover a certificação energética dos imóveis afetos à Defesa Nacional disponibilizados para rentabilização
46	Remessa da certificação energética à DGTF
47	Elaboração de projetos de despacho conjunto e/ou resolução de conselho de ministro de propostas de desafetação do domínio público militar e respetivas notas justificativas
48	Elaboração de projetos de despacho conjunto dos vários modelos de rentabilização: alienação por hasta pública ou ajuste direto; cedência de utilização
49	Elaboração de plantas, em formato próprio, a serem integradas nos projetos de RCM e/ou DC para publicação em Diário da República
50	Elaboração de estudos e pareceres relativos às eventuais receitas ao obter pelo MDN
51	Controlo dos pagamentos provenientes da rentabilização do património
52	Preparação e disponibilização de dados relativos a instalações militares e condicionantes militares, às equipas projetistas de Planos de Ordenamento do Território
53	Preparação das reuniões de acompanhamento dos Planos
54	Representar a Defesa Nacional nas reuniões dos Planos



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

55	Elaboração de proposta de parecer final do MDN, na produção, alteração e revisão de PDM e outros instrumentos de gestão territorial
56	Preparar e realizar reuniões com os Ramos sobre servidões militares
57	Elaboração de propostas de parecer final sobre licenciamento de obras e operações urbanísticas (planos de pormenor, operações de loteamento, em áreas de servidão militar
58	Análise e encaminhamento dos pedidos de cancelamento de Ónus de Demolição
59	Apreciação prévia dos pedidos de licenciamentos de projetos de urbanização e pormenor, pareceres de viabilidade de construção/edificação, loteamento, traçados de oleodutos
60	Análise dos contributos dos Ramos e do EMGFA relativos à elaboração de pareceres sobre licenciamento de obras e operações urbanísticas
61	Análise dos contributos dos Ramos e do EMGFA relativos à elaboração de pareceres sobre Estudos de Impacte Ambiental
62	Análise dos contributos dos Ramos e do EMGFA relativos à elaboração de pareceres sobre licenciamentos de combustíveis e redes de gás
63	Emissão de pareceres no âmbito do portal RJUE (Regulamento Jurídico da urbanização e Edificação



## **UNIDADE ORGÂNICA**

### **Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente**

#### **Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade Divisão de Normalização e Catalogação**

#### **Ações executadas na ex-DGAIED**

Direção de Serviços de Qualidade, Ambiente, Normalização e Catalogação  
(Principal UO relacionada)

#### **QUALIDADE**

<b>ID</b>	<b>Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro - setembro 2015)</b>
<b>1</b>	Foi elaborado o procedimento interno para as auditorias AQAP
<b>2</b>	Foi elaborada uma proposta de Estrutura Coordenadora para a Qualidade na Defesa Nacional
<b>3</b>	Foi organizada uma ação de formação, na DGRDN, sobre a nova ISO9001:2015 ministrada pela APCER à equipa da Qualidade desta Direção-Geral e aos Ramos das FFAA.
<b>4</b>	Foram organizadas duas ações de Formação "Going Lean", na DGRDN, ministrada pela Research&Development CLT a colaboradores de várias Unidades Orgânicas da ex-DGAIED e da ex-DGPRM
<b>5</b>	Foram realizadas seis auditorias de acompanhamento, renovação e obtenção de Certificação AQAP às Empresas <u>Aerohélice</u> , <u>Critical Software</u> ; <u>DEIMOS</u> , <u>EID</u> , <u>IDD</u> e <u>INTROSYS</u>
<b>6</b>	No âmbito da Garantia Governamental da Qualidade, foi realizado o acompanhamento do contrato de desenvolvimento de componentes da bancada de testes do NH90 na empresa ETI, realizadas 2 (duas) auditorias ao projeto e assinados 2 (dois) Certificados de Conformidade de acordo com o AQAP 2070.
<b>7</b>	Representação externa: Participação em 2 (duas) reuniões do NATO AC327/WG2 - Qualidade e em 1 (uma) reunião do NATO AC327/LCMG - Main Group



AMBIENTE

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro - setembro 2015)
1	Conclusão do programa do procedimento e o caderno de encargos do contrato de gestão de eficiência energética a celebrar no Regimento de Transportes ao abrigo do Programa ECO.AP
2	Foram realizadas todas as atualizações (Ramos e IASFA) no inventário de amianto do Sistema de Inventariação dos Imóveis do Estado (SIIE)
3	Quando solicitado existiu um acompanhamento do ponto de vista ambiental dos projetos de infraestruturas e de armamento
4	Foram dinamizadas atividades no seio da Estruturas Coordenadora de Assuntos Ambientais
5	Acompanhamento do processo de implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGS) pelo Regulamento EMAS na Estação Radar nº 2, em Paços de Ferreira
6	Com o apoio da ADENE, foram realizadas auditorias energéticas nos edifícios afetos à Defesa Nacional
7	No âmbito do REACH foram acompanhados os trabalhos desenvolvidos na EDA no que se refere às implicações da sua aplicação na Defesa
8	Iniciamos um procedimento de exclusão para a Defesa, no âmbito do REACH, em coordenação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
9	Foram analisados e elaborados vários pareceres sobre projetos de diplomas que abordem assuntos ambientais com interesse específico para o sector da Defesa
10	Foram solicitados aos Ramos os dados relativos às substâncias que provocam a depleção da camada do ozono e informada a APA
11	Foram desenvolvidas todas as atividades relativas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente
12	Foram apoiadas ações formação ambiental na Defesa Nacional
13	Representação externa: Participação em 1 (uma) reunião plenária do REACH da Agência Europeia de Defesa (EDA) e em 1 (uma) reunião do Energy and Environmental Working Group da EDA



CATALOGAÇÃO

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro - setembro 2015)
1	Foram catalogados 297 artigos de produção nacional utilizados pelas Forças Armadas nacionais
2	Foram catalogados 45 artigos de produção nacional utilizados pelas Forças Armadas dos países que utilizam o Sistema OTAN de Catalogação (SOC)
3	Foram atribuídos 132 Códigos de Organização (CORGs) às organizações sedeadas em Portugal que são fornecedores das Forças Armadas nacionais e estrangeiras
4	Foram atribuídos, a pedido dos utilizadores nacionais (Ramos, EMGFA, OSC/MDN, IASFA), 6.915 Números de Abastecimento Provisórios (NAP's) para os artigos nacionais
5	Efetuada 15.517 carregamentos dos Dados Mestre de Material no SIG-DN (área logística) com base nos Números NATO de Abastecimento e NAP's atribuídos pelo CNC
6	Efetuada no SIG-DN (Área Logística) 19.360 alterações de NNA's e NAP's pedidas pelos Ramos, EMGFA, OSC/MDN, e IASFA e já registadas em SPCAT II
7	Efetuada 9 auditorias de dados no âmbito da Gestão de Dados Mestre de Materiais, que resultaram em 534.204 alterações/cancelamentos de dados em SIG-DN
8	Ministrado o Curso de Operadores do Sistema Nacional (COSNC) a 3 colaboradores da Empresa EID, que foi integrada no Sistema Nacional de Catalogação
9	Realizadas 3 visitas de trabalho às Secções de Catalogação do Exército, Marinha e Força Aérea
10	Representação externa: Participação em 2 (duas) reuniões da NATO AC/135 "Painel A" e 1 (uma) do AC/135 "Main Group"



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Ações executadas na DGRDN

QUALIDADE

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (outubro - dezembro 2015)
1	Foi elaborada uma proposta para a Política da Qualidade da Direção-Geral
2	Foi realizada uma auditoria de acompanhamento da Certificação AQAP à Empresa <b>ETI</b>
3	Foi avaliada a satisfação das empresas nos processos de Certificação AQAP (esta análise será objeto de relatório)
4	No âmbito da Garantia Governamental da Qualidade, foi realizado o acompanhamento do contrato de reparação de motores do C-130 da Força Aérea Francesa na empresa OGMA, tendo sido assinados 7 (sete) Certificados de Conformidade de acordo com o AQAP 2070
5	No âmbito da Garantia Governamental da Qualidade, foi realizado o acompanhamento do contrato de desenvolvimento de componentes da bancada de testes do NH90 na empresa ETI, realizada 1 (uma) auditoria ao projeto e assinados 5 (cinco) Certificados de Conformidade de acordo com o AQAP 2070
6	No âmbito da Garantia Governamental da Qualidade, foi realizado o acompanhamento do contrato de fornecimento de aeronaves F-16 à Republica da Roménia na FAP e realizadas 2 (duas) auditorias ao projeto.
7	Representação externa: Participação em 1 (uma) reunião do NATO AC327/WG2 - Qualidade e em 1 (uma) reunião do NATO AC327/LCMG - Main Group

AMBIENTE

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (outubro - dezembro 2015)
1	Foi concluído o processo conducente à verificação e registo no EMAS na Base Aérea N°5, em Monte Real
2	Foi apresentada uma proposta para inclusão de critérios ambientais nos contratos
3	Foram realizados diagnósticos ambientais em infraestruturas afetas à Defesa Nacional e implementadas algumas medidas subsequentes
4	No âmbito do contrato com o Instituto de Telecomunicações foi concluído o projeto de medição de radiações eletromagnéticas no Radar da Madeira



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

5	Foram realizadas palestras e ações de sensibilização ambiental na Defesa Nacional
6	Deu-se início ao projeto de auditorias energéticas nos Edifícios do EMGFA/MDN
7	Representação externa: Participação em 1 (uma) reunião plenária do REACH na EDA, em 1 (uma) reunião do Energy and Environmental Working Group, na EDA e em 1 (uma) reunião do Environmental Protection Working Group (EPWG) na NATO

CATALOGAÇÃO

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (outubro - dezembro 2015)
1	Foram catalogados 102 artigos de produção nacional utilizados pelas Forças Armadas nacionais
2	Foram catalogados 3 artigos de produção nacional utilizados pelas Forças Armadas dos países que utilizam o Sistema OTAN de Catalogação (SOC)
3	Foram atribuídos 30 Códigos de Organização (CORGs) às organizações sediadas em Portugal que são fornecedores das Forças Armadas nacionais e estrangeiras
4	Efetuada 1 auditoria à Base de Dados de Catalogação Nacional que resultou em 142 alterações/cancelamentos de NNA's
5	Foram atribuídos, a pedido dos utilizadores nacionais (Ramos, EMGFA, OSC/MDN, IASFA), 3.829 Números de Abastecimento Provisórios (NAP's) para os artigos nacionais
6	Efetuados 8.861 carregamentos dos Dados Mestre de Material no SIG-DN (área logística) com base nos Números NATO de Abastecimento e NAP's atribuídos pelo CNC
7	Efetuados no SIG-DN (Área Logística) 6.994 alterações de NNA's e NAP's pedidas pelos Ramos, EMGFA, OSC/MDN, e IASFA e já registadas em SPCAT II
8	Efetuadas 3 auditorias de dados no âmbito da Gestão de Dados Mestre de Materiais, que resultaram em 4.630 alterações/cancelamentos de dados em SIG-DN

[DPIID/DSPIL]

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro - setembro 2015)
1	Potenciar a ação externa da DGAIED



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

2	Otimizar a gestão de projetos no MDN
3	Assegurar o apoio técnico na preparação de reuniões do MDN, DG e DSPIL no âmbito dos projetos, I&D e logística, no prazo definido.

[DLCP/DSPIL]

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro - setembro 2015)
1	Participar na elaboração dos documentos instrutórios dos procedimentos de alienações de bens e serviços
2	Reduzir o tempo de resposta às solicitações no âmbito dos procedimentos de alienações de bens e serviços.

[Normalização/DSQANC]

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro - setembro 2015)
1	Garantir a apresentação de uma proposta de Estrutura Coordenadora para a Normalização
2	Elaborar uma proposta de conteúdo programático de palestra a apresentar nos Ramos das FA
3	Assegurar a divulgação no portal da EDA o Cartoon AIR
4	Garantir a elaboração dos processos de ratificação de STANAG

Ações executadas na DGRDN

[Alienação e Desmilitarização / DSQA]

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (outubro - dezembro 2015)
1	Potenciar a ação externa da DGAIED [DPIID/DSPIL]
2	Otimizar a gestão de projetos no MDN [DPIID/DSPIL]
3	Assegurar o apoio técnico na preparação de reuniões do MDN, DG e DSPIL no âmbito dos projetos, I&D e logística, no prazo definido. [DPIID/DSPIL]
4	Participar na elaboração dos documentos instrutórios dos procedimentos de alienações de bens e serviços. [DLCP/DSPIL]



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

<b>5</b>	Reduzir o tempo de resposta às solicitações no âmbito dos procedimentos de alienações de bens e serviços. [DLCP/DSPIL]
----------	--

[Normalização/DSQA]

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (outubro - dezembro 2015)
1	Garantir a apresentação de uma proposta de Estrutura Coordenadora para a Normalização
2	Elaborar uma proposta de conteúdo programático de palestra a apresentar nos Ramos das FA
3	Assegurar a divulgação no portal da EDA o Cartoon AIR
4	Garantir a elaboração dos processos de ratificação de STANAG

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA EX-DGAIED e DGRDN

DPIID/DSPIL

Atividades desenvolvidas	Data
Ciclo de conferência idD Braga	22/23 fev
Ciclo de Conferências idD Ponta Delgada	2/3 fev
Commission Expert Group on Defense and Security Bruxelas	22/23 fev
Ciclo de Conferências idD Viseu	2 mar
Ciclo de Conferências idD Torres Novas	21 abr
Comission Expert Group on Defense and Security Bruxelas	26/27 mai
Ciclo de Conferências idD Penafiel	11 mai
Ciclo de conferências idD - Economia de Defesa Aveiro	17 jun
Ciclo de conferências idD - Economia de Defesa Maia	29-jun
MOU WG Marselha	2/5 nov
Alienação de F-16 MLU - Reunião de trabalho "Aeronaves EDA" Tucson (EUA)	10/15 mar
Alienação F-16/MLU - Reunião Program Management Review#3" Monte Real	27/29 abr
Alienação de F-16 Alienação Third Party Meeting PT-RO-US Chicago-EUA	30 mai a 6 jun
Alienação de F-16 MLU - Reunião de Apoio (WG#3) Bucareste - Roménia	23/30 jul
Alienação de F-16 MLU - Reunião de trabalho "Aeronaves EDA" Saltt Lake City (EUA)	12/18 set
Alienação F-16/MLU Reun. "Flight Test WG USG-LM-PtAF-RoMoND" na BA 6 M.Real	21/22 set
Alienação F-16/MLU-Desloc. BA5-M.Real	29 set
Alienação F-16/MLU - Reunião Program Management Review#4", BA nº 5 Monte Real	26/29 out



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Alienação F-16 MLU Reun.Trabalho "Aeronaves EDA" - Aeronaves adicionais p/República da Roménia Tucson - EUA	7/13 nov
ALIENAÇÃO DOS F-16 MLU - REUNIÃO DE TRABALHO "ALQ-131" -Alienação de Equipamentos de Guerra Electrónica para a República da Roménia Amesterdão	14/17 dez

DLCP/DSPIL

Atividades desenvolvidas	Data
COARM - Reunião do Grupo de Trabalho da UE sobre o Controlo de Exportações de Armamento Convencional/ATT	8/9 fevereiro
COARM - Reunião do Grupo de Trabalho da UE sobre o Controlo de Exportações de Armamento Convencional/ATT	11/13 março
COARM - Reunião do Grupo de Trabalho da UE sobre o Controlo de Exportações de Armamento Convencional/ATT	15/16 abril
COARM - Reunião do Grupo de Trabalho da UE sobre o Controlo de Exportações de Armamento Convencional/ATT	27/29 maio
COARM - Reunião do Grupo de Trabalho da UE sobre o Controlo de Exportações de Armamento Convencional/ATT	30 setembro
COARM - Reunião do Grupo de Trabalho da UE sobre o Controlo de Exportações de Armamento Convencional/ATT	01 outubro
COARM - Reunião do Grupo de Trabalho da UE sobre o Controlo de Exportações de Armamento Convencional/ATT	11/12 novembro
Reunião Wassenaar Arrangement - Licencing and Enforcement Officers Meeting	29 junho a 01 julho
Arms Control, Non-Proliferation and Disarmament	26 abril a 02 maio

Normalização/DSQA

Atividades desenvolvidas Acompanhamento dos projetos na área de normalização (EDA + NATO)	Jan - Set 2015	Out - Dez 2015
29nd MSG Materiel Standardization Harmonization Team / Materiel Standardization Group	MAR2015	
30nd MSG Materiel Standardization Harmonization Team / Materiel Standardization Group	MAI2015	
32nd MSG Materiel Standardization Harmonization Team / Materiel Standardization Group		8/10 DEZ
Committee of Standardization		16/17 NOV



**UNIDADE ORGÂNICA**

**Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio**

**Divisão de Gestão Financeira, Recursos Humanos e Apoio Geral**

Ações executadas na ex-DGPRM e ex-DGAIED

(Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos)

(Divisão Financeira e de Apoio)

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro - setembro 2015)
1	Modernização e simplificação administrativa da DGPRM  Realização de organogramas, plantas de instalações, distribuição de equipamento informático pelos utilizadores, mapas e outros.  Projeto MEF: atividade em desenvolvimento.
2	Prestar informações que sejam solicitados pelos diversos Órgãos Centrais do MDN e Serviços da AP  Divulgação de informação relevante sobre a DGPRM e a Defesa Nacional
3	Consultadoria  Foram elaborados diversos pareceres e informações sobre matérias que não se inserem no âmbito das competências da DEPGR, nomeadamente, EMFAR, SARFAS, Estatuto Remuneratório dos militares das FA e Saúde Militar.
4	Gerir os Recursos Humanos afetos à DGPRM  Foram instruídos diversos processos no âmbito da mobilidade interna, intercarreiras e intercategorias;  Procedeu-se à desmaterialização dos processos individuais dos trabalhadores, através da respetiva digitalização.



5	<p>Contribuir para o desenvolvimento e motivação dos trabalhadores da DGPRM</p> <p>Foram identificadas as necessidades de formação dos trabalhadores da DGPRM.</p> <p>Divulgação de seminários, <i>workshops</i> e demais eventos com especial relevância para a DGPRM e seus trabalhadores;</p> <p>Foram proporcionadas outras ações de formação que visaram dotar os trabalhadores de novas competências e, muitas delas, sem custo direto no orçamento afeto à formação, visto não terem tido qualquer encargo</p> <p>Os trabalhadores da DGPRM frequentaram cerca de 60ações de formação.</p>
6	<p>Gerir os recursos financeiros da DGPRM</p> <p>6.1 Proceder à elaboração da proposta orçamental de acordo com as orientações da DGO e <i>plafond</i> atribuído superiormente e acompanhar permanentemente os níveis da sua execução.</p> <p>6.2 Acompanhamento da execução dos orçamentos financiados pela Lei do Serviço Militar (Dia da Defesa Nacional, CIOFE, Incentivos, <i>PALOP</i>'s, e Recrutamento).</p> <p>6.3 Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do SIOE, do Balanço Social, Plano de Atividades, Relatório de Atividades, QUAR, Rescisões e Aposentações.</p> <p>6.4 Preparar, elaborar e remeter à Secretaria-Geral do MDN os elementos necessários para a elaboração da Conta de Gerência.</p> <p>6.5 Gerir a frota automóvel no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE) da ESPAP.</p> <p>6.6 Levantamento, mapeamento e avaliação de processos no âmbito financeiro.</p>
7	<p>Gerir os recursos patrimoniais</p> <p>Assegurar a disponibilização e distribuição do imobilizado, de acordo com as necessidades de cada serviço.</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

<b>8</b>	<p>Análise da execução orçamental</p> <p>Assegurar a disponibilização e distribuição do imobilizado, de acordo com as necessidades de cada serviço.</p>
<b>9</b>	<p>Reportes Financeiros</p> <p>9.1 Gestão mensal do lançamento dos reportes financeiros no portal da DGO (Fundos Disponíveis, Previsão Mensal de Execução, Pagamentos em atraso e validação do SIPI).</p> <p>9.2 Gestão anual no portal da DGO da Transição de saldos.</p> <p>9.3 Proceder trimestralmente ao acompanhamento e controlo dos encargos plurianuais na plataforma de reporte SCEP da DGO.</p> <p>9.4 Proceder ao acompanhamento e reporte mensal das deslocações e estadas em território nacional e internacional, assim como o reporte da unidade de tesouraria.</p> <p>9.5 Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do SIOE.</p>
<b>10</b>	<p>Gestão de Economato</p> <p>Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock.</p>
<b>11</b>	<p>Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública - SIADAP 1</p> <p>Monitorizações do QUAR/2015</p> <p>A metodologia adotada para a monitorização do Quar foi a mesma para a sua construção, pelo que solicitou os contributos às diversas unidades orgânicas de forma a refletir o grau de cumprimento e os desvios de cada indicador.</p> <p>A primeira monitorização de Abril e enviada à Secretaria-Geral.</p>
<b>12</b>	<p>Consultadoria</p> <p>Foram elaborados diversos pareceres e informações em matéria de recursos humanos, nomeadamente, LGTFP, (Lei n.º 35/2014, de 20 de fevereiro, na sua redação atual), Estatuto de Pessoal Dirigente, (Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na sua redação atual) SIADAP, (Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual), instrumentos de gestão estratégica.</p> <p>Elaboração de diversos procedimentos no âmbito da Contratação Pública (Decreto-Lei</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual).
<b>13</b>	<p>Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGPRM</p> <p>Resposta às várias solicitações relativas à base de dados de Recursos Humanos da DGPRM</p>
<b>14</b>	<p>Sistema de Gestão Documental</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Receção da correspondência;</li> <li>2. Abertura da correspondência;</li> <li>3. Classificação e registo no Sistema;</li> <li>4. Submeter a despacho;</li> <li>5. Protocolar, digitalizar e enviar por e-mail/Protocolo para a Direção de Serviços respetiva;</li> <li>6. Arquivo do documento original.</li> </ol> <p>Saídas</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Distribuição dos documentos pelos técnicos/Diretor de Serviço</li> <li>2. Numerar</li> <li>3. Registrar no Sistema;</li> <li>4. Digitalizar e enviar por email para os técnicos/Diretor de Serviços/Chefe de Divisão</li> <li>5. Envio do original para o Correio</li> </ol>
<b>15</b>	<p>Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública - SIADAP (informatização)</p> <p>Das atividades desenvolvidas, importa realçar a concretização dos diversos relatórios de apoio de monitorização e acompanhamento do processo de avaliação do SIADAP, bem como, a introdução do sistema de alarmística, que visa apoiar os diversos intervenientes na execução das atividades.</p>
<b>16</b>	<p>Base de Dados Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)</p> <p>Os dados SIOE, foram cumpridos com sucesso, todos os prazos de carregamento dos dados semestrais, mercê de um controlo diário dos mesmos, tornando mais expedita a resposta, quando solicitada.</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

<b>17</b>	<p><b>Gestão das Bases de Dados</b></p> <p>Foram assegurados os procedimentos referentes à gestão dos sistemas de base de dados, nomeadamente a atualização e correção da informação e verificação da integridade dos dados, recorrendo a processos de comparação e cruzamento de informação.</p> <p>Adicionalmente, importa realçar, a atempada calendarização e verificação da integridade da informação que foi alvo de cópia de segurança.</p>
<b>18</b>	<p><b>Desenvolvimento de soluções informáticas</b></p> <p>Neste particular, foram concretizadas diversos desenvolvimentos que consubstanciaram melhorias na interação dos cidadãos com os serviços atinentes aos antigos combatentes e do Dia da Defesa Nacional.</p>
<b>19</b>	<p><b>Gestão dos sistemas de informação</b></p> <p>Foram disponibilizados os meios de informação necessários com vista à persecução da missão do organismo.</p>

Ações executadas na DGRDN

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (outubro - dezembro 2015)
<b>1</b>	<p><b>Modernização e simplificação administrativa da DGRDN</b></p> <p>Realização de organogramas, plantas de instalações, distribuição de equipamento informático pelos utilizadores, mapas e outros.</p> <p>Projeto MEF: atividade em desenvolvimento.</p>
<b>2</b>	<p><b>Prestar informações que sejam solicitados pelos diversos Órgãos Centrais do MDN e Serviços da AP</b></p> <p>Divulgação de informação relevante sobre a DGRDN e a Defesa Nacional</p>
	<p><b>Consultadoria</b></p> <p>Foram elaborados diversos pareceres e informações sobre matérias que não se inserem</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

3	<p>no âmbito das competências da DSGFA, nomeadamente, EMFAR, SARFAS, Estatuto Remuneratório dos militares das FA e Saúde Militar.</p>
4	<p>Gerir os Recursos Humanos afetos à DGRDN</p> <p>Foram instruídos diversos processos no âmbito da mobilidade interna, intercarreiras e intercategorias;</p> <p>Procedeu-se à desmaterialização dos processos individuais dos trabalhadores, através da respetiva digitalização.</p> <p>Foi desenvolvido um processo relativo a recrutamento e seleção de pessoal;</p>
5	<p>Contribuir para o desenvolvimento e motivação dos trabalhadores da DGRDN</p> <p>Divulgação de seminários, <i>workshops</i> e demais eventos com especial relevância para a DGRDN e seus trabalhadores;</p> <p>Foram proporcionadas outras ações de formação que visaram dotar os trabalhadores de novas competências e, muitas delas, sem custo direto no orçamento afeto à formação, visto não terem tido qualquer encargo</p>
6	<p>Gerir os recursos financeiros da DGRDN</p> <p>6.1 Proceder à elaboração da proposta orçamental, integrando as várias fontes de financiamento - receitas gerais, próprias e investimento (orçamentos de Funcionamento, DAAC, LPM, LIM, Receitas Próprias, Investimento, Polo NSPA, Infraestruturas NATO) de acordo com as orientações da DGO e <i>plafond</i> atribuído superiormente e acompanhar permanentemente os níveis da sua execução.</p> <p>6.2 Acompanhamento da execução dos orçamentos financiados pela Lei do Serviço Militar (Dia da Defesa Nacional, CIOFE, Incentivos, <i>PALOP</i>'s, OCRD e Recrutamento ).</p> <p>6.3 Gestão financeira e orçamental dos projetos do NATO Security Investment Programme (NSIP) e proceder à sua análise, acompanhamento e reporte no CIRIS.</p> <p>6.4 Proceder à preparação e acompanhamento das auditorias nacionais e internacionais (NATO).</p> <p>6.5 Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do SIOE, do Balanço Social, Plano de Atividades, Relatório de Atividades, QUAR, Rescisões e Aposentações.</p> <p>6.6 Preparar, elaborar e remeter à Secretaria-Geral do MDN os elementos necessários</p>



	<p>para a elaboração da Conta de Gerência.</p> <p>6.7 Gerir a frota automóvel no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE) da ESPAP.</p> <p>6.8 Levantamento, mapeamento e avaliação de processos no âmbito financeiro.</p>
7	<p>Gerir os Recursos Patrimoniais</p> <p>Assegurar a disponibilização e distribuição do imobilizado, de acordo com as necessidades de cada serviço.</p>
8	<p>Análise da execução orçamental</p> <p>8.1 Proceder à análise da informação financeira registada no Sistema Integrado de Gestão, SIG, alertando para eventuais incorreções nos lançamentos efetuados pela Secretaria-geral.</p> <p>8.2 Preparar as propostas das alterações orçamentais, propostas de transição de saldos e propostas de abertura de crédito especial.</p> <p>8.3 Implementar o Sistema Integrado de Gestão Orçamental da DGRDN.</p> <p>8.4 Registar e controlar a execução dos projetos da NATO no CIRIS.</p> <p>8.5 Criação de um sistema de Gestão do NSIP.</p> <p>8.6 Registar nominalmente as regularizações financeiras dos projetos da NATO em território nacional.</p> <p>8.7 Gerir o Fundo de Maneio.</p> <p>8.8 Verificar a conformidade jurídico-financeira dos documentos de despesa, promover o respetivo pagamento e executar a contabilização de todos os movimentos financeiros.</p> <p>8.9 Assegurar os procedimentos inerentes à cobrança e entrega das receitas próprias.</p> <p>8.10 Assegurar a execução financeira e o controlo dos orçamentos da LPM, LIM e Investimento.</p> <p>8.11 Entrega do Imposto sobre o Valores Acrescentado dos Contratos de manutenção.</p> <p>8.12 Reembolso de Imposto sobre o Valor Acrescentado a fornecedores de Obras NATO.</p> <p>8.13 Gerir tarefas inerentes à contratação pública de bens e serviços, assegurando a gestão do aprovisionamento dos bens de consumo corrente.</p> <p>8.14 Acompanhar e controlar a execução do Plano de Deslocações na plataforma de controlo interno.</p> <p>8.15 Acompanhar e controlar a execução do Plano de Formação.</p>



<b>9</b>	<p>Reportes Financeiros</p> <p>9.1 Gestão mensal do lançamento dos reportes financeiros no portal da DGO (Fundos Disponíveis, Previsão Mensal de Execução, Pagamentos em atraso e validação do SIPI).</p> <p>9.2 Gestão anual no portal da DGO da Transição de saldos.</p> <p>9.3 Proceder trimestralmente ao acompanhamento e controlo dos encargos plurianuais na plataforma de reporte SCEP da DGO.</p> <p>9.4 Proceder ao acompanhamento e reporte mensal das deslocações e estadas em território nacional e internacional, assim como o reporte da unidade de tesouraria.</p> <p>9.5 Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do SIOE.</p>
<b>10</b>	<p>Gestão de Economato</p> <p>Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock.</p>
<b>11</b>	<p>Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública SIADAP 1</p> <p>Monitorizações do QUAR/2015</p> <p>A metodologia adotada para a monitorização do Quar foi a mesma para a sua construção, pelo que solicitou os contributos às diversas unidades orgânicas de forma a refletir o grau de cumprimento e os desvios de cada indicador.</p>
<b>12</b>	<p>Consultadoria</p> <p>Foram elaborados diversos pareceres e informações em matéria de recursos humanos, nomeadamente, LGTFP, (Lei n.º 35/2014, de 20 de fevereiro, na sua redação atual), Estatuto de Pessoal Dirigente, (Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na sua redação atual) SIADAP, (Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual), instrumentos de gestão estratégica.</p> <p>Elaboração de diversos procedimentos no âmbito da Contratação Pública (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual).</p>
<b>13</b>	<p>Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN</p> <p>Resposta às várias solicitações relativas à base de dados de Recursos Humanos da DGRDN</p>



<b>14</b>	<p>Sistema de Gestão Documental</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Receção da correspondência;</li> <li>2. Abertura da correspondência;</li> <li>3. Registo e digitalização no Sistema;</li> <li>4. Submeter a despacho;</li> <li>5. Fazer o encaminhamento no Sistema do despacho exarado</li> <li>6. Arquivo do documento original.</li> </ol> <p>Saídas</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Rececionar a correspondência para saída;</li> <li>2. Verificar se foram cumpridas as normas (numeração, digitalização);</li> <li>3. Protocolar</li> <li>4. Envio do original para o Correio</li> </ol>
<b>15</b>	<p>Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública - SIADAP (informatização)</p> <p>Das atividades desenvolvidas, importa realçar a concretização dos diversos relatórios de apoio de monitorização e acompanhamento do processo de avaliação do SIADAP, bem como, a introdução do sistema de alarmística, que visa apoiar os diversos intervenientes na execução das atividades.</p>
<b>16</b>	<p>Base de Dados Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)</p> <p>Os dados SIOE, foram cumpridos com sucesso, todos os prazos de carregamento dos dados semestrais, mercê de um controlo diário dos mesmos, tornando mais expedita a resposta, quando solicitada.</p>
<b>17</b>	<p>Gestão das Bases de Dados</p> <p>Foram assegurados os procedimentos referentes à gestão dos sistemas de base de dados, nomeadamente a atualização e correção da informação e verificação da integridade dos dados, recorrendo a processos de comparação e cruzamento de informação.</p> <p>Adicionalmente, importa realçar, a atempada calendarização e verificação da integridade da informação que foi alvo de cópia de segurança.</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

<b>18</b>	Desenvolvimento de soluções informáticas Neste particular, foram concretizadas diversos desenvolvimentos que consubstanciaram melhorias na interação dos cidadãos com os serviços atinentes aos antigos combatentes e do Dia da Defesa Nacional.
<b>19</b>	Gestão dos sistemas de informação Foram disponibilizados os meios de informação necessários com vista à persecução da missão do organismo.



### Divisão de Análise Jurídica e Contratual

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (outubro - dezembro 2015)
1	<p>Execução de Procedimentos de Aquisição no âmbito da LPM (abertura e tramitação do procedimento até à outorga do contrato):</p> <p>1.1. Procedimento de contratação, por ajuste direto de Serviços de Consultadoria Jurídica no âmbito da LPM - Contrato N.º 14/DGRDN/2015 de 26-5-2015 no valor de 165.000,00€ (concluído)*;</p> <p>1.2. Procedimento por Negociação sem Publicação de Anúncio de Concurso de Aquisição de 2 Navios Patrulha Oceânicos (NPO3&amp;4) - Contrato N.º 38/DGRDN/2015 de 22-7-2015 no valor de 77.000.000,00€ (concluído)*.</p>
2	<p>Instrução e remessa de Processos de Visto Prévio ao Tribunal de Contas:</p> <p>2.1. Instrução e remessa do processo relativo ao Contrato de Aquisição dos NPO3&amp;4* (concluído - visto concedido em 7/9/2015)*;</p> <p>2.2. Instrução e remessa do processo relativo ao Protocolo FIREND - projeto de I&amp;D (concluído - visto concedido em 17/12/2015);</p> <p>2.3. Instrução e remessa dos processos relativos a 5 Protocolos CALL I&amp;D Defesa 2014 (concluídos - vistos concedidos em 17/12/2015).</p>
3	<p>Gestão e Acompanhamento da Execução dos Contratos:</p> <p>Acordo Endocontratual de Quitação do Contrato de Fornecimento dos NPO 1&amp;2 ajustado entre o MDN e os ENVC em liquidação, em 11-9-2015 (concluído)*.</p>
4	<p>Execução de Procedimentos de Alienação de Material de Guerra (abertura e tramitação do procedimento até à outorga do contrato):</p> <p>4.1. Alienação por Via da Desmilitarização, Desmantelamento e Recolha com destino a Sucata de Material de Guerra obsoleto do Exército - Concurso N.º 24/DGRDN/2015 (em curso/transita para 2016);</p> <p>4.2. Alienação por Via da Desmilitarização, Desmantelamento e Recolha com destino a Sucata de Material de Guerra obsoleto da Força Aérea - Concurso N.º 25/DGRDN/2015 (em curso/transita para 2016).</p>
5	<p>Consultoria jurídica no âmbito da Contratação Pública:</p> <p>5.1. Análise Preliminar do Procedimento Aquisitivo a adotar tendo em vista a Industrialização do Sistema de Informação e Comunicações Tático do Exército SIC-T (inf.ª/parecer n.º 1016/18-9-2015 concluído)*;</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

	<p>5.2. Parecer sobre o procedimento de contratação proposto pela Marinha tendo em vista a adesão ao amendment 2 do Míssel Block 2 (inf.<sup>a</sup>/parecer n.º 915/2-10-2015 concluído);</p> <p>5.3. Parecer sobre o procedimento de contratação proposto pela Marinha tendo em vista a aquisição de 4 Multifunctional Information Distribution System Low Volume Terminal MIDS LVT (inf.<sup>a</sup>/parecer n.º 919/2-10-2015 concluído);</p> <p>5.4. Parecer sobre o procedimento de contratação proposto pela Marinha no âmbito do Programa MLU FFGH Transreceptores NRP Classe Bartolomeu Dias, (inf.<sup>a</sup>/parecer n.º 1251/29-10-2015 concluído);</p> <p>5.5. Parecer sobre o procedimento de contratação proposto pela Marinha tendo em vista o Up-Grade e Remotorização dos Helicópteros Lynx (inf.<sup>a</sup>/parecer n.º 940/3-12-2015 concluído);</p> <p>5.6. Parecer sobre o procedimento de contratação proposto pela Marinha - Programa de Modernização Meia-Vida das Fragatas (inf.<sup>a</sup>/parecer n.º 921/29-12-2015 concluído);</p> <p>5.7. Apoio e acompanhamento do processo tendo em vista a Modernização dos C130 (em curso/transita para 2016);</p> <p>5.8. Apoio jurídico no âmbito de processo de alienação, por ajuste direto, de material de guerra da Força Aérea (sem efeito/concluído);</p> <p>5.9. Apoio jurídico no âmbito do Acordo de Cedência de Uso de Instalações da BA N.º 11 (em curso/transita para 2016).</p>
6	<p>Instrução de processos no âmbito do Procedimento Administrativo:</p> <p>Requerimento da jornalista Anabela Campos - Pedido de Acesso ao Aditamento ao Contrato de Contrapartidas das Viaturas Pandur -Instrução, audiência prévia e projeto de decisão (concluído em 16-11-2015).</p>
7	<p>Consultoria Jurídica geral:</p> <p>Dispensa de comparência ao Dia da Defesa Nacional - Atestado de Residência - nota interna n.º 1401/12-11-2015 (concluído).</p>

\*atividades desenvolvidas/resultados anteriores a Outubro.



### Gabinete de Gestão e Planeamento Estratégico

ID	Atividades desenvolvidas/resultados
1	Coordenação interna dos processos relativos ao relacionamento Bilateral.
2	Coordenação interna dos processos relativos ao relacionamento Multilateral (NATO/EDA/União Europeia/ONU/CPLP/OSCE).
3	Coordenação de processos internos de carácter transversal (Armamentos/Infraestruturas/Pessoal).
4	Apoio à Direção.



### Gabinete de Assessoria Técnica

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro a dezembro 2015)
1	<p>Elaboração do Balanço Social 2014 da DGPRM.</p> <p>O Balanço Social estabelece e destaca o que é fundamental na política de recursos humanos definida pela Direção. Analisa ainda retrospectivamente elementos estatísticos, estudá-los e possibilitar a tomada de decisão tendo em vista a gestão previsional de pessoal.</p>
2	<p>Elaboração do Relatório de Atividades 2014 da DGPRM.</p> <p>O Relatório de Atividades tem por objetivo descrever o percurso feito pela organização e os desvios obtidos, bem como avaliar os resultados e estruturar a informação relevante daquilo que foi executado. Assim, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, elaborou-se com a participação das unidades orgânicas o Relatório de Atividades.</p>
3	<p>Preparação do Plano de Atividades 2016 da DGRDN.</p>
4	<p>Acompanhamento da monitorização do QUAR 2015 e preparação do QUAR 2016.</p>
5	<p>Gestão do acervo de documentação especializada enviada a esta direção-geral e remetida ao GAT; difusão de informação especializada em matérias de defesa nacional e segurança, via correio eletrónico, à direção e às unidades orgânicas; divulgação de informações recolhidas através de imprensa escrita e outras fontes, nomeadamente páginas eletrónicas das seguintes estruturas: EMGFA, Exército, Marinha, Força Aérea, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, associações, revistas, clubes e blogues militares, sindicatos da administração pública, tribunais administrativos, comissão de defesa nacional, embaixadas/adidos militares, direções-gerais do MDN e de diversos departamentos governamentais que incidam nas áreas de avaliação, estudos, formação, planeamento e políticas públicas.</p>
6	<p>Apoio ao Diretor-Geral na preparação de documentos (intervenções, dissertações), elaboração de apresentações em diversas instituições e outros.</p>
7	<p>Participação no projeto em que a Defesa Nacional integra a estrutura de pilotagem responsável pela avaliação e acompanhamento de várias ações que incorporam a</p>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

	<p>Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR), bem como a estrutura técnica por si coordenada, na medida em que a ANSR considerou pertinente incluir no novo plano uma atividade que incida sobre “o ensino das matérias relacionadas com a segurança rodoviária junto das Forças Armadas”.</p> <p>Presença nas reuniões solicitadas pela ANS sobre a ENSR. Continuação da formação sobre segurança rodoviária ministrada nos Ramos das FA.</p>
8	<p>Participação no Projeto ASIA (Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística) no âmbito de contributos da DG para a estruturação da classe 300 (Administração de direitos, bens e serviços) do MEF, coordenado pela DGLAB (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas) onde se pretendem identificar os prazos de conservação administrativa de documentos e o destino final da informação constante nos “processos de negócio” executados pela AP.</p>
9	<p>Apoio na elaboração de trabalhos específicos do âmbito organizacional (estudos, mapas, cronogramas, organogramas, estatísticas e outros).</p>
10	<p>Elaboração de Guias Informativos da DGPRM (divulgação da Direção-Geral por visitantes e acolhimento de dirigentes e trabalhadores).</p>



## Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e Forças de Segurança

### Ações executadas na ex-DGPRM

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro - setembro 2015)
1	Procedeu-se à continuação das visitas pastorais das Unidades das Forças Armadas e das Forças de Segurança
2	Realizaram-se todas as ações programadas, nomeadamente as Peregrinações Militares a Lourdes e a Fátima, celebração dos Fiéis Defuntos e comemoração do centenário da Primeira Grande Guerra.
3	Prestou-se especial atenção aos estabelecimentos de Ensino Superior Militar, quer mediante várias celebrações, que com específicos encontros de reflexão e convívios com os novos alunos e com os alunos finalistas.
4	O Bispo das Forças Armadas participou nos grandes encontros mundiais para os quais foi convocado, no âmbito da pastoral castrense: Seminário sobre pastoral em meio castrense, em Paris, e Seminário sobre o Direito Humanitário e tratamento a dar a prisioneiros de guerra, no Vaticano.
5	Regularizou-se a publicação do jornal “O Centurião”, órgão oficial do Ordinariato Castrense.
6	O Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança realizou a visita Pastoral às principais Unidades militares e policiais da Terceira (Região Autónoma dos Açores).

### Ações executadas na DGRDN

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (outubro - dezembro 2015)
1	O Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança realizou a visita Pastoral à todas as Unidades militares e policiais da Madeira.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

---

2	Continuou-se a edição de “O Centurião” e publicaram-se três desdobráveis sobre o “Ano da Misericórdia”
3	Criou-se uma tela de 2,5X1 m para assinalar as igrejas jubilares do Ordinariato Castrense.
4	Criou-se nova página web do Ordinariato (castrense.pt)
5	Realizaram-se ações de integração dos novos alunos dos Estabelecimentos de ensino superior militar e policial e o Bispo reuniu com os Comandantes dos Corpos de Alunos
6	Procedeu-se a uma semana de formação contínua dos capelães



## Comissão de Educação Física e Desporto Militar

### Ações executadas na ex-DGPRM

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (janeiro - setembro 2015)
1	Corrida “Conseil International du Sport Militare” (CISM), realizada a 18 de fevereiro no CFMTFA / Força Aérea / Ota, com a participação da Marinha, Exército e Força Aérea.
2	XXXVII Campeonato Nacional Militar (CNM) de Corta-Mato, realizado a 25 e 26 de fevereiro na Base Naval / Marinha / Alfeite, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Policia de Segurança Publica.
3	XXXVIII CNM de Orientação, realizado de 27 a 29 de maio pela Guarda Nacional Republicana na região de Arraiolos, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Policia de Segurança Publica.
4	VI CNM de Voleibol de Praia, realizado de 08 a 10 de julho na Base Aérea 6 / Força Aérea / Montijo, com a participação da Marinha, Força Aérea e Policia de Segurança Publica.
5	XLVI CNM de Tiro, realizado de 22 a 25 de Setembro pela Policia de Segurança Publica no Estádio Nacional e UEP em Lisboa, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Policia de Segurança Publica.

### Ações executadas na DGRDN

ID	Atividades desenvolvidas/resultados (outubro - dezembro 2015)
1	VI CNM de Duetlo BTT, realizado a 29 e 30 de outubro na Escola das Armas / Exército / Mafra, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea e Policia de Segurança Publica.
2	XXXI CNM de Futsal, realizado de 18 a 20 de novembro na Escola Prática da Policia / Policia de Segurança Publica / Torres Novas, com a participação da Marinha, Força Aérea e Policia de Segurança Publica.



## ANEXOS

**Balço Social**  
**Execução Orçamental da DGRDN**  
**Avaliação dos objetivos operacionais das UO**  
**(ex-DGAIED)**  
**Organograma**



## Balanço Social

# BALANÇO SOCIAL

**2015**

**Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional**



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**DEFESA NACIONAL**



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
BALANÇO SOCIAL 2015

---

**Ficha Técnica**

Título – Balanço Social 2015 da DGRDN

Data de finalização – Março de 2016

Coordenação – Gabinete de Assessoria Técnica

Colaboração – Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Av. Ilha da Madeira, 1 – 4º Piso 1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3028500

Fax: (21)3027221

E-mail: [dgrdn@defesa.pt](mailto:dgrdn@defesa.pt)

URL: <http://www.portugal.gov.pt>



## **INDICE**

*Nota de apresentação ... 3*

### **RECURSOS HUMANOS**

*EFETIVOS, VÍNCULOS E ESTRUTURA ORGÂNICA ... 5*

*ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE ... 9*

*ESTRUTURA HABILITACIONAL ... 11*

*MOBILIDADE DO PESSOAL ... 13*

*MODALIDADE DE HORÁRIO E ASSIDUIDADE ... 15*

**REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL ... 17**

**HIGIENE E SEGURANÇA ... 20**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL ... 21**

**RELAÇÕES PROFISSIONAIS ... 24**

*PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGRDN ... 25*

### **Anexos**

*Anexo 1 – Índices de Gestão de Pessoal ... 26*

*Anexo 2 – Mapas anexos ao DL nº 190/96, de 9 de Outubro ... 29*



## **NOTA DE APRESENTAÇÃO**

O Balanço Social como instrumento de gestão obrigatório foi instituído pelo Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro, e determinou para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local que tenham um mínimo de 50 trabalhadores, a sua elaboração (vide quadros oficiais, Anexo 2).

O Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro, aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional na qual incluiu a criação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), resultante da fusão da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar com a Direção-Geral de Armamento, Infraestruturas e Equipamentos de Defesa. O documento ora apresentado reflete no que respeita aos recursos humanos, o determinado no Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho que estabeleceu com rigor a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da DGRDN, definindo ainda a dotação de lugares de direção (superior e intermédia de 1º grau) e o estatuto remuneratório dos chefes das equipas multidisciplinares.

Acresce que no âmbito do ambiente interno da Direção-Geral, foi através da Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro que se determinou a estrutura nuclear do serviço e as competências das respetivas unidades orgânicas, o estabelecimento de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas disciplinares, assim como nos despachos que definem e implementam a estrutura flexível da DGRDN (criação de divisões e equipa multidisciplinar). Foi organizado novo Mapa de Pessoal do serviço em conformidade com as exigências resultantes dos normativos acima enunciados.

O Balanço Social 2015 disponibiliza informação obtida no decorrer do ano referente à situação dos recursos humanos existentes, sua evolução e tendência prospetiva, resultando num importante instrumento de gestão previsional de pessoal. Destaca ainda um conjunto de indicadores (índices e taxas) essenciais para o conhecimento do comportamento organizacional do serviço. A política seguida neste âmbito esteve assente num correto planeamento, execução e desenvolvimento com o empenho dos dirigentes e restantes trabalhadores. Assim, tem-se procurado:

- A valorização das pessoas e o aumento da sua motivação observando sempre que possível o acesso à formação profissional;
- A beneficiação de instalações e equipamentos (condições de trabalho);



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
BALANÇO SOCIAL 2015

---

- O controlo eficiente da assiduidade;
- A gestão e racionalização dos encargos com pessoal, considerando as exatas necessidades de funcionamento.

Assim, pretende-se continuar uma estratégia de investimento na qualidade dos RH, coerente e que envolva todos os trabalhadores, para que se atinja o maior empenhamento possível tendo em vista o sucesso deste serviço central do MDN.

Lisboa, 30 de março de 2016

Alberto Rodrigues Coelho  
Diretor-Geral  
(assinatura digitalizada)



## **RECURSOS HUMANOS** **EFETIVOS, VÍNCULOS E ESTRUTURA ORGÂNICA**

A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) detinha no desempenho de funções em 31 de Dezembro de 2015, **234 trabalhadores**, integrando-se no **peçoal civil 51%** dos efetivos e no **peçoal militar, 49%**. (Figura 1). Na divisão por género, 145 trabalhadores eram homens e 89 mulheres, correspondendo respetivamente a uma **taxa de masculinização de 62%** e **taxa de feminização de 38%** (Gráfico 1) (detalhe em Anexo 2, quadro 1).

Num primeiro destaque e no que respeita à **distribuição dos trabalhadores por Grupos Profissionais** (Figura 1) exerciam cargos de Direção (superior e intermédia) 26 dirigentes (11,1%). O Grupo de Pessoal Técnico Superior e Assistente Técnico inclui 163 trabalhadores (69,7%) (abrangendo os militares com estatuto equivalente), o Grupo de Pessoal Informático conta 7 efetivos (3%) e por último 38 trabalhadores (16,2%) integram o Grupo de Pessoal Assistente Operacional (envolvendo militares com funções análogas)<sup>1</sup>.

A divisão profissional através da análise do grupo/cargo/carreira (detalhe em Anexo 2, quadro 1), distribui os recursos humanos da DGRDN, resultando nas seguintes **taxas de peçoal**:

- dirigente superior 1º grau – 1 (0,43%)
- dirigente superior 2º grau – 2 (0,86%)
- dirigente intermédio 1º grau – 8 (3,4%)
- dirigente intermédio 2º grau – 15 (6,4%)
- técnico superior – 55 (23,5%)
- assistente técnico – 23 (9,8%)
- assistente operacional – 17 (7,3%)
- informático – 7 (3%)
- forças armadas/oficiais, sargentos, praças (excluindo dirigentes) – 106 (45,3%)

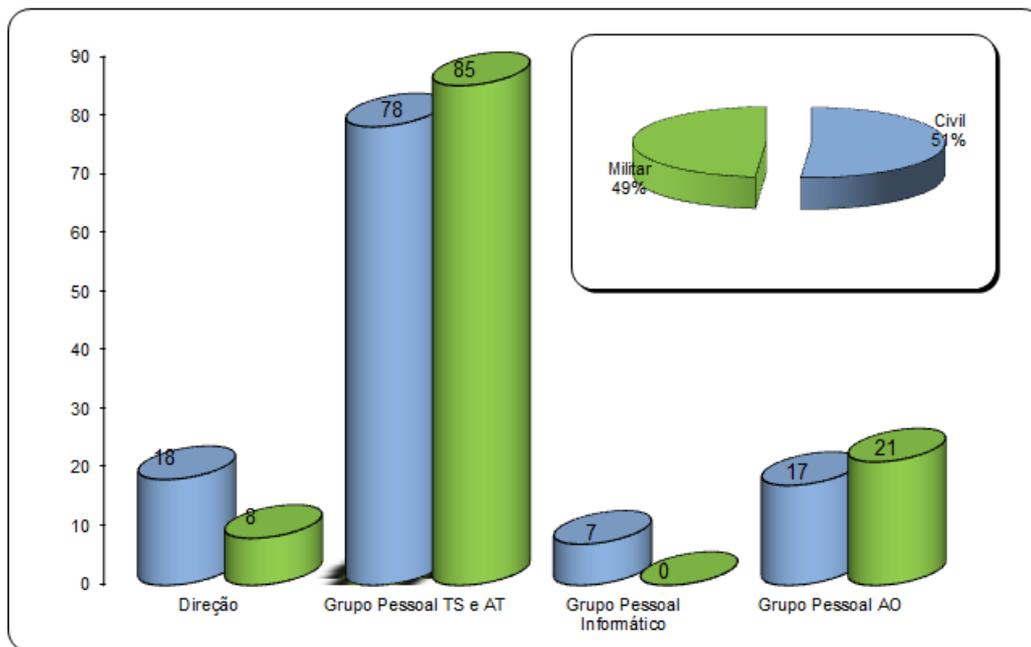
<sup>1</sup> Foram integrados no quadro da Figura 1 como exercendo funções de TS, AT e AO, 1 oficial, 17 sargentos e 8 praças, provenientes da Estação Ibérica NATO (IENATO) como desempenhando as correspondentes competências de TS, AT e AO, quando as funções desempenhadas são de carácter militar.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
BALANÇO SOCIAL 2015

**Figura 1**

**Distribuição de Efetivos (Pessoal civil e militar)**



Grupos/Cargos/Carreiras	Pessoal Civil			Pessoal Militar/Militarizado					TOTAL	
	DGRDN	Outros	SubTOT	MAR	EXE	FAP	GNR	SubTOT		
Direção superior	3		3					0	3	1,3%
Direção intermédia	15		15	2	4	2		8	23	9,8%
<b>Direção</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>26</b>	<b>11,1%</b>
Técnico superior	55		55	10	14	19		43	98	41,9%
Assistente técnico	23		23	14	14	14		42	65	27,8%
<b>Grupo Pessoal TS e AT</b>	<b>78</b>	<b>0</b>	<b>78</b>	<b>24</b>	<b>28</b>	<b>33</b>	<b>0</b>	<b>85</b>	<b>163</b>	<b>69,7%</b>
Informático	7		7					0	7	3,0%
<b>Grupo Pessoal Informático</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>3,0%</b>
Assistente operacional	17		17	9	7	5		21	38	16,2%
<b>Grupo Pessoal AO</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>38</b>	<b>16,2%</b>
Total	120	0	120	35	39	40	0	114	234	100,0%
%	51,3%	0,0%	51,3%	15,0%	16,7%	17,1%	0,0%	48,7%	100,0%	

O **índice de enquadramento** (funções dirigentes) foi de **11,1%** (Gráfico 1). O **enquadramento feminino** representava **4,3%** (considerando o grupo dirigente – 38,4%).

O **índice de tecnicidade** (sentido restrito) (**43%**), engloba todos os trabalhadores na carreira técnica superior, especialistas de informática e militares equivalentes no exercício do mesmo tipo de funções (Gráfico 1).



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
BALANÇO SOCIAL 2015

As **taxas de pessoal** com origem na distribuição dos efetivos segundo a **modalidade de vinculação** apresenta-se da seguinte forma:

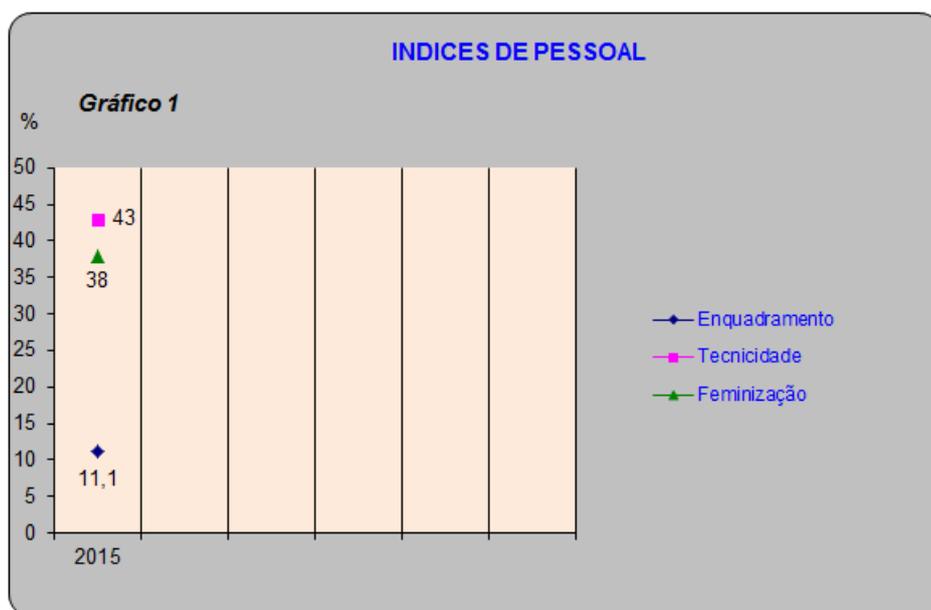
Nomeação definitiva – 78 (33,3%)

Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado – 102 (43,5%)

Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo – 28 (12%)

Comissão de Serviço no âmbito da LTFP – 26 (11,2%)

Assinala-se que a Direção-Geral possuía no exercício de funções, 6 trabalhadores portadores de deficiência (4 técnicos superiores, 1 assistente técnico e 1 informático).



O quantitativo e a colocação dos recursos humanos pela estrutura orgânica da DGRDN é a que se apresenta na Figura 2<sup>2</sup>.

Excluindo a Direção (enquanto unidade orgânica), a DSPSM conta com o maior número absoluto de trabalhadores (59), seguido pela DSGFA (41) e DSIP (21).

O pessoal dos grupos técnicos predomina na DSPSM (39), DSGFA (22) e DSIP (18), assim como no apoio à Direção (32).

Os trabalhadores assistentes operacionais exercem funções quase exclusivamente na DSPSM (15) e DSGFA (12).

<sup>2</sup> Foram integrados na Direção, 1 oficial, 17 sargentos e 8 praças provenientes da Estação Ibéria NATO

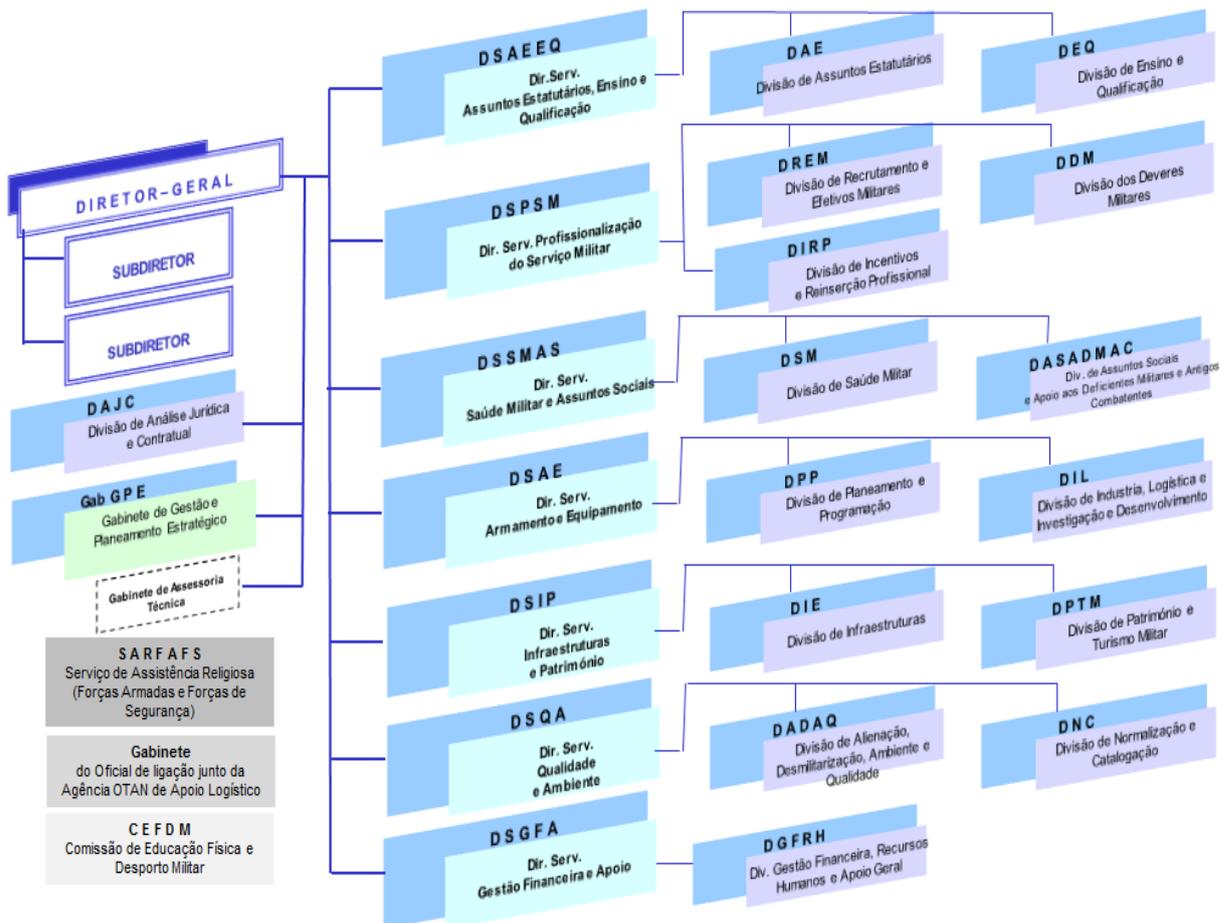


Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
BALANÇO SOCIAL 2015

**Figura 2**  
**Distribuição de Efetivos pela Estrutura Orgânica**

Grupos/Cargos/Carreiras	DIR	DSAEQ	DSPSM	DSSMAS	DSAE	DSIP	DSQA	DSGFA	DAJC	GABGPE	GABOTAN	SARFAFS	GAT	CEFDM	Total
Direção superior	3														3
Direção intermédia		3	4	3	3	3	3	2	1	1					23
<b>Direção</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>26</b>
Técnico superior	12	8	25	9	8	14	7	9	1		1	1	2	1	98
Assistente técnico	20		14	7	1	4	4	13				1	1		65
<b>Grupo Pessoal TS e AT</b>	<b>32</b>	<b>8</b>	<b>39</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>18</b>	<b>11</b>	<b>22</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>163</b>
Informático			1				1	5							7
<b>Grupo Pessoal Informático</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>
Assistente operacional	10		15					12				1			38
<b>Grupo Pessoal AO</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>38</b>
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>11</b>	<b>59</b>	<b>19</b>	<b>12</b>	<b>21</b>	<b>15</b>	<b>41</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>234</b>

**Organograma da DGRDN**





## **RECURSOS HUMANOS** **ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE**

Relativamente à estrutura etária dos recursos humanos da Direção-Geral o principal indicador revela que a **idade média** dos trabalhadores é de aproximadamente **45 anos** (detalhe em Anexo 2, quadro 2 e Gráfico 2).

Por género, no sexo masculino a média de idades é de 43,4 anos e do sexo feminino de 46 anos e meio.

Destaca-se que o mais expressivo grupo etário situa-se entre os 40 e 44 anos (17%), seguido pelo dos 50 aos 54 anos de idade (16,6%) e do grupo dos 45 aos 49 anos (14,1%), totalizando 47,7% dos trabalhadores da DGRDN.



A **taxa de emprego jovem** verificada no grupo etário inferior aos 25 anos é bastante baixa situando-se em aproximadamente **0,9%** (Gráfico 2).

No leque de idades igual ou superior a 55 anos, destaca-se a **taxa de envelhecimento** de **20%**.

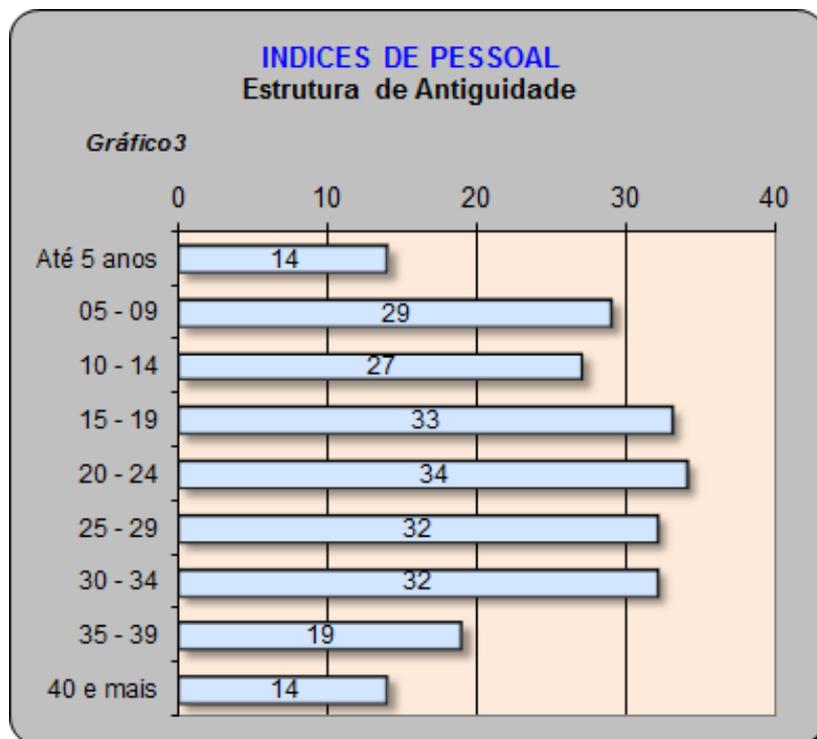


Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
BALANÇO SOCIAL 2015

**Na administração pública o nível médio de antiguidade é de 21,4 anos** (detalhe em Anexo 2, quadro 3 e Gráfico 3).

O grupo de pessoal de antiguidade no intervalo dos 20 aos 24 anos de serviço revela-se como o mais significativo (14,5%), seguido do escalão entre os 15 e 19 anos (14,1%) (Gráfico 3).

A antiguidade no serviço dos trabalhadores do sexo feminino, é de 21,9 anos e dos trabalhadores do sexo masculino 20,9 anos.





## RECURSOS HUMANOS ESTRUTURA HABILITACIONAL

No que respeita à estrutura de habilitações dos trabalhadores da DGRDN apresentam-se vários indicadores neste âmbito (detalhe em Anexo 2, quadro 4, Gráfico 4 e Figura 3).

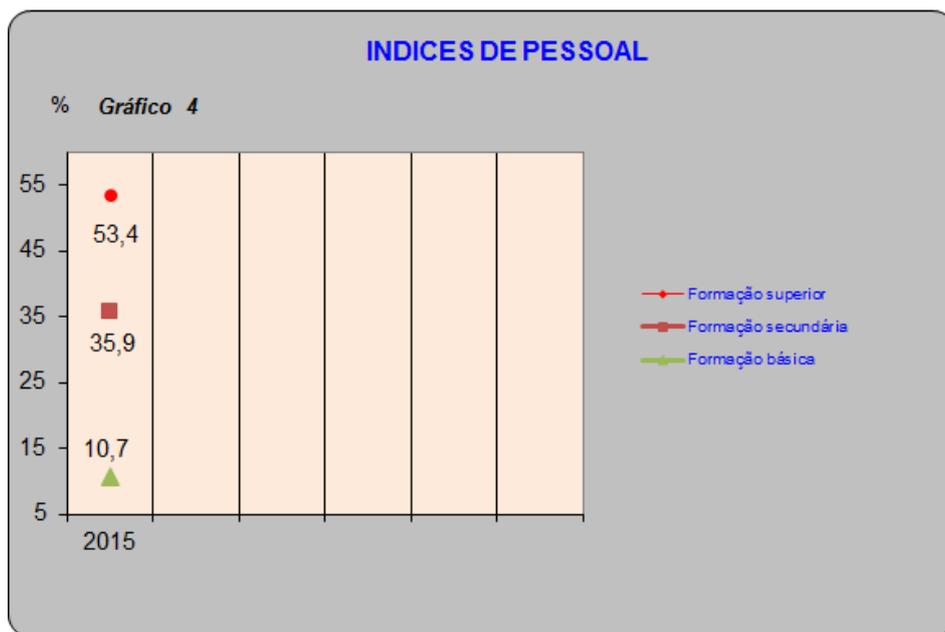
O **índice de formação superior** foi de **53,4%**, verificando-se que em relação ao grau académico de nível superior a Direção-Geral possuía 100 licenciados, 20 mestres e 5 doutorados que exerciam funções de direção e/ou técnicas.

A **taxa de formação secundária** situa-se em **35,9%** e a **taxa de formação básica** em **10,7%**.

A caracterização do nível habitacional por grupos profissionais/carreiras expõe-se na Figura 3.

Na estrutura de escolaridade por género, 31,3% dos efetivos do sexo masculino possui formação superior (73) e 30,7% o ensino básico/secundário (72).

A taxa de formação superior no sexo feminino é de 22,2% (52). Detêm o ensino básico/secundário 15,8% das trabalhadoras (37).

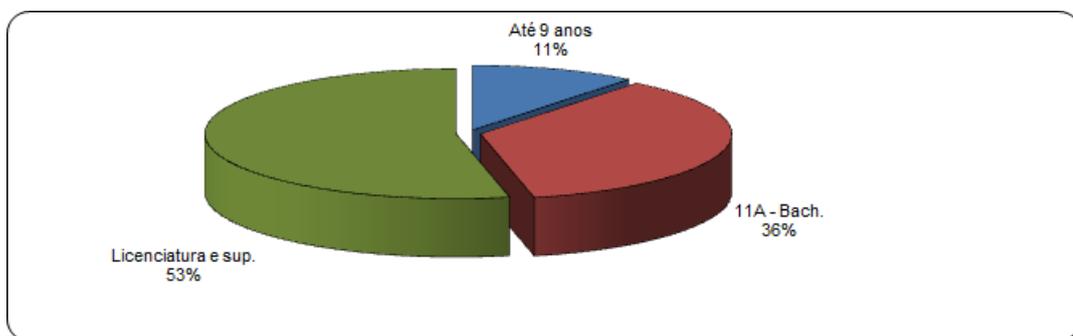




Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
BALANÇO SOCIAL 2015

**Figura 3**  
**Habilitações Literárias**

Grupos/Cargos/Carreiras	Até 9 anos	11A - Bach.	Licenciatura e sup.	Total
Dirigentes	0,0%	0,0%	26 100,0%	<b>26</b> 11,1%
Técnico Superior	0,0%	3 5,5%	52 94,5%	<b>55</b> 23,5%
Assistente Técnico	3 13,0%	19 82,6%	1 4,3%	<b>23</b> 9,8%
Assistente Operacional	14 82,4%	3 17,6%	0,0%	<b>17</b> 7,3%
Informático	0,0%	4 57,1%	3 42,9%	<b>7</b> 3,0%
Militares	8 7,5%	55 51,9%	43 40,6%	<b>106</b> 45,3%
<b>Total</b>	<b>25</b> 10,7%	<b>84</b> 35,9%	<b>125</b> 53,4%	<b>234</b> 100,0%





## **RECURSOS HUMANOS** **MOBILIDADE DO PESSOAL**

Em relação à entrada de pessoal na DGRDN entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015 foram admitidos ou regressaram ao serviço **40 trabalhadores** (33 homens e 7 mulheres), correspondendo a um **índice de entradas** de **17%**. A distribuição por grupos, cargos e carreiras foi a seguinte (detalhe em Anexo 2, quadro 7, Gráfico 5):

- Dirigente superior 2º grau – 2 (5%)
- Dirigente intermédio 1º grau – 4 (10%)
- Dirigente intermédio 2º grau – 6 (15%)
- Técnico superior – 1 (2,5%)
- Assistente operacional – 3 (7,5%)
- Militares (oficiais, sargentos, praças) – 24 (60%)

Anota-se ainda que segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação, 4 trabalhadores entraram por “mobilidade”, 12 em “comissão de serviço” e 24 em “outras situações” (p. e. militares).

Durante o ano de 2015 saíram da Direção-Geral no total **56 trabalhadores** (41 homens e 15 mulheres), equivalendo ao **índice de saídas** de **24%** (Gráfico 5).

Quanto aos “nomeados” ou em “comissão de serviço”, ocorreu 1 falecimento, 11 terminaram a respetiva comissão e 14 em “outras situações”, designadamente militares que regressaram ao ramo (detalhe em Anexo 2, quadro 8). Apresenta-se a caracterização por grupos, cargos e carreiras:

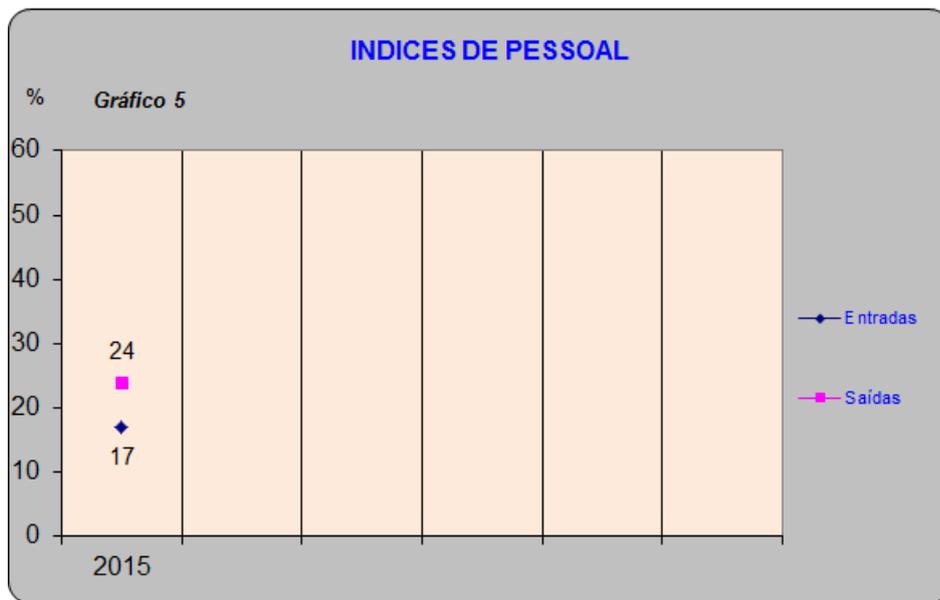
- Dirigente superior 1º grau – 1 (3,9%)
- Dirigente intermédio 1º grau – 3 (11,5%)
- Dirigente intermédio 2º grau – 4 (15,4%)
- Militares (oficiais, sargentos, praças) – 18 (69,2%)

Relativamente à saída de contratados, 1 trabalhador aposentou-se, 6 por “mobilidade”, 1 por “cedência” e 22 “outra situação” (Anexo 1, quadro 9). Salienta-se a seguinte distribuição:

- Técnico superior – 12 (40%)
- Assistente técnico – 1 (3,3%)
- Militares (oficiais, sargentos, praças) – 17 (56,7%)



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
BALANÇO SOCIAL 2015

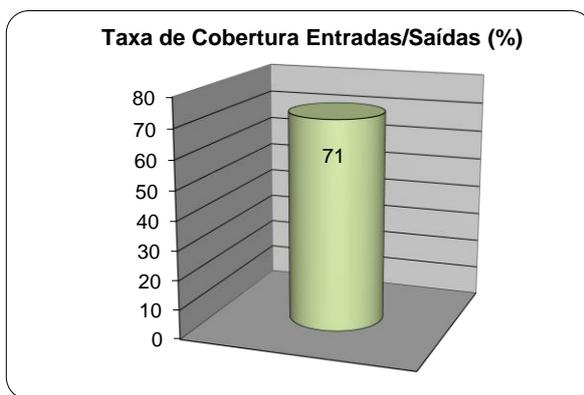
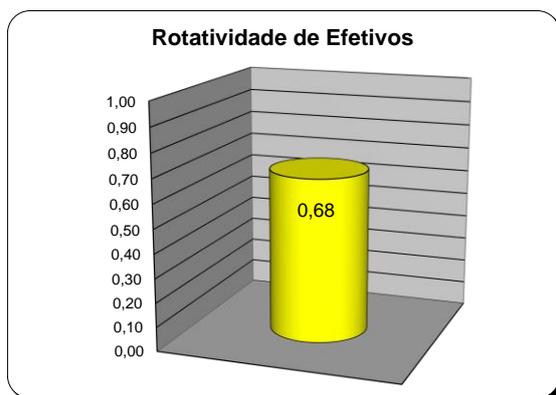


Ainda no âmbito da movimentação de pessoal verifica-se um saldo negativo de 16 trabalhadores na relação entre saídas e entradas (Figura 4).

Deste modo a **taxa de cobertura** (avalia em que proporção a entrada de funcionários cobre a saída, espelhando o acréscimo ou diminuição do número de RH existente) foi de **71,4%**.

O **índice de rotatividade de efetivos** registou o valor **0,68** (1 = nula)<sup>3</sup>.

**Figura 4**  
**Movimentos de Pessoal**



No que refere à contagem das mudanças de situação dos trabalhadores (detalhe em Anexo 2, quadro 11), 3 consolidaram a mobilidade na categoria.

<sup>3</sup> Para efeitos do cálculo deste índice consideraram-se os quantitativos a 1 de janeiro de 2015 do nº de trabalhadores existente à data na ex-DGPRM (138) e ex-DGAIED (112).



## **RECURSOS HUMANOS** **MODALIDADE DE HORÁRIO E ASSIDUIDADE**

Em 31 de dezembro de 2015 as diferentes **modalidades de horário de trabalho** praticadas pelos 234 trabalhadores da DGRDN, distribuíam-se da seguinte forma (detalhe em Anexo 2, quadro 12):

- Rígido – 5 (2,1%)
- Flexível – 143 (61,1%)
- Jornada contínua – 28 (12%)
- Trabalho por turnos (militares EINATO) – 26 (11,1%)
- Isenção de horário – 32 (13,7%)

Quanto à caracterização dos trabalhadores pelo **período normal de trabalho** (PNT) no exercício das suas funções, destaca-se (detalhe em Anexo 2, quadro 13):

- Tempo completo de 40 h/semana – 206 (88%)
- Tempo parcial de 35 h/semana (jornada contínua) – 28 (12%)

No que refere às modalidades de **trabalho suplementar** durante o ano, contabilizam-se no total 3.736:45 h (trabalho extraordinário diurno: 1 assistente técnico – 247 h; 1 assistente operacional – 3.489:45 h) (detalhe em Anexo 2, quadro 14).

Em 2015 a **taxa de absentismo** na DGRDN foi de **2,9%** (detalhe em Anexo 2, quadro 15, Figura 5 e Gráfico 6). Por género, nos trabalhadores do sexo masculino apurou-se um absentismo de 1% e nos trabalhadores do sexo feminino 6%. O **índice de presença** foi de **97,1%**.

Relativamente ao tipo de ausências, as faltas por “parentalidade” (49,3%) e “doença ou doença prolongada” (37,3%) são as que revelam maior significado.

Os grupos profissionais que registaram maior número de ausências foram o de Técnico Superior (622,5 dias), Oficial das FA (294,5 dias), Assistente Técnico (190 dias) e Praças das FA (190 dias).

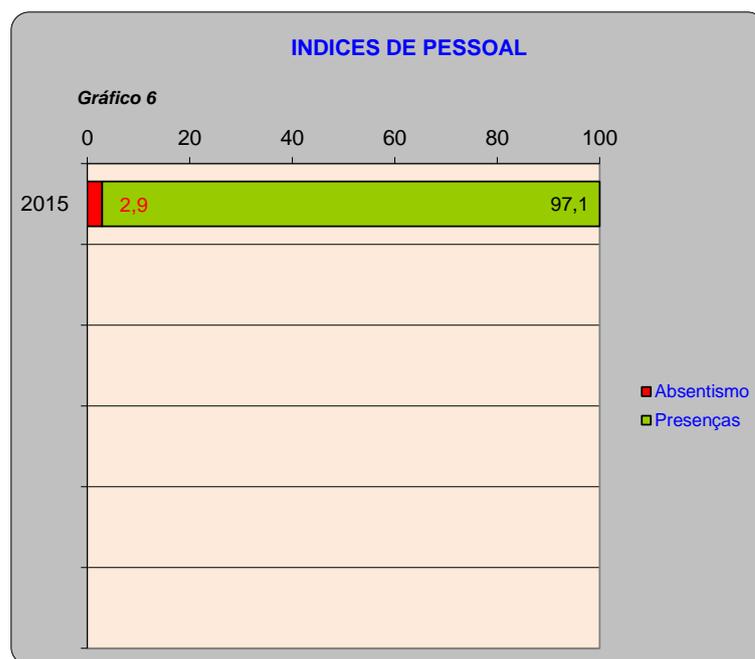
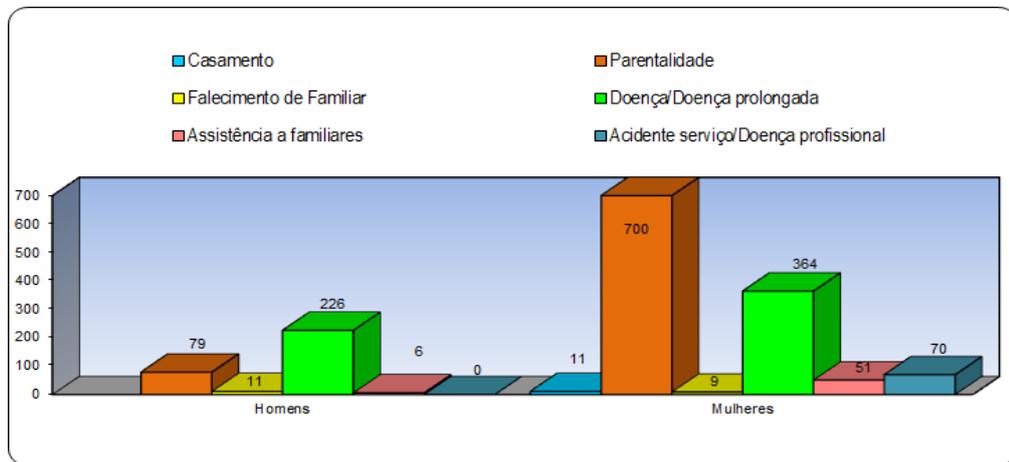
Não se constatarem faltas injustificadas.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
BALANÇO SOCIAL 2015

**Figura 5**  
**Assiduidade**

Tipo de Ausências	Homens		Mulheres		Total	
Casamento		0,0%	11	100,0%	11	0,7%
Parentalidade	79	10,1%	700	89,9%	779	49,3%
Falecimento de Familiar	11	55,0%	9	45,0%	20	1,3%
Doença/Doença prolongada	226	38,3%	364	61,7%	590	37,3%
Assistência a familiares	6	10,5%	51	89,5%	57	3,6%
Acidente serviço/Doença profissional		0,0%	70	100,0%	70	4,4%
Outras	24	44,0%	30,5	56,0%	54,5	3,4%
<b>Total de dias de Faltas [DF]</b>	<b>346</b>	<b>21,9%</b>	<b>1235,5</b>	<b>78,1%</b>	<b>1582</b>	<b>100,0%</b>
<b>Nº Trabalhadores com faltas</b>	<b>25</b>	<b>41,0%</b>	<b>36</b>	<b>59,0%</b>	<b>61</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total de Trabalhadores [NT]</b>	<b>145</b>	<b>62,0%</b>	<b>89</b>	<b>38,0%</b>	<b>234</b>	<b>100,0%</b>
<b>Dias de Trabalho [DT] (NT*233)</b>	<b>33.785</b>	<b>62,0%</b>	<b>20.737</b>	<b>38,0%</b>	<b>54.522</b>	<b>100,0%</b>
<b>Taxa de Absentismo (DF/DT*100)</b>	<b>1,0%</b>		<b>6,0%</b>		<b>2,9%</b>	

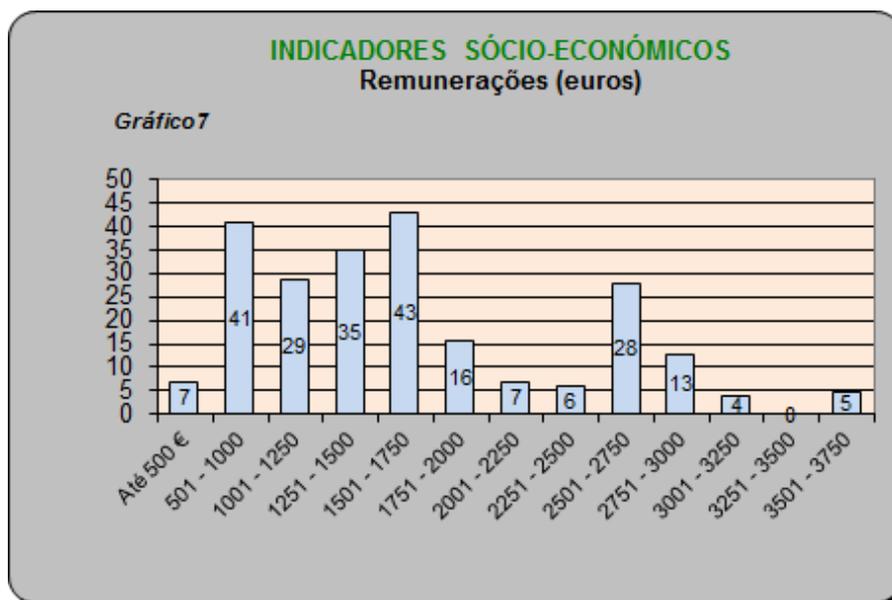




## REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL

A 31 de dezembro de 2015 a **estrutura remuneratória** dos trabalhadores da DGRDN distribuía-se entre os grupos salariais “até 500 €” (485 €) e o máximo “entre 3.501 e 3.750 €” (3.734,06 €) (detalhe em Anexo 2, quadro 17, Gráfico 7).

O **leque salarial líquido** foi de **7,7**.



Os **encargos com pessoal** em 2015 constituíram uma despesa de 3.431.807,71 € (detalhe em Anexo 2, quadro 18 e Gráfico 8). Globalmente estes encargos reúnem parcelas como a “remuneração base”, “suplementos remuneratórios”, “prémios de desempenho”, “prestações sociais” e “benefícios sociais”.

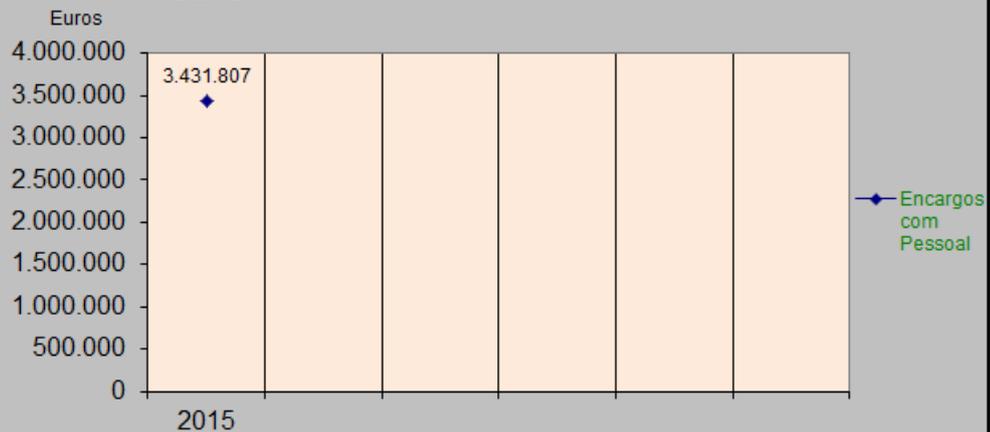
Contribuíram principalmente para este montante os dispêndios em remunerações (3.070.011 € - 89,4%), suplementos remuneratórios (213.905 € - 6,2%) e prestações sociais (143.258 € - 4,2%).



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
BALANÇO SOCIAL 2015

INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS

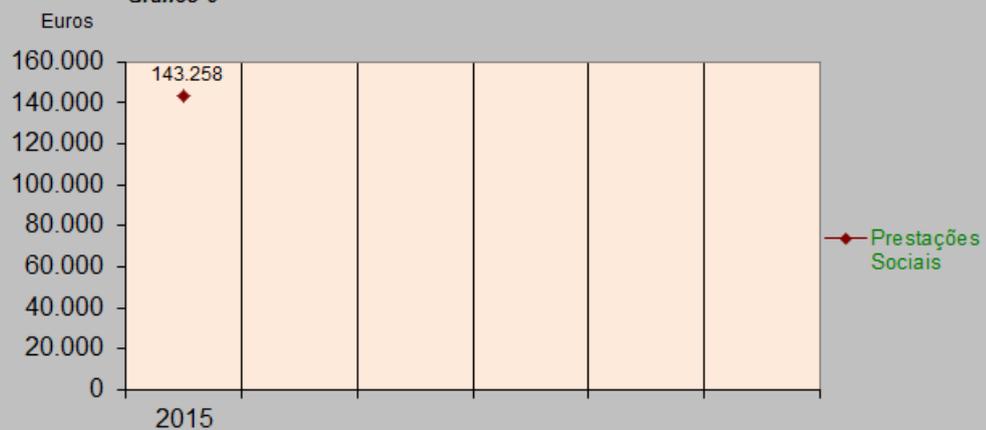
Gráfico 8



No que refere à divisão entre os encargos com prestações sociais e o total de despesa com a remuneração base, a **taxa de encargos sociais** assumiu o valor de **4,6%** (Anexo 2, quadro 18).

INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS

Gráfico 9





Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
BALANÇO SOCIAL 2015

---

Para além da despesa com os **suplementos remuneratórios** (concretamente ajudas de custo, representação, secretariado e outros suplementos) os encargos com **prestações sociais** registaram um quantitativo de 143.258 €, agrupando custos referentes a “subsídios no âmbito da proteção da parentalidade”, “abono de família”, “subsídio de refeição” e “outras prestações sociais” (Anexo 2, quadro 18.1 e 18.2, Gráfico 9)



## **HIGIENE E SEGURANÇA**

Relativamente a este capítulo e no que diz respeito aos **acidentes de trabalho** (AT) ocorridos em serviço durante o ano de 2015 verificaram-se “em itinerário/deslocamento” os seguintes casos (detalhe Anexo 1, quadro 19):

- Nº total de acidentes – 2 (femininos)
- Nº de AT com baixa – 1 (superior a 30 dias)
- Nº de dias de trabalho perdidos por AT – 30 dias
- Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores – 40 dias

Consequentemente a **taxa de acidentes de trabalho** foi de **0,85%**.

As atividades de **medicina no trabalho** surgidas reportam-se a 10 exames médicos periódicos realizados no âmbito das consultas de medicina no trabalho patrocinadas pela SG/MDN, que não envolveram custos para a Direção-Geral.

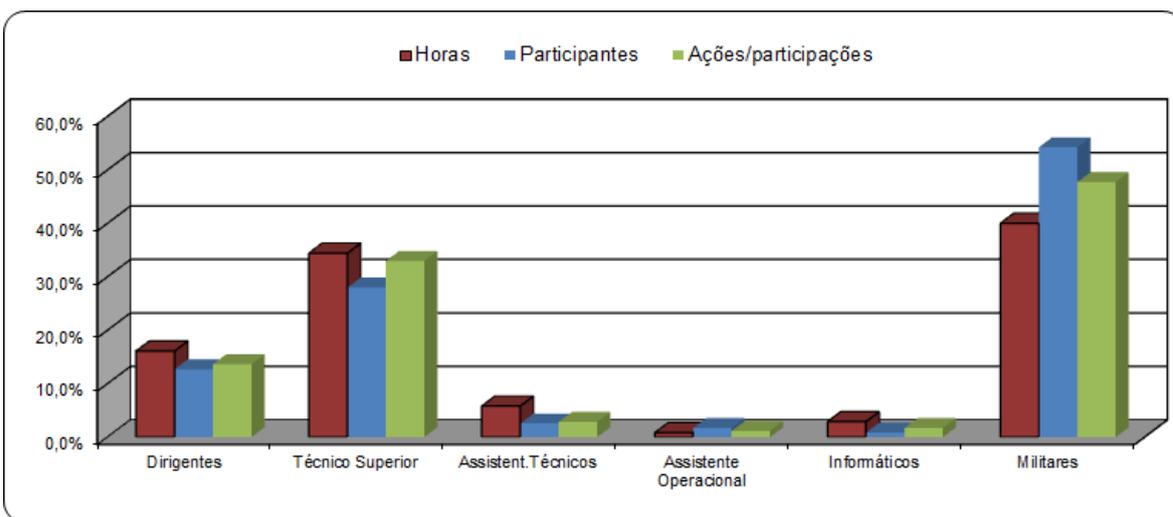


## FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Importa realçar que a DGRDN foi a herdeira de dois anteriores serviços centrais do MDN (ex-DGPRM e ex-DGAIED) que mantiveram ao longo dos anos uma política de formação pró-ativa caracterizada por facultar o crescimento dos recursos humanos a nível pessoal e profissional. Considerado um investimento, o levantamento de necessidades formativas do serviço tem procurado harmonizar as suas carências com a motivação e interesses dos trabalhadores.

**Figura 6**  
**Formação**  
**Profissional**

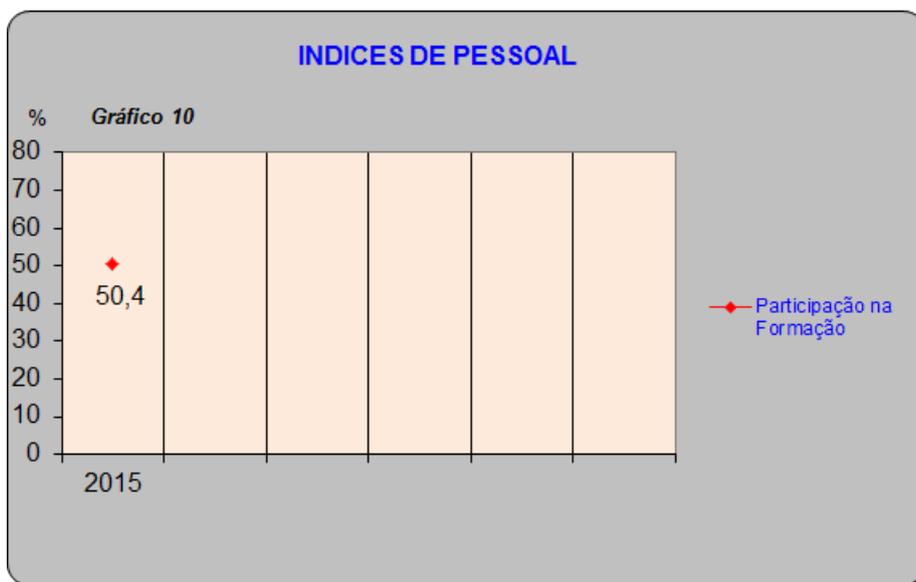
Grupos/Cargos/Carreiras	Participantes		Ações/participações		Horas		Custos
Dirigentes	15	12,7%	24	13,6%	1016,3	16,1%	
Técnico Superior	33	28,0%	58	33,0%	2174	34,4%	
Assistente Técnico	3	2,5%	5	2,8%	367	5,8%	
Assistente Operacional	2	1,7%	2	1,1%	50	0,8%	
Informático	1	0,8%	3	1,7%	182	2,9%	
Militares	64	54,2%	84	47,7%	2526,3	40,0%	
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>100,0%</b>	<b>176</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.316</b>	<b>100,0%</b>	<b>40.163 €</b>



O **índice de participação** na formação foi de **50,4%**. Foram frequentadas 176 ações e 118 o nº de participantes (detalhe em Anexo 2, quadros 27 a 30, Figura 6 e Gráfico 10).



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
BALANÇO SOCIAL 2015



No que respeita à distribuição das horas de formação despendidas, pelos grupos profissionais/cargos/carreias, destacam-se primeiro os militares (40%), seguido dos técnicos superiores (34,4%) e dos dirigentes (16%) (Figura 6).

Em relação às participações/ações frequentadas destacam-se os militares (47,7%), os técnicos superiores (33%) e os dirigentes (13,6%) (Figura 6).

Realça-se além disso que o nº mais elevado de participantes pertenceu ao grupo de militares (54,2%), seguidamente aos técnicos superiores (28%) e finalmente aos dirigentes (12,7%) (Figura 6).

A maioria das participações em ações de formação frequentadas, 121 (68,8%) foi de curta duração (inferior a 30 horas), seguida de 32 participações em ações com duração entre as 60 e as 119 horas (18,1%), 21 participações em ações de 30 a 59 horas (12%) e 2 participações em ações iguais ou superiores a 120 h (1,1%).

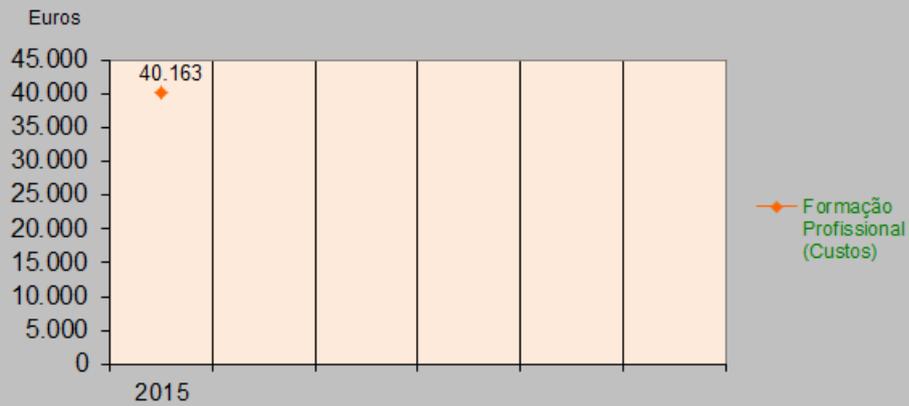
No ano em análise a **taxa de investimento em formação** foi de **1,2%**. Considerando outros encargos, destacam-se ainda os seguintes indicadores: o **custo médio (despesa) da formação por participante ficou em 340,3 €** e o **custo médio por trabalhador em 171,6 €**.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
BALANÇO SOCIAL 2015

INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS

Gráfico 11





## ***RELAÇÕES PROFISSIONAIS***

Em 31 de dezembro de 2015 verificavam-se 3 trabalhadores sindicalizados, correspondendo à ***taxa de sindicalização*** de **1,3%**.

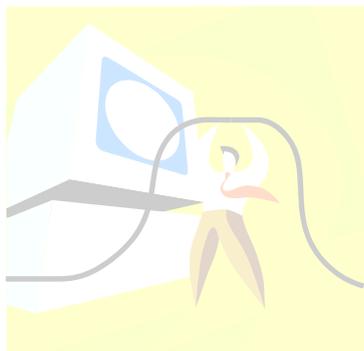
Quanto à disciplina, não se registaram processos transitados ou instaurados.



## ***PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGRDN***

Caracterização dos aspetos mais relevantes do **perfil profissional do pessoal da DGRDN**:

- Grupo de pessoal – civil (51%);
- Grupos profissionais (dominância) – militar (45,3%) e técnico superior (23,5%);
- Tipo de funções exercidas (dominância) – técnicas (72,7%);
- Modalidade de vinculação – contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado – (43,5%);
- Colocação dos recursos humanos pela estrutura orgânica – DSPSM (25,2%);
- Sexo – masculino (62%);
- Idade – média 45 anos  
(grupos etários dominantes: 40 a 44 anos – 17% e 50 a 54 anos – 16,6%);



- Antiguidade na AP – 21,4 anos (média);
- Habilitações – formação superior (53,4%);
- Assiduidade – 6,8 dias/faltas (média absentismo/trabalhador);
- Formação profissional – 27 h (média horas de formação/trabalhador).



## **ANEXO 1**

### Índices de Gestão de Pessoal



---

**PRINCIPAIS INDICES DE GESTÃO DE PESSOAL UTILIZADOS NO BALANÇO SOCIAL DA DGRDN**

***índice de enquadramento*** (pessoal dirigente / total de efetivos, x 100)

***taxa de pessoal técnico superior*** (técnicos superiores / total de efetivos, x 100)

***taxa de pessoal assistente técnico*** (assistentes técnicos / total de efetivos, x 100)

***taxa de pessoal assistente operacional*** (assistentes operacionais / total de efetivos, x 100)

***taxa de pessoal informático*** (informáticos / total de efetivos, x 100)

***taxa de pessoal das Forças Armadas*** (militares / total de efetivos, x 100)

***taxa de pessoal com nomeação definitiva*** (Nº trabalhadores com ND / total de efetivos, x 100)

***taxa de pessoal com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado***  
(Nº trabalhadores com CTFPTI / total de efetivos, x 100)

***taxa de pessoal com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo***  
(Nº trabalhadores com CTFPTRC / total de efetivos, x 100)

***taxa de pessoal em comissão de serviço*** (Nº trabalhadores em CS / total de efetivos, x 100)

***taxa de feminização*** (Nº de efetivos do sexo feminino / total de efetivos, x 100)

***taxa de masculinização*** (Nº de efetivos do sexo masculino / total de efetivos, x 100)

***índice de tecnicidade - sentido restrito*** (grupo de pessoal técnico superior + esp. informáticos + militares equiparados / efetivos globais, x 100)

***idade média*** (soma das idades dos trabalhadores 31 de dezembro / total de efetivos, x 100)

***taxa de emprego jovem*** (total efetivos < 25 anos / efetivos globais, x 100)

***taxa de envelhecimento*** (total efetivos => 55 anos / efetivos globais, x 100)

***antiguidade média*** (soma das antiguidades dos trabalhadores 31 de dezembro / total de efetivos, x 100)

***índice de formação superior*** (licenciatura+mestrado+doutoramento / total de efetivos, x 100)

***índice de formação secundária*** (11º ano+12º ano / total de efetivos, x 100)



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
BALANÇO SOCIAL 2015

---

**índice de formação básica** (4º ano+6ºano+9º ano / total de efetivos, x 100)

**índice de entradas** (Nº de admissões / total de efetivos, x 100)

**índice de saídas** (Nº de saídas / total de efetivos, x 100)

**índice de rotatividade ou “turn-over”** – a rotação máxima de efetivos equivale ao índice 0 e a rotação nula ao índice 1 (efetivo final a 31 Dez / efetivo inicial a 1 Jan + entradas + saídas)

**taxa de cobertura** – compensação entradas/saídas (total de admissões / total de saídas, x 100)

**taxa de absentismo** (total dias de ausência / 233 dias úteis x efetivos, x 100) (2015)

**leque salarial ilíquido** (maior remuneração base ilíquida / menor remuneração base ilíquida)

**taxa de encargos sociais** (total encargos com prestações sociais / total encargo remuneração base, x 100)

**taxa de acidentes de trabalho** (Nº de acidentes de trabalho / total de efetivos, x 100)

**índice de participação na formação interna/externa** (Nº de participantes em ações / total de efetivos, x 100)

**taxa de investimento na formação** (total despesa em formação / total encargos com pessoal, x 100)

**taxa de sindicalização** (Nº de trabalhadores sindicalizados / total de efetivos, x 100)



## **ANEXO 2**

Mapas previstos no Decreto-Lei 190/96 de 9 de Outubro  
(modelo da DGAEP)

# BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

## 2015

### IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 875792095

Ministério: Defesa Nacional

Serviço / Entidade: Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

### NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO (Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro de 2015 250

Em 31 de Dezembro de 2015 234

*Nota: Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2014 indicar o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2014 na folha "Critério"*

*Contato(s) do(s) responsável(is) pelo preenchimento*

Nome Luís Miguel Pinheiro

Tel: 213027284

E-mail: luis.mpinheiro@defesa.pt

Data 29-01-2016

**Notas Explicativas:**

***Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2015 deverá ser indicado o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2015.***

***Por exemplo:*** caso de uma entidade que resulta da fusão de 2 entidades, em que a nova entidade iniciou o seu funcionamento a 1 de junho 2015:

*Deverá registar os dados da entidade nova referente ao período de 1 junho a 31 dezembro, especificando em baixo na descrição da entidade a data de início da nova entidade e o número de trabalhadores em exercício de funções nessa data, em substituição do n.º de trabalhadores a 1 de janeiro 2015 na folha de identificação.*

***Caso este critério não seja aplicável para algum dos quadros, deverá também ser descrita neste campo de descrição o critério adotado.***

**Critério adotado (descrição da entidade):**

A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional foi criada por fusão com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro - Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional - pelo que o critério adotado para o registo de dados foi o correspondente ao início do funcionamento - neste caso, 01 de janeiro de 2015 - até 31 de dezembro de 2015.

# BALANÇO SOCIAL 2015

## ÍNDICE DE QUADROS

### CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS

[Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação](#)

[Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento](#)

[Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género](#)

[Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho \(PNT\) e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género](#)

[Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género](#)

[Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género](#)

[Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação](#)

### CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

[Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género](#)

[Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal](#)

[Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios](#)

[Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais](#)

[Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais](#)

### CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

[Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género](#)

[Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho](#)

[Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano](#)

[Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano](#)

[Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo](#)

[Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano](#)

[Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho](#)

[Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano](#)

### CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração](#)

[Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 30: Despesas anuais com formação](#)

### CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

[Quadro 31: Relações profissionais](#)

[Quadro 32: Disciplina](#)

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LTFP		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																									0
Dirigente superior de 1º grau a)															1									1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)															1	1								1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)															5	3								5	3	8
Dirigente intermédio de 2º grau a)															9	6								9	6	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																								0	0	0
Técnico Superior										17	38													17	38	55
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo										5	18													5	18	23
Assistente operacional, operário, auxiliar										8	9													8	9	17
Aprendizes e praticantes																								0	0	0
Informático										6	1													6	1	7
Magistrado																								0	0	0
Diplomata																								0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																								0	0	0
Pessoal de Inspeção																								0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																								0	0	0
Docente Ensino Universitário																								0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																								0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																								0	0	0
Médico																								0	0	0
Enfermeiro																								0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																								0	0	0
Técnico Superior de Saúde																								0	0	0
Chefia Tributária																								0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																								0	0	0
Pessoal Aduaneiro																								0	0	0
Conservador e Notário																								0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																								0	0	0
Oficial de Justiça																								0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			25	2							13	3												38	5	43
Forças Armadas - Sargento b)			37	5																				37	5	42

Forças Armadas - Praça b)			9							9	3										18	3	21	
Polícia Judiciária																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																						0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombeiro																						0	0	0
Polícia Municipal																						0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>71</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>36</b>	<b>66</b>	<b>22</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>145</b>	<b>89</b>	<b>234</b>

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**NOTAS:**

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

**d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses.**

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL				
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F					
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0	0	0		
Dirigente superior de 1º grau a)																			1								1	0	1		
Dirigente superior de 2º grau a)														1			1										1	1	2		
Dirigente intermédio de 1º grau a)										1		1		2		1			1		2						5	3	8		
Dirigente intermédio de 2º grau a)										1		3		4	2	1	3				1						9	6	15		
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0	0	0		
Técnico Superior								1	4	2	6	4	12	1	3	4	5	4	3	1	5						17	38	55		
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo									2	2	1	3	4		1		2		4		4						5	18	23		
Assistente operacional, operário, auxiliar								1			1	2	1			1	2	1	2	3	2		1				8	9	17		
Aprendizes e praticantes																												0	0	0	
Informático										1		1		3			1	1										6	1	7	
Magistrado																												0	0	0	
Diplomata																												0	0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																												0	0	0	
Pessoal de Inspeção																												0	0	0	
Pessoal de Investigação Científica																												0	0	0	
Docente Ensino Universitário																												0	0	0	
Docente Ensino Superior Politécnico																												0	0	0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0	0	0	
Médico																												0	0	0	
Enfermeiro																												0	0	0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0	0	0	
Técnico Superior de Saúde																												0	0	0	
Chefia Tributária																												0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária																												0	0	0	
Pessoal Aduaneiro																												0	0	0	
Conservador e Notário																												0	0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado																												0	0	0	
Oficial de Justiça																												0	0	0	
Forças Armadas - Oficial b)						6	1	8	2	3	1	3		4		8	1	6									38	5	43		
Forças Armadas - Sargento b)						2	1	2	2	6	1	4	1	11		10		2										37	5	42	
Forças Armadas - Praça b)				2		7	3	5		1		1		1				1										18	3	21	
Polícia Judiciária																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																													0	0	0



Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																			0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															1				1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)				1											1				1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)					1				1	2			1			1		2	5	3	8
Dirigente intermédio de 2º grau a)			1		1		3		2	4	2		1				1		9	6	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																			0	0	0
Técnico Superior	2	4		2	2	9	2	7	4	5	3	3	3	3	1	2		3	17	38	55
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo				1	1	1	1	5	3	2				5		1		3	5	18	23
Assistente operacional, operário, auxiliar						2	1	2	2	2		1	1		1	2	3		8	9	17
Aprendizes e praticantes																			0	0	0
Informático							1		3	1	1						1		6	1	7
Magistrado																			0	0	0
Diplomata																			0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																			0	0	0
Pessoal de Inspeção																			0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0
Docente Ensino Universitário																			0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																			0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0
Médico																			0	0	0
Enfermeiro																			0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0
Técnico Superior de Saúde																			0	0	0
Chefia Tributária																			0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0
Conservador e Notário																			0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0
Oficial de Justiça																			0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			13	3	2		1	1	4		4	1	6		7		1		38	5	43
Forças Armadas - Sargento b)	1	1		1	3	1	7	1	4	1	9		11		2				37	5	42
Forças Armadas - Praça b)	4	2	6	1	4		1				2		1						18	3	21
Polícia Judiciária																			0	0	0

Polícia de Segurança Pública - Oficial																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																			0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																			0	0	0
Guarda Prisional																			0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0
Bombeiro																			0	0	0
Polícia Municipal																			0	0	0
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>20</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>21</b>	<b>13</b>	<b>25</b>	<b>7</b>	<b>23</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>145</b>	<b>89</b>	<b>234</b>

**NOTAS:**

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																						0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																1						1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)																1	1					1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)																4	3			1		5	3	8
Dirigente intermédio de 2º grau a)																6	6	3				9	6	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																						0	0	0
Técnico Superior											1	2				11	29	3	7	2		17	38	55
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							1	2			3	16				1						5	18	23
Assistente operacional, operário, auxiliar			2	6	2	1	2	1			2	1										8	9	17
Aprendizes e praticantes																						0	0	0
Informático											4					2	1					6	1	7
Magistrado																						0	0	0
Diplomata																						0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																						0	0	0
Pessoal de Inspeção																						0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																						0	0	0
Docente Ensino Universitário																						0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																						0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																						0	0	0
Médico																						0	0	0
Enfermeiro																						0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																						0	0	0
Técnico Superior de Saúde																						0	0	0
Chefia Tributária																						0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																						0	0	0
Pessoal Aduaneiro																						0	0	0
Conservador e Notário																						0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																						0	0	0
Oficial de Justiça																						0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)												1				30	4	5	1	2		38	5	43
Forças Armadas - Sargento b)							2		4		30	5						1				37	5	42
Forças Armadas - Praça b)							5	1			13	2										18	3	21
Polícia Judiciária																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0

Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																					0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Agente																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																						0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombeiro																						0	0	0
Polícia Municipal																						0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>54</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>56</b>	<b>44</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>145</b>	<b>89</b>	<b>234</b>	

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Tarefa																						0	0	0
Avanço																						0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**NOTAS:**

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

**Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro**

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior							0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar							0	0	0
Aprendizes e praticantes							0	0	0
Informático							0	0	0
Magistrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Docente Ensino Universitário							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Técnico Superior de Saúde							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial							0	0	0

Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>								

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avença							0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**NOTAS:**

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a nacionalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	menor que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																												0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																												0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																												0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																												0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																												0	0	0
Técnico Superior													1		1	1			1									2	2	4
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																		1										0	1	1
Assistente operacional, operário, auxiliar																												0	0	0
Aprendizes e praticantes																												0	0	0
Informático																	1											1	0	1
Magistrado																												0	0	0
Diplomata																												0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																												0	0	0
Pessoal de Inspeção																												0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																												0	0	0
Docente Ensino Universitário																												0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																												0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0	0	0
Médico																												0	0	0
Enfermeiro																												0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0	0	0
Técnico Superior de Saúde																												0	0	0
Chefia Tributária																												0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																												0	0	0
Pessoal Aduaneiro																												0	0	0
Conservador e Notário																												0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																												0	0	0
Oficial de Justiça																												0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																												0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																												0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																												0	0	0
Polícia Judiciária																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																												0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																												0	0	0
Guarda Prisional																												0	0	0

Outro Pessoal de Segurança c)																									0	0	0	
Bombeiro																										0	0	0
Polícia Municipal																										0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	3	3	6	

Prestações de Serviços	menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M
Tarefa																										0	0	0
Avença																										0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência:

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

**Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação**

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)									1	1					1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)									4						4	0	4
Dirigente intermédio de 2º grau a)									4	2					4	2	6
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior							1								0	1	1
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo															0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar					2	1									2	1	3
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático															0	0	0
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0

Pessoal de Administração Tributária																0	0	0
Pessoal Aduaneiro																0	0	0
Conservador e Notário																0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																0	0	0
Oficial de Justiça																0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)														11	1	11	1	12
Forças Armadas - Sargento b)														5	1	5	1	6
Forças Armadas - Praça b)														6		6	0	6
Polícia Judiciária																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																0	0	0
Guarda Prisional																0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																0	0	0
Bombeiro																0	0	0
Polícia Municipal																0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>22</b>	<b>2</b>	<b>33</b>	<b>7</b>	<b>40</b>	

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Notas:**

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;

\* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

**Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género**

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsiva		Mobilidade		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																			1				1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)																							0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																			2	1			2	1	3
Dirigente intermédio de 2º grau a)																			4				4	0	4
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																							0	0	0
Técnico Superior																							0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																							0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar																							0	0	0
Aprendizes e praticantes																							0	0	0
Informático																							0	0	0
Magistrado																							0	0	0
Diplomata																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																							0	0	0
Pessoal de Inspeção																							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0
Docente Ensino Universitário																							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0
Médico																							0	0	0
Enfermeiro																							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0
Chefia Tributária																							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0
Conservador e Notário																							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0
Oficial de Justiça																							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)		1																		3		5	9	0	9
Forças Armadas - Sargento b)																						7	7	0	7
Forças Armadas - Praça b)																						2	2	0	2
Polícia Judiciária																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																							0	0	0

Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																						0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Agente																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																							0	0	0
Guarda Prisional																							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																							0	0	0
Bombeiro																							0	0	0
Polícia Municipal																							0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>26</b>																

**NOTAS:**

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 8º e em Comissão de Serviço ao abrigo do art. 9º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

**Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género**

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento extinção do posto de trabalho		Mobilidade		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																														0	0	0		
Dirigente superior de 1º grau a)																														0	0	0		
Dirigente superior de 2º grau a)																														0	0	0		
Dirigente intermédio de 1º grau a)																														0	0	0		
Dirigente intermédio de 2º grau a)																														0	0	0		
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																														0	0	0		
Técnico Superior																																		
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																																		
Assistente operacional, operário, auxiliar																																		
Aprendizes e praticantes																																		
Informático																																		
Magistrado																																		
Diplomata																																		
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																																		
Pessoal de Inspeção																																		
Pessoal de Investigação Científica																																		
Docente Ensino Universitário																																		
Docente Ensino Superior Politécnico																																		
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																																		
Médico																																		
Enfermeiro																																		
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																																		
Técnico Superior de Saúde																																		
Chefia Tributária																																		
Pessoal de Administração Tributária																																		
Pessoal Aduaneiro																																		
Conservador e Notário																																		
Oficial dos Registos e do Notariado																																		
Oficial de Justiça																																		
Forças Armadas - Oficial b)																																		
Forças Armadas - Sargento b)																																		
Forças Armadas - Praça b)																																		
Polícia Judiciária																																		
Polícia de Segurança Pública - Oficial																																		
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																																		
Polícia de Segurança Pública - Agente																																		
Guarda Nacional Republicana - Oficial																																		
Guarda Nacional Republicana - Sargento																																		
Guarda Nacional Republicana - Guarda																																		
Serviço Estrangeiros Fronteiras																																		
Guarda Prisional																																		
Outro Pessoal de Segurança c)																																		
Bombeiro																																		
Polícia Municipal																																		
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>30</b>		

**NOTAS:**

- Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;
- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

**Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento**

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)						0
Dirigente intermédio de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior						0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						0
Assistente operacional, operário, auxiliar						0
Aprendizes e praticantes						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial b)						0
Forças Armadas - Sargento b)						0
Forças Armadas - Praça b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Notas:**

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

**Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género**

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0	0	0
Técnico Superior											0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo										1	0	1	1
Assistente operacional, operário, auxiliar										2	0	2	2
Aprendizes e praticantes											0	0	0
Informático											0	0	0
Magistrado											0	0	0
Diplomata											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência											0	0	0
Pessoal de Inspeção											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica											0	0	0
Docente Ensino Universitário											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0	0	0
Médico											0	0	0
Enfermeiro											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0	0	0
Técnico Superior de Saúde											0	0	0
Chefia Tributária											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária											0	0	0
Pessoal Aduaneiro											0	0	0
Conservador e Notário											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado											0	0	0
Oficial de Justiça											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)											0	0	0
Polícia Judiciária											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0	0	0
Guarda Prisional											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)											0	0	0
Bombeiro											0	0	0
Polícia Municipal											0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

**NOTAS:**

(1) e (2) - Artigos 156º, 157º e 158 da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

(3) - Artigo 99º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico (*)		Isenção de horário		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)														1		1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)														1	1	1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)														5	3	5	3	8
Dirigente intermédio de 2º grau a)														9	6	9	6	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0	
Técnico Superior			13	25			3	13						1		17	38	55
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		1	2	14			3	1						2		5	18	23
Assistente operacional, operário, auxiliar	4		4	2				7								8	9	17
Aprendizes e praticantes																0	0	0
Informático			5	1			1									6	1	7
Magistrado																0	0	0
Diplomata																0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																0	0	0
Pessoal de Inspeção																0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																0	0	0
Docente Ensino Universitário																0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																0	0	0
Médico																0	0	0
Enfermeiro																0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																0	0	0
Técnico Superior de Saúde																0	0	0
Chefia Tributária																0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																0	0	0
Pessoal Aduaneiro																0	0	0
Conservador e Notário																0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																0	0	0
Oficial de Justiça																0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			34	5					1					3		38	5	43
Forças Armadas - Sargento b)			21	4					16	1						37	5	42
Forças Armadas - Praça b)			10	3					8							18	3	21
Polícia Judiciária																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																0	0	0
Guarda Prisional																0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																0	0	0
Bombeiro																0	0	0
Polícia Municipal																0	0	0
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>89</b>	<b>54</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>21</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>12</b>	<b>145</b>	<b>89</b>	<b>234</b>	

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

(\*) Artigo 110º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar a meia jornada (Lei 84/2015, de 7/08)

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo																		TOTAL							
	PNT inferior ao praticado a tempo completo																		M	F	Total					
	35 horas			40 horas			42 horas			35 horas			Tempo parcial ou outro regime especial (*)			Tempo parcial ou outro regime especial (*)						Tempo parcial ou outro regime especial (*)				
	M	F		M	F		M	F		M	F		M	F		M	F		M	F		M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																								0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)				1																				1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)				1	1																			1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)				5	3																			5	3	8
Dirigente intermédio de 2º grau a)				9	6																			9	6	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																								0	0	0
Técnico Superior				14	25							3	13											17	38	55
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo				2	17							3	1											5	18	23
Assistente operacional, operário, auxiliar				8	2								7											8	9	17
Aprendizes e praticantes																								0	0	0
Informático				5	1							1												6	1	7
Magistrado																								0	0	0
Diplomata																								0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																								0	0	0
Pessoal de Inspeção																								0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																								0	0	0
Docente Ensino Universitário																								0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																								0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																								0	0	0
Médico																								0	0	0
Enfermeiro																								0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																								0	0	0
Técnico Superior de Saúde																								0	0	0
Chefia Tributária																								0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																								0	0	0
Pessoal Aduaneiro																								0	0	0
Conservador e Notário																								0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																								0	0	0
Oficial de Justiça																								0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)				38	5																			38	5	43
Forças Armadas - Sargento b)				37	5																			37	5	42
Forças Armadas - Praça b)				18	3																			18	3	21
Polícia Judiciária																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																								0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																								0	0	0
Guarda Prisional																								0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																								0	0	0
Bombeiro																								0	0	0
Polícia Municipal																								0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>138</b>	<b>68</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>145</b>	<b>89</b>	<b>234</b>	

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam:

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho:

(\*) - Trabalho a tempo parcial, meia jornada ou outro regime. Indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo:

Quando existirem mais do que 3 horários a tempo parcial (incompleto) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

**Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género**

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho suplementar	Trabalho suplementar diurno		Trabalho suplementar nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos												0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)												0:00	0:00	0:00
Técnico Superior												0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		247:00										0:00	247:00	247:00
Assistente operacional, operário, auxiliar	3489:45											3489:45	0:00	3489:45
Aprendizes e praticantes												0:00	0:00	0:00
Informático												0:00	0:00	0:00
Magistrado												0:00	0:00	0:00
Diplomata												0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica												0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário												0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico												0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário												0:00	0:00	0:00
Médico												0:00	0:00	0:00
Enfermeiro												0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica												0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde												0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária												0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro												0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário												0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado												0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)												0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda												0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras												0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional												0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)												0:00	0:00	0:00
Bombeiro												0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal												0:00	0:00	0:00
<b>Total</b>	<b>3489:45</b>	<b>247:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>3489:45</b>	<b>247:00</b>	<b>3736:45</b>

**NOTAS:**

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho suplementar diurno e nocturno só contempla o trabalho suplementar efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho suplementar em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

**Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género**

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho nocturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno suplementar		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar					0:00	0:00	0:00
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00	0:00
<b>Total</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>

**NOTAS:**

Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna "trabalho nocturno suplementar" neste quadro deve-se considerar o trabalho suplementar efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 1º grau a)																											0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 2º grau a)																											0,0	0,0	0,0
Dirigente intermédio de 1º grau a)			10,0		1,0										0,5												11,5	0,0	11,5
Dirigente intermédio de 2º grau a)								11,0																	0,5		0,0	11,5	11,5
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0,0	0,0	0,0
Técnico Superior		11,0	18,0	347,0		2,0	30,0	138,0				51,0	5,5			10,0					1,0				1,5	7,5	55,0	567,5	622,5
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						4,0		169,0					8,0	7,0		1,0										1,0	8,0	182,0	190,0
Assistente operacional, operário, auxiliar						3,0	30,0	41,0		70,0																2,0	30,0	116,0	146,0
Aprendizes e praticantes																											0,0	0,0	0,0
Informático			2,0				88,0									3,0											93,0	0,0	93,0
Magistrado																											0,0	0,0	0,0
Diplomata																											0,0	0,0	0,0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Inspeção																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Investigação Científica																											0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Universitário																											0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Superior Politécnico																											0,0	0,0	0,0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0,0	0,0	0,0
Médico																											0,0	0,0	0,0
Enfermeiro																											0,0	0,0	0,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0,0	0,0	0,0
Técnico Superior de Saúde																											0,0	0,0	0,0
Chefia Tributária																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Administração Tributária																											0,0	0,0	0,0
Pessoal Aduaneiro																											0,0	0,0	0,0
Conservador e Notário																											0,0	0,0	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0,0	0,0	0,0
Oficial de Justiça																											0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Oficial b)				206,0	8,0		70,0				6,0					0,5										4,0	88,0	206,5	294,5
Forças Armadas - Sargento b)			19,0		2,0																					1,5	22,5	0,0	22,5
Forças Armadas - Praça b)			30,0	147,0			8,0	5,0																			38,0	152,0	190,0
Polícia Judiciária																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Agente																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																											0,0	0,0	0,0



**Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação**

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
13-03-2015	Adm. Pública-Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas	1	24:00	
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	1	24:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(\*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(\*\*) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(\*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(\*\*) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(\*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(\*\*) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(\*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(\*\*) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(\*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

## Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

### A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

#### Mês de referência: Dezembro

(Indicar o N° de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €	1	6	7
501-1000 €	24	17	41
1001-1250 €	12	17	29
1251-1500 €	24	11	35
1501-1750 €	25	18	43
1751-2000€	14	2	16
2001-2250 €	5	2	7
2251-2500 €	2	4	6
2501-2750 €	21	7	28
2751-3000 €	10	3	13
3001-3250 €	2	2	4
3251-3500 €			0
3501-3750 €	5		5
3751-4000 €			0
4001-4250 €			0
4251-4500 €			0
4501-4750 €			0
4751-5000 €			0
5001-5250 €			0
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €			0
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>89</b>	<b>234</b>

#### NOTAS:

i) Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;

ii) O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género

iii) Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.

iv) Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;

v) Não considerar o duodécimo do subsídio de natal

### B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

#### Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima ( € )	583,58 €	485,00 €
Máxima ( € )	3.734,06 €	3.173,95 €

#### NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima.

Reportar a remuneração mensal base ilíquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais/ refere

## Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	3.070.011,54 €
Suplementos remuneratórios	213.905,47 €
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais	143.258,77 €
Benefícios sociais	0,00 €
Outros encargos com pessoal (**)	4.631,93 €
<b>Total</b>	<b>3.431.807,71 €</b>

Nota:

(\*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

(\*\*) - registar as indemnizações por férias não gozadas e as compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos.

Não incluir prestadores de serviços

### Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	0,00 €
Trabalho normal nocturno	0,00 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	0,00 €
Disponibilidade permanente	0,00 €
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	0,00 €
Risco, penosidade e insalubridade	0,00 €
Fixação na periferia	0,00 €
Trabalho por turnos	0,00 €
Abono para falhas	0,00 €
Participação em reuniões	0,00 €
Ajudas de custo	49.813,94 €
Representação	76.699,50 €
Secretariado	5.660,88 €
Outros suplementos remuneratórios	81.731,15 €
<b>Total</b>	<b>213.905,47 €</b>

Nota:

(\*) - se não incluído em trabalho suplementar (diurno e nocturno).

### Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	13.236,80 €
Abono de família	3.288,27 €
Subsídio de educação especial	0,00 €
Subsídio mensal vitalício	0,00 €
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	0,00 €
Subsídio de funeral	0,00 €
Subsídio por morte	0,00 €
Acidente de trabalho e doença profissional	0,00 €
Subsídio de desemprego	0,00 €
Subsídio de refeição	126.648,20 €
Outras prestações sociais (incluindo Pensões)	85,50 €
<b>Total</b>	<b>143.258,77 €</b>

### Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	0,00 €
Refeitórios	0,00 €
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	0,00 €
Colónias de férias	0,00 €
Subsídio de estudos	0,00 €
Apoio socio-económico	0,00 €
Outros benefícios sociais	0,00 €
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho					In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	0					0					
	F	0					2				2	
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	0					0					
	F	0					1				1	
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0					0					
	F	0					30				30	
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0					0					
	F	0					40				40	

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

**Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho**

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	0
- absoluta	0
- parcial	0
- absoluta para o trabalho habitual	0
Casos de incapacidade temporária e absoluta	0
Casos de incapacidade temporária e parcial	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

## Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

**Nota:**

(\*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

## Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	10	0,00 €
Exames de admissão	0	0,00 €
Exames periódicos	10	0,00 €
Exames ocasionais e complementares	0	0,00 €
Exames de cessação de funções	0	0,00 €
Despesas com a medicina no trabalho (*)		0,00 €
Visitas aos postos de trabalho	0	

**Nota:**

(\*) incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1. ("pessoas ao serviço em 31 de Dezembro"), as despesas efectuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

**Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo**

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	0
Visitas aos locais de trabalho	0
Outras	0

**Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano**

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	0
Formação profissional	0
Adaptação do posto de trabalho	0
Alteração do regime de duração do trabalho	0
Mobilidade interna	0

**Nota:**

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

## Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	0
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	0

## Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	0,00 €
Equipamento de protecção (b)	0,00 €
Formação em prevenção de riscos (c)	0,00 €
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	0,00 €

**Nota:**

- (a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de tr
- (b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos
- (c) Encargos na formação, informação e consulta
- (d) Incluir única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas destinadas à medicina do trabalho e à segur

## Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas					0
Externas	121	21	32	2	176
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>21</b>	<b>32</b>	<b>2</b>	<b>176</b>

### Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- acção interna, organizada pela entidade;
- acção externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

## Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0	
Dirigente superior de 1º grau a)		1	1	1
Dirigente superior de 2º grau a)		3	3	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)		10	10	5
Dirigente intermédio de 2º grau a)		10	10	7
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0	
Técnico Superior		58	58	33
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		5	5	3
Assistente operacional, operário, auxiliar		2	2	2
Aprendizes e praticantes			0	
Informático		3	3	1
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Pessoal de Investigação Científica			0	
Docente Ensino Universitário			0	
Docente Ensino Superior Politécnico			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	

Técnico Superior de Saúde			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	
Oficial de Justiça			0	
Forças Armadas - Oficial b)		45	45	29
Forças Armadas - Sargento b)		23	23	20
Forças Armadas - Praça b)		16	16	15
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0	
Polícia de Segurança Pública - Agente			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Polícia Municipal			0	
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>176</b>	<b>176</b>	<b>118</b>
Totais devem ser iguais aos do Q. 27				

**Notas:**

(\*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(\*\*) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

## Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dEpendidas	Horas	Horas dEpendidas em acções internas	Horas dEpendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos				0:00
Dirigente superior de 1º grau a)			8:00	8:00

Dirigente superior de 2º grau a)		91:00	91:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)		294:30	294:30
Dirigente intermédio de 2º grau a)		623:00	623:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0:00
Técnico Superior		2174:00	2174:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		367:00	367:00
Assistente operacional, operário, auxiliar		50:00	50:00
Aprendizes e praticantes			0:00
Informático		182:00	182:00
Magistrado			0:00
Diplomata			0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0:00
Pessoal de Inspeção			0:00
Pessoal de Investigação Científica			0:00
Docente Ensino Universitário			0:00
Docente Ensino Superior Politécnico			0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0:00
Médico			0:00
Enfermeiro			0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0:00
Técnico Superior de Saúde			0:00
Chefia Tributária			0:00
Pessoal de Administração Tributária			0:00
Pessoal Aduaneiro			0:00
Conservador e Notário			0:00
Oficial dos Registos e do Notariado			0:00
Oficial de Justiça			0:00
Forças Armadas - Oficial b)		1410:00	1410:00
Forças Armadas - Sargento b)		594:30	594:30
Forças Armadas - Praça b)		522:00	522:00
Polícia Judiciária			0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0:00

Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente			0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0:00
Guarda Prisional			0:00
Outro Pessoal de Segurança c)			0:00
Bombeiro			0:00
Polícia Municipal			0:00

**Notas:**

Considerar as horas despendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

### Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	
Despesa com acções externas	40.163,38 €
<b>Total</b>	<b>40.163,38 €</b>

**Notas:**

Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.

## Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	3
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0
Total de votantes para comissões de trabalhadores	0

## Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	0
Processos instaurados durante o ano	0
Processos transitados para o ano seguinte	0
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	0
* Repreensão escrita	0
* Multa	0
* Suspensão	0
* Demissão(1)	0
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador(2)	0
* Cessação da comissão de serviço	0

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional  
Av. Ilha da Madeira, 1 - 4º piso  
1400-204 Lisboa, PORTUGAL  
TEL + 351 21 3028500, FAX + 351 21 3027221  
EMAIL [dgrdn@defesa.pt](mailto:dgrdn@defesa.pt) URL: <http://www.portugal.gov.pt>



## Execução Orçamental da DGRDN



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN - Quotização NATO Despesa  
Exercício: 2015  
Mês(es): Agosto..Dezembro  
Período da Gerência: 01-01-2015 a 31-12-2015  
Divisão: LIKE 13\*, # - LIKE 13\*, Não atribuído  
Centro Financeiro: 1353.00 - MDN/Não atribuído/13  
Orgânica Interna: Todas  
Classificação Orgânica: Todas  
Fonte de Financiamento: Todas

EV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
236	01.02.04	Ajudas de custo	5.000,00		474,72		474,72	474,72		474,72	4.525,28	4.525,28		9,49%
236	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	670,00	113,00							557,00	557,00		
236	02.02.11	Representação dos serviços	1.686,00	300,00							1.386,00	1.386,00		
236	02.02.13	Deslocações e estadas	5.000,00	750,00	2.076,83		2.076,83	2.076,83		2.076,83	2.173,17	2.173,17		41,54%
236	02.02.17	Publicidade	2.500,00	375,00	279,53		279,53	279,53		279,53	1.845,47	1.845,47		11,18%
236	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	5.692.292,00		2.049.812,99		2.049.812,99	2.049.812,99		2.049.812,99	3.642.479,01	3.642.479,01		36,01%
957	06.02.03.R0.00	Outras Desp.Correntes - Diversas - Outras -Reserva	155.928,00	155.928,00										
<b>Total</b>			<b>5.863.076,00</b>	<b>157.466,00</b>	<b>2.052.644,07</b>		<b>2.052.644,07</b>	<b>2.052.644,07</b>		<b>2.052.644,07</b>	<b>3.652.965,93</b>	<b>3.652.965,93</b>		<b>35,01%</b>

17 de fevereiro de 2016



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN - PIDDAC  
Exercício: 2015  
Mês(es): Agosto..Dezembro  
Período da Gerência: 01-01-2015 a 31-12-2015  
Divisão: LIKE 13\*, # - LIKE 13\*, Não atribuído  
Centro Financeiro: 1354.00 - MDN/Não atribuído/13  
Orgânica Interna: Todas  
Classificação Orgânica: Todas  
Fonte de Financiamento: Todas

EV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
000	01.02.04	Ajudas de custo	16.141,00	2.500,00	2.314,42		2.314,42	2.314,42		2.314,42	11.326,58	11.326,58		14,34%
000	02.02.10	Transportes	3.026,00	400,00							2.626,00	2.626,00		
000	02.02.13	Deslocações e estadas	20.670,00	3.750,00	5.889,94		5.889,94	5.889,94		5.889,94	11.030,06	11.030,06		28,50%
000	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	1.702.332,00	243.350,00	970.757,91		970.757,91	970.757,91		970.757,91	488.224,09	488.224,09		57,03%
		<b>Total</b>	<b>1.742.169,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>978.962,27</b>		<b>978.962,27</b>	<b>978.962,27</b>		<b>978.962,27</b>	<b>513.206,73</b>	<b>513.206,73</b>		<b>56,19%</b>

17 de fevereiro de 2016



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN - LIM  
Exercício: 2015  
Mês(es): Agosto..Dezembro  
Período da Gerência: 01-01-2015 a 31-12-2015  
Divisão: LIKE 13\*, # - LIKE 13\*, Não atribuído  
Centro Financeiro: 1352.00 - MDN/Não atribuído/13  
Orgânica Interna: Todas  
Classificação Orgânica: Todas  
Fonte de Financiamento: Todas

EV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
158	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-CaixaGeral Aposentações	2.872.935,00								2.872.935,00	2.872.935,00		
258	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	2.571.600,00		163.984,31		163.984,31	163.984,31			2.407.615,69	2.407.615,69		6,38%
	<b>Total</b>		<b>5.444.535,00</b>		<b>163.984,31</b>		<b>163.984,31</b>	<b>163.984,31</b>			<b>5.280.550,69</b>	<b>5.280.550,69</b>		<b>3,01%</b>

17 de fevereiro de 2016



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN - LPM  
Exercício: 2015  
Mês(es): Agosto..Dezembro  
Período da Gerência: 01-01-2015 a 31-12-2015  
Divisão: LIKE 13\*, # - LIKE 13\*, Não atribuído  
Centro Financeiro: 1351.00 - MDN/Não atribuído/13  
Orgânica Interna: Todas  
Classificação Orgânica: Todas  
Fonte de Financiamento: Todas

EV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
125	01.02.04	Ajudas de custo	108.798,00		108.798,00		108.798,00	108.798,00		108.798,00				100,00%
125	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	1.958,00		1.958,00		1.958,00	1.958,00		1.958,00				100,00%
125	02.02.07	Locação de bens de defesa	29.602.663,00		29.602.659,00		29.602.659,00	29.602.659,00		29.602.659,00	4,00	4,00		100,00%
125	02.02.10	Transportes	9.732,00		9.732,00		9.732,00	9.732,00		9.732,00				100,00%
125	02.02.11	Representação dos serviços	5.600,00		5.600,00		5.600,00	5.600,00		5.600,00				100,00%
125	02.02.13	Deslocações e estadas	150.301,00		150.301,00		150.301,00	150.301,00		150.301,00				100,00%
125	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	138.815,00		138.815,00		138.815,00	138.815,00		138.815,00				100,00%
125	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	20.671,00		20.671,00		20.671,00	20.671,00		20.671,00				100,00%
125	02.02.19.C0.00	Assistência técnica - Outros	4.453,00		4.453,00		4.453,00	4.453,00		4.453,00				100,00%
125	02.02.20.C0.00	Outros	29.378.792,00	13.233.300,00	16.121.478,46		16.121.478,46	16.121.478,46		16.121.478,46	24.013,54	24.013,54		54,87%
125	02.02.25	Outros serviços	2.937,00		2.937,00		2.937,00	2.937,00		2.937,00				100,00%
125	04.03.01.27.93	Transferências Correntes Administração Central	3.730.000,00		3.730.000,00		3.730.000,00	3.730.000,00		3.730.000,00				100,00%
125	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	1.853.217,00		1.853.217,00		1.853.217,00	1.853.217,00		1.853.217,00				100,00%
125	04.09.03	Resto mundo-Paises terceiros e organizações intern	900.414,00		900.414,00		900.414,00	900.414,00		900.414,00				100,00%
125	07.01.07.A0.B0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	50.000,00		50.000,00		50.000,00	50.000,00		50.000,00				100,00%
125	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	329.905,00		329.905,00		329.905,00	329.905,00		329.905,00				100,00%
125	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	33.456,00		30.308,00		30.308,00	30.308,00		30.308,00	3.148,00	3.148,00		90,59%
125	08.03.01.27.93	Transferências de Capital Administração Central	67.895,00								67.895,00	67.895,00		
<b>Total</b>			<b>66.389.607,00</b>	<b>13.233.300,00</b>	<b>53.061.246,46</b>		<b>53.061.246,46</b>	<b>53.061.246,46</b>		<b>53.061.246,46</b>	<b>95.060,54</b>	<b>95.060,54</b>		<b>79,92%</b>

17 de fevereiro de 2016



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN - Turismo Militar  
 Exercício: 2015  
 Mês(es): Agosto..Dezembro  
 Período da Gerência: 01-01-2015 a 31-12-2015  
 Divisão: LIKE 13\*, # - LIKE 13\*, Não atribuído  
 Centro Financeiro: 1350.10 - MDN/Não atribuído/13  
 Orgânica Interna: Todas  
 Classificação Orgânica: Todas  
 Fonte de Financiamento: Todas

EV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	200.000,00		200.000,00		200.000,00	200.000,00		200.000,00				100,00%
<b>Total</b>			<b>200.000,00</b>		<b>200.000,00</b>		<b>200.000,00</b>	<b>200.000,00</b>		<b>200.000,00</b>				<b>100,00%</b>

17 de fevereiro de 2016



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN - Pólo NAMSA  
Exercício: 2015  
Mês(es): Agosto..Dezembro  
Período da Gerência: 01-01-2015 a 31-12-2015  
Divisão: LIKE 13\*, # - LIKE 13\*, Não atribuído  
Centro Financeiro: 1350.09 - MDN/Não atribuído/13  
Orgânica Interna: Todas  
Classificação Orgânica: Todas  
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
125	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	13.386,00		13.343,30		13.343,30	13.343,30	13.343,30	42,70	42,70		99,68%	
125	01.01.12	Suplementos e prémios	3.798,00		2.811,45		2.811,45	2.811,45	2.811,45	986,55	986,55		74,02%	
125	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	60,00							60,00	60,00			
125	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	1.418,00		1.359,30		1.359,30	1.359,30	1.359,30	58,70	58,70		95,86%	
125	01.02.04	Ajudas de custo	120,00							120,00	120,00			
125	01.02.08	Ab-Sub abonos de fixação, residência alojamento	39.895,00		38.008,61		38.008,61	38.008,61	38.008,61	1.886,39	1.886,39		95,27%	
125	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-CaixaGeral Aposentações	5.056,00		4.159,46		4.159,46	4.159,46	4.159,46	896,54	896,54		82,27%	
125	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	1.115,00	225,00	890,00		890,00	890,00	890,00				79,82%	
125	02.01.04	Limpeza e higiene	85,00	45,00	37,61		37,61	37,61	37,61	2,39	2,39		44,25%	
125	02.01.08	Material de escritório	127,00	75,00	50,05		50,05	50,05	50,05	1,95	1,95		39,41%	
125	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	166,00	45,00	120,10		120,10	120,10	120,10	0,90	0,90		72,35%	
125	02.01.21	Outros bens	338,00	90,00	223,68		223,68	223,68	223,68	24,32	24,32		66,18%	
125	02.02.03	Conservação de bens	260,00	150,00	103,28		103,28	103,28	103,28	6,72	6,72		39,72%	
125	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	150,00	150,00										
125	02.02.09.B0.00	Comunicações fixas de dados	127,00	27,00	99,50		99,50	99,50	99,50	0,50	0,50		78,35%	
125	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	120,00	120,00										
125	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	250,00		250,00		250,00	250,00	250,00				100,00%	
125	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	40,00	15,00	5,50		5,50	5,50	5,50	19,50	19,50		13,75%	
125	02.02.11	Representação dos serviços	891,00	158,00	731,65		731,65	731,65	731,65	1,35	1,35		82,12%	
125	02.02.12.B0.00	Seguros-Outras	771,00	300,00	468,79		468,79	468,79	468,79	2,21	2,21		60,80%	
125	02.02.13	Deslocações e estadas	427,00	225,00	187,50		187,50	187,50	187,50	14,50	14,50		43,91%	
125	02.02.25	Outros serviços	275,00	75,00	200,00		200,00	200,00	200,00				72,73%	
125	04.09.03	Resto mundo-Paises terceiros e organizações intern	22.153,00		15.790,00		15.790,00	15.790,00	15.790,00	6.363,00	6.363,00		71,28%	
125	07.01.07.A0.B0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	1.000,00		779,98		779,98	779,98	779,98	220,02	220,02		78,00%	
125	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	200,00							200,00	200,00			
125	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	796,00		788,99		788,99	788,99	788,99	7,01	7,01		99,12%	
256	02.02.09.B0.00	Comunicações fixas de dados	35,00							35,00	35,00			
<b>Total</b>			<b>93.059,00</b>	<b>1.700,00</b>	<b>80.408,75</b>		<b>80.408,75</b>	<b>80.408,75</b>	<b>80.408,75</b>	<b>10.950,25</b>	<b>10.950,25</b>		<b>86,41%</b>	

17 de fevereiro de 2016



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN - Estação Iberia NATO  
Exercício: 2015  
Mês(es): Agosto..Dezembro  
Período da Gerência: 01-01-2015 a 31-12-2015  
Divisão: LIKE 13\*, # - LIKE 13\*, Não atribuído  
Centro Financeiro: 1350.08 - MDN/Não atribuído/13  
Orgânica Interna: Todas  
Classificação Orgânica: Todas  
Fonte de Financiamento: Todas

EV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
124	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	167.446,00		166.053,56		166.053,56	166.053,56	166.053,56	1.392,44	1.392,44		99,17%	
124	01.01.12	Suplementos e prémios	46.923,00		37.367,15		37.367,15	37.367,15	37.367,15	9.555,85	9.555,85		79,64%	
124	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	262,00							262,00	262,00			
124	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	18.433,00		17.403,54		17.403,54	17.403,54	17.403,54	1.029,46	1.029,46		94,42%	
124	01.02.03	Alimentação e alojamento	28.317,00		23.993,88		23.993,88	23.993,88	23.993,88	4.323,12	4.323,12		84,73%	
124	01.02.04	Ajudas de custo	11.909,00							11.909,00	11.909,00			
124	01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	1.873,00							1.873,00	1.873,00			
124	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	693,00		433,10		433,10	433,10	433,10	259,90	259,90		62,50%	
124	01.03.04	Outras prestações família	1.039,00							1.039,00	1.039,00			
124	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-CaixaGeral Aposentações	47.593,00		47.589,23		47.589,23	47.589,23	47.589,23	3,77	3,77		99,99%	
124	01.03.05.A0.B0	Contrib para segurança social - Segurança Social	5.365,00		4.856,72		4.856,72	4.856,72	4.856,72	508,28	508,28		90,53%	
124	01.03.10.P0.00	Parentalidade	9.105,00		7.211,09		7.211,09	7.211,09	7.211,09	1.893,91	1.893,91		79,20%	
<b>Total</b>			<b>338.958,00</b>		<b>304.908,27</b>		<b>304.908,27</b>	<b>304.908,27</b>	<b>304.908,27</b>	<b>34.049,73</b>	<b>34.049,73</b>		<b>89,95%</b>	

17 de fevereiro de 2016



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN - PALOP'S  
Exercício: 2015  
Mês(es): Agosto..Dezembro  
Período da Gerência: 01-01-2015 a 31-12-2015  
Divisão: LIKE 13\*, # - LIKE 13\*, Não atribuído  
Centro Financeiro: 1350.07 - MDN/Não atribuído/13  
Orgânica Interna: Todas  
Classificação Orgânica: Todas  
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	02.01.05	Alimentação-Refeições confeccionadas	67.587,00		62.756,19		62.756,19	62.756,19		62.756,19	4.830,81	4.830,81		92,85%
256	02.01.05.A0.09	Alimentação-Refeições confeccionadas-Anos Anterior	5.106,00		4.575,00		4.575,00	4.575,00		4.575,00	531,00	531,00		89,60%
256	02.02.01	Encargos das instalações	27.922,00		27.921,00		27.921,00	27.921,00		27.921,00	1,00	1,00		100,00%
256	02.02.01.A0.09	Encargos das instalações-Anos Anteriores	2.460,00		2.460,00		2.460,00	2.460,00		2.460,00				100,00%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	14.632,00		11.876,60		11.876,60	11.876,60		11.876,60	2.755,40	2.755,40		81,17%
256	02.02.13.A0.09	Deslocações e estadas-Anos Anteriores	460,00							460,00	460,00	460,00		
256	02.02.22	Serviços de saúde	16.966,00		9.747,63		9.747,63	9.747,63		9.747,63	7.218,37	7.218,37		57,45%
256	02.02.25	Outros serviços	2.645,00		2.634,32		2.634,32	2.634,32		2.634,32	10,68	10,68		99,60%
256	02.02.25.A0.09	AqBS-Outros serviços-Anos Anteriores	2.645,00		2.634,32		2.634,32	2.634,32		2.634,32	10,68	10,68		99,60%
<b>Total</b>			<b>140.423,00</b>		<b>124.605,06</b>		<b>124.605,06</b>	<b>124.605,06</b>		<b>124.605,06</b>	<b>15.817,94</b>	<b>15.817,94</b>		<b>88,74%</b>

17 de fevereiro de 2016



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN - CIOFE  
Exercício: 2015  
Mês(es): Agosto..Dezembro  
Período da Gerência: 01-01-2015 a 31-12-2015  
Divisão: LIKE 13\*, # - LIKE 13\*, Não atribuído  
Centro Financeiro: 1350.06 - MDN/Não atribuído/13  
Orgânica Interna: Todas  
Classificação Orgânica: Todas  
Fonte de Financiamento: Todas

EV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.02.04	Ajudas de custo	2.692,00		1.154,55		1.154,55	1.154,55		1.154,55	1.537,45			42,89%
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	700,00		700,00		700,00	700,00		700,00				100,00%
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	263,00								263,00		263,00	
256	02.01.21	Outros bens	1.983,00			323,82	323,82	323,82		323,82	1.659,18		1.659,18	16,33%
256	02.02.03	Conservação de bens	51.525,00		40.799,26		40.799,26	40.799,26		40.799,26	10.725,74		10.725,74	79,18%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	9.284,00		9.079,98		9.079,98	9.079,98		9.079,98	204,02		204,02	97,80%
256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	91.463,00								91.463,00		91.463,00	
256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	33.760,00		19.384,21		19.384,21	19.384,21		19.384,21	14.375,79		14.375,79	57,42%
256	02.02.16	Seminários, exposições e similares	1.000,00		420,00		420,00	420,00		420,00	580,00		580,00	42,00%
256	02.02.20.C0.00	Outros	12.782,00		12.439,36		12.439,36	12.439,36		12.439,36	342,64		342,64	97,32%
256	02.02.25	Outros serviços	2.565,00		2.560,01		2.560,01	2.560,01		2.560,01	4,99		4,99	99,81%
256	07.01.07.A0.B0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	6.103,00		5.687,40		5.687,40	5.687,40		5.687,40	415,60		415,60	93,19%
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	2.000,00		1.938,00		1.938,00	1.938,00		1.938,00	62,00		62,00	96,90%
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	10.616,00		9.886,93		9.886,93	9.886,93		9.886,93	729,07		729,07	93,13%
<b>Total</b>			<b>226.736,00</b>		<b>104.373,52</b>		<b>104.373,52</b>	<b>104.373,52</b>		<b>104.373,52</b>	<b>122.362,48</b>		<b>122.362,48</b>	<b>46,03%</b>

17 de fevereiro de 2016



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN - Incentivos  
Exercício: 2015  
Mês(es): Agosto..Dezembro  
Período da Gerência: 01-01-2015 a 31-12-2015  
Divisão: LIKE 13\*, # - LIKE 13\*, Não atribuído  
Centro Financeiro: 1350.05 - MDN/Não atribuído/13  
Orgânica Interna: Todas  
Classificação Orgânica: Todas  
Fonte de Financiamento: Todas

EV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	05.08.03	Outras	180.729,00		179.728,12		179.728,12	179.728,12		179.728,12	1.000,88	1.000,88		99,45%
<b>Total</b>			<b>180.729,00</b>		<b>179.728,12</b>		<b>179.728,12</b>	<b>179.728,12</b>		<b>179.728,12</b>	<b>1.000,88</b>	<b>1.000,88</b>		<b>99,45%</b>

-

17 de fevereiro de 2016

-

-

---

-

-



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN - DDN  
Exercício: 2015  
Mês(es): Agosto..Dezembro  
Período da Gerência: 01-01-2015 a 31-12-2015  
Divisão: LIKE 13\*, # - LIKE 13\*, Não atribuído  
Centro Financeiro: 1350.03 - MDN/Não atribuído/13  
Orgânica Interna: Todas  
Classificação Orgânica: Todas  
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.02.04	Ajudas de custo	124.911,00		103.522,29		103.522,29	103.522,29		103.522,29	21.388,71	21.388,71		82,88%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	5.000,00		4.905,37		4.905,37	4.905,37		4.905,37	94,63	94,63		98,11%
256	02.01.08	Material de escritório	3.700,00		2.760,12		2.760,12	2.760,12		2.760,12	939,88	939,88		74,60%
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	6.100,00		6.099,96		6.099,96	6.099,96		6.099,96	0,04	0,04		100,00%
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	1.000,00		901,08		901,08	901,08		901,08	98,92	98,92		90,11%
256	02.01.21	Outros bens	23.995,00		19.668,75		19.668,75	19.668,75		19.668,75	4.326,25	4.326,25		81,97%
256	02.02.03	Conservação de bens	91.662,00		88.170,68		88.170,68	88.170,68		88.170,68	3.491,32	3.491,32		96,19%
256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	1.600,00		780,75		780,75	780,75		780,75	819,25	819,25		48,80%
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	31.562,00		25.203,71		25.203,71	25.203,71		25.203,71	6.358,29	6.358,29		79,85%
256	02.02.10	Transportes	384.588,00		382.488,43		382.488,43	382.488,43		382.488,43	2.099,57	2.099,57		99,45%
256	02.02.11	Representação dos serviços	500,00								500,00	500,00		
256	02.02.13	Deslocações e estadas	78.731,00		57.567,72		57.567,72	57.567,72		57.567,72	21.163,28	21.163,28		73,12%
256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	12.135,00		12.111,81		12.111,81	12.111,81		12.111,81	23,19	23,19		99,81%
256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	20.500,00		18.959,20		18.959,20	18.959,20		18.959,20	1.540,80	1.540,80		92,48%
256	02.02.17	Publicidade	5.100,00		5.093,91		5.093,91	5.093,91		5.093,91	6,09	6,09		99,88%
256	02.02.19.C0.00	Assistência técnica - Outros	6.130,00		6.125,40		6.125,40	6.125,40		6.125,40	4,60	4,60		99,92%
256	02.02.20.C0.00	Outros	142.302,00		139.855,41		139.855,41	139.855,41		139.855,41	2.446,59	2.446,59		98,28%
256	02.02.22	Serviços de saúde	3.300,00		2.990,00		2.990,00	2.990,00		2.990,00	310,00	310,00		90,61%
256	02.02.25	Outros serviços	14.820,00		13.135,82		13.135,82	13.135,82		13.135,82	1.684,18	1.684,18		88,64%
256	07.01.07.A0.B0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	50.594,00		49.269,07		49.269,07	49.269,07		49.269,07	1.324,93	1.324,93		97,38%
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	34.092,00		33.468,30		33.468,30	33.468,30		33.468,30	623,70	623,70		98,17%
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	102.592,00		95.678,76		95.678,76	95.678,76		95.678,76	6.913,24	6.913,24		93,26%
<b>Total</b>			<b>1.144.914,00</b>		<b>1.068.756,54</b>		<b>1.068.756,54</b>	<b>1.068.756,54</b>		<b>1.068.756,54</b>	<b>76.157,46</b>	<b>76.157,46</b>		<b>93,35%</b>

17 de fevereiro de 2016



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN - Antigos Combatentes  
Exercício: 2015  
Mês(es): Agosto..Dezembro  
Período da Gerência: 01-01-2015 a 31-12-2015  
Divisão: LIKE 13\*, # - LIKE 13\*, Não atribuído  
Centro Financeiro: 1350.02 - MDN/Não atribuído/13  
Orgânica Interna: Todas  
Classificação Orgânica: Todas  
Fonte de Financiamento: Todas

EV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	02.01.04	Limpeza e higiene	1.827,00	600,00	976,59		976,59	976,59	976,59	250,41	250,41		53,45%	
256	02.01.08	Material de escritório	2.513,00	750,00	1.212,66		1.212,66	1.212,66	1.212,66	550,34	550,34		48,26%	
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	150,00	150,00										
256	02.01.21	Outros bens	1.575,00	750,00	474,09		474,09	474,09	474,09	350,91	350,91		30,10%	
256	02.02.01	Encargos das instalações	525,00	525,00										
256	02.02.02	Limpeza e higiene.	11.294,00	3.000,00	7.145,00		7.145,00	7.145,00	7.145,00	1.149,00	1.149,00		63,26%	
256	02.02.03	Conservação de bens	2.250,00	2.250,00										
256	02.02.06	Locação de material de transporte	6.451,00	2.250,00	3.567,75		3.567,75	3.567,75	3.567,75	633,25	633,25		55,31%	
256	02.02.08	Locação de outros bens	1.950,00	750,00	1.162,29		1.162,29	1.162,29	1.162,29	37,71	37,71		59,60%	
256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	2.700,00	1.800,00	125,91		125,91	125,91	125,91	774,09	774,09		4,66%	
256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	5.200,00	2.100,00						3.100,00	3.100,00			
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	6.191,00	4.800,00	676,89		676,89	676,89	676,89	714,11	714,11		10,93%	
256	02.02.10	Transportes	375,00	375,00										
256	02.02.11	Representação dos serviços	75,00	75,00										
256	02.02.13	Deslocações e estadas	150,00	150,00										
256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	6.050,00		6.050,00		6.050,00	6.050,00	6.050,00				100,00%	
256	02.02.16	Seminários, exposições e similares	150,00	150,00										
256	02.02.18	Vigilância e segurança	39.619,00	9.000,00	17.860,99		17.860,99	17.860,99	17.860,99	12.758,01	12.758,01		45,08%	
256	02.02.20.C0.00	Outros	150,00	150,00										
256	02.02.25	Outros serviços	3.554,00	750,00	2.322,10		2.322,10	2.322,10	2.322,10	481,90	481,90		65,34%	
256	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	221.222,00		221.219,49		221.219,49	221.219,49	221.219,49	2,51	2,51		100,00%	
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	662,00							662,00	662,00			
<b>Total</b>			<b>314.633,00</b>	<b>30.375,00</b>	<b>262.793,76</b>		<b>262.793,76</b>	<b>262.793,76</b>	<b>262.793,76</b>	<b>21.464,24</b>	<b>21.464,24</b>		<b>83,52%</b>	

17 de fevereiro de 2016



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN - Atividades  
Exercício: 2015  
Mês(es): Agosto, Dezembro  
Período da Gerência: 01-01-2015 a 31-12-2015  
Divisão: LIKE 13\*, # - LIKE 13\*, Não atribuído  
Centro Financeiro: 1350.01 - MDN/Não atribuído/13  
Orgânica Interna: Todas  
Classificação Orgânica: Todas  
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO

Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
244	01.02.04	Ajudas de custo	19.722,00		731,81		731,81	731,81		731,81	18.990,19	18.990,19		3,71%
244	02.02.02	Limpeza e higiene.	3.300,00	3.300,00										
244	02.02.03	Conservação de bens	88.700,00	6.000,00	82.141,27		82.141,27	82.141,27		82.141,27	558,73	558,73		92,61%
244	02.02.06	Locação de material de transporte	10.000,00	1.500,00	1.023,52		1.023,52	1.023,52		1.023,52	7.476,48	7.476,48		10,24%
244	02.02.10	Transportes	4.000,00	1.800,00							2.200,00	2.200,00		
244	02.02.13	Deslocações e estadas	12.079,00	4.500,00	3.427,37		3.427,37	3.427,37		3.427,37	4.151,63	4.151,63		28,37%
244	02.02.20.C0.00	Outros	43.128,00	8.580,00	33.411,59		33.411,59	33.411,59		33.411,59	1.136,41	1.136,41		77,47%
244	02.02.25	Outros serviços	32.927,00	15.000,00	17.619,00		17.619,00	17.619,00		17.619,00	308,00	308,00		53,51%
244	07.01.07.A0.B0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	10.000,00								10.000,00	10.000,00		
244	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	50.302,00		10.444,16		10.444,16	10.444,16		10.444,16	39.857,84	39.857,84		20,76%
244	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	60.000,00		56.843,14		56.843,14	56.843,14		56.843,14	3.156,86	3.156,86		94,74%
244	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	128.000,00		79.979,85		79.979,85	79.979,85		79.979,85	48.020,15	48.020,15		62,48%
244	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	9.084.546,00		268.034,67		268.034,67	268.034,67		268.034,67	8.816.511,33	8.816.511,33		2,95%
253	07.01.03.A0.C0	Construção	1.030.690,00		952.042,44		952.042,44	952.042,44		952.042,44	78.647,56	78.647,56		92,37%
253	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	504.300,00		504.300,00		504.300,00	504.300,00		504.300,00				100,00%
253	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	535.815,00		492.502,79		492.502,79	492.502,79		492.502,79	43.312,21	43.312,21		91,92%
256	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	840.334,00		791.694,52		791.694,52	791.694,52		791.694,52	48.639,48	48.639,48		94,21%
256	01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	6.000,00		1.420,84		1.420,84	1.420,84		1.420,84	4.579,16	4.579,16		23,68%
256	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situ	225.007,00		224.967,36		224.967,36	224.967,36		224.967,36	39,64	39,64		99,98%
256	01.01.10	Gratificações	1.400,00								1.400,00	1.400,00		
256	01.01.11	Representação	40.418,00		33.124,73		33.124,73	33.124,73		33.124,73	7.293,27	7.293,27		81,96%
256	01.01.12	Suplementos e prémios	53.251,00		23.473,02		23.473,02	23.473,02		23.473,02	29.777,98	29.777,98		44,08%
256	01.01.13	Subsídio de refeição	81.738,00		48.408,99		48.408,99	48.408,99		48.408,99	33.329,01	33.329,01		59,22%
256	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	7.035,00		916,88		916,88	916,88		916,88	6.118,12	6.118,12		13,03%
256	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	90.798,00		88.797,50		88.797,50	88.797,50		88.797,50	2.000,50	2.000,50		97,80%
256	01.02.02	Horas extraordinárias	8.315,00		7.351,56		7.351,56	7.351,56		7.351,56	963,44	963,44		88,41%
256	01.02.04	Ajudas de custo	13.364,00		4.939,69		4.939,69	4.939,69		4.939,69	8.424,31	8.424,31		36,96%
256	01.02.08	Ab-Sub abonos de fixação, residência alojamento	602,00								602,00	602,00		
256	01.02.12	Indemnização por cessação funções	4.637,00		4.631,93		4.631,93	4.631,93		4.631,93	5,07	5,07		99,89%
256	01.02.13.PD.00	Prémios de Desempenho	10.904,00								10.904,00	10.904,00		
256	01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	5.645,00		2.428,53		2.428,53	2.428,53		2.428,53	3.216,47	3.216,47		43,02%
256	01.03.01.A0.00	Contribuição da Entidade Patronal para a ADSE	237,00		42,75		42,75	42,75		42,75	194,25	194,25		18,04%
256	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	1.898,00		945,10		945,10	945,10		945,10	952,90	952,90		49,79%
256	01.03.04	Outras prestações família	714,00								714,00	714,00		
256	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-Caixa Geral Aposentações	254.859,00		202.512,66		202.512,66	202.512,66		202.512,66	52.346,34	52.346,34		79,46%
256	01.03.05.A0.B0	Contrib para segurança social - Segurança Social	102.234,00		74.408,17		74.408,17	74.408,17		74.408,17	27.825,83	27.825,83		72,78%
256	01.03.06	Acidentes em serviço e doenças profissionais	2.600,00								2.600,00	2.600,00		
256	01.03.10.P0.00	Parentalidade	6.111,00		2.522,27		2.522,27	2.522,27		2.522,27	3.588,73	3.588,73		41,27%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	18.870,00	4.500,00	5.423,87		5.423,87	5.423,87		5.423,87	8.946,13	8.946,13		28,74%
256	02.01.04	Limpeza e higiene	4.450,00	900,00	3.424,57		3.424,57	3.424,57		3.424,57	125,43	125,43		76,96%
256	02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	860,00	210,00	642,89		642,89	642,89		642,89	7,11	7,11		74,75%
256	02.01.08	Material de escritório	9.873,00	2.700,00	5.318,88		5.318,88	5.318,88		5.318,88	1.854,12	1.854,12		53,87%
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	6.999,00	1.170,00	4.371,62		4.371,62	4.371,62		4.371,62	1.457,38	1.457,38		62,46%
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	1.549,00	98,00	950,00		950,00	950,00		950,00	501,00	501,00		61,33%
256	02.01.21	Outros bens	9.150,00	3.150,00	5.235,15		5.235,15	5.235,15		5.235,15	764,85	764,85		57,21%
256	02.02.02	Limpeza e higiene.	8.819,00	5.430,00	3.317,32		3.317,32	3.317,32		3.317,32	71,68	71,68		37,62%
256	02.02.03	Conservação de bens	32.508,00	5.850,00	24.118,59		24.118,59	24.118,59		24.118,59	2.539,41	2.539,41		74,19%
256	02.02.08	Locação de outros bens	5.211,00	150,00	4.881,85		4.881,85	4.881,85		4.881,85	179,15	179,15		93,68%
256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	3.818,00	900,00	1.277,01		1.277,01	1.277,01		1.277,01	1.640,99	1.640,99		33,45%
256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	4.820,00	2.400,00	0,02		0,02	0,02		0,02	2.419,98	2.419,98		0,00%
256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	5.863,00	1.364,00	3.795,67		3.795,67	3.795,67		3.795,67	703,33	703,33		64,74%
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	7.997,00	1.575,00	127,49		127,49	127,49		127,49	6.294,51	6.294,51		1,59%
256	02.02.10	Transportes	1.032,00	150,00	98,40		98,40	98,40		98,40	783,60	783,60		9,53%
256	02.02.11	Representação dos serviços	3.311,00	900,00	929,16		929,16	929,16		929,16	1.481,84	1.481,84		28,06%
256	02.02.12.B0.00	Seguros-Outras	267,00	255,00							12,00	12,00		
256	02.02.13	Deslocações e estadas	28.682,00	5.400,00	14.171,30		14.171,30	14.171,30		14.171,30	9.110,70	9.110,70		49,41%
256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	9.580,00	1.950,00							7.630,00	7.630,00		
256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	12.332,00	3.300,00	5.234,00		5.234,00	5.234,00		5.234,00	3.798,00	3.798,00		42,44%
256	02.02.16	Seminários, exposições e similares	1.466,00	300,00	970,00		970,00	970,00		970,00	196,00	196,00		66,17%
256	02.02.17	Publicidade	1.860,00	225,00	1.229,27		1.229,27	1.229,27		1.229,27	405,73	405,73		66,09%
256	02.02.19.C0.00	Assistência técnica - Outros	19.241,00	5.250,00	12.285,49		12.285,49	12.285,49		12.285,49	1.705,51	1.705,51		63,85%
256	02.02.20.C0.00	Outros	360.326,00	2.059,00	345.333,55		345.333,55	345.333,55		345.333,55	12.933,45	12.933,45		95,84%
256	02.02.25	Outros serviços	24.355,00	4.350,00	18.335,21		18.335,21	18.335,21		18.335,21	1.669,79	1.669,79		75,28%
256	04.09.03	Resto mundo-Paises terceiros e organizações intern	12.970,00		12.600,00		12.600,00	12.600,00		12.600,00	370,00	370,00		97,15%
256	07.01.03.A0.C0	Construção	57.752,00		57.739,59		57.739,59	57.739,59		57.739,59	12,41	12,41		99,98%
256	07.01.07.A0.B0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	26.000,00		25.710,55		25.710,55	25.710,55		25.710,55	289,45	289,45		98,89%
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	7.066,00		6.280,27		6.280,27	6.280,27		6.280,27	785,73	785,73		88,88%
256	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	142.225,00		139.604,88		139.604,88	139.604,88		139.604,88	2.620,12	2.620,12		98,16%
256	07.01.14.A0.B0	Investimentos militares - outros	158.222,00		158.171,37		158.171,37	158.171,37		158.171,37	50,63	50,63		99,97%
258	01.02.04	Ajudas de custo	26.307,00		2.592,91		2.592,91	2.592,91		2.592,91	23.714,09	23.714,09		9,86%
258	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	2.960,00	750,00	20,00		20,00	20,00		20,00	2.190,00	2.190,00		0,68%
258	02.01.21	Outros bens	35.000,00	4.500,00	27.846,95		27.846,95	27.846,95		27.846,95	2.653,05	2.653,05		79,56%
258	02.02.02	Limpeza e higiene.	28.299,00		28.187,40		28.187,40	28.187,40		28.187,40	111,60	111,60		99,61%
258	02.02.03	Conservação de bens	454.530,00	150.000,00	301.398,46		301.398,46	301.398,46		301.398,46	3.131,54	3.131,54		66,31%
258	02.02.04.A0.00	Princípio da Onerosidade	56.405,00	825,00	53.160,00		53.160,00	53.160,00		53.160,00	2.420,00	2.420,00		94,25%
258	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	3.500,00	525,00							2.975,00	2.975,00		
258	02.02.10	Transportes	1.893,00	750,00	100,00		100,00	100,00		100,00	1.0			



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN  
Exercício: 2015  
Mês(es): Agosto, Dezembro  
Período da Gerência: 01-01-2015 a 31-12-2015  
Divisão: LIKE 13\*, # - LIKE 13\*, Não atribuído  
Centro Financeiro: 1350.01 - MDN/Não atribuído/13  
Orgânica Interna: Todas  
Classificação Orgânica: Todas  
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
258	02.02.13	Deslocações e estadas	18.401,00	4.500,00	10.277,93		10.277,93	10.277,93		10.277,93	3.623,07	3.623,07		55,86%
258	02.02.17	Publicidade	1.988,00	450,00	432,15		432,15	432,15		432,15	1.105,85	1.105,85		21,74%
258	02.02.18	Vigilância e segurança	46.500,00	46.500,00										
258	02.02.19.A0.00	Equipamento informático (Hardware)	1.650,00	1.650,00										
258	02.02.20.C0.00	Outros	748.197,00	30.000,00	714.952,30		714.952,30	714.952,30		714.952,30	3.244,70	3.244,70		95,56%
258	02.02.25	Outros serviços	6.000,00	6.000,00										
258	06.02.01	Impostos e taxas	166.969,00		1.137,63		1.137,63	1.137,63		1.137,63	165.831,37	165.831,37		0,68%
258	07.01.07.A0.B0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	10.000,00								10.000,00	10.000,00		
258	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	5.000,00		4.002,42		4.002,42	4.002,42		4.002,42	997,58	997,58		80,05%
258	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	8.420,00		8.141,94		8.141,94	8.141,94		8.141,94	278,06	278,06		96,70%
258	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	92.161,00		86.612,05		86.612,05	86.612,05		86.612,05	5.548,95	5.548,95		93,98%
258	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	389.000,00		375.847,88		375.847,88	375.847,88		375.847,88	13.152,12	13.152,12		96,62%
957	06.02.03.R0.00	Outras Desp.Correntes - Diversas - Outras - Reserva	309.712,00	309.712,00										
<b>Total</b>			<b>16.775.976,00</b>	<b>651.378,00</b>	<b>6.491.376,10</b>		<b>6.491.376,10</b>	<b>6.491.376,10</b>		<b>6.491.376,10</b>	<b>9.633.221,90</b>	<b>9.633.221,90</b>		<b>38,69%</b>

17 de fevereiro de 2016



## **Avaliação dos objetivos operacionais das UO (ex-DGAIED)**

## Audição Externa e Interna

### Inquéritos externos

A autoavaliação é um processo de conhecimento da organização, que visa avaliar vetores fundamentais do desempenho da organização. Para alcançar os objetivos da autoavaliação foi preparado, à semelhança do ano de 2014, um questionário de preenchimento on-line, através do qual a antiga DGAIED pretende aferir o grau de satisfação dos seus clientes, em relação aos serviços prestados durante o período de janeiro a agosto de 2015.

Em 2015 foi inserida uma nova questão relativa ao processo de fusão da DGAIED com a DGPRM.

Das 12 entidades contactadas apenas 9 responderam ao questionário de satisfação, correspondendo o universo de respostas a 75%.

Ao analisar os questionários de satisfação, não é só possível verificar se as entidades se encontram globalmente satisfeitas com o desempenho da DGAIED, assim como verificar o grau de envolvimento com as mesmas e a projeção da imagem desta ex-DG, de forma a obter indicadores, para uma melhoria contínua dos serviços prestados e um maior envolvimento entre ambas as partes, já enquanto DGRDN.

O inquérito foi implementado entre 18 e 19 de janeiro de 2016, tendo sido publicitado o seu preenchimento, através de ofício a algumas entidades/clientes. A aplicação utilizada para o efeito foram os questionários on-line da LimeSurvey. Os dados quantitativos foram extraídos dos questionários on-line da LimeSurvey e tratados através do Excel.

Tendo em conta os resultados do questionário, do ponto de vista quantitativo, e das questões 1 a 5, decorre que o nível médio de satisfação global é de 2,85, o que se traduz numa diminuição de 1,11 do nível de satisfação das entidades face ao ano de 2014, que se situou nos 3.96, representando um desempenho negativo da instituição junto das entidades que se relacionaram com a DGAIED. O quadro a seguir apresenta os resultados globais obtidos nas várias questões do inquérito.

Quadro 1 – Médias da Satisfação por questão das entidades

Médias da Satisfação por questão			
Satisfação com...	Média 2015	Média 2014	Média 2013
Satisfação com a imagem global da DGAIED	↓ 2,98	↑ 3,95	4,07
Envolvimento e participação	↓ 2,90	↑ 4,01	3,98
Acessibilidade	↓ 2,92	↑ 4,02	4,23
Serviços	↓ 2,86	↑ 3,85	4,21
Processo de fusão	2,58	N.A	N.A
Total	↓ 2,85	↑ 3,96	4,12

Assim, de uma forma geral as 9 entidades respondentes consideram-se insatisfeitas com o desempenho desta DG. No entanto, comparando com os resultados obtidos em 2014, ocorreu um agravamento na insatisfação das entidades em todas as questões.

A acessibilidade e a satisfação com a imagem global da DGAIED representam os aspetos mais positivos desta análise, 2,92 e 2,98, respetivamente.

Em termos gerais e contrariamente ao ano de 2014, as entidades demonstram uma maior apreciação relativamente à imagem global da DGAIED, sendo a área com o nível de satisfação mais elevado. Os valores de baixa satisfação devem-se em particular aos serviços prestados e ao processo de fusão, com 2,86 e 2,58 respetivamente.

Atendendo às conclusões obtidas resultantes da análise efetuada, a DGRDN, enquanto entidade perscrutora da DGAIED deve no próximo ano elevar o índice médio de satisfação em relação às entidades respondentes e deve igualmente estender este inquérito a um maior número de entidades, nomeadamente entidades externas que mais se correspondem com a mesma. Deve igualmente dar prioridade e atenção aos índices mais baixos adotando ações de melhoria e de correção.

### *Inquéritos internos*

Em 2015, para alcançar os objetivos da referida autoavaliação, procedeu-se ao envio de um e-mail com o respetivo link de acesso ao questionário de satisfação aos colaboradores internos. A importância da repetição deste tipo de questionário foi reconhecida superiormente igualmente pela sua inclusão nos objetivos organizacionais definidos no âmbito do QUAR 2015 da DGAIED.

O questionário de 2013, ao contrário das expectativas, situou-se nos 29%. Já em 2014 a percentagem de respostas situou-se nos 28%, não se constituindo assim uma amostra significativa no universo DGAIED. Em 2015 o universo das respostas foi considerado crítico, uma vez que só se atingiu os 20% das participações.

O inquérito foi implementado entre 18 e 29 de janeiro de 2016, tendo sido publicitado o seu preenchimento, através de correio eletrónico a todos os colaboradores da antiga DGAIED. A aplicação utilizada para o efeito foram os questionários online da LimeSurvey.

Dos 87 colaboradores da antiga DGAIED, responderam, de forma completa 17, o que representa uma amostra de 20% de respostas on-line. Não foram consideradas as respostas incompletas ou questionários não submetidos.

As sugestões de melhoria (dados qualitativos) foram agrupadas por grandes categorias de resposta. Apenas dois colaboradores apresentaram sugestões de melhoria.

Num primeiro ponto é necessário realçar que dado o número de colaboradores que participaram neste inquérito (17%) não é possível concluir que estes resultados traduzam a realidade do nível de satisfação dos trabalhadores e dirigentes da antiga DGAIED. A razão para a diminuição do nível de respostas pode encontrar diversas explicações (de satisfação ou insatisfação) pelo que se abstém de levantar hipóteses.

Tendo em conta os resultados do questionário, do ponto de vista quantitativo, e das questões 1 a 8, decorre que o nível médio de satisfação é de 3,68, o que se traduz num resultado satisfatório, no entanto há que ter em nota o decréscimo do nível de satisfação de 0,20 face a 2014. De uma forma geral, uma das primeiras conclusões que é possível efetuar é a de que os respondentes se consideram bastante motivados (4,21). O quadro a seguir apresenta os resultados globais obtidos nas várias questões colocadas.

Quadro 2 – Médias da Satisfação por questão dos colaboradores

Médias da Satisfação por questão			
Satisfação com...	Média 2015	Média 2014	Média 2013
Satisfação global dos colaboradores	↑ 3,66	↓ 3,55	3,53
Satisfação com a gestão e sistemas de gestão	↓ 3,48	↑ 3,50	3,37
Satisfação com as condições de trabalho na DGAIED	↓ 3,54	↑ 3,74	3,57
Satisfação com o desenvolvimento da carreira	↓ 3,49	↑ 3,60	3,52
Nível de motivação	↓ 4,21	↑ 4,35	4,24
Satisfação com o estilo de liderança dos dirigentes superiores	↓ 3,56	↑ 3,98	3,93
Satisfação com o estilo de liderança dos dirigentes intermédios	↓ 3,45	↑ 4,05	4,20
Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	↑ 4,04	↓ 4,00	3,98
<b>Total</b>	↓ <b>3,68</b>	↑ <b>3,88</b>	<b>3,83</b>

Em suma e após a análise dos dados torna-se urgente refletir os tópicos que apresentaram um decréscimo na média. Sugere-se que se efetue um levantamento de pontos a melhorar e se estabeleça um plano de ação, envolvendo todos os colaboradores na nova DGRDN.

### *Apreciação dos Objetivos Específicos das Unidades Orgânicas*

Para além da avaliação detalhada do QUAR (objetivos estratégicos e decorrentes objetivos operacionais) já apresentada, as unidades orgânicas da DGAIED definem complementarmente outros objetivos específicos/operacionais, que procuram cumprir (desenvolvimento em detalhe neste Relatório de Atividades). Sintetizam-se os resultados obtidos no quadro a seguir apresentado:

Quadro 3 - Síntese dos resultados dos objetivos específicos UO's

Unidade orgânica	Divisão	N.º objetivos definidos	Não Atingidos	Atingidos	Superados	Avaliação
DSPRE	DPRE	5	3	2	0	✘
DSPIL	DPIID	4	1	2	1	✔
	DLCP	10	0	9	1	✔
DSIEP	DIE	6	5	1	0	✘
	DGP	6	1	2	3	✔
DSQANC	N.A	14	2	7	5	✔

# **Avaliação dos Objetivos Operacionais das Unidades orgânicas**

**2015**

**Unidade Orgânica – Direção de Serviços de Programação e Relações Externas/Divisão de Programação e relações Externas (DSPRE/DPRE)**

**Quadro 4 - Objetivos operacionais DSPRE/DPRE 2015**

RELATÓRIO DA MONITORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS						
Direção de Serviços de Programação e Relações Externas Divisão de Programação e Relações Externas				Ano: 2015		3º Quadrimestre
EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS						
<b>EFICÁCIA (40%)</b>						
<b>O1 - Potenciar a ação externa da DGAIED (65%)</b>			<b>Taxa realização= 100%</b> ↑ <b>Atingiu</b>		<b>Execução: Anual</b>	
Indicadores			Meta	Tolerância	Peso	Resultado Taxa de realização
Ind.1. - % de atividades do plano de ação externa da DGAIED realizadas face ao previsto.			75%	10%	100%	67% 100%
<b>O2 - Melhorar a qualificação dos trabalhadores da DSPRE (35%)</b>			<b>Taxa realização= 80%</b> ↓ <b>Não Atingiu</b>		<b>Execução: Quadrimestral</b>	
Indicadores			Meta	Tolerância	Peso	Resultado Taxa de realização
Ind.2. - Número de ações de formação frequentadas pelos trabalhadores da DSPRE, por quadrimestre, inscritas no plano de formação.			5	3	50%	3 100%
Indicadores			Meta	Tolerância	Peso	Resultado Taxa de realização
Ind.3. - Número de trabalhadores da DSPRE abrangidos por ações de formação constantes no plano de formação, por quadrimestre.			5	0	50%	3 60%
O indicador 3 não foi cumprido uma vez que, devido ao processo de fusão, alguns trabalhadores viram as suas funções alteradas pelo que não se justificava a formação específica em determinadas matérias.						
O objetivo 2 não foi cumprido na totalidade devido ao não cumprimento do indicador 3.						
<b>EFICIENCIA (45%)</b>						
<b>O3 - Otimizar a gestão de projetos no MDN (60%)</b>			<b>Taxa realização= 0%</b> ↓ <b>Não Atingiu</b>		<b>Execução: Quadrimestral</b>	

Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.4. - % de projetos de armamento, equipamentos e I&D atualizados no MS EPM	80%	0%	50%	0%	0%
A nova LPM trouxe inúmeras alterações aos projetos inseridos no EPM. Estão a ser preparadas as alterações que serão inseridas no EPM assim que estiverem consolidadas. Em virtude do exposto neste quadrimestre não foram efetuadas atualizações.					
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.5. - Desvio médio da execução dos projetos de armamento, equipamentos, I&D atualizados face ao planeado	15%	5%	50%	100%	0%
Em virtude processo em curso, exposto no Ind.4., não foi apresentada execução neste Indicador.					
O objetivo 3, neste quadrimestre não foi cumprido, encontrando-se a explicação descrita nos pontos acima.					
<b>O4 - Assegurar o apoio técnico da preparação dos dossiers de apoio às reuniões do MDN, DG e DSPRE, no âmbito das Relações Externas, no prazo definido. (40%)</b>	<b>Taxa realização= 100%</b> <b>↑Atingiu</b>		<b>Execução: Anual</b>		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.6. - % de vezes em que é ultrapassado o dia de entrega, previamente definido, dos dossiers de apoio às reuniões do MDN, DG e DSPRE, no âmbito das Relações Externas.	0%	1%	100%	0%	100%
<b>QUALIDADE (15%)</b>					
<b>O5 - Melhorar o nível de satisfação dos utilizadores e dos colaboradores da DGAIED (100%)</b>	<b>Taxa realização= 76%</b> <b>↓Não Atingiu</b>		<b>Execução: Anual</b>		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.7. - Nível de satisfação dos utilizadores externos e internos da DGAIED.	4,40	0	50%	2,85	65%
O indicador 7 não foi cumprido uma vez que, à data da realização do QUAR 2015, ainda não tinha sido apurado o resultado obtido em 2014, pelo que se fez uma estimativa de meta para 2015. Por comparação com o ano anterior, neste item, obteve-se um resultado de 3,96 tendo ocorrido um decréscimo da satisfação de 1,11. Este facto pode ter como influência o processo de fusão, que a DGAIED sofreu.					
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.8. - Nível de satisfação dos dirigentes e trabalhadores da DGAIED.	4,20	0	50%	3,68	88%

O indicador 8 não foi cumprido uma vez que, à data da realização do QUAR 2015, ainda não tinha sido apurado o resultado obtido em 2014, pelo que se fez uma estimativa de meta para 2015. Por comparação com o ano anterior, neste item, obteve-se um resultado de 3,88 tendo ocorrido um decréscimo da satisfação de 0.20. Este facto pode ter como influência o processo de fusão que a DGAIED sofreu.

Importa referir que o resultado obtido não é representativo do universo de trabalhadores da antiga DGAIED, uma vez que, dos 87 apenas 17 responderam ao inquérito de forma completa.

**Quadro 5 - Taxa de realização dos objetivos por parâmetros, DSPRE/DPRE 2015**

	Taxa de realização por parâmetro	Taxa de realização global
Parâmetros		
Eficácia	93%	↓ 69%
Eficiência	46%	
Qualidade	76%	

**Quadro 6 - Avaliação final da DSPRE/DPRE**

Desempenho <i>bom</i>	Desempenho <i>satisfatório</i>	Desempenho <i>insuficiente</i>
		<b>69%</b>
Atingiu todos os objetivos, superando alguns	Atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes	Não atingiu os objetivos mais relevantes

**Unidade Orgânica – Direção de Serviços de Projetos, Indústria e Logística/ Divisão de Projetos, Indústria e I&D (DSPIL/DPIID)**

**Quadro 7 - Objetivos operacionais DSPIL/DPIID 2015**

RELATÓRIO DA MONITORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS						
Direção de Serviços de Projetos, Indústria e Logística Divisão de Projetos, Indústria e I&D				Ano: 2015	3º Quadrimestre	
<b>EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS</b>						
<b>EFICÁCIA (40%)</b>						
O1 - Potenciar a ação externa da DGAIED (100%)		Taxa realização= 143% ↑Superou		Execução: Anual		
Indicadores		Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.1. - % de atividades do plano de ação externa da DGAIED/DPIID realizadas face ao previsto.		75%	10%	100%	92%	143%
Em 2015, das 36 deslocações previstas para a DPIID foram executadas 39.						
<b>EFICIENCIA (45%)</b>						
O2 - Otimizar a gestão de projetos no MDN (60%)		Taxa realização= 100% ↑Atingiu		Execução: Quadrimestral		
Indicadores		Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.2. - % de projetos de armamento, equipamentos e I&D atualizados no MS EPM		75%	5%	50%	79%	100%
<p><b>Armamento e Equipamento:</b> 100% atualizados (5/5): Desmilitarização em 2015; Alienação dos 2 C-212-300 Aviocar para o Uruguai; Ajuste Direto N.º13/2014- Alienação 15 C-212-100; Aeroneo- Desmantelamento em Beja; Aeronave Transporte estratégico (KC-390 ou C-130H); 100% atualizados (4/4): NPO's (1ª série); Receção definitiva dos Submarinos; 2ª série dos NPO's e Patrulhas Stanflex 300; 100% atualizados (3/3): Alienação dos 12 F-16 à Roménia; Alienação de mais 3 (12) adicionais e ALQ-131;</p> <p><b>I&amp;D:</b> 15%</p>						
Indicadores		Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.3. - Desvio médio da execução dos projetos de armamento, equipamentos, I&D atualizados face ao planeado		15%	5%	50%	15%	100%
Nada a referir.						
O3 - Assegurar o apoio técnico na preparação de reuniões do MDN, DG e DSPIL no âmbito dos projetos, I&D e logística, no prazo definido. (40%)		Taxa realização= 100% ↑Atingiu		Execução: Anual		

Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.4. - % de vezes em que é ultrapassado o dia de entrega, previamente definido, dos dossiers de reuniões do MDN, DG e DSPIL no âmbito dos projetos, I&D e logística, no prazo definido.	0%	1%	100%	1%	100%
Nada a referir.					
<b>QUALIDADE (15%)</b>					
<b>O4 - Melhorar o nível de satisfação dos utilizadores e dos colaboradores da DGAIED (100%)</b>	<b>Taxa realização= 76%</b> <b>▼Não Atingiu</b>		<b>Execução: Anual</b>		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.7. - Nível de satisfação dos utilizadores externos e internos da DGAIED.	4,40	0	50%	2,85	65%
O indicador 7 não foi cumprido uma vez que, à data da realização do QUAR 2015, ainda não tinha sido apurado o resultado obtido em 2014, pelo que se fez uma estimativa de meta para 2015. Por comparação com o ano anterior, neste item, obteve-se um resultado de 3,96 tendo ocorrido um decréscimo da satisfação de 1,11. Este facto pode ter como influência o processo de fusão, que a DGAIED sofreu.					
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.8. - Nível de satisfação dos dirigentes e trabalhadores da DGAIED.	4,20	0	50%	3,68	88%
O indicador 8 não foi cumprido uma vez que, à data da realização do QUAR 2015, ainda não tinha sido apurado o resultado obtido em 2014, pelo que se fez uma estimativa de meta para 2015. Por comparação com o ano anterior, neste item, obteve-se um resultado de 3,88 tendo ocorrido um decréscimo da satisfação de 0.20. Este facto pode ter como influência o processo de fusão que a DGAIED sofreu. Importa referir que o resultado obtido não é representativo do universo de trabalhadores da antiga DGAIED, uma vez que, dos 93 apenas 17 responderam ao inquérito de forma completa.					

Quadro 8 - Taxa de realização dos objetivos por parâmetros, DSPIL/DPIID 2015

	Taxa de realização por parâmetro	Taxa de realização global
Parâmetros		
Eficácia	143%	↑ 113%
Eficiência	100%	
Qualidade	76%	

Quadro 9 - Avaliação final da DSPIL/DPIID 2015

Desempenho <i>bom</i>	Desempenho <i>satisfatório</i>	Desempenho <i>insuficiente</i>
	<b>113%</b>	
Atingiu todos os objetivos, superando alguns	Atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes	Não atingiu os objetivos mais relevantes

**Unidade Orgânica – Direção de Serviços de Projetos, Indústria e Logística/ Divisão de Logística e Controlo de Produtos (DSPIL/DLCP)**

**Quadro 10 - Objetivos operacionais DSPIL/DLCP 2015**

RELATÓRIO DA MONITORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS							
Direção de Serviços de Projetos, Indústria e Logística Divisão de Logística e Controlo de Produtos			Ano: 2015		3º Quadrimestre		
EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS							
EFICÁCIA (45%)							
O1 - Consolidar o processo de implementação do novo modelo de licenciamento, em conformidade com o exposto com a Lei nº 37/2001, de 22 de junho, através da realização de medidas inspetivas e fiscalizadoras. (20%)			Taxa realização= 100% ↑Atingiu		Execução: Anual		
Indicadores			Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.1. - Nº de ações realizadas			2	1	100%	2	100%
O2 - Consolidar o processo de inspeção e fiscalização e auditoria às operações de circulação e transmissão de bens e tecnologias militares. (10%)			Taxa realização= 100% ↑Atingiu		Execução: Anual		
Indicadores			Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.2. - Nº de inspeções e auditorias realizadas.			6	0	100%	6	100%
O3 - Participar na elaboração dos documentos instrutórios dos procedimentos de alienações de bens e serviços. (10%)			Taxa realização= 100% ↑Atingiu		Execução: Anual		
Indicadores			Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.3. - % de participações na elaboração dos documentos instrutórios dos procedimentos de alienações de bens e serviços.			70%	10%	100%	70%	0%
O4 - Promover a aquisição de capacidade efetiva ao nível do controlo dos bens e tecnologias intangíveis. (10%)			Taxa realização= 100% ↑Atingiu		Execução: Anual		
Indicadores			Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.4. - Nº de consultas ao "Wassenaar Arrangement"			10	2	100%	11	100%



<b>O5- Atualizar as empresas autorizadas ao comércio e indústria de bens e tecnologias militares na Base de Dados Access. (10%)</b>	<b>Taxa realização= 100%</b> ↑Atingiu		<b>Execução: Anual</b>		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.5. - % de atualizações executadas na base de dados Access	80%	5%	100%	83%	100%
<b>O6 - Publicar e atualizar os conteúdos do site do MDN relativos à circulação e transmissão de bens e tecnologias militares em língua inglesa. (10%)</b>					
<b>Taxa realização= 227%</b> ↑Superou		<b>Execução: Anual</b>			
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.6.-Publicação e atualização os conteúdos do site do MDN relativos à circulação e transmissão de bens e tecnologias militares em língua inglesa	30/11/2015	[30/10/2015 a 31/12/2015]	100%	21/05/2015	227%
Foram publicados, a 21 de maio de 2015 os diversos documentos bilingues, tal como comprova o site do MDN, uma vez que a informação ficou disponível mais cedo para publicação.					
<b>O7 - Realizar ações de sensibilização dos diversos operadores económicos e da BTID. (10%)</b>		<b>Taxa realização= 100%</b> ↑Atingiu		<b>Execução: Anual</b>	
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.7. - % de ações de sensibilização dos diversos operadores económicos e da BTID realizadas.	70%	10%	100%	70%	100%
<b>O8 - Assegurar a participação nacional e a representação do MDN em organismos e grupos de trabalho de âmbito nacional e internacional, na vertente da logística de transporte. (10%)</b>					
<b>Taxa realização= 100%</b> ↑Atingiu		<b>Execução: Anual</b>			
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.8 % de participações em eventos e/ou elaboração de documentos relacionados com a NATO e a UE	70%	10%	100%	70%	100%
<b>EFICIENCIA (40%)</b>					
<b>O9 - Elaborar pareceres jurídicos, estudos e informações no âmbito do licenciamento e credenciação de empresas para o exercício da atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa, e no âmbito dos projetos de investigação e desenvolvimento. (100%)</b>		<b>Taxa realização= 100%</b> ↑Atingiu		<b>Execução: Anual</b>	
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.9 - Taxa de execução de pareceres, estudos ou informações elaborados corretamente.	75%	5%	100%	75%	100%

QUALIDADE (15%)					
O10 - Reduzir o tempo de resposta às solicitações no âmbito dos procedimentos de alienações de bens e serviços. (100%)		Taxa realização= 100% ↑Atingiu		Execução: Anual	
Indicadores		Meta	Tolerância	Peso	Taxa de realização
Ind.10.-Tempo médio de resposta, em dias, às solicitações no âmbito dos procedimentos de alienações de bens e serviços.		2	0	100%	100%

Quadro 11 - Taxa de realização dos objetivos por parâmetros, DSPIL/DLCP 2015

	Taxa de realização por parâmetro	Taxa de realização global
Parâmetros		
Eficácia	113%	↑ 106%
Eficiência	100%	
Qualidade	100%	

Quadro 12 - Avaliação final da DSPIL/DLCP 2015

Desempenho bom	Desempenho satisfatório	Desempenho insuficiente
	<b>106%</b>	
Atingiu todos os objetivos, superando alguns	Atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes	Não atingiu os objetivos mais relevantes

**Unidade Orgânica – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/ Divisão de Infraestruturas (DSIEP/DIE)**

**Quadro 13 - Objetivos operacionais DSIEP/DIE 2015**

RELATÓRIO DA MONITORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS					
Direção de Serviços de Infraestruturas e Património (DSIEP) Divisão de Infraestruturas (DIE)			Ano: 2015	3º Quadrimestre	
<b>EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS</b>					
<b>EFICÁCIA (50%)</b>					
O1- Proceder ao levantamento das intervenções mais urgentes nas infraestruturas NATO. (20%)			Taxa realização =100% ↑Atingiu		Execução: 1º Quadrimestre
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.1.- Número de infraestruturas NATO identificadas para receberem intervenções urgentes.	10	2	100%	12	100%
O objetivo foi cumprido.					
O2 - Elaborar procedimento pré-contratual relativamente ao HFA. (30%)			Taxa realização =0%		Execução: Anual
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.2.- Documento de procedimento pré-contratual relativamente ao HFA	1	0	100%	0	0%
Resultado não apurado.					
O3 - Coordenar a elaboração dos projetos NATO referentes à Escola NCISS. (50%)			Taxa realização =0%		Execução: Anual
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind. 3. Taxa de execução dos projetos face ao planeado.	75%	10%	100%	0%	0%
Resultado não apurado.					
<b>EFICIÊNCIA (35%)</b>					

<b>O4 - Promover as execuções mais urgentes nas infraestruturas NATO e DN. (50%)</b>	<b>Taxa realização =0%</b>		<b>Execução: Anual</b>		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind. 4 -Taxa de execução das intervenções mais urgentes nas Infraestruturas NATO	75%	5%	100%	0%	0%
Resultado não apurado.					
<b>O5 -Otimizar a gestão de projetos no MDN ao nível das Infraestruturas. (50%)</b>	<b>Taxa realização= 0%</b>		<b>Execução: Quadrimestral</b>		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind. 5. % de projetos de infraestruturas atualizados no Ciris e no Base Gov.	80%	0%	50%	0%	125%
Resultado não apurado.					
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind. 6. Desvio médio da execução dos projetos de infraestruturas face ao planeado	15%	5%	50%	0%	100%
Resultado não apurado.					
<b>QUALIDADE (15%)</b>					
<b>O6 - Preparar e participar nas inspeções de receção e de manutenção de infraestruturas NATO em Portugal, coordenando as ações corretivas definidas. (100%)</b>	<b>Taxa realização = 0%</b>		<b>Execução: Anual</b>		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind 7. % de JFAIs e IMIs executadas	20%	7%	100%	0%	0%
Resultado não apurado.					

Quadro 14 - Taxa de realização dos objetivos por parâmetros, DSIEP/DIE 2015

Parâmetros	Taxa de realização por parâmetro	Taxa de realização global
Eficácia	20%	▼ 0%
Eficiência	0%	
Qualidade	0%	

Quadro 15 - Avaliação final da DSIEP/DIE 2015

Desempenho bom	Desempenho satisfatório	Desempenho insuficiente
		0%
Atingiu todos os objetivos, superando alguns	Atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes	Não atingiu os objetivos mais relevantes

**Unidade Orgânica – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/ Divisão de Gestão Patrimonial (DSIEP/DGP)**

**Quadro 16 - Objetivos operacionais DSIEP/DGP 2015**

RELATÓRIO DA MONITORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS					
Direção de Serviços de Infraestruturas e Património (DSIEP) Divisão de Gestão Patrimonial (DGP)			Ano: 2015	3º Quadrimestre	
EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS					
EFICÁCIA (60%)					
O1- Assegurar a aplicação do princípio da onerosidade pelos organismos constantes da listagem emitida pela DGTF. (50%)		Taxa realização =125% ↑Superou		Execução: Anual	
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.1. Percentagem de reclamações válidas ou aceites.	3%	1%	100%	0%	125%
Apresentadas 4 reclamações contudo nenhuma foi válida.					
O2 -Acompanhar a participação do MDN no âmbito da elaboração dos instrumentos de gestão territorial assegurando a salvaguarda dos interesses territoriais da defesa. (50%)		Taxa realização =125% ↑Superou		Execução: Anual	
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind. 2. % de pareceres emitidos face aos processos propostos	90%	2%	100%	100%	125%
Foram emitidos 30 pareceres respeitantes a 30 processos propostos					
EFICIÊNCIA (20%)					
O3 -Analisar os projetos de diploma submetidos salvaguardando a defesa dos interesses da defesa nacional na vertente territorial. (20%)		Taxa realização =125% ↑Superou		Execução: Anual	
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização

Ind 3 - Taxa de execução de pareceres.	90%	5%	100%	100%	125%
Foram submetidos 5 diplomas, tendo sido emitidos 5 pareceres					
<b>O4 - Coordenar e promover a preparação jurídico-administrativa dos processos de aquisição/alienação, nos termos do quadro legal em vigor. (30%)</b>	<b>Taxa realização =100%</b> ↑Atingiu		<b>Execução: Anual</b>		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.4. % de processos concluídos após análise jurídico-administrativa	80%	10%	100%	80%	100%
Nada a referir.					
<b>O5 - Assegurar a tramitação processual das empreitadas realizadas ao abrigo do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial. (50%)</b>	<b>Taxa realização =8%</b> ↓Não Atingiu		<b>Execução: Anual</b>		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind. 5. % de processos concluídos das empreitadas realizadas ao abrigo do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, dentro do prazo planeado.	90%	5%	100%	7%	8%
Submetidos 15 processos apenas foi concluído 1, na medida em que com a publicação da Lei Orgânica nº 6/2015 de 18 de maio a DGTF entendeu que o MDN deixou de poder beneficiar do financiamento do Fundo de Reabilitação e					
<b>QUALIDADE (20%).</b>					
<b>O6 -Melhorar o desempenho dos utilizadores e dos colaboradores da DGP garantindo a clareza, precisão e detalhe na informação prestada superiormente.(100%)</b>	<b>Taxa realização = 100%</b> ↑Atingiu		<b>Execução: Quadrimestral</b>		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind. 6.Taxa de devolução de processos para clarificação.	5%	1%	100%	5%	100%
Nada a referir.					

Quadro 17 - Taxa de realização dos objetivos por parâmetros, DSIEP/DGP 2015

	Taxa de realização por parâmetro	Taxa de realização global
Parâmetros		
Eficácia	125%	↑ <b>107%</b>
Eficiência	59%	
Qualidade	100%	

Quadro 18 - Avaliação final da DSIEP/DGP 2015

Desempenho bom	Desempenho satisfatório	Desempenho insuficiente
	<b>107%</b>	
Atingiu todos os objetivos, superando alguns	Atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes	Não atingiu os objetivos mais relevantes

**Unidade Orgânica – Direção de Serviços de Qualidade, Ambiente, Normalização e Catalogação (DSQANC)**

**Quadro 19 - Objetivos operacionais DSQANC 2015**

RELATÓRIO DA MONITORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS					
Direção de Serviços de Qualidade, Ambiente, Normalização e Catalogação (DSQANC)			Ano: 2015		3.º Quadrimestre
<b>EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS</b>					
<b>EFICÁCIA (60%)</b>					
O1- Elaborar o procedimento interno para as auditorias AQAP. (10%)		Taxa realização =100% ↑Atingiu		Execução: 1º Quadrimestre	
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.1.- Documento de apresentação do procedimento interno para as auditorias AQAP	22/04/2015	[14/04/2015 a 30/04/2015]	100%	27/04/2015	100%
O objetivo foi cumprido dentro do prazo estabelecido para o efeito.					
O2- Elaborar uma proposta de Estrutura Coordenadora para a Qualidade na Defesa Nacional. (10%)		Taxa realização =100% ↑Atingiu		Execução: 3º Quadrimestre	
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.2.-Documento de apresentação da Estrutura Coordenadora para a Qualidade na Defesa Nacional.	22/10/2015	[14/10/2015 a 30/10/2015]	100%	28/10/2015	100%
O objetivo foi cumprido dentro do prazo estabelecido para o efeito.					
O3- Elaborar uma proposta para a Política da Qualidade da Direção-Geral. (10%)		Taxa realização =100% ↑Atingiu		Execução: 3º Quadrimestre	
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização



Ind.3.- Documento de apresentação da Política da Qualidade da Direção-Geral	23/11/2015	[14/11/2015 a 30/11/2015]	100%	30/11/2015	100%
<b>O4- Realizar auditorias de acompanhamento no âmbito das Normas AQAP. (10%)</b>					
Taxa realização =225% ↑Superou		Execução: Anual			
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.4.- N.º de auditorias de acompanhamento no âmbito das Normas AQAP	2	1	100%	7	225%
O objetivo foi superado, tendo sido totalizadas 7 auditorias. A superação do objetivo deveu-se ao reforço da equipa de auditores certificados na DGRDN.					
<b>O5- Promover a conclusão do processo conducente à verificação e registo no EMAS. (10%)</b>		Taxa realização =100% ↑Atingiu		Execução: Anual	
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.5.- N.º de processos concluídos	1	0	100%	1	100%
O processo referente à BA5 está concluído.					
<b>O6- Promover a inclusão de critérios Ambientais nos contratos realizados pela DGAIED. (10%)</b>		Taxa realização =100% ↑Atingiu		Execução: 3º Quadrimestre	
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.6.-Documento de apresentação da proposta para a inclusão de critérios Ambientais nos contratos.	23/11/2015	[14/11/2015 a 30/11/2015]	100%	30/11/2015	100%
O objetivo foi cumprido no prazo definido					
<b>O7- Garantir a apresentação de uma proposta de Estrutura Coordenadora para a Normalização. (10%)</b>		Taxa realização =100% ↑Atingiu		Execução: 2º Quadrimestre	
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.7-Documento de apresentação da proposta de Estrutura Coordenadora para a Normalização	24/07/2015	[16/07/2015 a 31/07/2015]	100%	24/07/2015	100%

O8 - Elaborar uma proposta de conteúdo programático de palestra a apresentar nos Ramos das FA. (10%)						Taxa realização =131% ↑Superou	Execução: 1º Quadrimestre			
Indicadores		Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização				
Ind.8- Documento de apresentação da proposta de conteúdo programático de palestra a apresentar nos Ramos das FA.		24/03/2015	[17/03/2015 a 31/07/2015]	100%	13/03/2015	131%				
<p>O objetivo foi superado, apresentando um desvio positivo de 31% face ao previsto. Este fato foi possível pois na reunião de novembro de 2014 com os diferentes intervenientes na área de Normalização, foi identificada a necessidade de ser criado um módulo de divulgação das atividades desenvolvidas nesta área, tendo ficado esta Direção de Serviços com a responsabilidade de apresentar uma proposta. Assim, entendemos que o documento deveria ser elaborado com a maior celeridade possível, uma vez que, também nas reuniões do Materiel Standardization Group (MSG) e do Materiel Standardization Harmonisation Team (MSHT), da EDA este assunto está a ter grande relevância.</p>										
O9- Assegurar a divulgação no portal da EDA o Cartoon AIR. (10%)						Taxa realização =0% ↓Não Atingiu	Execução: 1º Quadrimestre			
Indicadores		Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização				
Ind.9-Publicação do Cartoon no Portal da EDA		24/03/2015	[17/03/2015 a 31/07/2015]	100%	02/06/2015	0%				
<p>O objetivo não foi realizado (N.R) nos prazos previstos. A divulgação do Cartoon AIR no site da EDA estava planeada na "Action List" dos grupos de trabalho do MSG e MSHT para o primeiro trimestre de 2015. No entanto, após a substituição do Chairman no MSG foi entendido que se deveria esperar pela elaboração do Cartoon NAVY para serem publicados em simultâneo. Porque julgamos que esta posição não é a mais correta, uma vez que no site já está publicado o Cartoon LAND, vamos na próxima reunião insistir na sua publicitação. De referir, que o Cartoon está a ser utilizado pela DGA em FRA e pela Dstan na GBR. O Cartoon AIR foi publicado no site da EDA no dia 02/06/2015.</p>										
O10- Promover a implementação do ECO. AP na Defesa Nacional. (10%)						Taxa realização =100% ↑Atingiu	Execução: Anual			
Indicadores		Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização				
Ind.10-Proposta de peças de procedimento concluídas		1	0	100%	1	100%				
<p>Encontrando-se concluídos o programa do procedimento e o caderno de encargos do contrato de gestão de eficiência energética a celebrar no Regimento de Transportes ao abrigo do ECO. AP, o objetivo operacional foi cumprido.</p>										

EFICIENCIA (20%)					
O11- Otimizar a atualização do inventário de amianto no SIE. (50%)	Taxa realização =122% ↑Superou		Execução: Anual		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.11- Taxa de atualizações realizadas no SIE	90%	2%	100%	100%	122%
Todas as atualizações recebidas foram tratadas sendo o objetivo superado					
O12- Garantir a elaboração dos processos de ratificação de STANAG. (50%)	Taxa realização =96% ↓Não Atingiu		Execução: Anual		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.12- Taxa de processos de ratificação de STANAG, oriundos do EMGFA, publicados em DR.	90%	5%	100%	82%	96% <sup>1</sup>
O EMGFA enviou 39 processos de Ratificação de STANAG durante o ano. <sup>1</sup> Os remanescentes 8%, para atingir a meta, correspondem a 7 processos que ainda se encontram por publicar devido à falta de delegação de competências, após a tomada de posse do XX! Governo Constitucional.					
QUALIDADE (20%)					
O13- Reduzir o tempo médio de resposta aos pedidos de catalogação de artigos de produção nacional. (50%)	Taxa realização =128% ↑Superou		Execução: Anual		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.13- Número médio de dias de resposta a 70% dos pedidos de catalogação de artigos de produção nacional efetuados pelas Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas	20	7	50%	10	128%
Total pedidos catalogação nacionais = 398; 70% de 398 pedidos = 278.6 Pedidos catalogados em 10 dias ou menos = 366 Ultrapassa a meta de 278.6 (que corresponde aos 70%)					
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.14- Número médio de dias de resposta a 70% dos pedidos de catalogação de artigos de produção nacional efectuados pelos National Codification Bureaux (NCBs)	20	7	50%	10	128%

Total pedidos catalogação internacionais = 48; 70% de 48 pedidos = 33.6 Pedidos catalogados em 10 dias ou menos = 42 Ultrapassa a meta de 33.6 (que corresponde aos 70%)					
O14- Avaliar a satisfação das empresas nos processos de Certificação AQAP. (50%)	Taxa realização =110% ↑Superou		Execução: Anual		
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.15- Nível de satisfação das empresas nos processos de Certificação AQAP	4	0	50%	5	113%
Foram recebidos 5 questionários em que todos manifestaram o maior interesse em manter a Certificação AQAP. Este resultado corresponde a uma taxa de realização de 125% face à meta estabelecida.					
Indicadores	Meta	Tolerância	Peso	Resultado	Taxa de realização
Ind.16- Percentagem de respostas recebidas	60%	2%	50%	62,5%	106%
Dos oito questionários enviados (para a totalidade das empresas com Certificação AQAP), foram recebidas 5 respostas colocando a taxa de realização ligeiramente acima dos 100%.					

Quadro 20 - Taxa de realização dos objetivos por parâmetros, DSQANC 2015

Parâmetros	Taxa de realização por parâmetro	Taxa de realização global
Eficácia	116%	↑115%
Eficiência	109%	
Qualidade	119%	

Quadro 21 - Avaliação final da DSQANC 2015

Desempenho bom	Desempenho satisfatório	Desempenho insuficiente
	115%	
Atingiu todos os objetivos, superando alguns	Atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes	Não atingiu os objetivos mais relevantes



## Organograma

